



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO

ARLINDO DA CUNHA PEREIRA NETO

**ANÁLISE DA NÃO-ALIENAÇÃO DO TRABALHO HUMANO A PARTIR DA
PROPOSTA DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA**

Recife
2023

ARLINDO DA CUNHA PEREIRA NETO

**ANÁLISE DA NÃO-ALIENAÇÃO DO TRABALHO HUMANO A PARTIR DA
PROPOSTA DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Transformações do Direito Privado.

Orientador: Michel Zaidan Filho

Recife

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Ana Cristina Vieira, CRB-4/1736

P436a Pereira Neto, Arlindo da Cunha.
Análise da não-alienação do trabalho humano a partir da proposta da economia de Francisco e Clara / Arlindo da Cunha Pereira Neto. -- Recife, 2023. 205 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Michel Zaidan Filho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2023.

Inclui referências e anexos.

1. Direito do Trabalho - Brasil. 2. Alienação. 3. Trabalho humano. 4. Economia. I. Zaidan Filho, Michel (Orientador). II. Título.

344.8101 CDD (22. ed.) UFPE (BSCCJ 2023-40)

ARLINDO DA CUNHA PEREIRA NETO

**ANÁLISE DA NÃO-ALIENAÇÃO DO TRABALHO HUMANO A PARTIR DA
PROPOSTA DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Transformações do Direito Privado.

Aprovado em: 31/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Michel Zaidan Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª. Dra. Juliana Teixeira Esteves (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª. Dra. Fernanda Barreto Lira (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

A Caio Reis, incentivador e promotor da realização de todos os meus sonhos, dentre os quais, este que hoje se materializa em forma de dissertação: todo o meu amor e gratidão.

Aos colegas da pós-graduação, em ordem alfabética, Aline, Carlota, Malu, Leo e Pedro pelo companheirismo desvelado durante toda a fase de estudos do mestrado e pela compreensão irrestrita ao meu conturbado período de recolhimento e solidão durante a fase seguinte de escrita dessa dissertação.

Aos professores indispensáveis para a minha formação acadêmica e de consciência: prof. Michel Zaidan Filho, meu orientador de conhecimentos infinitos, prof.^a Juliana Teixeira, sempre próxima e incentivadora desta pesquisa, prof.^a Fernanda Barreto, que igualmente incentivadora confiou abrir as portas de suas turmas para que eu pudesse falar acerca de alguns temas transversais desta dissertação, e o prof. Everaldo Gaspar, figura insuperável da linha de pesquisa em Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica que aportou ao meu espírito conhecimento, inquietações, experiência docente, arte e encantamento desmedidos.

A todos, muito obrigado! Gratidão.

É...
A gente quer suar, mas de prazer
(...)
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade (Gonzaguinha, 1988).

RESUMO

A presente dissertação aborda o fenômeno da alienação do trabalho humano identificado no modelo de economia cujo modo de produção é o capitalista. A manifestação do estranhamento é estudada pelas perspectivas críticas de Karl Marx (compreensão econômica) e Herbert Marcuse (compreensão social), que constituem o aporte teórico desta pesquisa. A análise da presença de elementos constitutivos da alienação recaiu sobre o desenho das novas formas de trabalho humano propostas pela Economia de Francisco e Clara, um movimento recente que surge no seio da igreja católica e propõe a implantação de um novo modelo econômico em superação ao modelo capitalista. Para a realização dessa pesquisa analítica, foram consideradas tanto as evoluções da doutrina social da igreja que constam desde os textos bíblicos até a atual doutrina promovida pelo pontífice em exercício – Francisco – quanto do programa para intervenção social elaborado e proposto pela Vila Trabalho e Cuidado no âmbito dos desdobramentos do movimento Economia de Francisco e Clara.

Palavras-chave: alienação; trabalho humano; economia de francisco; vila trabalho e cuidado.

ABSTRACT

This dissertation addresses the phenomenon of alienation of human labor identified in the model of economy whose mode of production is the capitalist. The manifestation of estrangement is studied by the critical perspectives of Karl Marx (economic understanding) and Herbert Marcuse (social understanding), which constitute the theoretical contribution of this research. The analysis of the presence of constitutive elements of alienation focused on the design of the new forms of human work proposed by the Economy of Francesco and Chiara, a recent movement that arises within the Catholic Church and proposes the implementation of a new economic model to overcome the model capitalist. In order to carry out this analytical research, both the evolution of the church's social doctrine, which appear from the biblical texts to the current doctrine promoted by the current pontiff - Francesco - and the program for social intervention elaborated and proposed by Work and Care Village in core of the unfolding of the Economy of Francesco and Chiara movement.

Keywords: alienation; human labor; economy of francesco; work and care village.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Diagrama da composição da ABEFC e sua logomarca	18
Figura 2 –	Declaração final da Vila Trabalho e Cuidado	145
Figura 3 –	Esquema sobre as categorias trabalho e cuidado	150
Figura 4 –	Esquema gráfico do Sistema de Quatro Hélices	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEFC	Articulação pela Economia de Francisco e Clara
CSDI	Compêndio da Doutrina Social da Igreja
DSI	Doutrina Social da Igreja Católica
EoF	Economia de Francisco
EoFC	Economia de Francisco e Clara
OSFL	Organização Sem Fins Lucrativos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA	16
3	O TRABALHO HUMANO PELO VIÉS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA	22
3.1	DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	23
3.1.1	A Doutrina de São Francisco	51
3.1.1.1	A Doutrina do Papa Francisco	65
4	OS CRITÉRIOS DA ALIENAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO POR KARL MARX	86
5	OS CRITÉRIOS DA ALIENAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO POR HEBERT MARCUSE	116
6	ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHOS PROPOSTAS PELA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA	144
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	160
	ANEXO A – CARTA DO PAPA FRANCISCO PARA O EVENTO “ECONOMY OF FRANCESCO”	163
	ANEXO B – PACTO PELA ECONOMIA	166
	ANEXO C – ABEFC: CARTA DE CLARA E FRANCISCO - DIRETO DO BRASIL PARA O ENCONTRO MUNDIAL EM ASSIS	167
	ANEXO D – 10 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA	180
	ANEXO E – VILA TRABALHO E CUIDADO: INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA VILA NO COMITÊ CENTRAL	183
	ANEXO F – VILA TRABALHO E CUIDADO: PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO NA POBREZA DO TRABALHO	188
	ANEXO G – VILA TRABALHO E CUIDADO (BRASIL): 1º ENCONTRO DE ESTUDOS E PARTILHAS	192
	ANEXO H – VILA TRABALHO E CUIDADO (BRASIL): 2º ENCONTRO DE ESTUDOS E PARTILHAS	201

1 INTRODUÇÃO

A análise da presença ou não da alienação em formas específicas de trabalho humano é matéria relevante às pesquisas acadêmicas que visam produzir material crítico a temas relacionados à teoria social, sobretudo, ao direito do trabalho.

Isso porque, conforme observa o filósofo húngaro István Mészáros¹ ao analisar os Manuscritos Econômicos de 1844 de Karl Marx, o trabalho alienado é senão o elo indispensável à compreensão das questões que se ocupam do diagnóstico e da transcendência do atual estado de coisas no bojo de uma sociedade capitalista.

Dito de outro modo, as mais variadas formas de alienação existentes no campo da prática social podem ser reunidas sob um conceito comum – tangivelmente concreto e estrategicamente crucial – que é o conceito de trabalho alienado.

No entanto, em sede introdutória de um trabalho maior que se ocupa do estudo da categoria alienação, é importante deixar destacado que a própria palavra em si mesma – alienação – pode possuir significados específicos a depender do âmbito em que esteja sendo discutida, que vai desde disciplinas da teoria social e economia até a filosofia e política.²

Destarte, ainda que o uso contemporâneo considerado mais generalizado da expressão alienação seja derivado de uma forma de psicologia, num sentido a expressar a conexão humana perdida com seus próprios sentimentos e necessidades mais profundos³, colocando o ser humano em uma posição descolada da realidade que o cerca, há que se reconhecer a existência de uma trajetória epistemológica da palavra alienação, cujo conceito pode ser desdobrado no vocabulário comum e também ao longo da história de pensadores da filosofia, economia, psicologia e sociologia.

Inicialmente, a palavra alienação remonta ao francês antigo – *alienación* – radicado do termo em latim *alienationem*, que remete às expressões *alienare*, no sentido de estranhar; tornar outro, e *alienus*, significando pertencer a outro; ou pertencer a outro lugar.⁴

Cronologicamente, é possível tomar o estudo da alienação a partir das considerações do filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau⁵ que entende o estranhamento como o sentimento do ser humano privado de sua natureza humana a partir da vida em sociedade, ou

¹ MÉSZÁROS, István. **A Teoria da alienação em Marx**. Boitempo. São Paulo, 2006, p. 23.

² WILLIAMS, Raymond. **Palabras clave: Un vocabulário de la cultura y la sociedad**. Nueva Vision. Buenos Aires, 2003, p. 33.

³ *Ibidem*, p. 36.

⁴ *Ibidem*, p. 33.

⁵ ALMEIDA, Juliana Fischer de. A alienação como processo de des-naturação do indivíduo e sua nova existência social em Jean-Jacques Rousseau. **Revista de Filosofia**, Amargosa/BA, v.15, n.1, p.60-74, junho, 2017, p. 61.

seja, a alienação dá-se pela perda da natureza humana através do processo civilizatório ao conceber que a vida em sociedade corrompe o ser humano, alienando-o de sua natureza.

Mais adiante, no contexto do idealismo alemão e partindo das ideias de Immanuel Kant, o filósofo idealista Hegel considera a alienação como o momento no qual o espírito humano deixa de se reconhecer na realidade objetiva de tal modo que, nesse ato de estranhamento, o homem é capaz de construir uma outra forma de realidade na qual possa se reconhecer individualmente⁶. Esta concepção filosófica é, entretanto, refutada depois por Marx e Engels, para os quais nem todo indivíduo dispõe, dentro de uma dada sociedade, das condições materiais necessárias para promover tal realização e escapar ao estranhamento.

Após Hegel, sobrevém o conceito de alienação proposto por Feuerbach, que, à sua época, figurava como um dentre os jovens pensadores que disputavam o legado hegeliano. Para este filósofo alemão influenciado por Hegel, a ideia de alienação está intimamente ligada a um primeiro entendimento sobre estranhamento, presente em quase todas as culturas ocidentais, que se relaciona com o estado de ligação do ser humano com Deus.

Enquanto para a concepção religiosa, alienação significa o estado de alguém alheio à Deus, fora da partícula ou do fragmento divino, Feuerbach propõe uma reversão dessa ideia, estabelecendo a alienação como o processo no qual os humanos – que criam seus deuses dentro de cada lugar e cada tempo histórico – esquecem-se dessa condição de criadores do divino e do sagrado e passam a considerar-se criados por esses deuses⁷.

Nota-se que a ideia replicada por Feuerbach é justamente o sentido dado à alienação ensinado pela Doutrina Social da Igreja Católica, o que será retomado em alguma medida nesta dissertação em capítulo próprio, destinado a discorrer sobre a compreensão cristã acerca do tratamento dispensado ao trabalho humano como categoria social relevante para o enfrentamento dos problemas estruturais que afloram do estado de coisas vigente.

Por fim, é possível também destacar os estudos que envolvem as teorias da metapsicologia de Sigmund Freud – considerado o pai da psicanálise – para quem a ideia de alienação corresponde ao conceito do ser estranhado de uma pulsão erótica, assim entendida como o impulso de gratificação e felicidade inerente a todo indivíduo⁸.

Percebe-se, portanto, que o vocábulo alienação é um termo em disputa, admitindo, assim, vários significados, conforme a teoria que lhe forneça o embasamento necessário para a compreensão da perspectiva desejada. Contudo, a pesquisa dissertada nos próximos

⁶ GRESPAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. Boitempo. São Paulo, 2021, p. 25.

⁷ FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Vozes. Petrópolis/RJ, 2007, pp. 217-27.

⁸ ZAIDAN FILHO, Michel. **A escola de Frankfurt em nove lições: Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin**. Editora Collaborativa. Curitiba/PR, 2020, pp. 23-31.

capítulos não pretende ocupar-se da apresentação do conjunto de todos os sentidos filosóficos que são emprestados ao verbete alienação.

Ao contrário, uma vez que o trabalho aqui elaborado se propôs senão a detalhar alguma análise acerca do movimento chamado Economia de Francisco, inicialmente gestado no seio da igreja católica e que objetiva a superação do sistema econômico capitalista, então, os sentidos da alienação que interessam e melhor se adequam a esta dissertação são as perspectivas que descrevem o estranhamento a partir do processo capitalista de produção de bens, mercadorias e serviços.

As compreensões marxianas e frankfurtianas sobre a categoria alienação são, portanto, as mais congruentes para fundamentar as análises levadas a efeito nestes escritos, porque pensam, cada uma a seu modo, o estranhamento dentro da lógica do trabalho humano inserido na estrutura do modo de produção capitalista, razão pela qual Karl Marx e Herbert Marcuse – um dos representantes da Escola de Frankfurt da Teoria Social Crítica – são os referenciais teóricos escolhidos para nortear as reflexões desta produção acadêmica.

Assim, adotando o título “Análise da não-alienação do trabalho humano a partir da proposta da Economia de Francisco e Clara”, o texto dissertado está dividido em capítulos e subcapítulos de modo a construir a compreensão do leitor – a partir das ideias de Marx e Marcuse – a respeito das possíveis formas de trabalho livre de alienação e estranhamento como contraposição ao sistema capitalista de economia e a tentar identificar as características dessas possibilidades no desenho das propostas de intervenção social elaboradas pelos integrantes do movimento articulado, chamado Economia de Francisco.

Desse modo, vencida esta seção, meramente introdutória, o primeiro capítulo cuida de descrever a própria Economia de Francisco, reconhecendo-lhe a figura do idealizador, explicando do que se trata tal mobilização, identificando quais sejam suas propostas, princípios próprios, objetivos, informando sua forma de atuação, integrantes envolvidos na construção e realização do projeto que, conforme já mencionado em parágrafo acima, surge no meio cristão católico, mas pretende-se um programa político amplo, planetário, isento de acepção religiosa.

Em seguida, o segundo capítulo apresenta as considerações da chamada Doutrina Social da Igreja Católica acerca do trabalho humano como peça central dos problemas sociais sobre os quais a instituição cristã debruça-se, elaborando seu magistério e promovendo ações de ingerência direta nas comunidades em que atua.

Ademais, considerando que o idealizador do projeto Economia de Francisco é tomado como figura de liderança católica renovadora das questões mais sensíveis e conservadoras da

igreja, então, mostra-se profícuo ao presente trabalho acadêmico distinguir, dentre a doutrina geral católica, o tratamento dado aos temas trabalho humano e estrutura da sociedade capitalista tanto pelo próprio líder do programa Economia de Francisco e Clara, que procura desenhar um novo modelo para economia global, quanto pela figura cristã de sua inspiração, o santo Francisco de Assis, a fim de que, assim, sejam delimitadas as expectativas para as configurações das novas relações de trabalho que devem sobrevir da Economia de Francisco.

Por essa razão, o segundo capítulo desse trabalho apresenta-se subdividido em quatro seções menores tais quais estão apresentadas no sumário colocado imediatamente anterior a esta primeira seção de introdução.

Logo após, os capítulos terceiro e quarto ocupam-se de apresentar ao leitor os elementos constitutivos da alienação do trabalho de acordo, respectivamente, com as análises de Karl Marx e Herbert Marcuse, este último representando a elaboração da Escola de Frankfurt a respeito da temática abordada nessa dissertação. Ainda, os capítulos expõem também os elementos que, colocados pelos dois mencionados autores, são considerados imprescindíveis não somente para a superação do estranhamento do trabalhador subordinado ao capital quanto para suplantar o próprio modo de produção capitalista.

A partir desse cabedal teórico reunido e organizado, o quinto e último capítulo disserta sobre os formatos das relações de trabalho propostas pelo programa da Economia de Francisco a serem realizadas nas cidades e comunidades espalhadas pelo planeta sob a forma de intervenção política e social articulada pelos integrantes do movimento meta-católico.

Assim, o capítulo cinco descreve em minúcias o projeto da Economia de Francisco elaborado para a área das relações de trabalho e, em paralelo, analisa esses elementos pormenorizados sob as lentes das teorias marxiana e frankfurtiana, a fim de identificar se os constitutivos da alienação e da emancipação humana estão ali presentes ou não, considerando sempre que o programa da Economia de Francisco estabelece como sua meta superar o sistema econômico vigente.

Aliás, importa registrar que não é pretensão deste trabalho de pesquisa avaliar e classificar, ao final, se o projeto da Economia de Francisco possui natureza utópica, concreta, idealista, materialista, ou qualquer outra característica essencial. Logo, não é preocupação deste acadêmico aferir se será alcançado ou frustrado o objetivo de superar o sistema econômico capitalista, segundo colocado como meta pela articulação pesquisada.

Melhor dizendo, a pesquisa aqui dissertada não se ocupa em sondar conteúdos econômicos específicos relativos ao movimento Economia de Francisco, tais como a forma de distribuição de riquezas ou, ainda, a dinâmica do modo de produção a ser encetado pelo novo

modelo econômico proposto pela mobilização papal em substituição aos padrões vigentes no sistema capitalista. Por outro lado, ainda que se conheça o fato da Economia Política de que o trabalho é categoria central e determinante no bojo de um modo de produção específico, qualquer que seja o modelo econômico que lhe institua, a intenção deste estudo é apenas a de perceber os contornos do elemento trabalho delineados pela atual proposta da igreja católica e, a partir daí, analisar o tratamento dado à questão da sua alienação e emancipação.

2 A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

A Economia de Francisco (EoF) é um movimento articulado em 01 de maio de 2019 por iniciativa de Jorge Mario Bergoglio – o papa Francisco – a partir do documento convocatório intitulado “Carta do Santo Padre para o Evento A Economia de Francisco”⁹ que convidou no mundo inteiro economistas jovens, ainda em formação, empresários e agentes de mudança a reunirem-se no ano seguinte, a partir de março de 2020, a fim de repensar a economia capitalista existente e, a partir daí, encetar iniciativas coletivas e globais para mudá-la, tudo com base na ideia de que a economia deve senão servir à sociedade, e nunca o oposto.

Mais especificamente, a proposta do pontífice é estabelecer um pacto comum, em âmbito planetário, que aponte o caminho da transição para um novo paradigma socioeconômico e que seja definido por características de colaboração, distribuição, igualdade, sustentabilidade, equilíbrio nas relações entre pessoas e países, comércio justo e solidário e consumo responsável.

Para tanto, o movimento EoF organiza-se por temas, distribuídos em 12 grupos de debates e construções de programas, conhecidos por Vilas Temáticas¹⁰, dentre as quais está a Vila Trabalho e Cuidado sobre a qual recaem especificamente as análises desenvolvidas nesta pesquisa que, em linhas bastante gerais, questiona qual o lugar a ser ocupado pelas relações de trabalho dentro de uma articulação que constrói¹¹ um novo paradigma societário e de economia essencialmente antagônico ao modelo capitalista vigente.

A emergência da pandemia do COVID-19 fez com que o encontro global designado para ocorrer no mês de março de 2020 fosse adiado para os dias de 19 a 21 de novembro do mesmo ano, na modalidade online¹², de forma que, entre a data da convocatória em 01 de maio de 2019 e a efetiva realização deste primeiro evento, foram contabilizadas¹³ mais de 3.000 inscrições de indivíduos provenientes de 120 países aderindo ao movimento lançado pelo Santo Padre, os quais, até a data do encontro virtual, promoveram periodicamente ampla

⁹ Carta disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-impreditori.html

¹⁰ As 12 vilas temáticas que integram a Economia de Francisco são: Finanças e Humanidade; Negócios e Transição; CO2 e Desigualdades; Agricultura e Justiça; Energia e Pobreza; Mulheres para a Economia; Negócios e Paz; Vida e Estilo de Vida; Trabalho e Cuidado; Políticas e Felicidade; Gestão e Presente; Vocação e Lucro.

¹¹ Ou, ao menos, visa construir.

¹² Evento online disponível em: <https://francescoeconomy.org/the-event/>

¹³ Em conformidade com os dados divulgados na página oficial do evento disponível em: https://francescoeconomy.org/eof_people/

divulgação de artigos de pesquisas envolvendo o debate de todos os temas que integram as linhas de ações da EoF¹⁴.

Desse modo, a mobilização chamada Economia de Francisco organiza-se a partir de um Comitê Central¹⁵, sediado na Itália, na cidade de Assis¹⁶, cuja composição é formada pela Diocese de Assis, tendo Domenico Sorrentino – Bispo de Assis – na qualidade de presidente desta comissão nuclear, seguido por Luigino Bruni, professor de Economia Política, no posto de diretor do comitê científico e pelo Instituto Seráfico¹⁷, representado por sua presidente Francesca Di Maolo.

Em paralelo, os inscritos no movimento EoF criaram, nos 120 países que representam, suas próprias articulações e comitês com o objetivo de desconcentrar as ações do Comitê Central e, assim, facilitar a realização de reuniões para a execução de suas pesquisas, discussões e vivências, elaborações de projetos e programas que, em consonância com os princípios basilares da Economia de Francisco, sejam mais condizentes e apropriados às suas realidades regionais e locais com o fito de ensejar reflexões mais profícuas e viabilizar efetivamente a práxis em vista de outro modelo econômico possível.

No Brasil, existe a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), organizada desde a convocação do papa Francisco em 2019 para o evento global, a qual, conforme a autodescrição lançada em seu *site* oficial, é “composta por pessoas que se dedicam a pensar e agir em prol de uma nova economia, visando a mudança do paradigma capitalista predatório” de modo que “suas articulações estão voltadas para a conscientização e a construção de uma sociedade mais justa e solidária”¹⁸.

Nota-se, a articulação brasileira é a única organização entre os 120 países aderentes à proposta do pontífice que incluiu o nome Clara à denominação Economia de Francisco, fazendo remissão ao projeto papal através do título Economia de Francisco e Clara (EoFC).

A referência à figura de Santa Clara de Assis é justificada pela ABEFC, a partir de sua própria carta intitulada Carta de Clara e Francisco: Direto do Brasil para o Encontro Mundial

¹⁴ No Brasil, a divulgação sistemática dos artigos sobre os temas transversais da Economia de Francisco ocorreu nos sítios eletrônicos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, por meio da coluna “Rumo a Assis: na direção da Economia de Francisco”, disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603388-rumo-a-assis-na-direcao-da-economia-de-francisco-coluna-de-artigos-sobre-a-economia-de-francisco>

¹⁵ Informações sobre o comitê central estão disponíveis em: <https://francescoeconomy.org/committee/>

¹⁶ O título da articulação EoF faz referência ao Santo de Assis – São Francisco de Assis – que, no meio católico é tomado por exemplo de excelência no cuidado com os menores da terra e por uma ecologia integral, razão pela qual Assis foi a cidade escolhida para ser o centro de todo o movimento.

¹⁷ Corpo Eclesiástico sem fins lucrativos que promove e realiza atividades de reabilitação, psicoeducação e assistência social e sanitária para crianças e jovens com deficiência física, aprendizagem e deficiências sensoriais.

¹⁸ *Site* ABEFC. Aba: Sobre ABEFC. Apresentação. Disponível em: <http://economiadefranciscoelara.com.br/sobre/>

em Assis¹⁹, a qual informa que a proposta brasileira é a de construção de uma economia que seja baseada no feminino, na acolhida, no cuidado e no afeto, informando também que, em um modelo societário igualitário e solidário, os elementos masculino e feminino devem necessariamente caminhar lado a lado, sem sobreposição de um a outro.

Quanto à composição, a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara é formada tanto por pessoas singularmente consideradas – jovens e seniores – quanto por movimentos sociais, redes, associações e entidades civis, distribuídos entre grupos de trabalho da ABEFC, as vilas temáticas da EoF e núcleos regionais que contemplam as 5 regiões geoadministrativas do país.

Figura 1 – Diagrama da composição da ABEFC e sua logomarca



Fonte: <http://economiadefranciscoeclara.com.br/sobre/>

A EoF, enquanto proposta formulada pelo papa Francisco, encontra seus fundamentos distribuídos entre 3 (três) documentos católicos oficiais da Igreja redigidos pelo pontífice, que são: uma Exortação Evangélica *Evangelii Gaudium*²⁰ (2013) e duas Cartas Encíclicas intituladas por *Laudato Si*²¹ (2015) e *Fratelli Tutti*²² (2020), que serão oportunamente

¹⁹ Carta disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oqZilLVY4Tzm4ICC8wGh-fYjIDybdpJg/view>

²⁰ Documento disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/it/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

²¹ Documento disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/it/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

²² Documento disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/it/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

analisados no capítulo desta dissertação dedicado à análise e debate do tratamento dado por toda a Doutrina Social da Igreja Católica (DSI) ao trabalho humano até os dias do pontificado de Jorge Mario Bergoglio, iniciado no ano de 2013.

Por ora, em linhas gerais, importa considerar, neste capítulo, quais sejam os característicos comuns da doutrina papal atual encontrados nos 3 (três) textos vaticanos oficiais acima citados que instruem e condensam o movimento de articulação política global nomeado Economia de Francisco.

Nesse sentido, cumpre observar que o movimento EoF realizou três reuniões internacionais do comitê central durante os anos de 2020 a 2022, todos sediados na cidade italiana de Assis, contudo, passando à elaboração de documento específico contendo o registro de seus princípios somente na última assembleia do evento ocorrido entre as datas de 22 e 24 de setembro do ano de 2022, instrumentalizado pelo termo nomeado Pacto pela Economia²³, subscrito pelo próprio pontífice Francisco, seguido das assinaturas dos representantes dos economistas, empresários, agentes de mudança, estudantes e trabalhadores que integram as diversas equipes que executam o movimento Economia de Francisco.

Vale dizer que os encontros ocorridos nos anos anteriores – 2020 e 2021 – serviram a reuniões de preparação para a elaboração de propostas dos projetos e programas, subdivididos entre as 12 (doze) temáticas mencionadas no início deste capítulo, a serem implementados coordenada e simultaneamente nos diversos territórios do globo pelas articulações regionais da EoF presente em cada lugar. Ao longo desses 3 anos, nos intervalos entre as reuniões do comitê central, cada comitê regional realizou seus próprios encontros no âmbito de seus países e territórios.

Inclusive, a etapa de articulação da EoF registrou também a realização online do Congresso Internacional de Economia de Francisco na América Latina e Caribe²⁴, acontecido entre 13 e 15 de outubro de 2021, oportunidade na qual os líderes dos grupos temáticos EoF de pesquisas e estudos de cada país latino ou caribenho apresentaram as construções ainda parcialmente inacabadas de suas propostas para a efetiva implantação da Economia de Francisco em suas regiões.

Ante toda essa perspectiva de formulação de um programa sólido a ser aplicado de imediato, é possível extrair da redação do pacto que representou a culminância de todas as reuniões promovidas pela organização central de todo o movimento os fundamentos sobre os

²³ Pacto disponível em: <https://francescoeconomy.org/pope-francis-pact-for-the-economy-with-young-people/>

²⁴ Vídeos com os registros da realização Congresso Internacional de Economia de Francisco na América Latina e Caribe disponíveis em: <https://www.youtube.com/channel/UCXdfFZXAIY6rktB22HOSDdQ>

quais se assentam o projeto EoF que correspondem aos pilares doutrinários do pontífice Francisco expostos no conjunto dos seus textos oficiais - *Evangelii Gaudium* (2013), *Laudato Si* (2015) e *Frattelli Tutti* (2020).

Consentâneos aos limites da presente pesquisa que analisa o fenômeno da alienação sobre o trabalho humano no contexto político-econômico de uma sociedade, destacam-se dois desses fundamentos insertos no referido pacto comum:

Nós, jovens economistas, empreendedores e agentes de mudança, chamados aqui a Assis de todas as partes do mundo, conscientes da responsabilidade que recai sobre nossa geração, nos comprometemos hoje, individual e coletivamente a gastar nossas vidas para que a economia de hoje e de amanhã se torne uma economia do Evangelho e, portanto:

(...)

uma economia que reconheça e proteja o trabalho seguro e digno para todos,

uma economia onde as finanças sejam amigas e aliadas da economia real e do trabalho e não contra eles.²⁵

Não é possível extrair o alcance a ser dado a esses dois fundamentos que fazem alusão direta às relações de trabalho no cerne de um modelo econômico, razão pela qual faz-se necessária a análise detida do programa específico formulado pela Vila Trabalho e Cuidado a respeito dos desenhos das relações de trabalho que serão levados à implementação no âmbito das práticas promovidas pela Economia de Francisco.

Por outro lado, a ABEFC formula, em documentos próprios, seus fundamentos²⁶ e princípios²⁷ concernentes à sua compreensão da Economia de Francisco e Clara. Para tanto, enumeraram 10 enunciados que correspondem às ideias em que devem se basear as iniciativas da articulação brasileira, dentre as quais destacamos para os fins desta pesquisa o fundamento de número 10: “Ser contra a precarização do trabalho, criando condições dignas para se trabalhar, além de trabalho para todos”.

Os princípios também estão organizados em 10 enunciados e foram agrupados no documento intitulado “A Economia de Francisco e Clara: Denúncia de Violência Financeira e Abuso de Economias Para o Bem Viver das Pessoas”, que corresponde a uma cartilha²⁸ didática com cláusulas básicas sobre economia para o bem viver dos povos.

²⁵ A íntegra do texto do Pacto pela Economia consta do Anexo B, ao final desta dissertação.

²⁶ Fundamentos disponíveis em: <http://economiefranciscoeclara.com.br/sobre/>

²⁷ Princípios disponíveis em: <http://economiefranciscoeclara.com.br/10-principios-da-economia-de-francisco-e-clara/>

²⁸ Cartilha disponível em: http://economiefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2022/09/CARTILHAABEFC_A5_SPN_Digital-1.pdf

Conquanto nenhum desses princípios aborde detalhadamente de maneira direta ou específica o tema das relações de trabalho num contexto que busca a superação do modo de produção capitalista, merecem destaque os princípios 2, 3 e 10:

Nos 10 princípios da Economia de Francisco e Clara nós apresentamos os valores da economia que acreditamos e que lutamos diariamente para construir nas nossas comunidades. (...) Princípio 2 – (...) Cremos, assim, no desenvolvimento humano integral como princípio fundamental das mudanças estruturais necessárias, o qual pressupõe a soberania dos povos e a luta nos territórios, e sugere uma economia solidária, fraterna, ecológica e democrática (Fratelli Tutti, 169). Princípio 3 – Cremos em alternativas anticapitalistas (...) porque o capitalismo é um sistema econômico cujas leis próprias geram exclusão e desigualdade (Evangelii Gaudium, 53), pelo que se faz um sistema insustentável, e que precisa ser superado, (...). Cremos que um suposto “capitalismo inclusivo” é contraditório (...). Princípio 10 – (...) Cremos numa economia sustentável, democrática e fraterna, que rompa com as desigualdades sociais, proporcione a emancipação humana e garanta o direito à terra, ao teto e ao trabalho, (...).

Esses enunciados, apesar de não revelarem por si quais os contornos que exatamente esperam das relações de trabalho dentro de um novo modelo econômico, já apontam para alguns efeitos que são distintivos de um possível afastamento da alienação sobre os vínculos laborais estabelecidos atualmente em sociedade, a saber: a emancipação humana e o desenvolvimento humano integral. A confirmação dessa percepção depende da análise mais acurada, pelas lentes dos referenciais teóricos ora selecionados, das propostas colocadas pela Economia de Francisco e Clara quanto às formas de trabalho que entende pertinentes a uma sociedade marcada pela autonomia.

3 O TRABALHO HUMANO PELO VIÉS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA

A proposta dissertativa para este capítulo não é a de esgotar o debate acerca da Doutrina Social da Igreja, nem mesmo a de aprofundar-se a respeito do posicionamento católico sobre cada tema social discutido em seu magistério. Aliás, esse trabalho acadêmico nem sequer exige para si o encargo de examinar as divergências entre o pensamento doutrinário da igreja e as perspectivas do filósofo alemão Karl Marx ou da Escola de Teoria Social Crítica – referenciais teóricos adotados nesta pesquisa – no tocante à discussão sobre os desequilíbrios sociais atuais e dos últimos séculos.

A primeira ideia que rege a construção de uma seção destinada a escrever sobre a DSI visa situar o leitor em relação ao contexto institucional no qual se insere o objeto imediato desta pesquisa, que é senão a articulação denominada Economia de Francisco e Clara, muito embora o movimento proposto pelo papa Francisco não possua natureza exclusivamente católica, conforme já assinalado em capítulo anterior.

Em segundo lugar, como essa dissertação ocupa-se exatamente da análise crítica dos desenhos das relações de trabalho a serem propostas por articulações da EoFC, então, o capítulo ora elaborado também busca perceber, dentre todas as categorias sociais discutidas pelas doutrina cristã em seus documentos formais, a evolução (ou não) do tratamento dispensado em distintas épocas pela Igreja ao elemento trabalho humano no bojo das relações políticas que marcam a sociedade.

Ademais, interessa ainda saber qual o lugar que ocupa a doutrina do pontífice argentino dentro da doutrina católica geral, considerando que sua proposta no âmbito da EoFC seja não apenas a mera crítica da realidade social, uma vez que o sumo sacerdote propõe expressamente a modificação da estrutura que mantém o sistema social atual através da superação do capitalismo enquanto modelo vigente de economia. Além disso, o projeto de Francisco propõe também a superação da correspondente corrente ideológica desse modelo – o neoliberalismo – o que parece estar em franco contraste com a trajetória da própria Igreja, que se afirmou historicamente como instituição política forte em virtude das vantagens e supremacia auferidas pela manutenção do *status quo* socioeconômico.

Em suma, entende-se que, para fins didáticos, abordar a doutrina social católica em um plano inicial das reflexões auxiliará o leitor a compreender em que momento do magistério católico surge a EoFC e o quão próximo ou distante da doutrina oficial está o movimento

nascente, considerando que é a própria doutrina de Jorge Mario Bergoglio que anima a Economia de Francisco e Clara estabelecendo-lhe os pilares.

3.1 DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

De saída, importa definir o que se entende por Doutrina Social da Igreja Católica a fim de resolver com alguma segurança o problema que alguns especialistas do catolicismo identificam sobre as fontes em que se fundamenta a compreensão institucional cristã comunicada aos seus dogmas.

Assim, em que pese a doutrina corresponder formalmente ao posicionamento da Igreja Católica sobre os fatos sociais de cada época a partir da publicação do documento *Rerum Novarum*²⁹, o ensinamento do pensamento cristão acerca das realidades com que se defronta em cada período histórico remonta antes às fontes escriturárias e tradicionais patrísticas³⁰, assim entendidas os textos bíblicos – notadamente os do Antigo e Novo Testamentos – e as cartas redigidas pelos bispos que informam os temas políticos e sociais enfrentados na vivência das conjunturas locais às quais estavam designados.

No entanto, outros estudiosos da doutrina católica consideram, de maneira mais restrita, que a DSI é oficialmente inaugurada pela publicação da carta *Rerum Novarum* escrita pelo papa Leão XIII no ano de 1891, desconsiderando, assim, os referidos textos bíblicos e os registros escritos dos bispos como elementos que compõem e informam as ponderações levadas a efeito pela igreja sobre os conteúdos sociais que a cercam no fluxo histórico.

A questão de importância que gira em torno da encíclica *Rerum Novarum* para ser tomada como o marco da Doutrina Social da Igreja é, conforme ensina a professora Rosana Manzini³¹, o fato de tratar-se do primeiro documento elaborado pela Santa Sé que aborda, de maneira específica, sistematizada e em caráter oficial, sobre a questão operária, em resposta à pressão promovida pelo episcopado ao Vaticano.

Certo é que, para os objetivos da presente pesquisa, a eventual controvérsia sobre as fontes e a origem da Doutrina Social da Igreja pouco afeta as análises e as reflexões a serem entabuladas mais adiante. Ainda assim, com o intuito de articular uma análise mais completa

²⁹ *Rerum Novarum*: carta encíclica publicada em 1891 pelo papa Leão XIII. Documento disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

³⁰ BIGO, Pierre. A Doutrina Social da Igreja. Edições Loyola. São Paulo, 1969, p. 15.

³¹ Professora de Teologia e chefe de departamento da Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP. Aula disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_TXBzy5Bs80

sobre o pensamento católico quanto às interpretações emprestadas ao tema sensível aqui dissertado, este pesquisador considerará a DSI a partir das escrituras bíblicas e dos registros de outros expoentes que integram a instituição religiosa, para além dos seus pontífices, como os bispos e as personalidades veneradas como santos, a exemplo de Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, São Francisco de Assis, Clara de Assis, entre tantos outros.

Firmadas essas primeiras considerações, nota-se que, para a igreja, o tema da justiça é o centro de gravitação de todo o debate dos conteúdos com cunho social, definindo-se o vocábulo justiça como a conformidade de um caso a uma norma³². Assim, a argumentação sobre a justiça – a partir dos profetas da antiguidade – deságua no que a DSI coloca como direito do pobre, no qual está incluído o direito do assalariado.

Percebe-se, da narrativa profética, que o trabalhador é tratado como classe específica entre os pobres, identificado como aquele a quem os possuidores da propriedade privada tentam excluir da participação dos bens naturais e materiais ao empregá-lo e assalariá-lo. Ao mesmo tempo, nota-se que a propriedade privada é, então, proclamada pelos profetas como direito desses possuidores, sem ser contestada ou problematizada.

Em outras palavras, a propriedade privada é posta pela antiga doutrina cristã por premissa, categoria axiomática, aceita por verdade insuperável à qual os pobres – e, portanto, os trabalhadores – deveriam submeter-se. Ou seja, no tratamento dado às desigualdades sociais, os profetas que integram a DSI não consideram a erradicação da pobreza ou a redistribuição dos bens apropriados por aqueles que empregam e assalariam o trabalho alheio, mas restringem-se tão somente a orientar os detentores da riqueza à mera tentativa de suavizar os instintos de avarizia e crueldade inconscientes que eventualmente possam estar ligados ao exercício da posse relativa ao direito à propriedade privada.

Para essa doutrina do Velho Testamento, aos pobres e aos trabalhadores cabe tão somente o proveito sobre a propriedade privada alheia, mas jamais possuí-la ou eliminá-la, de tal modo que a única exigência no tocante à justiça no contrato de trabalho é a de que o empregador – identificado pelo detentor e possuidor da propriedade privada – apenas tente não incorrer no risco de explorar o assalariado, expressamente colocado na figura do pobre impacientemente necessitado de sua paga.

A justiça – i.e., a justiça social – no âmbito das relações de trabalho é, então, apresentada pela igreja da antiguidade como o estrito cumprimento de um direito, a observação da letra fria do contrato e da lei trabalhista, materializado pelo direito do proletário de receber o salário justo pelo seu trabalho ou o dever do empregador de atribuir

³² BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Edições Loyola. São Paulo, 1969, p. 22.

preço justo às mercadorias que o seu trabalhador produz, considerando a necessidade de que todo membro da comunidade participe dos recursos comuns da Terra, ainda que a repartições desses recursos sejam desproporcionais.

Nesse sentido, a DSI, quando baseada nos ensinamentos proféticos, limita-se a fazer advertências àqueles que vivem em demasiada fartura, colocando o luxo e o supérfluo literalmente como injúrias à pobreza, por retirar daquele que nada tem para dar àquele que já tem. Paralelamente, a vantagem conferida aos que não participam do luxo e do supérfluo é somente a proibição de que deles – pobres e trabalhadores – não sejam exigidos juros pelos empréstimos que tomam, havendo que ser observado em favor do pobre e do operário apenas o direito ao necessário, assentado como direito universal, direito da comunidade humana.

Nota-se que, neste ponto da doutrina, não há qualquer crítica contra a acumulação excessiva e a má-distribuição da riqueza. Inexiste crítica à manutenção da existência da pobreza. Há silêncio quanto à proibição do acúmulo pela parcela da sociedade que admite os assalariados, bem quanto à divisão da sociedade em classes: pobres, trabalhadores, estrangeiros *versus* possuidores das propriedades privadas, do lucro e das riquezas.

A justiça social, para a DSI dos profetas, é senão mero amor aos pobres e não a eliminação da pobreza efetivamente. A culpa do rico não é a de ter adquirido seus bens ainda que de forma injusta, mas tão somente a culpa caso não deseje a convivência com o pobre, deixando de dar-lhe o necessário depois de haver provido sua própria abundância.

Por outro lado, no Novo Testamento, cuja figura central é a de Jesus Cristo, a própria riqueza é condenada como maldição. Não apenas o comportamento dos ricos, mas a fortuna em si é concebida como irreconciliável com o Reino de Deus. Contudo, os doutrinadores da Igreja, a partir das modificações de pensamento trazidas pelo Novo Testamento, concluem ainda que não é a propriedade *per se* apontada como um pecado, mas as posses, entendidas como a acumulação e o uso dos bens além das necessidades individuais, sem, todavia esclarecerem que é justamente a manutenção privada dessas propriedades que responde pela acumulação que consideram reprochável.

Outra colocação evangélica inédita – se assim comparada com os ensinamentos proféticos – extraída pela DSI dos textos que remontam às falas de Jesus Cristo é a condenação expressa ao dinheiro e a um sistema econômico baseado no dinheiro, dos quais indica-se decorrerem a espoliação, o fetichismo e a alienação.

A compreensão evangélica doutrinária considera o dinheiro como riqueza desonesta em duas perspectivas: a riqueza injustamente adquirida e a riqueza como instrumento para a injustiça, uma vez que a acumulação espolia o pobre da participação dos bens materiais da

Terra, sem com isso condenar o instrumento moeda propriamente dito, criticando porém o sistema monetário universal que gera acumulação desigual de riquezas.³³

Ressalta-se aqui que a ideia de alienação colocada pela DSI como produto da acumulação de riquezas não representa o mesmo conceito de alienação elaborado pelos pensamentos frankfurtiano e marxista, conforme será analisado nos capítulos subsequentes.

O termo alienação, assentado pela doutrina cristã, significa a perda de si próprio por aquele que acumula dinheiro, deixando de ser possuidor legítimo para passar a ser possuído pela moeda. Em contrapartida, o sentido dado à alienação pela perspectiva filosófica crítica referindo-se à exploração do trabalhador pelo sistema social de trabalho aproxima-se do conceito de espoliação apresentado pela DSI.

Não é possível deixar de observar ainda que a doutrina católica, ao mesmo tempo que identifica que a forma de organização dos primeiros cristãos, ao buscar imitar Jesus Cristo logo após a sua passagem pela história, constituía uma comunidade identificada pela real coletividade dos bens na qual se realizavam os objetivos do comunismo³⁴, também coloca a ressalva expressa de que tal organização comunista primitiva tem cunho meramente facultativo e exemplificativo, mero conselho endereçado apenas a alguns cristãos, não constituindo a regra do comportamento social a ser buscado pelo coletivo humano em geral.

Dito de outra forma, a doutrina cristã, baseada apenas nas escrituras bíblicas, contraditoriamente, não encoraja o fiel católico a seguir o modelo de vida legado por seu próprio expoente máximo, fazendo esmorecer em seus adeptos a aspiração a uma organização vital pautada na coletividade real dos bens e na igualdade de distribuição das riquezas, capaz de colocar fim em todas as mazelas sociais denunciadas e discutidas pela instituição religiosa.

A outro giro, também importa a esta pesquisa acadêmica registrar que, pautada pelo Novo Testamento, a DSI lança luz ao tema da caridade, ensinando a não confundi-la com a esmola ocasional do rico, pois que a esmola, assim praticada, implica a própria negação da caridade em seu sentido mais amplo enquanto cumprimento da justiça social, na medida em que o ato de entregar óbolos, donativos e auxílios significa, em essência, negar direito ao pobre de efetivamente participar dos bens da comunidade.

A caridade é, então, apresentada sob a imagem da proposta de comunhão humana que coloca em primeiro lugar os fundamentos da comunidade dos homens, a sinalizar o respeito dos direitos de todos na sociedade. Essa concepção conduz à renúncia efetiva da parte da

³³ *Ibidem*, p. 35.

³⁴ Referência à passagem bíblica registrada no livro Atos dos Apóstolos, capítulo 2, versículo 44, que diz: “E todos os fiéis estavam unidos, e tinham tudo em comum. Vendiam suas propriedades e os seus bens, e distribuíam o lucro entre todos, segundo a necessidade de cada um.”

renda e da fortuna dos possuidores que ultrapassa as necessidades de uma vida decente. Tal excesso acumulado cabe senão àquele que, inserido na mesma comunidade, não consegue prover suas necessidades mais básicas, ficando alijado do mencionado modelo de vida digna.

A partir do Novo Testamento, advoga-se, pela DSI, que o direito que organiza a sociedade não promove a fusão dos seres, considerando que os sistemas legais vigentes não regulamentam sobre a caridade – como expressão da justiça social – que faz do ser humano o que o jargão religioso chama de irmão universal. Da pesquisa às fontes dos documentos católicos, é possível notar que as encíclicas de alguns papas modernos e contemporâneos começam a realçar mais aspectos da caridade como tradução da justiça distributiva pelo ideal do bem comum a todos, do que os aspectos da mera caridade dos donativos e auxílios.

Isso aponta para a questão de que, recentemente, a doutrina cristã não mais se atém à interpretação dos primeiros padres da igreja que prevaleceu desde o século XIX, concernente a sua doutrina sobre a riqueza, que colocam o ideal do comunismo a título de fórmulas exageradas, hipérbole de oratória, interpretações apócrifas, heresia ou mesmo seita apostólica, ao passo que recomendavam observação às máximas tradicionais da esmola generosa.³⁵

Mas, essa interpretação que prevaleceu por muito tempo foi superada pelos padres que a sucederam, os quais passaram a questionar a origem da riqueza cuja titularidade é reclamada pelo rico, conferindo destaque à ideia de participação comum e universal dos bens a fim de que todos os seres possam igualmente abastecer-se desses bens, cada um segundo suas capacidades e suas necessidades.

Não é teu o bem que redistribuis ao pobre, porque apenas restituís o que é dele. Porque tu és o único a usurpar o que é dado a todos para o uso de todos. A terra pertence a todos e não aos ricos. (...) A natureza, tal como Deus a criou, não fez ricos e pobres. Todos os recursos que servem à humanidade vêm da natureza e, portanto, são para uso de todos.³⁶

Questionam os padres primevos por que os detentores da riqueza acumulada rejeitam a participação de todos à natureza e, ao mesmo tempo, reivindicam a posse privativa desse meio natural, a despeito da doutrina que ensina sobre a concepção da terra – entendida como criação divina – para todos em comum. Interrogam, ademais, por que os ricos atribuem a si o direito à propriedade, conquanto a terra seja propriedade comum de todos os homens oferecendo a todos os seus produtos. Identificam esses padres que a avareza, praticada nos moldes da perspectiva dos bens privativos, pulveriza os direitos de posse coletiva e absoluta.

³⁵ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Edições Loyola. São Paulo, 1969, p. 40.

³⁶ *Ibidem*, p. 43.

No entanto, importa também consignar que uma parte da doutrina da igreja do século XIX agasalhava o pensamento de outros primeiros padres que conferiam legitimidade ao direito de posse dos ricos, desde que se entendesse a posse como mera administração dos bens do pobre pelo rico. Essa concepção resolvia, portanto, o problema da contradição entre a ideia de uma sociedade efetivamente comunal e o direito à propriedade privada, o que acaba, por consequência, enfraquecendo em alguma medida um dos termos a conciliar, qual seja, o direito dos pobres ao acesso a bens essenciais.

Foi desse ponto fundamental que os padres antigos desenvolveram longamente os aspectos do problema social de seu tempo, com descrições da miséria e do luxo, mostrando como o rico especula sobre a miséria. Vale destacar que os padres mais firmes retornavam sem cessar à ideia da comunidade primitiva; percebiam exemplos de característica comunal inclusive na sociedade dos animais; destacavam que o perfil de vida social pela qual aspiravam era o que fazia convergir a atividade de cada membro para um fim comum ao coletivo; e classificavam a riqueza proveniente do consumo como puro parasitismo.

Segundo Pierre Bigo³⁷, embora os padres primitivos mais firmes tenham manifestado sua preferência por uma organização social comunitária, acreditando na sociabilidade humana, denunciando os vícios de sua sociedade, estes párocos não dispunham de meios materiais na situação social de sua época que lhes permitissem promover em conjunto com os seus ouvintes uma efetiva transformação das estruturas sociais. Por outro lado, lançaram, ao menos, os fundamentos dessa reforma, a partir das lições do Evangelho contidas no Novo Testamento, não somente afirmando a comunidade dos bens da terra, mas elevando-a à categoria de direito a fim de que pudesse ser integrada aos arranjos do sistema jurídico, instrumento regulamentador das relações humanas.

Nesse contexto, dando continuidade à sequência das fontes que integram a doutrina social católica estão as encíclicas papais, dentre as quais recebe destaque no âmbito da DSI a carta *Rerum Novarum* publicada em 1891 pelo então pontífice Leão XIII por ser considerada uma reviravolta na própria história da Igreja Católica e, portanto, uma guinada indireta na história da humanidade.

Essa carta, intitulada Das Coisas Novas³⁸, cujo subtítulo é “Sobre a Condição dos Operários” equivale, antes de tudo, à primeira vez que um papa – assim entendido como o representante máximo das instituições católicas – expressa seu pensamento sobre todo o problema social de seu tempo, transformado por sua gravidade e urgência no drama humano.

³⁷ *Ibidem*, p. 47.

³⁸ Tradução do latim para o português para a expressão *Rerum Novarum*.

Nota-se que, em 1891, o problema social que retira a Igreja da omissão de posicionar-se oficialmente acerca das questões políticas, econômicas e sociais de sua época é justamente o problema dos operários da indústria nascente em alguns países, principalmente, europeus.

Dado o fim dos absolutismos e o início do período das revoluções industriais, a mais alta autoridade espiritual católica, ao ser interrogada a respeito da miséria de homens, mulheres e crianças que à época produziram a riqueza econômica do mundo, em lugar de posicionar-se pela proteção integral e absoluta dos trabalhadores, se exprime numa página até então sem equivalente em qualquer outro documento oficial da igreja para validar a novidade de pensamento daquela data, a saber, o surgimento da modalidade de exploração, produção e acumulação conhecida como capitalismo, defendendo a submissão dos trabalhadores aos novos moldes de labor que surgiam ali, a pretexto de alcançar o progresso material.

Sob esse ponto de vista, vale, inclusive dizer que, ao contrário do que defendem alguns estudiosos da DSI³⁹, a encíclica *Rerum Novarum* não aborda o estudo de uma solução do problema operário de seu tempo e não analisa os elementos e as posições das correntes contrárias ao modo de produção capitalista, considerando que Leão XIII analisa as doutrinas do socialismo e do comunismo senão de modo bastante vago, genérico, com excesso de subjetivismos, sem enfrentar detidamente seus conceitos e seus elementos constitutivos.

Socialistas (...) instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado.⁴⁰ (...) O comunismo, princípio de empobrecimento (...) a perturbação em todas as classes da sociedade (...) porta aberta a todas as invejas; o talento e a habilidade privados dos seus estímulos (...).⁴¹

A *Rerum Novarum* não traça, conforma afirma, as linhas positivas de uma solução em favor do movimento operário, nem se coloca em posição contrária às posições do liberalismo. Em verdade, a carta papal revela os germes daquilo que décadas mais tarde será chamado de neoliberalismo⁴², uma vez que tece críticas ao pensamento liberal clássico, reage aos coletivismos e às propostas de intervencionismo do Estado, mas, por outro lado, apresenta qual seria o desenho das instituições – igreja, Estado e sindicatos – compatível com o novo modelo econômico em surgimento na época.

³⁹ BIGO, Pierre. A Doutrina Social da Igreja. Edições Loyola. São Paulo, 1969, p. 60.

⁴⁰ LEÃO XIII. Carta encíclica *Rerum Novarum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981. p. 2.

⁴¹ *Ibidem*, p. 6.

⁴² Entende-se aqui o neoliberalismo como o conjunto de teorias que buscam a construção das condições materiais – dentre elas, as condições culturais – para instituir o denominado modelo econômico de mercado e que, para alcançar esse objetivo, recorre ao processo de produção de subjetividades, isto é, produção de novas formas de consciência e sentimentos, a fim de impor o modelo de mercado a todos os âmbitos da vida social, tal como o fazem as diretrizes contidas na carta encíclica *Rerum Novarum* já no ano de 1891.

Já de saída, observa-se, no texto, que a encíclica em questão não se pronuncia pelo fim do capital e seu sistema, mas tão somente busca uma saída mediadora que pretenda prescrever direitos e deveres do capital. Não por acaso, a redação papal induz o leitor a erro a respeito da diferença entre os conceitos de propriedade particular e propriedade privada dos meios de produção, e sequer considera a formação da propriedade privada através de aquisições originalmente violentas e fraudulentas de terras de uso comum – a exemplo dos cercamentos na Inglaterra – cujas práticas existiam desde o século XII e se intensificaram no século XVI.

Observa-se também que o documento de Leão XIII não leva em consideração o engrandecimento da classe trabalhadora fora do viés meramente econômico e financeiro. A doutrina social de 1891 ignora a emancipação do próprio espírito humano do operário como expressão de progresso e evolução societária. Antes, orienta seus posicionamentos sem fazer a devida distinção entre o domínio do homem sobre a natureza e o domínio do homem pelo homem no âmbito da produção dos bens indispensáveis à manutenção social.

Sobre esse aspecto, a *Rerum Novarum* chega a ponto de não rechaçar a exploração humana proveniente do sistema do capital, colocando, entretanto, a exploração de poucos sobre muitos como fator que deve ser tolerado e justificado pela propriedade privada como direito natural, através de um apelo eminentemente religioso e pouco racional: “Deus não concedeu a terra aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos. (...) Deus quis deixar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos.”⁴³

A encíclica que para alguns inaugura a DSI no contexto do magistério católico define, então, o trabalho humano como o meio universal de prover às necessidades da vida e que deve ser remunerado. Ou seja, nos moldes da doutrina cristã da época, a remuneração pelo trabalho deve figurar ao operário como seu único e indispensável expediente para alcançar a sobrevivência no sistema societário capitalista baseado no lucro.

O trabalho é, então, considerado por este recorte da DSI como expiação por conta do pecado humano, de tal maneira que a dor e o sofrimento são tomados a título de atributos privilegiados da humanidade. Enfim, a doutrina social adotada pela *Rerum Novarum* não busca a solução da pobreza nem a extinção das classes sociais. Ao contrário, consolida o preceito daquilo que chama de concórdia de classes para o qual cada indivíduo deve aceitar com paciência a sua condição classista por considerar impossível que na sociedade civil todos possam ser elevados ao mesmo nível.

O argumento adotado por Leão XIII para explicar suas colocações doutrinárias está assentado na ideia de que a origem da desigualdade das condições entre as classes sociais

⁴³ *Ibidem*, p. 4.

provém da própria natureza, isto é, do meio natural que estabeleceria entre os indivíduos diferenças profundas – inteligência, talento, habilidade, saúde e força – de modo que a soma das desigualdades se converteria em proveito de todos no coletivo societário.

Para essa perspectiva, como sinal da união entre as classes sociais, a dignidade no trabalho corresponde apenas à diminuição da penúria do trabalhador e não sua eliminação. Nesse sentido, a DSI da *Rerum Novarum* impõe à classe operária o aprendizado dos costumes cristãos como instrumento para a redução do desejo excessivo por riquezas, da sede dos prazeres, orientando o trabalhador a contentar-se com uma vida e alimentação frugais, e a acostumar-se a suprir suas necessidades pela economia da modicidade do rendimento, pautando sua subsistência pelo exato quantitativo do seu salário.

A doutrina papal do final do século XIX estabelece ainda que, de todos os bens que os trabalhadores produzem para a sociedade, cabe aos operários somente a garantia de habitação e vestuário. Para o sumo sacerdote, essa salvaguarda já representa uma participação razoável do proletariado na redistribuição dos produtos que fabricam. A ideia aqui – transmitida expressamente no texto da encíclica – é a de assegurar que a classe operária não pereça, uma vez que esta representa a única fonte da qual procede a riqueza das nações.

No tocante à atuação estatal, a encíclica do pontífice Leão XIII preconiza limites à ação do Estado. Importa à sua doutrina católica a intervenção dos poderes públicos para “que o povo se conserve no seu dever”, ao mesmo tempo que considera “um dever principalíssimo dos governos o de assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias.” Nesse sentido, configura dever do Estado para a DSI do ano de 1891: repressão das greves; proibição à “promiscuidade dos sexos e outras excitações ao vício” por perigo à moralidade; preservação dos “patrões de serem despojados do que é seu.”⁴⁴

O controle do tempo livre do trabalhador também foi considerado pelo santo padre na elaboração de seus ensinamentos. Sob o véu da defesa das condições humanas de trabalho, a encíclica advoga a causa da necessidade do repouso festivo consagrado à religião, tutelando a ideia de que o operário não deve estar em ócio por mais largo espaço de tempo. Aliás, a doutrina social do período das revoluções industriais direciona considerações para a questão das horas diárias de trabalho cuja intervenção pelos poderes públicos é reputada importuna, preferindo-se o acordo direto entre empregado e patrão sobre o tema da jornada laboral, ainda que representados pelos sindicatos de suas categorias.

Enfim, a doutrina da *Rerum Novarum* manifesta-se de maneira expressa em defesa do modelo de economia de mercado, sustentando que o espírito de propriedade individual e a

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 17 e 18.

expectativa de prosperidade devam ser impregnados nas massas populares por intermédio do sistema de leis das sociedades, de tal modo que “a massa comum seja administrada” e determinada, segundo a encíclica, “pelo grau de indigência de cada um dos membros”.⁴⁵

Desse modo, a Igreja estimulava, à época das transformações históricas da fase industrial, que todas as atividades comerciais deveriam ser operadas com exclusividade pela iniciativa privada, sem qualquer intromissão estatal. Caberia ao Estado, segundo Leão XIII, apenas garantir a existência dessas empresas, assegurando, sobretudo, a existência das corporações particulares responsáveis pela seguridade dos trabalhadores em casos de morte, acidentes, enfermidades, viuvez ou orfandade.

A doutrina oficial católica desse período exorta senão a manutenção da situação de pobreza dos membros de uma sociedade, que, assim, submetidos à mendicância ou a extrair a sobrevivência do próprio trabalho, os indivíduos podem ser disciplinados, tornando-se, como descreve o pontífice, diligentes, laboriosos, modelos de justiça e, principalmente, alvos de caridade, razão por que a encíclica *Rerum Novarum* encerra seu texto afirmando que “a salvação desejada” para os problemas da classe operária “deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade”.⁴⁶

No rastro dos demais textos oficiais do Vaticano que integram a DSI católica, possuem relevância para esta pesquisa a encíclica *Laborem Exercens* (1981) do pontífice João Paulo II e o Compêndio da Doutrina Social Católica (2004). Ambos tratam expressamente da categoria trabalho humano como uma das questões sociais sensíveis que são próprias ao modelo societário engendrado pelo sistema econômico de produção capitalista.

Desses textos, importa destacar que a doutrina de João Paulo II já inicia sua encíclica colocando, a título de dever, o trabalho – assim entendido toda atividade humana voltada para o domínio da natureza – como meio para a subsistência individual dos membros sociais e para a contribuição do progresso das ciências e da técnica.

O contexto social e político referente à época da elaboração da encíclica *Laborem Exercens* também consta do documento papal que, informando estar no ano de 1981 às vésperas de novos adiantamentos nas condições tecnológicas que iriam influir no mundo do trabalho e da produção, situa o papel da instituição Igreja Católica – sob a bandeira do progresso autêntico do homem e da sociedade – como a tarefa de contribuir orientando as aludidas mutações que passariam à reordenação e ajustamento das estruturas da economia por uma nova distribuição do trabalho.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 24.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 26.

O pontífice lamenta os eventuais efeitos negativos das referidas mudanças, tais como o desemprego a milhões de trabalhadores, conquanto compreenda-os indispensáveis e relativos à necessidade de um novo período que chama de adestramento social para formulação de novas tarefas e novos significados do trabalho humano.

A encíclica de João Paulo intenta um apagamento da existência de desigualdade entre classes ao emplacar que o problema estrutural que ronda o controle do trabalho das massas populares assumiria dali em diante o *status* global, a sinalizar, assim, o âmbito de domínio a que se propunha a onda neoliberal que rondava as sociedades planetárias àquela época.

No tocante à questão religiosa do mandamento divino à submissão da terra por todos, que enseja o debate sobre as propriedades – notadamente a propriedade privada – a doutrina social de João Paulo II estabelece que, naquele cenário político novo, o domínio da terra – isto é, a propriedade dos recursos naturais – caberia à indústria, a qual, por meio do trabalho mecanizado e da indústria de serviços, conseguiria conjugar as riquezas da terra com o trabalho físico e intelectual dos sujeitos trabalhadores.

A doutrina da Igreja, através dos escritos da *Laborem Exercens*, não somente declara de forma expressa e inequívoca que se contrapõe à corrente do pensamento que entende o trabalho como mercadoria vendida ao possuidor de dinheiro e capital, como também afirma que haja desaparecido este modo de conceber o trabalho humano, uma vez que alega que os erros do sistema capitalista tenham ficado no passado do capitalismo primitivo, de modo a colocar na esfera da suposição a existência daquilo que chama de “capitalismo bom”⁴⁷, que representaria uma readequação do modelo econômico da acumulação que não mais colocaria o trabalhador como instrumento da produção.

Em que pese o conjunto de atividades desenvolvidas pelos membros da sociedade seja colocado por essa doutrina como um modo de autorrealização dos sujeitos, o trabalho também é colocado por João Paulo como obrigação moral da humanidade, como expressão de uma característica orgânica e psicológica de laboriosidade orientado para o aumento do patrimônio social, que, levado à prática dessa maneira, faz cumprir e obedecer um princípio ensinado pela Igreja, a saber, o princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital.

Por esse princípio, João Paulo II encerra algumas ideias, tais como, a separação entre trabalho e capital, levando a pensar, em alguma medida, que o trabalho conduzido no interior do sistema econômico de natureza capitalista seja categoria distinta do capital, bem como, contraditoriamente, coloca o trabalho como causa primária, necessária e eficiente, do modo de produção capitalista, sem ser meio de produção desse modelo produtivo.

⁴⁷ JOÃO PAULO II. **Carta encíclica *Laborem Exercens***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981, p. 11.

Adiante, ao que parece ainda mais contraditório, a doutrina proposta pela Encíclica passa a reclamar a não separação entre trabalho e capital. Contudo, nesse caso, o sentido que se revela nessa bandeira é o de que a figura do capital não pode ser afastada do trabalho, estabelecendo, assim, uma compreensão de que o capital – tal como o é por definição – não seja pernicioso ao trabalho humano ou ao trabalhador.

É sutil a doutrina católica proclamada pelas linhas da *Laborem Exercens*, haja vista que uma primeira leitura desatenta da encíclica pode conduzir vícios⁴⁸ de interpretação sobre conceitos econômicos e sobre filosofias analíticas do sistema capitalista, por olhar para os aspectos gerais e superficiais do texto papal que têm somente a aparência de uma doutrina concorde com as críticas mais veementes do modelo social instaurado pelos processos da acumulação de capital.

Nesse sentido, por exemplo, o então pontífice dos idos de 1981 traça algumas linhas comentando descritivamente sobre o programa marxista para a superação do sistema capitalista que, até esse ponto, identifica com acerto o aspecto geral das propostas indicadas por Marx, dentre as quais destacou a coletivização dos meios de produção, significando a transferência dos meios produtivos das mãos privadas para a coletividade.

No entanto, o vício quase invisível desse descritivo vai surgir mais adiante em parágrafos distintos e afastados no texto da encíclica, ao afirmar que o sistema coletivista que propõe a eliminação da propriedade privada dos meios de produção importará em monopólio do poder, uma vez que esses meios de produção, nesse sistema de trato coletivo, passariam – conforme afirmado textualmente no documento papal – para a propriedade do Estado, ao total arrepio das proposições marxianas que arquitetam as características constituintes da socialização dos meios de produção e trabalho e estabelecem o poder sobre as propriedades às comunidades de trabalhadores gerais e não ao Estado, a quem deve restar apenas uma pequena parte da produção comunitária entregue diretamente a título de renda natural estatal.

No mesmo sentido, a DSI das últimas décadas do século XX direciona de modo completamente incorreto o entendimento sobre o materialismo dialético, a começar pela própria definição sugerida ao termo materialismo. Ao contrário do que se afirma, o materialismo na acepção filosófica não significa a convicção do primado e da superioridade daquilo que é material em detrimento dos aspectos espiritual e pessoal dos sujeitos de uma sociedade, como o agir dos indivíduos e os seus valores morais.

⁴⁸ “A antinomia entre trabalho e capital não tem a sua fonte na estrutura do processo de produção, nem na estrutura do processo econômico em geral.” (JOÃO PAULO II. **Carta encíclica *Laborem Exercens***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981, p. 21)

As concepções do materialismo dialético não afastam o ser humano de uma posição central de importância nem relegam os atores sociais ao papel de subordinação às questões econômicas de produção. Justamente na direção contrária, qualquer proposta formulada nas bases do materialismo dialético leva em consideração a realidade material de cada contexto de lugar e época para conseguir articular programas de organização e convivência social que sejam efetivos e eficazes na concretização do desenvolvimento emancipado dos aspectos humanos espirituais, como liberdade, autonomia, felicidade, prazer, bem-estar, cultura, solidariedade e cooperativismo, precisamente tentando diminuir ao máximo permitido pelas condições de cada realidade material, a submissão dos seres às engrenagens da produção.

Outro equívoco percebido na sutil inexatidão cônica da articulação das ideias expostas na encíclica *Laborem Exercens* está na interpretação que separa os conflitos entre trabalho e capital na produção da respectiva luta de classes entre capitalistas e trabalhadores, induzindo à compreensão de que são reais somente os primeiros conflitos – os ocorridos no cenário da produção de mercadorias – mas artificiais e programadas as expressões das lutas de classes assistidas cotidianamente no cenário social, que expressariam tão só uma mera luta ideológica emparelhada para alcançar o exercício de poder político.

A doutrina de João Paulo II separa o traço político dos fenômenos econômicos, o que serve para naturalizar alguns expedientes da prática econômica social e sobrenaturalizar outros, especificamente aqueles que representam aspectos negativos e problemáticos da vida econômica capitalista, que passam a ser avaliados como expressões místicas e abstratas de um desvio individual do comportamento humano que podem ser corrigidas à base da boa vontade e da atitude individualizada dos membros da sociedade, pois, retirando, assim, o viés político das atividades produtivas, apagam-se ou, ao menos, ficam embotados os propósitos que acompanham o programa econômico que esteja socialmente estabelecido.

Assim, a encíclica *Laborem Exercens* sinalizando o desejo por superação radical daquilo que chama de erro capitalista, propondo para isso uma pacificação entre trabalho e capital e não a superação deste último, enfrenta o tema da propriedade privada, confirmando-a não somente como princípio da DSI Católica, mas como princípio diametralmente oposto ao programa coletivista e socialista proposto por Karl Marx.

No entanto, o pontífice assevera que o preceito da propriedade privada difundido pela igreja também é contrário ao programa liberal do capitalismo, uma vez que, conforme diz, a instituição cristã, não compreendendo o direito à propriedade privada como regime absoluto e intocável como o afirmado pelas teorias liberais em favor do sistema capitalista, subordina o exercício da propriedade privada ao uso comum, a título de destinação universal dos bens.

Nesse caso, o desejo ou a idealização da igreja acerca de um modo de produção que envolva o capital e propriedade privada não exclusiva aproxima-se ou de um paradoxo ou de um anacronismo, pois que deseja o sistema da propriedade privada da época feudal mas aplicado no contexto do sistema social que sucedeu o feudalismo, isto é, o capitalismo.

Como sistemas distintos na essência, o capitalismo sucede o sistema feudal justamente por meio de sua superação. Atributos específicos do modelo de sociedade do feudalismo foram superados porque, do contrário, não permitiriam não somente o estabelecimento mas a manutenção do sistema capitalista nascente. Uma dessas dinâmicas peculiares ao regime feudal mas que inibiriam a acumulação de capitais – que é a medula do regime capitalista – é senão o modelo vislumbrado pela igreja de pequenas propriedades dispersas entre muitas mãos privadas para domínio e usufruto dos meios de produção.

Por outro lado, a estrutura social que permite a acumulação de capitais em poucas mãos é a que estabelece as propriedades – sobretudo as propriedades de terra – socialmente concentradas. Desse modo, não há como buscar um tipo alternativo de capitalismo que pratique o regime de propriedade privada feudal, sob pena da própria ruína da acumulação de capital.

A proposta de capitalismo reformado e construtivo defendido pela DSI na encíclica *Laborem Exercens* é impossível, já que o princípio do respeito ao trabalho humano emancipado, autônomo e livre de qualquer espécie de exploração – dentre as quais figura a servidão – não se coaduna nem com o princípio da propriedade privada dispersas para uso comum nem com um sistema em que exista a presença de capital, um instituto de autovalorização mediante a exploração de controle e subordinação das atividades humanas.

As proposições da *Laborem Exercens* à copropriedade dos trabalhadores sobre a propriedade privada exclusiva do capitalista por meio da participação dos operários no lucro e na gestão das empresas privadas foram e estão sendo levadas à efeito desde a época da encíclica até hoje e não se revelaram medidas suficientes para resolver o problema da exploração dos trabalhadores nem o problema da extrema desigualdade na distribuição social das riquezas produzidas sob o comando do capitalista.

Aliás, a DSI em questão, ao registrar a obrigação de trabalhar entre os direitos específicos dos trabalhadores, não somente alçando o trabalho humano a uma obrigação, mas uma obrigação que deve ser protegida sob a insígnia de direito, instaura uma nova contradição em seus termos, sobretudo quando a DSI também promove a instrução de que todos os esforços devem ser envidados para que os indivíduos possam conservar a consciência de trabalhar por sua própria conta. Desses termos, o que se compreende é que ou há a

valorização da essência humana que permita ao indivíduo a liberdade de trabalho – podendo escolher em que, como e quando trabalhar e até mesmo escolher não trabalhar, nos casos do ócio criativo – ou há a obrigação de trabalhar. Ou o trabalho é livre ou é subordinado e obrigatório, não sendo possível o panorama social pretendido pela Igreja Católica.

Tratando sobre o socialismo, a DSI do século passado não apenas confunde o modelo social da coletividade a um sistema estatal e público de produção e finanças como confunde-se sobre a meta da economia socialista que não é estabelecer competição entre empresas capitalistas a fim de vencê-las e superá-las, tal qual ensinado na encíclica *Laborem Exercens*.

O panorama de uma comunidade socialista é implementar novas formas de produção e de relações sociais, que se afigurem não apenas alternativas mas independentes das instituições do regime capitalista, com as quais devem coexistir por algum tempo, de maneira a gradativamente tornar obsoletas as engrenagens do sistema de acúmulo de capitais que tenderão a desaparecer por si sós.

Ainda nesse ponto, a doutrina de João Paulo II aproveita para levantar atenção ao estandarte em favor do lucro, aproximando-o do funcionamento das dinâmicas socialistas de produção, a fim de emprestar credibilidade a esse elemento próprio da produção e acumulação de excedentes. No entanto, ainda que haja razão sobre a existência do lucro no seio socialista, não é correta a avaliação da DSI de que esse fato não importe em contradição.

Justamente em razão de sua coexistência com os mecanismos capitalistas, o regime socialista é o regime que se sabe portador de algumas contradições estruturantes, que, por outro lado, são transitórias, isto é, provisórias até que se consuma a obsolescência do modo capitalista de produção e reprodução social.

Por conseguinte, sobre o desemprego, a DSI, nos termos da encíclica *Laborem Exercens*, não relaciona o fenômeno como característica própria, indissociável, do sistema capitalista de produção, baseado na propriedade privada que visa exclusivamente o lucro crescente. A encíclica limita-se a colocar o apaziguamento do desemprego – o que meramente chama de sintoma do capitalismo – à conta estatal, tanto nacional quanto internacional, reclamando subvenções e fundos para amparar desempregados. Não fazendo uma análise completa sobre a ocorrência do desemprego, o pontífice limita-se apenas a argumentar que: “existe alguma coisa que não está bem sob o aspecto social”⁴⁹.

Em verdade, o desemprego é, para a DSI, colocado como um mal social a ser contornado porque, implicando na ausência de salários e subsistência à classe trabalhadora, a doutrina católica orienta a intelecção sobre o regime capitalista afirmando que toda e qualquer

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 29-30.

disputa existente na relação entre empregador e o trabalhador resolve-se à base do pagamento de salários, supondo a superação dos graves desvios sociais tão só mediante a uma justa remuneração do trabalho que for feito pela classe que vive do trabalho.

Segundo o ensinamento católico oficial, a ideia de justiça – notadamente a justiça social – fica pautada pelo regime de remunerações equitativas aos trabalhos desempenhados no funcionamento do sistema capitalista socioeconômico de modo que, para a Igreja, o capitalismo, que assim se desenvolva, é considerado justo.

Argumenta a DSI através das exposições de João Paulo II que “uma justa remuneração do trabalho das pessoas adultas, que tenham responsabilidades de família, é aquela que for suficiente para fundar e manter dignamente uma família e para assegurar o seu futuro”.⁵⁰

Esse afirmação atrai a crítica filosófica marxiana a qual demonstra que a exploração do trabalho humano que é praticada pelo sistema econômico de viés capitalista é exatamente engendrada e reforçada pelo esquema do trabalho remunerado e assalariado, uma vez que o preço salarial pago pelo capitalista ao operário limita-se a valor apenas suficiente para a manutenção diária da existência física do trabalhador e à reprodução da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, a doutrina católica sequer reflete sobre as grandes fortunas acumuladas, inclusive hereditariamente, por minorias – que não trabalharam nem trabalham – cujo montante que ultrapassa a quantia necessária para viver com sobriedade foram originariamente adquiridos pela extração de valores da força de trabalho explorada.

A DSI mais moderna do final do século XX, apesar de aspirar a uma verdadeira emancipação humana, ainda segue defendendo todos os direitos trabalhistas clássicos – repouso semanal, férias, aposentadoria, seguridade social, meio ambiente do trabalho, sindicalismo – como expressões de limite máximo para os contornos da sociedade justa e livre pretendida.

A doutrina social católica do século XX, mesmo diante das experiências históricas negativas do sistema capitalista assimiladas a partir da Revolução Industrial – contexto da encíclica *Rerum Novarum* – não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social.

Com isso, a Igreja, às vésperas do século XXI, tenta a todo custo negar ou, ao menos, apagar a existência de classes sociais e seus desdobramentos, bem como aplica-se por normalizar a existência de um número ínfimo de ricos e super-ricos e de uma quantidade majoritária de trabalhadores. A Igreja revela nas entrelinhas de sua DSI do ano de 1981 que a

⁵⁰ *Ibidem*, p. 32.

classe que explora os meios de produção não trabalha quando utiliza expressões “homens do trabalho”. Em outras palavras, em que pese o trabalho seja considerado um dever como proposto no início da encíclica *Laborem Exercens*, nem todas as pessoas trabalham no sistema que visa acumular lucro e capitais por meio da concorrência e da propriedade privada individual e, mesmo assim, recebem a bênção e o aval da igreja.

Por um outro lado, vale reconhecer que, quando trata sobre greve, a DSI em 1981 apresenta uma mudança de posição radical em relação aos regramentos doutrinários que foram considerados expressão oficial do posicionamento da igreja no século XIX tutelados pela *Rerum Novarum*. Mesmo que a encíclica de João Paulo II proclame limitações e condições para o exercício do movimento grevista, é certo que a doutrina social católica passa a reconhecer a greve como expediente legítimo no conjunto dos temas de cunho social.

No entanto, a encíclica *Laborem Exercens* torna à incorreção de suas análises no tocante ao êxodo rural quando atribui a ausência de apreço social pelo trabalho rural como força motriz para a migração de populações da zona do campo para as cidades, camuflando, portanto, que o agente que leva os rurais a abandonarem a terra seja a efetiva falta de condições materiais para manter-lhes a subsistência no campo.

Em suma, considerando os documentos oficiais papais, é certo dizer que a doutrina social da Igreja Católica no século XX segue mantendo os mesmos critérios da doutrina anunciada no século XIX pela encíclica *Rerum Novarum* de, por meio de apelo à fé dos indivíduos, instruir o pensamento popular a aceitar acriticamente o regime de trabalho dos moldes capitalistas, não discutir a separação da sociedade em classes e rejeitar o socialismo apoiando-se em bases equivocadas de conhecimento do senso comum:

(...) promoção de uma espiritualidade do trabalho, susceptível de ajudar todos os homens a aproximarem-se através dele de Deus, Criador e Redentor, e a participarem nos seus desígnios salvíficos quanto ao homem e ao mundo, e a aprofundarem na sua vida a amizade com Cristo. (...) A consciência de que o trabalho humano é uma participação na obra de Deus, deve impregnar — como ensina o recente Concílio — ‘também as atividades de todos os dias. Assim, os homens e as mulheres que, ao ganharem o sustento para si e para as suas famílias, exercem as suas atividades de maneira a bem servir a sociedade, têm razão para considerar o seu trabalho um prolongamento da obra do Criador, um serviço dos seus irmãos e uma contribuição pessoal para a realização do plano providencial de Deus na história’. (...) O suor e a fadiga, que o trabalho comporta necessariamente na presente condição da humanidade, proporcionam aos cristãos e a todo o homem, dado que todos são chamados para seguir a Cristo, a possibilidade de participar no amor à obra que o mesmo Cristo veio realizar. (...) No trabalho humano, o cristão encontra uma pequena parcela da cruz de Cristo e aceita-a com o mesmo espírito de redenção com que Cristo aceitou por nós a sua Cruz.⁵¹

⁵¹ *Ibidem*, pp. 39-40 e 43-4.

Ato contínuo, passando às considerações sobre o trabalho humano e questões de economia, política e sociais elaboradas pelo próprio Compêndio da Doutrina Social, organizado nas conjunturas do século XXI, no ano de 2004, alguns pontos merecem ser destacados para a composição desse capítulo da dissertação como expressão da revisão de literatura que se ocupa de averiguar as eventuais modificações no pensamento formal da Igreja Católica sobre o tema central desta pesquisa e que configuram os contornos do contexto em que está inserida a doutrina do atual pontífice Francisco revelando, portanto, qual seja a fonte principiológica que orienta o movimento articulado da Economia de Francisco e Clara, que é o objeto sobre o qual recairão as principais análises críticas deste trabalho acadêmico.

Nesse sentido, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI) não inova o preceito sobre o trabalho humano construído até João Paulo II, considerando ainda o ato de trabalhar uma obrigação moral e de fé. No entanto, faz acrescentar que a penosidade e o cansaço característicos do ato de trabalhar são decorrentes do pecado original cometido por Adão e Eva, velando, assim, a possibilidade de obtenção de qualquer grau de compreensão das condições materiais do trabalho a partir de análises acerca das jornadas ordinárias e extraordinárias de trabalho no âmbito dos modelos econômicos de produção.

A doutrina religiosa também mantém em 2004 a concepção que liga o trabalho à fonte de riqueza social, contudo acrescentando ao trabalho o atributo de meio para condições de vida decorosa e para erradicação eficaz da pobreza, não devendo ser tomado, conforme o CDSI, como último e definitivo sentido da vida.

A compilação do conjunto dos princípios informadores da DSI Católica conserva a aceitação do lucro ao lado da exigência do trabalho humano nos modelos de economia – notadamente no que se refere ao modelo de economia capitalista correspondente à época.

Não tendo sido abordado na encíclica *Laborem Exercens*, o CDSI retoma a questão do repouso necessário relativo à exigência do trabalho em conformidade com a diretriz religiosa estabelecida na *Rerum Novarum*. Entretanto, a doutrina compilada acrescenta à regra do dia de descanso a concepção de que o repouso concedido ao trabalhador representa uma espécie de compensação à prática econômica de acúmulo de bens por parte de alguns a partir de uma subtração de bens a outros.

Ademais, segundo a doutrina assim renovada, conservar o operário em repouso remunerado – seja por um dia semanal ou por um ano em caso de férias – significa a suspensão dos direitos de propriedade dos donos do solo em que ocorre o trabalho e a expropriação dos frutos da terra em favor do trabalhador em inatividade. Aliás, no CDSI o

trabalhador é novamente retratado pela expressão “pobre”, conforme a prática observada nos primeiros textos da DSI, especificamente, os livros bíblicos do Antigo Testamento.

O compêndio das leis doutrinárias apresenta, à designação de princípio geral, uma regra que, no entanto, somente se aplica aos operários – “o operário é digno de seu salário”⁵² – reafirmando, assim, dois pontos basilares da doutrina social da igreja: um, a contradição acerca da obrigatoriedade do ato de trabalhar aplicada somente à classe trabalhadora e o outro, a evangelização do modelo de trabalho assalariado.

Quanto a essa questão salarial, o parecer doutrinário da igreja aponta sem rodeios que a remuneração é instrumento – e o mais importante – para efetivação da justiça nas relações de trabalho, por contemplar o trabalhador e a sua família, razão pela qual, segundo a Igreja, o salário não deve ser pago em valor inferior ao sustento do núcleo familiar do operário, tal como o afirmam os teóricos liberais sobre os quais recaíram as críticas da filosofia marxiana.

Constam do CDSI outras advertências – certamente também endereçadas apenas aos pobres, ou melhor, aos trabalhadores – que são a repreensão contra a atividade humana voltada ao enriquecimento e a nocividade do ócio. A censura ao impulso de desejar a acumulação de tesouros através do exercício do trabalho é ressalvada pela observação de que o enriquecimento pode levar a transformações do universo em direção à perfeição, mas que, ainda assim, é preferível aos pobres aguardar alcançar os “tesouros do céu”⁵³ para, na Terra, cooperar com Jesus pela participação numa obra de redenção e cocriação divina.

Nesta visão superior, o trabalho, pena e ao mesmo tempo prêmio da atividade humana, comporta uma outra relação, aquela essencialmente religiosa, que foi felizmente expressa na fórmula beneditina: “Ora et labora!”. O fato religioso confere ao trabalho humano uma espiritualidade animadora e redentora. Tal parentesco entre trabalho e religião reflete a aliança misteriosa mas real que medeia entre o operar humano e o providencial de Deus.⁵⁴

Na sequência dessas colocações anotadas no compêndio doutrinário, mais uma vez as orientações da Igreja no início do XXI fazem ressoar, claramente, as determinações precedentes mais incisivas estampadas na encíclica *Rerum Novarum* dirigidas senão no contexto social do século XIX tratando sobre tópicos acerca da questão operária, como exploração dos trabalhadores, organização industrial do trabalho, modelo econômico de matriz capitalista e combate ferrenho ao que chama de “o problema, não menos grave, da instrumentalização ideológica, socialista e comunista”⁵⁵.

⁵² PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2004, p. 96.

⁵³ *Ibidem*, p. 96.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 98.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 98.

O CDSI invoca expressamente a encíclica antepassada *Rerum Novarum* para reproduzir os elementos à iteração de alguns dogmas sociais caros à Igreja Católica como as insistentes reafirmações sobre a importância do direito de propriedade privada e a negação da ideia da luta entre as classes sociais convertida em princípio de colaboração entre classes.

Mais uma vez, nos textos oficiais da Igreja aparece a negação não fundamentada de que nos modelos produtivos de economia o sujeito que trabalha esteja reduzido a simples força de trabalho e meio de produção bem como ressurgem a ideia de complementariedade entre as categorias trabalho e capital em lugar da concepção amplamente demonstrada pela filosofia e análises econômicas que, apesar de o trabalho possuir o atributo de capital na dinâmica do modo de produção capitalista, revelam a marca da contraposição basilar entre trabalho e capital a partir da perspectiva ocupada pelo trabalhador na cadeia produtiva das mercadorias.

Asseverando que o trabalho não tenha valor, ou não exista, sem o capital, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja traz algumas outras assertivas no sentido de que não existe contradição entre o desenvolvimento integral da pessoa humana no trabalho e a maior produtividade e eficácia do trabalho humano executado segundo o paradigma capitalista de economia, que, ao contrário, os altos índices de produtividade que beneficiam o capitalista podem ser fomentados pela emancipação do trabalhador.

A desconexão entre algumas ideias intrínsecas é manejada com sutileza na construção do pensamento anotado no CDSI, como a separação entre a utilização de progressos científicos-tecnológicos, mundialização dos mercados e o princípio capitalista do maior lucro da produção combinado com o pagamento de salários no mais baixo possível.

Para a doutrina católica, nos termos do compêndio elaborado, o atual conflito entre capital e trabalho está revelado senão pelo risco de exploração do trabalhador mediante os progressos científicos e tecnológicos e a mundialização dos mercados, relegando ao passado do sistema de produção capitalista o conflito entre a busca da classe empresarial pelo maior patamar lucro possível e os baixos níveis de salário pagos à classe trabalhadora.

O CDSI toca de maneira expressa na temática da alienação do trabalho e sua superação. Contudo, restringe a ocorrência da alienação às piores formas de exploração laborais referentes ao cenário capitalista: “bolsões de não trabalho, de trabalho clandestino, de trabalho infantil, de trabalho sub-remunerado”, “super-trabalho, trabalho-carreira”, “excessiva flexibilidade do trabalho”⁵⁶. Com isso, a doutrina católica induz à concepção equivocada de

⁵⁶ *Ibidem*, p. 102.

que a alienação não se verifica nas condições consideradas normais de submissão ao modelo empregatício de trabalho livre, subordinado e regularmente remunerado.

Ademais, a doutrina compendiada induz igualmente a equívoco ao asseverar – destituída de qualquer fundamento ou explicação – que o fenômeno da alienação humana pelo trabalho também se dá com a participação dos sujeitos em autênticas sociedades solidárias no contexto de trabalhos imateriais, leves, mais qualitativo que quantitativo em igual medida às atividades desenvolvidas na conjuntura de relações sociais pautadas na competitividade.

No tocante às questões relativas à propriedade privada, a Igreja, através de seu compêndio doutrinário, praticamente repete as asserções de João Paulo II na encíclica *Laborem Excercens*, sustentando, por intermédio dos lemas do bem comum e da destinação universal dos bens, a participação de trabalhadores na propriedade privada das empresas capitalistas, supondo o efeito de desonerar os poderes públicos da responsabilidade de socorrer aos indivíduos desamparados pelo capital, em vista da promoção da autonomia aos sujeitos participantes da copropriedade do capital, assim concedendo aos trabalhadores – isto é, aos pobres – tão somente o direito de uso da propriedade privada, mas nunca o domínio das propriedades de terra ou dos demais meios de produção.

A relação entre trabalho e capital se expressa também através da participação dos trabalhadores na propriedade, na gestão e dos seus frutos. E uma das vias para alcançar tal objetivo poderia ser a de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital (...) para usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos. (...). A nova organização do trabalho, em que o saber conta mais do que a mera propriedade dos meios de produção, atesta de maneira concreta que o trabalho, pelo seu caráter subjetivo, é título de participação.⁵⁷

O Magistério social da Igreja articula ainda as relações entre trabalho e capital pelo instituto da propriedade privada afirmando, inclusive, que “a propriedade se adquire antes de tudo através do trabalho”⁵⁸ em flagrante desacordo com as referências históricas mundiais acerca do fenômeno da acumulação primitiva, iniciada na Europa já no século XIV.

Em verdade, soam contraditórios os fundamentos da igreja acerca da propriedade lançados no CDSI, de ver que, ao mesmo tempo em que defende a manutenção da propriedade privada e rechaça o coletivismo e a socialização da propriedade dos meios de produção, entende ser prejudicial a acumulação e o domínio da propriedade e dos meios de produção por grupos restritos de poder. Desse modo, ao que parece depreender da nebulosa concepção doutrinária, se o princípio maior é a destinação universal do bem comum e a

⁵⁷ *Ibidem*, p. 102.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 103.

propriedade e os meios de produção devem ser alcançados por todos, então, não há como não falar da socialização dos meios e das posses como antítese ao modelo capitalista de sociedade.

Na sequência dos ensinamentos doutrinários, o CDSI qualifica o desemprego como uma verdadeira calamidade social e, dessa forma, deixa de analisar o fenômeno como elemento constituinte do sistema capitalista de propriedade privada que defende. A doutrina católica deste século XXI atribui sem maior cuidado analítico o risco de incrementar os níveis de desemprego às inovações da tecnologia da época presente.

Nesse sentido, o pleno emprego é abordado na compilação doutrinária do ano de 2004, considerado um objetivo obrigatório para todo o ordenamento econômico orientado para a justiça e para o bem comum. Vale dizer, muito embora o pleno emprego seja em essência uma pauta socialista, significando uma sociedade transitória com nível de emprego na qual não existam as figuras do desemprego cíclico ou da demanda insuficiente, o fato é que a forma de trabalho sob o aspecto de emprego é característica intrínseca do modelo social capitalista.

Também no compêndio a Igreja lança algumas análises equivocadas que induzem a erro. Uma delas refere-se às questões do desemprego e manutenção do emprego. Assim, ao afirmar que a manutenção dos empregos depende cada vez mais das capacidades profissionais, a DSI faz parecer que o desemprego decorre da ausência de pessoas devidamente capacitadas para exercício de trabalhos ou profissões, não analisando que a manutenção de taxas de desemprego corresponde a um expediente do próprio sistema capitalista, necessário para controlar os índices de inflação da economia burguesa, ou melhor, a fim de garantir o permanente aumento das taxas de lucro para a classe dos capitalistas.

No conjunto das concepções da DSI apresentados no compêndio, não se fala em responsabilidade ou atuação do Estado na produção de mercadorias ou para a admissão de trabalhadores. No início dos anos 2000, a Igreja ainda mantém a sua perspectiva da limitação máxima do Estado na dinâmica econômica anunciada em 1891, segundo a qual a responsabilidade estatal circunscreve-se ao incentivo do mundo produtivo como expediente para facear o desemprego, pois que, de outra forma, a asseguuração estatal direta do direito ao trabalho a todos os indivíduos implicaria, segundo a DSI, em regulação pública integral e mortificação do princípio da livre iniciativa. Desse modo, a Igreja propaga a ideia do livre mercado – porém privado – e do trabalho livre – subordinados à empresa.

O CDSI aborda também o tema da redistribuição e o faz sem embaraços, de ver que sobreleva a reforma agrária à condição de necessidade política que, ao fim e ao cabo, proporcionaria, conforme anota, a abertura de novos mercados.

Em que pese a doutrina religiosa refute a ideia da redistribuição socializada dos meios de produção, o bem-estar dos sujeitos e o aperfeiçoamento humano também são considerados no CDSI, no entanto, submetidos a viés meramente tecnicista que preconiza a autossuficiência dos indivíduos por uma métrica fazendária de políticas de mera redistribuição de rendas guiada pela divisa do mérito individual.

Temas como a greve e a atuação dos sindicatos não ficaram sem análise pelo CDSI que, no século XXI, passa a tolerar os movimentos grevistas a título de mal necessário inevitável, atribuindo limites meramente morais para o exercício da greve. Ao tratar sobre os sindicatos, a doutrina católica o faz de modo a retomar a conduta de apagar a compreensão acerca da divisão da sociedade em classes antagônicas. No entanto, em que pese a intenção a todo custo de negar a existência de classes e o antagonismo entre elas, a Igreja não deixa de relatar alguns vícios, inconsistências e contradições do sistema capitalista, dentre os quais está a separação e o enfrentamento das classes sociais.

A doutrina social não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura “de classe” da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social.⁵⁹

O pleito católico acerca das entidades sindicais dirige-se ao que chama de novas formas de atuação no âmbito laboral, concitando os sindicatos à renovação para que passem a sindicatos moderados e, assim, aceitem – conforme consta no CDSI – a flexibilização das relações de trabalho e a transformação da organização do trabalho do século XXI.

Vale ainda destacar do compêndio doutrinário – ainda que muito resumidamente – um ponto indispensável ao objeto desta pesquisa que é o tema da solidariedade. Importa deixar registrado nesse capítulo que, quando a Igreja fala em solidariedade no ano de 2004, no íterim de sua doutrina, não faz referência à solidariedade fraterna e coletiva entre sujeitos. A DSI inaugura o século presente pressupondo tão só a solidariedade entre capital e trabalho.

Na sequência, o compêndio católico enaltece a nova organização do trabalho do século XXI promovida pela fragmentação física do ciclo produtivo, para a consecução de maior eficiência da empresa capitalista e maiores taxas de lucro. O CDSI exalta ainda a globalização da economia, a liberalização dos mercados, a acentuação da concorrência, o aumento de empresas especializadas no fornecimento de produtos e serviços, a flexibilidade no mercado do trabalho visando a organização e a gestão dos processos produtivos.

A doutrina social católica abençoa as inovações tecnológicas utilizadas para a modificação das estruturas do trabalho humano no interior dos sistemas econômicos dos

⁵⁹ *Ibidem*, p. 110.

países capitalistas mais desenvolvidos, festejando a transição do cenário do emprego fixo promovido pelos contratos de trabalho por tempo indeterminado para um panorama de pluralidade de atividades profissionais relativa a um mundo do trabalho que, reconfigurado, torna-se mais compacto, fluido e mais competitivo. Para a DSI, este cenário de modificações fundantes da exploração do trabalho humano é um quadro “rico de promessas”⁶⁰.

O compêndio romantiza as modificações em curso à época ao mundo do trabalho argumentando que, no centro das mudanças mencionadas, o ser humano deverá continuar a ser o protagonista do seu próprio trabalho, reorganizando-se para o seu crescimento pessoal e de sua família. No entanto, quase 20 anos depois dessas considerações doutrinárias esposadas pela Igreja em seu compêndio, percebe-se que nenhuma efetiva emancipação do trabalho humano teve lugar no complexo das transformações empreendidas na dinâmica do sistema produtivo capitalista.

O cenário propagandeado promissor nos idos de 2004 resultou em mais exploração e vulnerabilização da classe trabalhadora, porque, flagrantemente, ao contrário do que afirmava a doutrina católica, as metamorfoses empreendidas pelo capital não servem para o benefício do sujeito operário. Assim, a doutrina religiosa vela que o único fim a que se destinam as reorganizações capitalistas é valer-se de todas as condições materiais disponibilizadas na sociedade para a manutenção das altas taxas de lucro, acumulação e excedentes que podem ser alcançados no curso da dinâmica produtiva.

Assim, não é correta a compreensão do progresso social pregada pela DSI em seu compêndio, de ver que não enfrenta as raízes da alienação do trabalho e, por consequência, jamais poderá levar a um contexto de um humanismo integral e solidário com a manutenção das estruturas relativas ao modo de produzir do sistema capitalista.

Além disso, o CDSI não somente retoma as orientações bíblicas do Antigo Testamento, de contexto ainda mais anterior à própria *Rerum Novarum* – considerada como o ponto de partida oficial da doutrina católica – para reapresentar a pobreza como fato natural, consequência negativa do ócio e da falta de laboriosidade, como consigna que o ensinamento de Cristo no Evangelho do Novo Testamento Jesus solicita o enriquecimento ao cristão, naturalizando, assim, o enriquecimento econômico e material promovido na Terra.

Destarte, não condenando os bens econômicos e a riqueza em si, a DSI difunde o preceito de condenação direcionada apenas aos atos de mau uso da riqueza acumulada, pelo que entende as fraudes, a usura, a exploração, as injustiças contra os mais pobres,

⁶⁰ *Ibidem*, p. 112.

estabelecendo assim a aceitação da premissa sobre a relatividade da distribuição dos bens econômicos e sobre o papel do rico a quem é destinada a administração dos bens materiais.

Por conseguinte, em que pese seja colocado como objetivo da sociedade humanamente a Deus a busca ativa por uma nova ordem social, em que se ofereçam adequadas soluções à pobreza material e que não impeça as tentativas dos mais fracos de liberarem-se de uma condição de miséria e de escravidão, a colocação doutrinária de 2004 se encerra com a afirmação da condição de que a terra não pertence aos pobres. Nos termos do CDSI, uma boa administração dos dons materiais recebidos é aquela que utiliza, conserva, acresce a riqueza.

Ademais é expressa a afirmação no compêndio de que a doutrina cristã de viés católico ocupa-se necessariamente da conversão e da transformação das consciências dos fiéis, mas sem a exigência ou urgência de mudança das estruturas sociais e políticas de cada tempo. Nesse sentido, a doutrina do compêndio passa a expor explicitamente que as riquezas devem pertencer somente a alguns, para que esses possam adquirir méritos morais partilhando o uso de suas posses com os sujeitos desfavorecidos da sociedade. Na lição católica, as riquezas socialmente concentradas são um bem que vem de Deus, a fim de que quem as possuir deva usá-las e fazê-las circular, para a mera fruição pelos necessitados, em franco favorecimento à dinâmica dos atos de circulação de riquezas do modelo produtivo do capital.

Assim, nos termos do compêndio doutrinário, as leis econômicas são deduzidas da própria natureza das coisas, da índole do corpo e da alma e determinam os fins que a atividade humana não se pode propor e o que pode procurar. Assim, a DSI compreende que a economia seja a tarefa destinada para a produção, a distribuição e o consumo dos bens materiais e de serviços, colocando como lei moral que a economia deva perseguir tão só fins particulares – mesmo que em sua narrativa teórica coloque os fins particulares subordinados aos fins sociais.

O CDSI apresenta como dimensão moral da economia o dever de desempenhar de modo eficiente a atividade de produção dos bens, a fim de evitar o desperdício de recursos. Desse modo, conquanto acolha o discurso de rechaçar a indigência e exclusão de seres humanos, povos inteiros e grupos sociais no curso dos processos econômico, a doutrina institucional louva a expansão da riqueza pelos ricos.

Para o magistério da igreja, é moralmente correto que o objeto da economia seja a formação da riqueza e o seu incremento progressivo – isto é, acumulação – rechaçando apenas o excesso de acumulação, sem definir, no entanto, os termos e os limites do que entende por excesso de acumulação, sobretudo em linguagem técnica da própria economia. Rechaça o consumismo e a civilização do consumo, mas avalia moralmente válida a economia de mercado ou, como também chama, economia livre.

Nota-se que o CDSI dá qualidade moral às regras e condições sociais e políticas da atividade econômica capitalista. Dessa forma, sobre o capitalismo, afirma:

Se por “capitalismo” se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no sector da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de “economia de empresa”, ou de “economia de mercado”, ou simplesmente de “economia livre” (...) sistema onde a liberdade no setor da economia (...) [esteja] enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade, cujo centro seja ético e religioso (...).⁶¹

A doutrina compendiada louva a livre iniciativa privada econômica como um direito dos indivíduos, asseverando que a iniciativa privada livre contribui para a abundância individual, conquanto algum proveito seja revertido à sociedade – na figura do bem comum, ou melhor, do direito de uso, não de posse ou propriedade. Afirma, desse modo, que o espírito da livre iniciativa é a subjetividade criadora do cidadão, um ato que revela a humanidade do homem enquanto sujeito criativo e relacional. Por esse motivo, para a DSI, a livre iniciativa deve gozar de um espaço amplo, ao passo que o Estado deve ter atuação mínima à livre iniciativa, apenas para regular os limites entre o exercício econômico e o bem comum.

O Compêndio da DSI sustenta que, no campo empresarial, a fonte de riqueza é a atividade de organizar o esforço produtivo, planejando a sua duração no tempo, determinando o papel do trabalho humano que, ao seu entender, trata-se do trabalho disciplinado e criativo.

No entanto, o trabalho criativo abordado no CDSI não significa o trabalho emancipador do espírito humano do trabalhador. Para a doutrina católica do século presente, a criatividade deve ser associada ao sentido de trabalho como parte essencial da criação das capacidades de iniciativa e de empreendimento para a produção da riqueza da empresa privada e do empresário. Anunciando que a riqueza principal dos sujeitos seja, em conjunto com a terra, o próprio ser humano, a DSI endossa o sistema econômico baseado na exploração do homem pelo próprio homem, em que pese recusar a utilização do termo “exploração”.

É categórica no compêndio católico a glorificação da economia capitalista e o seu modelo de empresa privada, destacando que os valores humanos devam ser úteis ao progresso do mercado. Assim, a doutrina defende expressamente a ideia do que chama de justa função do lucro, tomado como indicador as necessidades humanas devidamente satisfeitas. Identifica que a vilania do lucro ocorre tão somente quando a atividade empresarial privada viola as obrigações sociais – tais como as trabalhistas – previstas na legislação.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 119-20.

Por outro lado, a DSI embota a concepção de que a legislação existente na vigência do sistema de produção capitalista serve aos interesses dos detentores de capital, de modo que, a estrita observância das obrigações legais não afasta o caráter exploratório da empresa que segue o sistema capitalista. Em outras palavras, a DSI apregoa que a exploração do ser humano no contexto social dominado pelas formas capitalistas não surge do exercício da atividade empresarial, mas tão somente quando a legislação social é descumprida.

A DSI do compêndio dos princípios sociais católicos defende, portanto, a existência da atividade econômica empresarial privada como a produção de bens e serviços e a consecução de lucros, ao mesmo tempo em que coloca a produtividade e eficácia do trabalho realizado na atividade econômica como fatores positivos ao trabalhador. Classifica, então, como aceitável a atividade econômica e financeira que busque o lucro equitativo, sem apresentar o conceito do que entende ser lucro equitativo.

O ensino católico condena as práticas mercantis e financeiras que provocam a fome e a morte da parcela humana que não detém nem o lucro – equitativo ou não – nem o controle das atividades empresariais, nem os meios de produção, nem os meios de subsistência. No entanto, não esclarece como a empresa privada modelo – aquela que persegue somente o vago objetivo chamado lucro equitativo – está isenta de efeitos necessários como fome e miséria de parcela da população, sobretudo as empresas financeiras cujas bases para a formação e acumulação improdutivas de capital são justamente a especulação e a prática de juros.

No compêndio analisado, o capitalista empresarial – o dirigente da empresa – é descrito por virtudes como diligência, a laboriosidade, a prudência, pessoas dotadas da inteligência necessária para assumir riscos razoáveis e a coragem na execução de decisões difíceis e dolorosas, mas necessárias para o trabalho comum da empresa, e para enfrentar os eventuais reveses da vida. Desse modo, faz-se crer que os empresários e os dirigentes capitalistas, no exercício da exploração da atividade privada e lucrativa, não levam em conta exclusivamente o objetivo econômico da empresa, os critérios de eficiência econômica, as exigências do cuidado do capital como conjunto dos meios de produção.

Nessa mesma análise, o trabalhador é colocado pela DSI como patrimônio da empresa privada, como fator decisivo da produção. Os cuidados sociais tomados por uma empresa capitalista provém de cálculos prévios e controlados elaborados a partir dos objetivos econômicos e eficiência econômica da empresa.

Explicitamente, a doutrina social da Igreja aprecia os mecanismos do livre mercado e as vantagens que deles decorrem. Afirma que “historicamente, o mercado deu provas de saber impulsionar e manter, por longo período, o desenvolvimento econômico. Existem boas razões

para acreditar que, em muitas circunstâncias, o livre mercado seja o instrumento mais eficaz para colocar os recursos e responder eficazmente as necessidades”. Mas a DSI não revela nem discute as condições materiais e históricas concretas que possibilitaram e ainda possibilitam o sistema capitalista manter-se dominante nas sociedades, aparentemente sem obstáculos e eficaz. Ou seja, o CDSI não informa que o domínio do mercado, isto é, o domínio do modo de organização social baseada na produção e consumo de mercadorias flui sem entraves no curso da História justamente porque conta, desde o início, com os mecanismos repressores do Estado contra qualquer tentativa de insurreição ao sistema capitalista.

Por outro lado, a DSI condena de forma genérica a idolatria do mercado, afirmando existir bens – sem especificar ou identificá-los – que, por sua natureza, não são e não podem ser simples mercadorias, bens não negociáveis segundo a regra da troca de equivalentes e a lógica do contrato, típicas do mercado.

A doutrina católica afirma a liberdade humana no âmbito econômico, que deve ser regulada por um apropriado quadro jurídico. Não explicita a quem a regulação – definição e os limites – da liberdade deva ser apropriada. Expõe que os operadores do mercado devem ser efetivamente livres para confrontar, avaliar e escolher o seu trabalho entre várias opções, sob pena de as relações comerciais e mercantis declinar para a alienação e opressão. Por outro lado, a doutrina, não mostra como o trabalhador – vendedor de força de trabalho – atua especificamente no mercado capitalista como comerciante livre.

Sobre a ação do Estado e dos poderes públicos, o direcionamento dado pela DSI através de seu compêndio é o de conformação ao princípio da subsidiariedade para criar situações favoráveis ao livre exercício da atividade econômica. A intervenção do Estado em âmbito econômico, segundo a doutrina católica, não deve ser nem açambarcadora, nem remissiva, mas sim apropriada às reais exigências da sociedade, quais sejam: as atividades das empresas privadas.

A concepção da doutrina para o século XXI é a de que a tarefa fundamental do Estado em âmbito econômico deve ser a de definir um quadro jurídico apto a regular as relações econômicas, com a finalidade de salvaguardar as condições primárias de uma livre economia, buscando evitar apenas as relações de escravidão. O objetivo dessa tarefa visaria o que é chamado pela Igreja de justo equilíbrio entre liberdade privada e ação pública, determinando à intervenção pública o restrito limite a critérios de equidade, racionalidade e eficiência, e não substituir a ação dos indivíduos, contra o seu direito à liberdade de iniciativa econômica.

Para a DSI, a atividade econômica – produção de riquezas – não pertence ao Estado, mas a particulares. Logo, as riquezas não podem pertencer à coletividade, sociedade e

comunidade, mas aos particulares. No caso contrário, o Estado se torna deletério para a sociedade. A doutrina católica endossa a falsa ideia de que o Estado é instituição abstrata e autônoma que paira sobre a comunidade de indivíduos e não corresponde à representação da coletividade de seus sujeitos, contribuindo para perpetrar a ideia errônea de que o Estado não tem aptidão de satisfazer as necessidades das pessoas, estando necessariamente restrito à realização de atividades burocráticas.

A doutrina oficial da instituição católica reforça o estereótipo do Estado como mero coletor fiscal e garantidor da despesa pública para o benefício das atividades lucrativas privadas. Defende a existência dos corpos intermediários e o modelo de democracia econômica. Os corpos intermediários – sociedade civil sem fins lucrativos – devem ser úteis para a manutenção da democracia econômica prestando serviços sociais, de educação, saúde e cultura, desonerando os gastos do Estado nesses setores a fim de liberar cifras das verbas públicas para serem destinadas às empresas privadas.

Aos destinatários das mercadorias produzidas pelo modelo capitalista, a DSI posiciona-se por: ser necessário esforçar-se por construir estilos de vida, nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom, e a comunhão com os outros homens, em ordem ao crescimento comum, sejam os elementos que determinam as opções do consumo, da poupança e do investimento, ou seja, estilos de vida que se coadunem com o sistema capitalista de sociedade.

Nota-se que a DSI, desde sua origem, com raras exceções, levanta-se como porta-voz do sistema capitalista, defendendo-lhe cada elemento formador de sua essência: produção, exploração do trabalho como mercadoria, transformação de dinheiro em mais dinheiro, atuação limitada do Estado, sistema jurídico compatível com a manutenção das estruturas capitalistas, indução das escolhas dos indivíduos a estilos de vida aparentemente inovadores – sustentável, consciente, ecológico – mas que não servem para abalar nem sequer para arranhar as estruturas fundantes do sistema social vigente pautado no capital, acumulação de riquezas e sua correspondente má distribuição.

3.1.1 A Doutrina de São Francisco

A principal tarefa definida para esta pesquisa – analisar os contornos de um movimento articulado na atualidade que se inspira na essência e nas instruções do santo conhecido como São Francisco de Assis – reclama o cumprimento precedente do encargo de avaliar detidamente os próprios contornos da doutrina desse canonizado.

Assim, o presente subtópico – que inserido em um capítulo designado a revolver as premissas católicas sobre questões sociais em geral, especificamente, sobre o trabalho humano – pretende situar historicamente a doutrina de São Francisco de Assis. Primeiro, definindo-lhe o lugar e o momento em que seus ensinamentos foram proferidos.

Nesse sentido, importa observar, de saída, que a essência italiana do franciscanismo proporcionava um terreno em que o regime feudal no sentido clássico não tinha verdadeiramente existido e no qual, mais cedo e com mais força do que em outros lugares, afirmou-se um modelo social urbano cuja característica era o enfrentamento de dois partidos.

O período em que viveu Francisco de Assis é o da virada do século XII para o XIII, quando se assistia a uma reclassificação social generalizada da qual a Igreja Católica ocidental também não escapou. O contexto social era marcado por desordem em termos das novas formas de poder que surgiam e os que delas eram excluídos.

O dinheiro representa um exemplo da mencionada conjuntura pois que expressava apenas um dos elementos desse novo poder em surgimento, em que pese a nobreza feudal italiana tenha permanecido nas novas esferas de poder emergentes. O cenário italiano é, portanto, de redistribuição das categorias sociais, da qual decorre o surgimento de novos pobres, expressão de uma pauperização nova e original da sociedade da Idade Média.

Em outras palavras, a sociedade pauperista da baixa Idade Média, arrastada pela corrente do desenvolvimento e do crescimento ocidental, irrompe à frente da cena histórica através do franciscanismo e de sua doutrina.

Francisco de Assis nasce⁶², portanto, no cerne desse período do grande desenvolvimento do Ocidente medieval, cuja primeira manifestação é de ordem demográfica e econômica através da explosão do número de habitantes da Itália, o que leva à necessidade de alimentar e agrupar em concentrações essa população.

Registra-se que, nesse contexto, o primeiro progresso social ocorrido é de natureza rural, com modificações que tornavam mais produtivas as culturas, proporcionando um início de mecanização nos campos e nos vales em um cenário de poderoso movimento de urbanização, levando a rede de cidades nascentes a deixar de ser essencialmente os centros militares e administrativos das épocas passadas, tornando-se núcleos econômicos, políticos e culturais.

Nesse cenário, a cidade é o espaço em que o artesanato em vias de industrialização se multiplica, desenvolvido pela divisão do trabalho, contribuindo para a formação de um pré-

⁶² Não há exatidão acerca do ano em que nasceu Francisco de Assis, atribuindo-lhe ao seu nascimento o ano de 1181 ou 1182.

proletariado manipulável pela dominação daqueles que se assemelhavam à figura de empregadores, não havendo defesa contra a subordinação do justo pagamento – figura análoga ao salário – ao justo preço, aqui entendido como o preço determinado pelo mercado.

Portanto, na conjuntura em que nasceu e viveu o santo Francisco, a cidade era o principal lugar das trocas econômicas pautadas pela moeda, de tal modo que a fragmentação entre as cidades contribuiu para uma multiplicidade de moedas em uma mesma região, implicando o surgimento de cambistas – grupos de especialistas da moeda – que, à frente na sequência histórica, tornam-se banqueiros, substituindo a função dos mosteiros medievais que cumpriam o papel equivalente a de estabelecimentos de créditos no período da Idade Média. Nesse caldo social, merecem destaque também os judeus e o crescente número de mercadores cristãos que atuavam na condição de usurários praticando a concessão de empréstimos para os pequenos gastos do consumo cotidiano.

Assim, o ambiente em que atuaria o Santo de Assis marcava-se como o mundo do dinheiro. Respectivamente, as cidades, tanto como centros econômicos quanto centros de poder, inauguravam um mundo daquilo que atualmente passou a ser conhecido como o mercado de trabalho. Avolumava-se o número de trabalhadores cuja sobrevivência dependia do recebimento de salários, ao mesmo tempo em que também surgiu um grupo de homens novos – chamados de cidadãos ou burgueses – que, mesmo passando a conquistar liberdades e privilégios cada vez mais amplos, não contestavam até então os fundamentos econômicos e políticos do sistema feudal.

Nas cidades do cenário em questão começam a ser introduzidas variações relativizadas das categorias liberdade e igualdade. A seu turno, a liberdade passa a ser sinônimo do modo vida estabelecido nas cidades em progresso econômico, ao passo que a igualdade transmuda-se para o produto do juramento cívico entre iguais que se concedem os mesmos direitos.

Desse modo, Francisco de Assis respira em uma comunidade na qual a desigualdade social deixa, gradativamente, de estar fundada sobre questões de consanguinidade e de origem do nascimento para passar a se apoiar sobre a fortuna – mobiliária ou imobiliária – a posse do solo e dos imóveis urbanos, dos foros e rendas feudais e do dinheiro.

Assim, ao tempo do nascimento de Francisco de Assis – final do século XII – a nova sociedade já está no limite de passar à fase de institucionalização, deixando para trás o crescimento medieval desorganizado, período então caracterizado pela ação crescente das cidades sobre o território rural mediante o aumento da exploração econômica sobre a maioria das categorias sociais camponesas da época seguido da gradativa situação de dificuldades financeiras imposta aos senhores feudais.

Apontam historiadores que, diante desse contexto de uma nova sociedade – contemporâneo ao nascimento de São Francisco – a Igreja foi a primeira instituição a se reformar, o que se deu através da medida que ficou conhecida por reforma gregoriana que, em linhas gerais, não apenas promovia a libertação do mundo eclesiástico das amarras do regime feudal leigo, tornando a Santa Sé uma instância independente do poder imperial, como, ao mesmo tempo, representava a aspiração da Igreja a uma volta às origens para a realização da verdadeira vida apostólica, isto é, a retomada do processo de cristianização ante a tomada de consciência quanto aos vícios da sociedade cristã, composta por seus clérigos e leigos.⁶³

Esse movimento iniciado pela reforma gregoriana é comunicado ao conjunto da sociedade pelas instituições de paz, o que o faz configurar-se como a institucionalização das ações da igreja pela paz durante todo o décimo segundo século do calendário cristão, para além de ser uma resposta da instituição à evolução do mundo, em um esforço de adaptação às mudanças que surgiam fora dela.

Aparecem, assim, novas ordens religiosas, dentre as quais havia tanto as que pregavam sobre a simplicidade de vida, o trabalho manual e a rejeição da riqueza monástica, quanto as que aliavam sucesso econômico à reforma espiritual, utilizando-se do progresso tecnológico da época – tal como o domínio da metalurgia – adaptando-se à nova forma de economia rural, explorando gado, colheitas, utensílios e instrumentos de trabalho. Outras ordens emergentes na Igreja Católica estabeleciam regras ainda mais abertas e flexíveis, admitindo, inclusive, a ligação dos seus membros ao meio urbano para a vida ativa e comunitária.

Por sua vez, a Igreja se esforçava para transmitir a esse mundo político e social novo as suas mais novas formulações doutrinárias e práticas religiosas. As modificações que mais recebem destaque dos estudiosos são as que se referem à doutrina voluntarista do pecado e à concepção septenária dos sacramentos, pois que modificaram a tendência penitencial, substituindo a confissão pública como forma de penitência para o exame individual de consciência, bem como evidenciaram a avareza ligada ao progresso da economia monetária como o primeiro dos vícios a ser rechaçado.

Outras reformulações notadas no âmbito cristão católico – correspondentes às novas condições materiais de sociedade da virada do século – são as modificações das ideias e prática da justiça, que passam a estabelecer graus de punição proporcionais à gravidade das culpas e crimes dos pecadores e a reformulação escolar.

O avanço urbano suscita de início, inclusive, a renovação nas escolas episcopais que foram seguidas de novas escolas urbanas, impondo a teologia no meio intelectual, sociológico

⁶³ LE GOOF, Jacques. **São Francisco de Assis**. 10 ed. Editora Record. São Paulo: 2011, p. 27

e político e promovendo a cristalização dos preceitos católicos em torno do direito, publicando-se, assim, os decretos que, posteriormente, nos séculos vindouros, embasariam a elaboração do Código de Direito Canônico. Em suma, o arranjo urbano da época promovia um novo meio intelectual católico – o de trabalhadores especializados na ciência teológica ou jurídica – e de um novo método: a escolástica – fundamentado sobre a discussão e a argumentação racional dos elementos teológicos.

Essa mutação da Igreja Católica resultou o triunfo do poder pontifício e a organização do controle e do represamento da nova sociedade mercantilista, muito embora as decisões religiosas elaboradas nos concílios não tenham sido suficientes para repelir ou moderar os desafios daquele período da história, a saber, a agressão do dinheiro, as novas formas de violência, a aspiração contraditória dos cristãos a um gozo maior dos bens deste mundo e a resistência às tendências mais agudas para a riqueza, o poder e a concupiscência.

Nesse panorama, a Igreja Católica esforçava-se para se manter vinculada ao sistema feudal agrário e, desse modo, antagonizava as modificações econômicas e do mundo urbano da época de Francisco de Assis, cuja cultura monárquica preponderante era influenciada pelo novo sistema de valores de educação das classes dominantes, a aristocracia e a cavalaria,

A situação da Igreja Católica do século XII – século em que viveu São Francisco – é a da multiplicação dos tipos clericais absolutamente sem correspondência às necessidades do século, mas correspondente às necessidades da salvação – ou da ostentação – dos ricos e às comodidades excessivas dos cônegos e dos curas. Simultaneamente despontava também no horizonte desse contexto o surgimento de ordens de leigos que praticavam a vida evangélica no século, na família, no trabalho e no estado leigo através do acesso direto às Escrituras, sem o obstáculo do latim e da intermediação do clero.

Observa-se, desse modo, que a doutrina religiosa difundida por Francisco de Assis adequava-se aos aspectos contemporâneos da sua realidade. No entanto, das pesquisas empreendidas para a elaboração desta dissertação, vale ressaltar a dificuldade do encargo de apresentar São Francisco de Assis em razão dos poucos escritos que deixou, nos quais não tratava de si próprio. A controvérsia sobre a confiabilidade de algumas fontes secundárias que descrevem São Francisco – vida, hábitos e doutrina – muitas vezes contraditórias entre si, também é apresentada como uma dificuldade pelos historiadores que se propuseram a compilar, no meio acadêmico, informações seguras sobre o santo de Assis.

Nos textos do próprio Francisco há somente alusões a alguns de seus comportamentos, como o hábito de trabalhar com as próprias mãos, como desejava trabalhar. São Boaventura – à ordem do papa à época – escreveu um relato póstumo da vida de Francisco, em 1263.

Aprovado pela Ordem Franciscana, esse relato tornou-se a versão oficial da Igreja Católica sobre vida de Francisco, tendo sido ordenada a destruição de todas as biografias anteriores sobre o santo, sob o pretexto de se evitar relatos e biografias sobre Francisco, exageradas pela licença poética.

No entanto, a versão oficial da vida de Francisco redigida por São Boaventura omite intencionalmente algumas informações presentes nos relatos de biógrafos anteriores, com o objetivo de amenizar a visão extremada de Francisco sobre a pobreza e contra o dinheiro. É a visão moderada da instituição católica que adaptava o ideal da pobreza do santo de Assis à necessidade de ver na Santa Sé a fonte autêntica da verdade e da autoridade da qual a ordem franciscana era parte integrante.

Inclusive, notam os historiadores e outros pesquisadores, que ao se contar a história da Igreja, raramente São Francisco é mencionado, enfatizando-se, por outro lado, as ideias de outros pensadores católicos como São Tomás de Aquino, de ver que os procedimentos adotados por Francisco de Assis não serviam à análise mental e à retórica sublime da Igreja.

A Igreja Católica, por intermédio de São Boaventura, constrói a imagem de um São Francisco corrigido, mutilado e adocicado, para ser assim considerado o verdadeiro São Francisco, a ponto de as exigências da crítica histórica moderna levarem ao fim do século XIX a uma revisão do São Francisco oficial, considerando-se como ponto de partida fundamental pela busca do verdadeiro São Francisco a obra do protestante Paul Sabatier, *Vida de São Francisco de Assis*, publicada originalmente em 1894.

Inclusive, a Igreja Católica realiza de forma apressada a canonização de Francisco a fim de, numa intenção política, acabar com as controvérsias inquietantes sobre esse santo. Por conseguinte, dentre as modificações artificialmente introduzidas pela Igreja nos documentos que regulamentam sobre o franciscanismo após a morte do santo, destaca-se a prescrição de que não se exige mais o trabalho de todos. O trabalho só é permitido àqueles a quem Deus concedeu a graça do trabalho. A percepção social da existência da pobreza involuntária também é apagada pela Igreja das regras originais que regiam os franciscanos.

Sabe-se, desse modo, que Francisco era de família próspera de comerciantes que vivia na cidade, mas se despiu de tudo, de toda a vida privilegiada que levava para buscar a santidade cristã. Assim, a primeira área de apostolado desse santo é a área urbana, na qual levava o sentido da pobreza em face do dinheiro e dos ricos, a paz em vez das lutas intestinas que conheceu em Assis.

Bem jovem, Francisco era um ídolo popular em Assis, batizado sob o nome João⁶⁴. Supõe-se que tenha adotado o apelido de Francisco⁶⁵, em razão do significado do termo⁶⁶, referindo-se aos hábitos afrancesados do santo, adquiridos pela sua família em virtude das frequentes viagens à França, realizadas pelo seu pai – Pedro Bernardone – a negócios, no exercício de suas atividades de mercador de tecidos finos. Relacionado a esses fatos, registram que a família de Francisco de Assis viva em ascensão, muito embora possuísse fortuna inferior à maior parte dos demais nobres.

Segundo alguns biógrafos de Francisco, os pais criaram-no na arrogância e na vaidade, conforme o espírito da época. E, à força de imitar-lhes a vida e o caráter desprezíveis, Francisco se fez ainda mais vaidoso e arrogante, comportando-se em sociedade como rapaz travesso, popular, cortês e perdulário, que comia e bebia desbragadamente, gastando à vontade todos recursos que possuísse no momento, a fim de manter-se socialmente aceito à moda de seus pares.

Dessa forma, antes da conversão à santidade, os traços da personalidade que destacam em Francisco são a cortesia, ganância e generosidade, que lhe retratam como adolescente típico das classes médias, cuja avidez das emoções e as leviandades de juventude eram toleradas pela família e pelos seus iguais, num ato mais próximo de imitação do comportamento dos nobres de sua época de que a prática de virtudes e defeitos da burguesia comercial nascente.

Nesse quadro, Francisco, quando inspirado pela espiritualidade para que seguisse a santidade, perturba-se e confunde-se quanto à própria identidade, e, então, se deixa arrastar por impulsos ainda mais generosos, distribuindo seus bens mundanos até ser expulso da família e processado por seu pai.

Os registros indicam que a conversão de Francisco foi um longo processo de emancipação de sua consciência, cuja duração é controversa – para uns, o convertimento em santo teria se estendido por quatro ou cinco anos, enquanto, para outros, a preparação teria durado seis ou sete anos. O que é unânime é o fato de que Francisco se converte à santidade por passar a refletir sobre o destino humano e sobre as relações que travava consigo e com outros sujeitos no trato social.

Desde muito cedo, as fragmentações sociais de seu tempo apareceram com clareza ao santo de Assis, de modo que chocar-se com a dureza e a frequência das lutas sociais e

⁶⁴ Giovanni, em italiano.

⁶⁵ Francesco, em italiano.

⁶⁶ “Francesinho”.

políticas – das quais ele próprio havia participado antes de sua conversão – entre partidários do papa e os do Imperador, entre famílias, e entre cidades que exasperavam as oposições entre grupos sociais. Assim, sua conversão inicia-se pela expressa renúncia ao dinheiro e aos bens materiais, representada pela recusa de possuir qualquer coisa que o dinheiro consegue adquirir no ritmo acelerado da difusão da economia monetária.

O objetivo de Francisco ao converter-se era o de superar as divisões sociais assistidas, razão pela qual priorizaria na ordem franciscana, que viria formar, o exemplo de igualdade por meio do contato com as pessoas reduzidas às camadas mais baixas das sociedades: pobres, doentes e mendigos. Seu discurso buscava reintroduzir a paz na sociedade secular de seu tempo pela pregação do Evangelho essencial, de tal modo que sua maneira de vivenciar o cristianismo é descrita, pelos pesquisadores, como profunda, literal e revolucionária.

A partir de então, outros temas entram na doutrina de Francisco: a relação com os socialmente marginalizados, a caridade e o trabalho manual. Francisco aspira ao céu, mas o faz através das criaturas deste mundo, ou seja, aspira ao céu preconizando a aplicação integral do Evangelho já neste mundo, considerando as condições materiais de existência próprios de sua época e lugar.

Expulso de sua família consanguínea, Francisco reúne-se com outros homens e abandona transitoriamente a cidade segura, murada e próspera do século XIII⁶⁷ para descer aos vales e viver como o mais pobre dos pobres. Desse modo, o personagem histórico São Francisco sacode a religião, a civilização e a sociedade em plena virada decisiva do século XII para o século XIII quando tem início uma Idade Média moderna e dinâmica, cujo contexto engloba cidades em pleno desenvolvimento e florescimento da civilização urbana.

Para o meio religioso, a mensagem de Francisco era nova. A novidade de seu estilo de vida e apostolado abalaram em primeiro lugar seus contemporâneos, em cuja época a tradição era considerada um valor essencial e a novidade, um motivo de escândalo. A aplicação total do Evangelho foi considerada loucura pela Igreja Católica contemporânea de Francisco, conquanto tenha sido considerado por alguns coevos o novo evangelista daquela idade, já que provava com evidência através de seu testemunho que as regras que regiam a sociedade eram artificiais e não representavam o ensinamento divino.

A partir de então, São Francisco de Assis foi passado a ser apontado como santo de um novo gênero, identificado por expressões como amigo de todas as criaturas e de toda criação e amigo da simplicidade – que expressava tanto na prática da vida cotidiana quanto no ideal de sua doutrina – inclusive, afastando de suas falas os traços de vocabulário erudito ou obscuro.

⁶⁷ Os burgos da época feudal.

Alguns historiadores do fim do século XIX e os do século XX fazem coro para exaltar a modernidade de São Francisco, tomado como a figura decisiva para levar o Ocidente ao início do Renascimento e do mundo moderno e como libertador, dados os traços distintivos de sua religião relativos à liberdade de espírito, amor, piedade, serenidade, alegria e familiaridade.

Por outro lado, a maioria das correntes históricas fazem um exame mais atento sobre a origem moderna atribuída a São Francisco e percebem haver outras fontes anteriores a ele. Para essas correntes, São Francisco revelava-se moderno porque seu século assim o era, sendo, portando, o produto de um lugar e de um momento específicos, a saber, a Itália comunal em pleno apogeu, cujo contexto concebe três fenômenos considerados decisivos para a orientação de Francisco: a luta das classes, a ascensão dos leigos no âmbito institucional do catolicismo e o progresso da economia monetária, significando dizer que a doutrina de São Francisco de Assis emerge por trás das questões mais complicadas da historiografia medieval.

Em outras palavras, Francisco suscitava respostas às solicitações estruturais de sua época. Tomando e dando como modelo o próprio Cristo, Francisco propôs a prática do cristianismo primitivo como programa e um ideal positivo acerca das criaturas e de toda a criação, para reação à evolução social que se colocava à época, a fim de resguardar os valores que entendia essenciais: fraternidade universal, igualdade efetiva e paz.

O ódio visceral pelo dinheiro, fazia de Francisco e seu pequeno grupo inicial uma contraposição vigorosa às pseudonecessidades do mundo moderno do bem-estar, tornando-o não apenas um dos protagonistas da história, mas um dos guias da humanidade. Assim, o franciscanismo passa a ser um grande movimento – para além das demais ordens religiosas católicas mendicantes – a agitar, marcar e impregnar o conjunto da sociedade cristã do século XIII em que surgiu.

Vale registrar que Francisco, ao romper com o isolamento inicial de sua conversão, torna a circular com seus membros entre as cidades em plena aceleração de desenvolvimento, causando grande repercussão em todos os meios sociais daquela região. O fundador do franciscanismo influencia seus seguidores a agir sobre a sociedade de seu tempo pela palavra e pelo exemplo. Assim, o instrumental franciscano – sobretudo os textos escritos – tem por objetivo transformar a sociedade e não descrevê-la, a partir de uma análise global da comunidade em se inserem.

A preocupação do franciscanismo diante da sociedade nova impõe a utilização de uma linguagem e vocabulário relacionados com a realidade social nas estruturas de grupos e classes, o que leva a doutrina de Francisco a se dirigir ao conjunto da sociedade a fim de

abranger todas as categorias sociais, contemplando não somente a totalidade dos sujeitos humanos, como também conferindo importância a todas as criaturas viventes do planeta.

Desse modo, até mesmo o linguajar empregado pela doutrina de São Francisco representa uma tomada de posição ante às mudanças sociais assistidas e um instrumento de ação, em franco contraste com a linguagem e os ensinamentos doutrinários empregados pela Igreja Católica na alta Idade Média que, pelo uso do latim como linguagem sacra idealista e irrealista, permitia agir sobre a massa da sociedade imprimindo-lhe passividade cultural que se tornava presa à sujeição social e política da época.

Francisco, a seu turno, esforça-se para devolver a paz a toda criação divina, a todos os povos em toda parte. As implicações sociais e políticas afloradas das ações de Francisco elevam o franciscanismo para além dos limites estreitos da vida interior de pietismo. Todos os seus atos pautados pela doutrina franciscana parecem viáveis, conquanto os que não comungavam desses ideais repelisses suas concepções desqualificando-as como impossíveis, subversivas, danosas e irrealistas.

O franciscanismo é, portanto, a expressão doutrinária dentro da Igreja Católica que procura aproximar a doutrina religiosa das condições sociais concretas, em um desejo de transformar a sociedade terrestre em sociedade de salvação. Destarte, para São Francisco, o Evangelho do Novo Testamento – mais do que a Bíblia em si – é a própria base dessa expressão apostolar característica, de tal modo que o santo de Assis não considera o Antigo Testamento fonte ideológica para a transformação da sociedade.

Segundo a compreensão do santo, o vocabulário presente no Novo Testamento quer precisamente transformar, e, às vezes, até mesmo esvaziar as instituições e o espírito das leis religiosas antigas. Logo, reconhece-se que, por trás do vocabulário evangélico utilizado nas falas de São Francisco ao expressar sua doutrina, havia necessariamente um retrato das realidades contemporâneas, de modo que a eficácia franciscana só se explica se consideramos que a doutrina neotestamentária tenha o caráter de adequação com as estruturas objetivas da sociedade à qual o santo de Assis se dirigia.

Assim, os textos evangélicos forneciam aos franciscanos da idade medieval o vocabulário próprio para colocar em relevo as oposições sociais que assumiam um sentido particular na sociedade de sua época. Por meio desse vocabulário São Francisco de Assis apresentava a sua crítica do poder e dos poderosos dando conotações pessimistas do poder e aos agentes de repressão, os quais Francisco correlacionava não apenas ao pecado humano original mas à rebelião dos anjos maus, apartados do paraíso, referindo-se às cortes dos grandes magnatas como a própria personificação de demônios.

Por considerar a sociedade franciscana formada por ele próprio e seus irmãos como um resumo da sociedade terrestre que deveria passar à sociedade ideal em geral, Francisco não concebia incluir na ordem franciscana membros que ocupassem algum papel correlato ao de guerreiros. Ademais, no exercício da organização da irmandade franciscana, o santo enfatizava o poder e a riqueza como os grandes males mais repulsivos da sociedade e que, por essa razão, a fraternidade não poderia guardar traços de nenhuma dessas categorias.

No âmago do franciscanismo, São Francisco também repelia a moda do utilitarismo proclamada pelos juristas e pelos governantes urbanos da alta Idade Média, sobretudo, definindo o que entendia por pobre para não tornar a expressão em conceito vazio de conteúdo do qual – conforme observava – tantos padres abusavam.

Ademais, o franciscanismo original recomenda uma estrutura familiar totalmente estranha ao modelo conservador de parentescos, pois, para o seu sistema social ideal, Francisco de Assis amplia a compreensão de família para incluir toda a humanidade, toda criatura e toda a criação, ressaltando, com base nos ensinamentos do Cristo, que o amor fraternal deve ser de natureza maternal e que cada membro deva ser irmão um do outro, mas, simultaneamente, esposo e mãe de todos.

Obviamente, as lições seguidas por Francisco não pertenciam ao Jesus inventado pelos modernos líderes espirituais, qual seja, o Jesus manufaturado que exalta os valores familiares e determinadas noções tradicionais e conservadoras da ordem social vigente. Das fontes biográficas extrai-se que Francisco não era contra a família, mas tão somente a favor da constituição de um modelo familiar novo, ampliado para além dos irmãos e pais que inclui toda a humanidade e todas as espécies presentes na natureza.

Aliás, as orientações de São Francisco a práticas similares às da maternidade revelam a ligação próxima do santo a figuras femininas, a exemplo de Santa Clara de Assis, que, ouvindo as pregações do santo no ano de 1212, livra-se de tudo quanto possuía, torna-se seguidora de Francisco, enfrentando, assim, a controvérsia da época medieval que determinava às mulheres a manutenção de posses a título de dote para o casamento futuro. Ademais, numa época em que o modelo de família era o modelo conjugal patriarcal restrito, o qual aparecia como fundamento para o antifeminismo e para a indiferença à criança, São Francisco de Assis manifestava atenção fraterna à mulher e à criança.

Contrário, portanto, à ideia de classes e hierarquia, o apostolado de Francisco se dirigia globalmente e indiscriminadamente não só a todos da sua sociedade mas abrangendo ainda todos os povos da Terra, aos quais propunha a personalidade do Cristo como modelo

único, numa associação de cunho fraternal com o fito de destruir todo e qualquer tipo de oposição terrestre existente entre povos, nações e sujeitos.

Em verdade, esse critério franciscano implicava a preocupação de desestruturar os esquemas de tipo socioprofissional que pautavam as relações sociais e permitiam a marginalização dos indivíduos. Francisco de Assis rejeitava a divisão social em classes tendo em vista que o objetivo desse modelo de divisão é o de manter o peso da dominação ideológica sobre uma sociedade dividida à conveniência da dominação.

Assim, o empreendimento de Francisco era o de sacudir a ideologia social medieval em uma revolução socioespiritual, colocando em primeiro plano categorias que aquela sociedade colocava em último. A visão social de Francisco está fundamentada sobre a desigualdade, ou melhor, sobre o fosso que separam as classes quase intercambiáveis. A oposição entre partidos e classes faz surgir aos olhos de Francisco o modo como se montam as tramas da estrutura econômica e das atividades sociais. A sociedade se apresentava para São Francisco – sem evasivas – como uma luta de classes, uma desigualdade e desequilíbrio sempre a favor das classes superiores.

Desse modo, o pensamento e a luta que possuam a matiz franciscana devem necessariamente ser orientados para o nivelamento das classes e para a eliminação das desigualdades e das diferenças. O objetivo do santo Francisco era substituir os antagonismos por uma sociedade fundada sobre as relações familiares gerais, cuja única diferença se pautava em idade e gênero. Francisco era hostil com quaisquer artifícios sociais que elevavam alguns em detrimentos de outros e que marcavam superioridades.

Para Francisco, o mal por excelência é o poder e a melhor definição do homem abusivo é o homem poderoso, de maneira que estando o poder fundado sobre diversas bases, para o pai do Franciscanismo, em um movimento de modificação radical da sociedade, essas bases precisam obrigatoriamente ser destruídas, eliminadas ou, ao menos, neutralizadas. Segundo o santo de Assis, deve-se fugir da ascensão social e de seu trampolim – o dinheiro – cujo sistema não atenta para a estrita medida do necessário à subsistência humana.

No ideal de nivelamento, Francisco propunha a eliminação – e não o mero abrandamento – da injustiça fazendo, a partir daí, surgir alguns questionamentos sobre como seria possível traduzir a questão do trabalho no pensamento franciscano. Anotam os pesquisadores que esboçar as atitudes de São Francisco sobre o mundo laboral leva a uma compreensão de uma evolução que tendia a expulsar as ressonâncias propriamente morais de labor significantes de castigo, mas não havendo um posicionamento claro de São Francisco sobre os modelos de trabalho socioprofissionais e socioeconômicos de sua época.

O que se pode extrair das fontes e registros históricos mais confiáveis é que o trabalho apresenta-se a São Francisco do ponto de vista dos meios de subsistência. Isso porque Francisco aceitava a continuação do trabalho dos membros da fraternidade que já tivessem um ofício no momento de sua admissão à ordem franciscana, bem como aceitava a propriedade dos instrumentos de trabalho pelos frades artesãos.

O santo de Assis reunia argumentos evangélicos partidários da ideologia da valorização do trabalho, uma vez que um aspecto da nova organização social inquietava-o, a saber, o trabalho assalariado – ou melhor, o ato de receber um salário em dinheiro – já que uma das premissas doutrinárias do canonizado era a de evitar a movimentação do dinheiro no bojo da sociedade ideal. É, nesse sentido, que a doutrina franciscana marca uma volta às prescrições do trabalho manual para a própria subsistência, situando o trabalho humano ao lado da vida ativa, em oposição à vida contemplativa, pregando a organização de comunidades do trabalho, a fim de que das mãos de cada membro surja as satisfações das necessidades da sociedade, sem, com isso, aceitar nenhuma espécie de lucro.

A doutrina social do franciscanismo primitivo é, portanto, representativa da fase de transição do feudalismo para o capitalismo, de acordo com as modalidades originais que essa transição assumiu na sociedade do Ocidente medieval. Há, dessa maneira, uma coerência dos valores franciscanos na teoria e na prática do século XIII.

O caráter novo de São Francisco e de sua ordem impressionou, então, os contemporâneos em uma época que o lado positivo das novidades passava a se tornar sensível naquela sociedade. Assim, sobre Francisco são identificadas expressões como nova ordem, novo modelo de vida, inédito, espiritualidade da iniciativa e espiritualidade do começar agora.

É nesse caldo cultural que o início do século XIII assiste a uma grande reviravolta na economia ocidental e, nesse sentido, os dois maiores fenômenos dessa fase se inscrevem tanto no quadro das ideologias e das mentalidades como no das realidades econômicas, a saber: a difusão maciça da economia monetária, do dinheiro e a mudança do trabalho com a divisão do trabalho urbano, a extensão do trabalho assalariado, a valorização do trabalho, as discussões sobre o trabalho manual nos meios monásticos e universitário.

O dinheiro, então, se apresenta a Francisco e seus irmãos primeiro sob seu aspecto material, sob a forma das peças de moedas passíveis de serem possuídas e acumuladas. A rejeição ao dinheiro é, desse modo, colocada como ameaça e anátema aos franciscanos que guardassem ou possuíssem dinheiro, comparando-os a ladrões, aos donos e administradores de cofres e bolsas. No entanto, após as modificações reformistas determinadas pela Igreja Católica ao pensamento franciscano, foi operada a distinção entre o uso de fato e o uso de

direito do dinheiro, regulamentando o seu uso pela ordem franciscana, proibindo apenas o domínio e a propriedade individuais da moeda.

Os franciscanos foram os principais difusores da ideia de que ninguém se salva sozinho, que é toda a humanidade, toda a criação que deve se salvar ela própria. Adotavam, por isso, a conduta comunitária sem modelos de hierarquias. Os franciscanos afirmaram de modo contundente na doutrina e no comportamento a ambiguidade do mundo em que viviam, fazendo oposição e recusa sem compromisso relacionado a tudo aquilo que seja fonte essencial de desigualdade, ou seja: todas as formas de poder – quer baseadas sobre a propriedade, o dinheiro, a ciência, quer o poder da condição de nascimento.

Francisco e seus *fratelli* praticavam uma economia de serviço. Não permitiam ao dinheiro entrar em suas existências. Os franciscanos dão um modelo histórico concreto do homem novo, sem culto à personalidade, representado pela encarnação do impulso comunitário. Das análises históricas, é possível perceber quanto a doutrina franciscana originária está ancorada em um modelo de mundo que se organiza em comunidade. Essa fraternidade franciscana expressava a sociedade nova em progresso, exprimindo em nível ideológico e espiritual a rejeição da passagem do feudalismo para o capitalismo, isto é, rejeitavam o desenvolvimento do sistema feudal-burguês.

No entanto, uma vez que o ideal social franciscano aspira a um nivelamento máximo para a promoção da igualdade no nível mais humilde, em razão da sua concepção de fraternidade universal como modelo social pela valorização de uma sociedade amorosa a partir do desaparecimento das disparidades entre maiores e menores, é cabível a pergunta: Como pensar uma sociedade sem classes?

Pela perspectiva de luta política, São Francisco não pensou em dar mais do que o papel de pacificadores aos seguidores de sua doutrina. Francisco e seus seguidores esperam transformar a sociedade tão somente pelo caráter subversivo, escandaloso e revolucionário de uma submissão voluntária a um ideal social sem desigualdades e hierarquia. Em suma, a perspectiva de ação sobre a sociedade em que se colocava São Francisco é tão somente a perspectiva da não violência.

Dessa forma, a solução social do franciscanismo torna-se um fracasso no século XIII, isto é, não se constituiu um modelo que conseguiu impedir que a sociedade daquela época fosse globalmente tragada pelo desenvolvimento capitalista nascente. Por conseguinte, dois processos – um econômico e outro político-cultural – precisam ser levados em consideração para a compreensão do insucesso da doutrina franciscana especificamente na conjuntura social, política e econômica da Idade Medieval.

Os progressos da economia monetária e da acumulação primitiva puseram em causa todas as categorias daquela sociedade implicando no surgimento de um novo paupersimo, que empurrou a classe paupérrima à economia de consumo atual sem qualquer possibilidade material para empreender escolhas em sentidos contrários. Por outro lado, a formação de unidades nacionais e de consciências nacionais impediu que as categorias sociais depreciadas pelas modificações estruturais da época permanecessem coesas cuja segregação obstou o dinamismo material e psíquico livre das classes exploradas.

De qualquer modo, São Francisco de Assis representa um movimento de doutrina própria capaz de esclarecer qualquer momento da humanidade. São Francisco é considerado pelos historiadores e outros estudiosos o revolucionário de Assis e, portanto, diante dele, a leitura desajeitada e autoindulgente da Bíblia cai por terra, não havendo espaço para os recursos da esperteza exegética de algumas compreensões que podem ser representadas como “lépidas bailarinas saltitando à volta do óbvio”⁶⁸. Em suma, a lição do franciscanismo ainda segue atual e possível de implementação, enquanto a fome, a miséria e a opressão não forem plenamente vencidas na atualidade.

3.1.1.1 A Doutrina do Papa Francisco

Para o término deste capítulo da dissertação que destinou algumas páginas à investigação e à compreensão acerca dos delineamentos dados pela Doutrina Social da Igreja Católica às questões do trabalho humano, cumpre avaliar as diretrizes formuladas pelo Papa Francisco sobre o mesmo tema, uma vez que se trata do atual representante máximo da instituição religiosa, bem como é o próprio idealizador da Economia de Francisco (EoF), movimento em articulação e objeto sobre o qual recai esta pesquisa.

Avaliar os critérios fundantes da EoF significa necessariamente avaliar, em primeiro lugar, a própria estrutura e essência da doutrina do pontífice em exercício já que a expressão de seu pensamento é comunicada ao movimento pesquisado.

Portanto, para o cumprimento desse objetivo proposto, foram analisados três documentos católicos oficiais elaborados por Francisco, quais sejam, as encíclicas *Fratelli Tutti* e *Laudato Si* e a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, bem como os discursos proferidos pelo pontífice, no exercício de seu papado, na Bolívia e no Panamá, respectivamente nos anos de 2015 e 2019.

⁶⁸ HOWELL, James C. **Conversando com São Francisco**. São Paulo: Pensamento, 2009, p. 46.

Seguindo a ordem cronológica desses documentos papais, começaremos pela análise da exortação apostólica, datada do ano de 2013, *Evangelii Gaudium*, no qual, conforme afirma Francisco, pressupõe as análises anteriores contidas nos demais documentos do Magistério católico, bem como nas propostas dos episcopados regionais e nacionais.

Jorge Mario Bergoglio – nome de batismo do atual pontífice – inicia sua exortação referindo-se ao progresso científico e tecnológico que, embora sejam louváveis seus sucessos que contribuem em alguma medida para o bem-estar das pessoas, tem sido utilizado como instrumento de consequências funestas tornando ainda mais patente a desigualdade social.

Nesse sentido, o papa rechaça veemente e expressamente o modelo econômico vigente por ele identificado como a economia da exclusão, da desigualdade social, que mata, que é preocupado com a queda de pontos na bolsa de valores, que faz o que estiver à sua volta aderir ao jogo da competitividade e da lei do mais forte, na qual o poderoso traga o indivíduo mais fraco e o ser humano é a representação de bem de consumo usável e descartável.

Anota o Francisco que o regime de economia que nos submete trata-se de fenômeno social pautado por 3 traços característicos: exploração, opressão e exclusão, de ver que são excluídos – a exemplo de resíduos e sobras – os sujeitos não mais são considerados úteis ou servíveis pelo referido sistema de economia exploratória.

A doutrina papal de Francisco contesta firmemente os argumentos econômicos de recaída favorável ou efeito colateral necessário utilizados para justificar as exclusões promovidas pela dinâmica econômica em curso em contrapartida do crescimento econômico pressuposto, favorecido pelo livre mercado, que, segundo pregam, produzirá um nível maior de equidade e inclusão social no mundo do que as exclusões que causou. Para Francisco, essa colocação traduz “mera opinião que nunca foi confirmada pelos fatos. Exprime ingenuidade daqueles que detêm o poder econômico acerca dos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante. “A cultura do bem-estar anestesia-nos”.⁶⁹

A doutrina de Bergoglio combate a forma-dinheiro em alguma medida, pois compreende a relação socialmente estabelecida com o dinheiro como uma das causas da referida anestesia cultural, haja vista ser pacífica – e até mesmo desejada – a aceitação do domínio do dinheiro sobre o conjunto das sociedades humanas. Sob essa perspectiva, o pontífice Francisco analisa que vivemos no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem qualquer objetivo verdadeiramente humano, de forma que, assim, as crises financeiras têm a sua origem senão na negação da primazia do ser humano, reduzindo-o como expressão apenas de uma de suas necessidades, a saber, o consumo.

⁶⁹ FRANCISCO. *Exortação evangélica Evangelii Gaudium*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013, p.46.

Em seu magistério, o papa Francisco tem consciência aguda acerca das dimensões da dinâmica econômica corrente que, sempre que levada a efeito, promove para poucos o crescimento exponencial de lucros quando, ao exato mesmo tempo, situa a maioria populacional cada vez mais longe do bem-estar desfrutado por aquela minoria feliz.

Francisco afronta essas dinâmicas e, assim, passa a expor em sua doutrina que todos os desequilíbrios sociais provocados pela prática econômica são provenientes de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira que negam o direito de controle dos Estados, evitando, assim, a atuação de um ente que se encarregaria de velar com eficácia pela efetiva tutela do bem comum.

Analisa o pontífice que o avanço desenfreado desse regime econômico exploratório e exclusivo faz instaurar sempre uma nova forma de tirania invisível mais eficaz que as anteriores – às vezes virtual – que impõe, de forma unilateral e implacável, as leis e as regras desse regime que procede à eliminação categórica de tudo ou de todos que representem o mais remoto entrave à manutenção da constância do aumento dos benefícios a serem obtidos pelos controladores desse regime.

Segundo o papa, os representantes do poder econômico rejeitam da ética por considerá-la contraproducente, de ver que o pensamento ético relativiza o dinheiro e o poder sem subterfúgios e compromete-se com a busca por respostas alternativas, fora das categorias do mercado, aos problemas sociais contemporâneos.

Desse modo, a exortação de Francisco, o papa, é a uma solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano, que combata a violência gerada pela desigualdade social não pelo enfrentamento da reação violenta, mas pela eliminação de todas as formas de exclusão e de desigualdades, extirpando na raiz o sistema social e econômico maligno cristalizado nas estruturas sociais injustas, que, contendo potencial de dissolução e morte, fulmina a expectativa social de um futuro melhor.

Nesse sentido, a proposta doutrinária de Bergoglio assemelha-se à doutrina de São Francisco de Assis⁷⁰, pois, ao comunicar a necessidade de uma questão de ordem que esteja voltada para uma reação contra a sociedade materialista, consumista e individualista atual, o pontífice – tal qual o fez o santo – estabelece que a parte essencial da mensagem cristã, de conteúdo inevitavelmente social está no centro do Evangelho, no qual aparecem os parâmetros para a vida comunitária e o compromisso com os outros.

⁷⁰ Escreve Jorge Mario Bergoglio na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: “Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis?” (2013, p. 145).

A redenção salvífica e religiosa tem, na doutrina do Papa Francisco, um sentido social, lecionando que Deus, através de Jesus, o Cristo, não redime somente a pessoa individual no plano espiritual vindouro, mas redime também as relações sociais entre sujeitos humanos já em sua passagem material terrestre. Dito de outro modo, o cristianismo, nos moldes franciscanos do atual papa, procura permear toda a situação humana e todos os vínculos sociais para uma efetiva emancipação das consciências e vivências terrenas.

Institucionalmente, a preocupação do pontífice está no sentido de que as autoridades católicas não podem evitar serem efetivamente concretas na modificação material do mundo terreno, para que os princípios ensinados pela Igreja por meio da DSI não se resumam a meras generalidades que não interpelam a realidade de ninguém, sendo necessário extrair consequências práticas dos princípios cristãos, a fim de incidi-los com eficácia também na solução às complexas situações hodiernas.

Por não se limitar a preparar almas para o céu, afirma Francisco que a conversão cristã exige rever especialmente tudo o que diz respeito à ordem social e a consecução do bem comum, dando-se, assim, que a tarefa da evangelização deve implicar e exigir a promoção integral de cada ser humano. Mesmo que a medida da justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política, assevera o pontífice argentino que a Igreja não pode e, conforme ressalta, nem deve ficar à margem na luta pela justiça, entendendo que o pensamento social da Igreja deve ser primariamente positivo e construtivo e orientar para uma ação transformadora.

Na exortação *Evangelii Gaudium*, Francisco delimita ainda as questões sociais históricas que são objeto de sua atenção, a saber, a inclusão social dos pobres e a questão da paz e do diálogo social, registrando a rigorosidade de sua preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados pelo regime político econômico, mediante libertação e promoção dos pobres, permitindo-lhes a plena integração na sociedade.

Destaque-se também que a posição doutrinária do papa em exercício, fundamentado nas bases cristãs de Jesus, propõe textualmente “resolver as causas estruturais da pobreza”⁷¹ e, assim, por meios de atos coordenados e permanentes de cooperação, promover o desenvolvimento integral dos pobres. O entendimento de Francisco sobre o termo solidariedade expõe que as práticas solidárias significam muito mais que alguns atos esporádicos de generosidade. Opostamente, a solidariedade à referência do pontífice supõe a criação de uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade e de prioridade da vida de todos, contrária à apropriação exclusiva de bens por poucas pessoas, trazendo à tona as conjecturas de um programa emancipatório e o problema da propriedade privada.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 149 e 160.

A esse ponto da propriedade privada, revela-se qual seja senão a primeira mácula encontrada em todo o pensamento doutrinário do papa Francisco, pois que, incoerente tanto com a essência do santo Francisco de Assis, quanto com os exames elaborados pelo próprio pontífice acerca de que são estruturais e propositais os problemas sociais mais profundos.

Para o pontífice, a posse privada dos bens pode ser justificada, desde que a propriedade seja destinada ao cuidado e ao aumento de recursos particulares a serem utilizados para melhor servir o bem comum, a coletividade. O pontífice crê que esta convicção seja capaz de abrir caminho para transformações estruturais do sistema econômico e social que rejeita.

Em outras palavras, a doutrina da exortação *Evangelii Gaudium* espera do sistema capitalista a solidariedade espontânea como manifestação de reconhecimento da função social da propriedade e da destinação universal dos bens privados, cuja utilização e consumo não devem ser expressão privada e exclusiva, mas franqueados a todos os membros da sociedade.

Escreve o papa Francisco, nesse sentido, que:

(...) é preciso repetir que os mais favorecidos devem renunciar a alguns dos seus direitos, para poderem colocar, com mais liberalidade, os seus bens ao serviço dos outros. (...) É indispensável que os governantes e o poder financeiro levantem o olhar e alarguem as suas perspectivas, procurando que haja trabalho digno, instrução e cuidados sanitários para todos os cidadãos.⁷²

Ora, considerando de perto, como também o faz o Santo Padre, as engrenagens pelas quais funcionam o sistema de acúmulo constante do capital, cujo objetivo da exploração do trabalho para converter dinheiro em bens, capitais e riquezas concentradas e não distribuídas representa, em verdade, as próprias condições materiais para que o sistema possa existir, não é plausível esperar que os capitalistas, num ato espontâneo, renunciem aos dispositivos que lhe conferem a própria condição de existir.

Como dito em seções anteriores desta dissertação, a posse privada de bens e propriedades é o elemento essencial para manutenção da estrutura social de natureza capitalista, não havendo como transformar a estrutura burguesa, mantendo a posse privada tanto da terra quanto dos meios de produzir e trabalhar, ainda que seja admitida a repartição posterior dos frutos oriundos desses recursos privados.

O que a Igreja Católica espera conforme sua DSI mais tradicional e conservadora, e que se mantém na doutrina do Papa Francisco que é a fração doutrinária mais radical e revolucionária da instituição católica, é a visão equivocada acerca dos moldes de manutenção e tratamento dispensados à propriedade privada na época feudal.

⁷² *Ibidem*, p. 150 e 162

Não mais existem as condições materiais sociais da época medieval, sobretudo, as condições políticas de exercício de poder, que mantinham o modelo de propriedade privada pulverizada, regime que proporcionava a trabalhadores ou o usufruto ou alguma parcela de domínio sobre a propriedade privada alheia ou pequenas extensões de propriedade privada exclusiva destinada à extração da subsistência.

Ademais, como expressão histórica das condições materiais de organização e existência específicas de uma determinada sociedade em uma determinada época, esse regime guarda as próprias disposições substanciais e concretas para o advento do modelo de sociedade subsequente que o substituirá.

Dito do outro modo, o modelo de propriedade privada relativo ao sistema do feudalismo guarda, em si, as condições materiais necessárias para o aparecimento do próprio capitalismo, que é senão o regime que sucede a ordem feudal durante a Idade Média. Isso significa dizer que, embora fosse possível ou desejável a passagem da gestão capitalista da propriedade privada exclusiva e concentrada para a prática da propriedade privada destinada à utilização universal – como proclama a doutrina da Igreja – essa reformulação da organização social não impediria a ocorrência de uma nova ascensão do sistema capitalista, uma vez que os elementos para as suas bases fundantes permaneceriam disponíveis no meio social.

Assim, a configuração da função social da propriedade e do destino universal dos bens que servem ao contexto de efetiva superação das raízes do sistema capitalista é a função social que se traduza como a socialização das propriedades e o destino universal compreendido como a utilização e consumo dos produtos da propriedade social, sobretudo porque a própria doutrina de Francisco, ao tratar da questão das propriedades, entende que as modificações pelas quais espera não deve restringir-se à mera garantia a comida ou a um decoroso sustento para todos, reclamando, ao contrário, uma efetiva prosperidade e civilização a todos os sujeitos sociais em seus múltiplos aspectos.

Contudo, ao que parece da *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco está aberto a correções conceituais de suas análises sobre possíveis equívocos dos entendimentos que espora para a real modificação da estrutura social política e econômica do seu tempo. Assevera que, sem se preocupar em não cair em erros doutrinários, reelaborações conceituais favorecerão o contato com a realidade que se pretende explicar.

Assim, em continuação, Francisco aborda as questões da educação, saúde e, especialmente destaca o trabalho livre, criativo, participativo e solidário, no qual o ser humano exprime e engrandece a dignidade da sua vida. A esse ponto, novamente, o papa incorre em erro conceitual ao mencionar a figura do salário justo como meio de acesso

adequado aos outros bens que estão destinados ao uso comum, ignorando, portanto, que os contornos do trabalho assalariado são incompatíveis com a possibilidade do trabalho livre, criativo, participativo e solidário que defende. Ademais, também nesse ponto a doutrina do Papa Francisco se apresenta, em alguma medida, contrária à doutrina franciscana primitiva fundada por São Francisco de Assis.

Porém, os acertos dessa doutrina sinalizam que, enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum, tendo em vista que a desigualdade é a própria raiz dos males sociais.

Em sequência, Francisco faz a afirmação de que a vocação de um empresário seja uma nobre tarefa, sempre que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida, permitindo-lhe servir verdadeiramente o bem comum com o seu esforço por multiplicar e tornar os bens deste mundo mais acessíveis a todos.

Repisando-se as refutações já lançadas nos parágrafos anteriores, essa é mais uma compreensão equivocada do pontífice, de ver que não é nobre nem expressão de vocação a tarefa do empresário que atua, consciente, no âmbito de um sistema econômico leonino e em favor da manutenção desse sistema sem questioná-lo, pois que, a rigor, o papel do empresário, em última instância, consiste justamente em privar o acesso alheio aos seus bens e riquezas por ele acumulado, explorando recursos de que dispõe, dentre os quais estão os sujeitos humanos. A não ser que o pontífice se refira em sua doutrina à organização empresarial, inserida, porém, em outro contexto diferente do capitalismo, então, não é possível a existência do empresário capitalista dotado de espírito nobre para compartilhamento de riquezas e privilégios, que confia na força e na regulação do mercado.

A doutrina papal franciscana entende crescimento equitativo como categoria muito acima e além dos indicadores de crescimento econômico e exige decisões, programas, mecanismos e processos que sejam especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho – sem aqui se referir necessariamente a postos de trabalho assalariados – e para a promoção integral dos pobres a superar o mero assistencialismo.

No entanto, no bojo de algumas passagens dos seus textos doutrinários, o Papa Francisco faz repetidamente referência ao termo mercado de trabalho, significando dizer que o mentor da Economia de Francisco e Clara ainda não vislumbra a categoria trabalho fora do âmbito de mercado, ou seja, não critica o fato social de o trabalho servir como mercadoria.

Fortemente vinculada à doutrina franciscana primitiva, o magistério de Jorge Mário Bergoglio compreende a economia como uma adequada administração do mundo inteiro, entendido como casa comum, mediante um modo mais eficiente de interação entre as nações a assegurar o bem-estar econômico a todos os países.

Compreende, assim, a paz social não como mera ausência de violência obtida por imposição, nem como a paz de uma organização social que, quando não silencia, apenas tranquiliza os mais pobres, permitindo a outros o gozo de muitos e maiores privilégios que consentem um estilo de vida sem sobressaltos. Em suma, para o Francisco dos dias atuais, as reivindicações sociais por distribuição de riquezas, inclusão de todos no regime de benefícios não podem ser sufocadas sob o pretexto da escassez construído por um “consenso de escritório” combinado por uma “minoría feliz”⁷³.

Já a partir da exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco dá à doutrina social católica um direcionamento absolutamente contrário ao que até então era firmado nos documentos oficiais anteriores a respeito da ação estatal. A partir de Francisco, o Estado não deve se restringir ao socorro social circunstancial, limitado, sem intervenção econômica direta que não seja a de conferir vantagens e prerrogativas às empresas capitalistas. Ao ente estatal passa a competir, na concepção franciscana, atuação direta nas práticas econômicas ao responsabilizar-se pelo cuidado e pela promoção do bem comum da sociedade.

No entanto, vale registrar que o Estado tal como o conhecemos – cuja configuração não existia em outros momentos históricos – é justamente uma construção adequada para defender e manter a estrutura do modo de produção capitalista. Logo, não há que esperar de um Estado burguês capitalista políticas públicas que importem atuação estatal para promover modificações estruturais do sistema que o sustenta.

Por outro lado, assinala-se que, nos termos da doutrina registrada nas páginas da *Laudato Si*, que data do ano de 2015, um dos eixos que atravessam a encíclica é a crítica do paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia e o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso.

É nesse outro documento oficial que Francisco parece modificar sua percepção estampada na *Evangelii Gaudium*, acerca da boa vontade dos detentores de poder no sistema econômico vigente, para cooperação à modificação de hábitos, procedimentos e objetivos.

Muitos daqueles que detêm mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas, procurando apenas reduzir alguns impactos negativos de mudanças climáticas. Mas

⁷³ *Ibidem*, p. 169.

muitos sintomas indicam que tais efeitos poderão ser cada vez piores, se continuarmos com os modelos atuais de produção e consumo.⁷⁴

Assim, em seu novo documento doutrinal, após a exortação apostólica em 2013, Francisco parece então compreender que interesses particulares – econômicos – prevalecem sobre o bem comum e manipulam informações a fim de não serem afetados seus projetos, deixando de fora tudo o que não faz parte dos seus interesses capitalistas imediatos.

(...) poder-se-á esperar apenas algumas proclamações superficiais, ações filantrópicas isoladas e ainda esforços por mostrar sensibilidade para com o meio ambiente, enquanto, na realidade, qualquer tentativa das organizações sociais para alterar as coisas será vista como um distúrbio provocado por sonhadores românticos ou como um obstáculo a superar. (...) Os poderes econômicos continuam a justificar o sistema mundial atual [sistema de interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta], onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente.⁷⁵

Na nova encíclica, o papa confirma sua doutrina sobre a erradicação efetiva da pobreza e a crítica frontal às estruturas do funcionamento do sistema capitalista de produção e organização social não se limitando a criticar apenas os efeitos do regime econômico, tal como efetuado nos documentos anteriores da DSI.

Segundo Francisco, o atual modelo de desenvolvimento e de cultura é o modelo distributivo do descarte de objetos, da vida das pessoas e dos demais seres vivos, através do qual uma minoria atribui-se o direito de consumir em uma proporção impossível de ser generalizada a todo indivíduo do globo, porque, nessa hipótese, os resíduos de tal consumo sequer poderiam ser contidos pelo planeta.

A crítica ao modelo ocidental de progresso – isto é, ao mito do progresso – faz-se no sentido de que o progresso dos países mais ricos são mantidos à custa da exploração dos menores níveis de progresso – ou a total ausência de qualquer traço de progresso – nas regiões mais pobres do globo. Francisco compreende que o acesso pelas sociedades à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso, no qual o poder, sobretudo ligado às finanças, representa a maior resistência posta contra intervenções concretas que visam modificações estruturais da forma de consumo e produção.

Por outro lado, o que se observa – com alguma inquietação – é que, nessa encíclica *Laudato Si*, o papa Francisco, mesmo diante de todas análises que concebeu, ainda assim mantenha em suas lições aquilo que é considerado nesta dissertação como o grande equívoco da doutrina de Bergoglio: a conformação à ideia da propriedade privada e particular, que deve

⁷⁴ FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato Si*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015, p. 24.

⁷⁵ *Ibidem*, pp. 44-5.

existir para a repartição dos frutos dessa propriedade, não assimilando, entretanto, que a regra da função social tal qual é proclamada pelos ideólogos da economia liberal e pela doutrina católica conservadora seja mero paliativo às piores formas de exploração dos meios de produção próprias do regime capitalista da propriedade privada concentrada.

Ressaltamos que, nesse ponto, Bergoglio não está coadunado à doutrina de São Francisco de Assis que, da denúncia radical contra a pobreza mantida pela sociedade do dinheiro e das mercadorias, assentou bases para o entendimento contra a existência de qualquer espécie de propriedade privada, de modo a dar aos bens – dentre os quais, a terra e quaisquer instrumentos – a destinação de uso mas não de posse, nem propriedade.

Na sequência, a doutrina da *Laudato Si* enfrenta também o debate sobre técnicas e avanços tecnológicos. Percebendo que a transformação da natureza para fins úteis é uma característica própria do gênero humano, Francisco observa que a técnica exprime senão o expediente humano utilizado para a superação de condicionamentos materiais que melhoram a realização das atividades sociais.

Percebe também que os produtos da técnica não são necessariamente neutros, uma vez que podem ser manipulados para criar uma trama de condicionamentos dos estilos de vida da população em geral, orientando, assim, as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder, cenário que se revela ainda mais nocivo quando há submissão da técnica e da tecnologia à política e à finança.

Nesse sentido, Francisco denuncia o paradigma tecnocrático que tende a exercer o seu domínio sobre a economia e a política, de modo que a economia passa a assumir todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem lançar atenção às consequências negativas para o ser humano oriundas dessa tecnocracia, que assume o desenvolvimento da tecnologia como a tendência de elaborar metodologias e objetivos daquilo que o papa chama de tecnociência, a condicionar a vida das pessoas e o funcionamento da sociedade.

Em vista de uma tecnocracia, ou melhor, tecnociência, Francisco repugna o pensamento liberal que defende, com linguagem não acadêmicas, que a economia capitalista atual e a tecnologia resolverão todos os problemas sociais, e afirma que os problemas de fome e miséria devem ser resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado o qual, entretanto, não revela preocupação com níveis justo de produção nem com melhores distribuições da riquezas, sendo suficiente para o crescimento do mercado o objetivo da maximização dos ganhos dos capitalistas e de suas empresas privadas.

A doutrina do Papa Francisco compreende ainda que o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social, mas contribui para

perduráveis situações de miséria desumanizadora. Entende que a especialização própria da tecnologia representa no campo das atividades produtivas a fragmentação do saber do trabalhador operário que é levado à perda do sentido da totalidade das aplicações concretas que realiza durante o seu trabalho, bem como perde a compreensão das relações que existem entre as categorias do mundo produtivo.

Jorge Bergoglio leciona sobre o equívoco de buscar soluções técnicas individuais para cada problema social, pois que esse expediente serve tão somente para isolar categorias interligadas e esconder os problemas mais profundos do sistema mundial que possui estruturas próprias e indispensáveis para o seu funcionamento e existência.

As orientações doutrinárias de Francisco apontam no sentido de que sejam buscadas outras opções de técnicas e instrumentais adequadas ao tipo de vida social emancipada que se pretende desenvolver, haja vista que, conforme expõe o pontífice, a liberdade humana é capaz de limitar a técnica, orientando-a e colocando-a ao serviço de outro tipo de progresso com outras características: “mais saudável, mais humano, mais social, mais integral”⁷⁶.

Sobre o trabalho humano e as relações sociais de trabalho, a doutrina do papa Francisco traça apontamentos nos seguintes sentidos de que, em qualquer abordagem de perspectiva econômica e social que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho, impondo a questão relativa ao sentido e finalidade da ação humana sobre a sua realidade pessoal e a realidade de outros sujeitos. Para Francisco, trabalhar não se restringe apenas à execução do trabalho manual ou do trabalho da terra, mas compreende qualquer atividade que implique alguma transformação da realidade existente, de maneira que qualquer forma de trabalho pressupõe também alguma concepção sobre as relações que o ser humano trava com os outros sujeitos na dinâmica social.

A concepção doutrinária de Francisco sobre o trabalho afirma o homem como protagonista, centro e o fim de toda a vida econômico-social. A instrução de Francisco é sobre o trabalho que torna o ser humano capaz por si mesmo, isto é, autônomo, e que promove ao agente que trabalha bem-estar material e desenvolvimentos moral e espiritual, emancipando, assim, as múltiplas dimensões humanas, como criatividade, ampliação de capacidades intelecto-cognitivas e exercício da comunicação.

Nessa perspectiva, Francisco acrescenta à sua doutrina que algumas condições são criadas no âmbito social, precisamente na esfera econômica da produção, que desfiguram esse referido sentido emancipatório do trabalho ao espírito humano. No entanto, nos limites desta pesquisa e de seus referenciais teóricos, essa observação deve ser classificada como míope.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 88.

Apesar de o conteúdo da declaração de Francisco ser integralmente correto, quanto à forma essa declaração é praticamente incompatível com a doutrina papal na qual foi enunciada, que considera a manutenção da propriedade na forma privada e que não traça nenhuma crítica ao modelo de mercado de trabalho, nem à forma de trabalhado assalariado.

Ora, quando não consegue perceber que a propriedade privada, o modelo de economia de mercado e a forma-salário são justamente as condições necessárias para a existência e a permanência do sistema econômico capitalista que, por sua vez, é o modelo social responsável por desfigurar o sentido do trabalho emancipador, então, não haverá como perceber que uma doutrina que seja favorável, em alguma medida, à propriedade privada, ao pagamento de salário e ao funcionamento do mercado de trabalho seja contraditória – ou, ao menos, incompatível – com o paradigma do trabalho como potência dos atributos humanos.

A outro giro, Francisco segue afirmando em sua doutrina que a atividade empresarial é uma vocação nobre porque produz riqueza e promove melhoria das condições de vida para todos, sobretudo a partir da criação de postos de trabalho imprescindível ao bem comum, conforme assevera. Leciona ainda que o cenário social ideal é o de acesso ao trabalho para todos, uma vez que o verdadeiro objetivo de uma comunidade deve ser o de sempre consentir aos indivíduos dignidade através do trabalho.

Essas colocações, tal como as primeiras sobre a categoria, são igualmente imprecisas, de ver que, se por acesso ao trabalho para todos entende-se acesso a emprego e renda, então é mesmo míope todo o conjunto da análise crítica lançada ao sistema estrutural do capital, pois que o salário – conforme o praticado – é tão só uma expressão da propriedade privada do capitalista, que detém livremente os recursos para o pagamento do salário assim como detém a força de trabalho que aguarda ser assalariada e, desse modo, nada possui de traços de liberdade ou emancipação humana do trabalhador que sempre precisará se submeter ao salário do capitalista caso não deseje sucumbir em sua existência física.

Por outro lado, é válido repetir a crítica já lançada à doutrina papal franciscana da exortação *Evangelii Gaudium* quanto à questão do papel dos empreendimentos empresariais. Não é nobre a tarefa da empresa nos moldes em que a conhecemos: de atuação consciente no âmbito de um sistema econômico capitalista, organizada com vistas à persecução – sem questionamento – das regras desse sistema, quais sejam, máxima redução de custos, acúmulo máximo de lucros, concentração de riquezas, exploração de trabalho alheio alienado.

Repete-se também que, caso em suas anotações doutrinárias, o pontífice não esteja aludindo a um modelo de organização empresarial inserida em outro contexto diferente do capitalismo, pautada por valores distintos daqueles mencionados acima: custos *versus* lucro,

concentração de riquezas e capitais e trabalho alienado, então, não é possível atribuir acerto a um pensamento que, desejando clara e expressamente a superação de um sistema exploratório, harmonize-se com pilares fundantes da estrutura do regime que busca desconstruir. Em outras palavras, não é plausível a existência de empresário que, capitalista, não acumule riquezas nem privilégios ou que estabeleça o funcionamento do seu empreendimento sem dispor do mercado de trabalho, ou seja, sem necessariamente explorar a força e o tempo de trabalho alheios para a formação do seu patrimônio.

Ademais, se como linha de ação para “sair da espiral de autodestruição onde estamos a afundar”⁷⁷, a doutrina de Francisco estabelece, entre outras orientações, que os cidadãos devam controlar o poder político – nacional, regional e municipal – vale, então, questionar por que, com mais razão, os sujeitos, no âmbito das suas relações de trabalho, não deveriam igualmente controlar as suas condições de labor para determinar, por exemplo, a quantidade de horas diárias a dispor ao trabalho social produtivo, a espécie de atividade a desenvolver, os períodos de continuidade e interrupção do trabalho, sobretudo, sem a necessidade de ganhar a vida, ou seja, de sobreviver unicamente através do trabalho de produção.

Em outras palavras, questiona-se por que, estando num amplo controle de poder de gestão da vida da própria comunidade nos cenários municipal, regional e nacional, o trabalhador – em coletivo – não tenha o poder de gerir o seu labor a fim de não se submeter a um regime de trabalho subordinado e assalariado.

Na sequência, o chamado esquema de ganho está rechaçado pela doutrina do Papa Francisco. No entanto, para os fins a que se pretende o magistério do pontífice: superar o modelo capitalista, corrigir as estruturas de produção, de organização da sociedade e do trabalho, é indispensável abandonar a ideia de alguma viabilidade para categorias como economia de mercado, mercado de trabalho, lucro, assalariamento e empresa altruísta.

Francisco espera que economistas e políticos reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o bem comum, afastando-se dos programas que acarretam conservação ou aumento de poder. Considera-se ingênuo essa expectativa doutrinária. Não se afigura verossímil esperar que os detentores do poder econômico e político reconheçam espontaneamente e de bom grado seus próprios erros e abram mão de todo o esquema que gera e mantém seus privilégios.

Em verdade, o ideal é a elaboração de alternativas de economia e organização sociais que, muito embora convivam com as engrenagens do sistema do capital, contribuam para tornar obsoletas as estruturas e instituições da economia política de mercado.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 127.

A doutrina do papa Francisco formula na encíclica *Laudato Si* uma crítica irretocável ao regime capitalista de sociedade e as perspectivas de mudança. No entanto, reafirma-se que uma crítica de tal magnitude não dever ser compatível com a tolerância à existência de modelo de mercado e propriedade privada.

Temos de nos convencer que, reduzir um determinado ritmo de produção e consumo, pode dar lugar a outra modalidade de progresso e desenvolvimento. (...) Para que apareçam novos modelos de progresso, precisamos de «converter o modelo de desenvolvimento global», e isto implica refletir responsabilmente «sobre o sentido da economia e dos seus objetivos, para corrigir as suas disfunções e deturpações». Não é suficiente conciliar, a meio termo, (...) o ganho financeiro ou (...) o progresso. Neste campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso. Trata-se simplesmente de redefinir o progresso. Um desenvolvimento tecnológico e econômico, que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso. Além disso, muitas vezes a qualidade real de vida das pessoas diminui – pela deterioração do ambiente, a baixa qualidade dos produtos alimentares ou o esgotamento de alguns recursos – no contexto dum crescimento da economia. Então, muitas vezes, o discurso do crescimento sustentável torna-se um diversivo e um meio de justificação que absorve valores do discurso ecologista dentro da lógica da finança e da tecnocracia, e a responsabilidade social e ambiental das empresas reduz-se, na maior parte dos casos, a uma série de ações de publicidade e imagem.⁷⁸

A outro giro, os discursos realizados pelo pontífice realizados nos anos de 2015 e 2019, respectivamente na Bolívia e no Panamá, tornam mais perceptíveis alguns elementos da doutrina de Francisco talvez não tão claras na leitura de seus textos doutrinários oficiais.

Dentre esses elementos podemos citar a fala vigorosa do Santo Padre que, citando a inspiração de São Francisco de Assis, requer mudança integral, de estruturas – não reformas – do sistema econômico global. Está presente também a ideia de que nenhum Estado pode resolver isoladamente a mencionada superação do sistema, tratando-se de uma ação que deve acontecer num plano coordenado entre toda a humanidade.

Falando sua doutrina no púlpito, Francisco aponta os elementos do sistema a que se contrapõe: lógica do lucro a todo custo, ambição desenfreada de dinheiro, exclusão social e destruição do meio natural, remarcando-o a título de sistema insuportável.

É no discurso que faz na Bolívia que o papa Francisco identifica de forma mais clara e incisiva que o sistema econômico a que se refere é o sistema do capital, a fim de que, assim, não mais reste dúvidas sobre o seu posicionamento doutrinário expressamente contrário ao modelo de economia liberal, burguês que se baseia no acúmulo de capital, sem espaço para nenhuma hipótese que leve a efeito apenas uma expressão reformada do capitalismo, qualquer que seja o nome que empreguem: capitalismo verde, capitalismo sustentável, capitalismo bom, capitalismo social, ou afins.

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 146, 148-9.

É também no discurso aos bolivianos que o papa expõe de forma expressa a questão de organização coletiva – comunitária e internacional – para promover os modelos alternativos sobre terra, teto e trabalho, modelos simultâneos e de resistência ativa ao sistema capitalista. O Papa, apesar de registrar que não detém a receita para o processo da modificação mundial, estabelece nesse discurso os signos que devem informar os modelos alternativos de organização das sociedades. Em primeiro lugar, trabalhar a terra nos moldes da agricultura camponesa. Em segundo, a dignificação da economia popular. Por conseguinte, a autoconstrução de moradias pela coletividade de trabalhadores e o desenvolvimento de infraestruturas comunitárias.

Francisco ressalta em seu discurso a indispensabilidade da cooperação amistosa dos movimentos populares para robustecer os processos de mudança, criando modelos alternativos de trabalho, construindo casas, produzindo alimentos, sobretudo para uma comunidade formada por sujeitos descartados pelo mercado global.

Especificamente sobre a categoria trabalho, a despeito de qualquer aparente contradição percebida nos documentos oficiais redigidos pelo pontífice latino-americano, alguns pontos se esclarecem nesse discurso proferido na Bolívia e dissipam as possíveis antinomias. Concebe-se agora que a doutrina de Francisco não considera tão somente a figura do trabalho assalariado quando fala em postos de trabalho, tendo em vista que, ao propor melhoramento dos processos de trabalho, assevera expressamente que devem ser providas infraestruturas adequadas de trabalho e garantia plena de existência dos trabalhadores do setor de trabalho alternativo ao modelo de trabalho empregatício assalariado.

Nota-se que a doutrina de Francisco considera que durante o processo de mudança do regime social devam ser executadas expressões de trabalho digno, livre, criativo, participativo e solidário, através das experiências de união de trabalhadores, seja em cooperativas seja em outras formas de organização comunitária – citando, como exemplo, as empresas recuperadas e as feiras francas – aptas a criar novas formas de trabalho e novos sentidos de trabalho mesmo diante do cenário da economia capitalista.

Compreende-se que, para Francisco, a economia não deve ser um mecanismo de acumulação, mas a condigna administração da casa comum, através da qual o ser humano estrutura todo o sistema de produção e distribuição de tal modo que as capacidades e necessidades de cada um dos sujeitos encontrem um apoio adequado no ser social. Assevera o papa que esse arquétipo de economia não apenas é desejável como é necessário e também possível, tratando-se de uma perspectiva extremamente realista, uma vez que, os recursos

disponíveis no mundo são suficientes para o desenvolvimento integral de todos os homens e para o desenvolvimento do homem total.

Por outro lado, é na encíclica *Fratelli Tutti*, do ano de 2020, que Francisco parece esclarecer pontos de sua doutrina até então imprecisos, estabelecendo mais abertamente algumas diretrizes para programas, projetos e ações. Aliás, é nesse documento oficial que o pontífice expõe categoricamente o seu projeto maior: não apenas melhorar os sistemas e regras já existentes, mas extingui-los, modificando-os nas raízes.

Bergoglio também alerta que as bandeiras “abertura mundial” e “ação universal” podem ser cooptadas pelos poderes da economia liberal para mascarar interesses que mantêm a estrutura do *status quo*, revelando, de saída, seu posicionamento expresso crítico a leituras de abordagens econômico-liberais. Francisco registra em sua doutrina que as formas populistas liberais servem exclusivamente a interesses econômicos de poderosos, que o mercado, por si só, segundo o dogma de fé neoliberal não resolve os problemas sociais mais sensíveis.

Nessa carta encíclica, Francisco critica abertamente o exercício da política e da economia para a gerência de jogos de poder, tanto quanto critica o modelo societário das empresas capitalistas que promove associação de pessoas para interesses e vantagens determinadas, privadas e exclusivas.

Classifica, ademais, o pensamento neoliberal como pobre e repetitivo em razão das práticas de gotejamento tomadas como única via para enfrentar a situação social da pobreza que promovem estratégias de contenção paliativa da miséria, sem determinar a cada sujeito a possibilidade de ser artífice do seu próprio destino, anestesiando a consciência humana pelo predomínio do individualismo, ao privilegiar e incentivar interesses individuais e debilitar a dimensão comunitária da existência, de ver que, conforme assinala Bergoglio, o sistema econômico atual precisa de indivíduos vazios, desenraizados, desconfiados de tudo, para que confiem apenas nas promessas do desenvolvimento capitalista, efetivando, assim, formas refinadas e sutis de colonização cultural, alienação e perdas da consciência histórica e crítica, da consistência moral e da independência econômica e política dos sujeitos.

Esclarece-se na *Fratelli Tutti* que os poderes do sistema capitalista manipulam e esvaziam de sentido conceitos como democracia, liberdade, justiça, unidade, para que sirvam como instrumentos de domínio, títulos vazios de conteúdo que possibilitam a justificação de qualquer ação atentatória contra as dignidades humanas.

É neste documento da DSI que soa claro o registro de que o desenvolvimento de um projeto comum para toda a humanidade aparenta um delírio, já que um projeto de tais contornos não interessa aos poderes econômicos vigentes que necessitam de rápidos ganhos

acumulados, quais sejam, interesses particulares disfarçados de racionalidade, mascarados sob nobres reivindicações em nome de um progresso geral, abstrato e vazio.

Francisco reitera que é a consciência individualizada – formada para o fechamento em nós mesmos e em próprios interesses a fim de vivenciarmos o consumismo febril e formas de autoproteção egoísta – que faz a ideia de um programa para a construção coletiva da justiça e da paz parecer uma utopia antiga, aumentando, portanto, a distância entre a obsessão pelo próprio bem-estar e a felicidade da humanidade partilhada.

Muitas ideias da doutrina do papa Francisco podem ser sintetizadas a partir da encíclica *Fratelli Tutti*: parte da humanidade é sacrificada pelo trabalho em benefício e sustento de um seletor setor humano digno de viver sem limites, não trabalhando; as regras econômicas capitalistas são eficazes para o crescimento de alguns, mas não para o desenvolvimento humano integral; aumentando a riqueza de poucos, sem equidade, nascem novas pobreza, pois que, enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida; quando os capitalistas justificam a desigualdade da distribuição das riquezas, alegam a redução da pobreza no mundo através de critérios referentes a outros tempos que não comparáveis à realidade atual; a pessoa humana privada da liberdade, mercantilizada, reduzida a propriedade de alguém é tratada como meio, e não como fim; todas as formas de injustiça, decorrem de visões redutivas sobre o ser humano e do modelo econômico fundado no lucro, que explora, descarta e mata os sujeitos; e que afrontas à dignidade humana são avaliadas de maneira diferente, segundo convenham ou não aos interesses fundamentalmente econômicos.

Na *Fratelli Tutti* é colocado que a questão central da Doutrina do Papa Francisco é o trabalho. Contudo, é forçoso registrar que, até aí, a doutrina do franciscano não possui nenhuma diferença em relação à DSI anterior, oficial e conservadora, que elogiando e defendendo a manutenção do sistema do capital, necessariamente também tinha que tecer louvores sobre a importância da categoria trabalho, por se tratar de categoria indispensável para a própria existência do capital e do seu respectivo modo capitalista que é senão baseado na exploração sistemática do trabalho humano.

Por outro lado, há de se destacar que o atual maior representante de liderança católica preceitua que o trabalho seja a categoria central para uma correta implementação das mudanças, no entanto, dentro do contexto do coletivismo, o que afigura, ao menos em sede liminar, tratar-se de um raciocínio coadunado com os marcos teóricos de Karl Marx e Herbert Marcuse adotados nesta pesquisa.

A compreensão do pontífice circula em torno de formas alternativas de trabalho que funcionam não somente como um modo de ganhar o pão, isto é, formas de trabalho não ligadas à promoção de meios para a sobrevivência do trabalhador. Segundo Francisco, o trabalho verdadeiramente popular é aquele capaz de garantir a todos a possibilidade de fazer germinar as suas capacidades, a sua iniciativa, as suas forças.

Considera o Santo Padre que o verdadeiro objetivo da sociedade deveria ser sempre consentir aos pobres – aqueles que não detêm as riquezas da produção capitalista – uma vida efetivamente digna através do trabalho. Por outro lado, nota-se ainda a velha prática da DSI de viés conservador de fazer referência ao trabalhador através do vocábulo pobre. Porém, mesmo que a doutrina do Papa Francisco mantenha a expressão “o pobre”, percebe-se que o sentido dado não é o de manutenção da massa popular na pobreza, uma vez que a mesma doutrina critica expressamente o sistema capitalista de produção e acumulação de riquezas e propõe superação e a erradicação da pobreza.

É expresso que Francisco considera, sem subterfúgios, a efetiva superação das desigualdades sociais e que, nesse sentido, duas frentes são requeridas: (1) que se desenvolva a economia, fazendo frutificar as potencialidades de cada região e assegurando assim uma equidade sustentável; (2) e que as políticas de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, devam ser considerados apenas como respostas provisórias para as exigências humanas populares, coletivas, sociais, comuns.

A partir daí, algumas propostas são lançadas no documento da *Fratelli Tutti* a fim de orientar – sem a pretensão de uma receita rígida⁷⁹ – a assunção de novas perspectivas que evidenciam caminhos para criar possibilidades reais de viver e crescer com dignidade. Segundo a compreensão do papa Francisco de que ninguém se salva sozinho, a saída ao capitalismo reside, então, na criação de processos de compartilhamento em comunidades de pertença e solidariedade, que detenham o controle coletivo da destinação de tempo, esforço e bens daquele corpo social.

Nesse panorama, o trabalho é voltado para a exclusiva produção adequada à satisfação das necessidades da coletividade, criando, assim, as condições para que o ato de trabalhar importe em desenvolvimento integral do sujeito que trabalha, realizando-o plenamente como pessoa, e que não satisfaça apenas as necessidades básicas do trabalhador e da sua família, mas também, isto é, formas alternativas de trabalhar, não assalariada e não empregatícia.

⁷⁹ O papa Francisco leciona que não existe apenas uma possível via de saída ao sistema do capital, nem uma única metodologia aceitável, uma receita econômica aplicável igualmente por todos, e pressupõe que mesmo a ciência mais rigorosa possa propor percursos diferentes. (*FRATELLI TUTTI*, 2020, p. 43)

Francisco coloca o empenho como o objetivo de organizar e estruturar coletivamente a sociedade de modo a eliminar a miséria como um ato de caridade indispensável. Reforça tratar-se do que chama de caridade realista, definindo como o gênero de caridade que não desperdiça nada que seja necessário para uma transformação da história em benefícios de todos, sobretudo em benefício das classes abandonadas pelo sistema atual.

A ideia de caridade, na doutrina do Papa Francisco, é atrelada, portanto, à visão materialista histórica que preconiza a utilização dos instrumentos materiais que o momento histórico coloca à disposição dos agrupamentos a fim de uma efetiva solução coletiva e consciente dos problemas estruturais de cada época. Em outras palavras, a prática da caridade, segundo Francisco, perpassa por atos e programas coletivos que determinem expressamente aos indivíduos o domínio dos meios para a sua subsistência, significando o aproveitamento inteligente dos recursos do desenvolvimento, inclusive os recursos tecnológicos.

A organização coletiva e alternativa pensada por Francisco não deve ocupar-se de negociações de tipo econômico, mas devem manter sua existência através das práticas de intercâmbio a favor do bem comum, a tal ponto, que seja alcançado um dos objetivos principais e irrenunciáveis dessas novas comunidades: eliminar efetivamente a fome.

Sobre as questões de técnica e tecnologia, Bergoglio anota em seu texto doutrinário de 2020 que não ignora os avanços positivos verificados na ciência, na tecnologia, na medicina, na indústria e no bem-estar. Contudo, também não ignora que todos esses avanços são controlados, relativizados e mitigados por interesses econômicos, já que, embora sejam fascinantes os avanços enumerados, descortina-se que esses progressos não são orientados a rumos verdadeiramente humanos, diante da constatação da falta de distribuição equitativa dos recursos naturais e do acesso à tecnologia mais alta que faz milhões morrerem à fome.

Dito de outra forma, a doutrina mais recente de Francisco, ao compreender que a tecnologia atual registra progressos contínuos que não correspondem à equidade e inclusão social, patrocina a ideia em favor da utilização das tecnologias para a satisfação das necessidades coletivas, em franca contradição à lógica capitalista e liberal que faz o mundo avançar implacavelmente através de um específico modelo de economia que utiliza os progressos tecnológicos para reduzir o que chamam de custos humanos, por basear-se na crença de ser suficiente a liberdade de mercado para que as necessidades de toda a sociedade sejam garantidas.

Ademais, Francisco também propõe uma visão econômica de participação social e política que inclua os movimentos populares a fim de encorajar as estruturas de governos locais, nacionais e internacionais a novas formas de políticas públicas que, ao fim, servirão

para estabelecer gradativamente as bases do novo modelo social que superará as estruturas capitalistas. Conforme a doutrina franciscana da *Fratelli Tutti*⁸⁰, os movimentos populares são promotores de processos e ações criativas, um modo de reunião popular que à sua maneira trabalham, propõem, promovem e libertam.

Nesse sentido, somente através dos Movimentos Populares, consoante Francisco, seria possível um desenvolvimento humano integral, que implique superar a ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e muito menos inserida num projeto que reúna os povos de todo o planeta.

Em suma, a encíclica *Fratelli Tutti*, expressão oficial da doutrina do Sumo Sacerdote em exercício, Francisco, e, portanto, expressão mais atual da DSI Católica, resume propostas de necessária expansão das consciências humanas para que possam ser estabelecidos projetos de médio e longo prazo que ultrapassem uma resposta de emergência de cunho meramente reformista do sistema do capital.

As orientações de Francisco são no sentido de dar a possibilidade de um novo desenvolvimento, uma nova concepção de progresso e sucesso, com outros limites estruturais para a organização econômica de produção, a organização das relações sociais e a organização de trabalho, lazer, ócio e cultura.

Francisco orienta à rejeição de programas e projetos que, mesmo concebidos coletivamente, contando com movimentos sociais, que limitem suas abordagens a alguma forma de utilitarismo. A doutrina do pontífice indica a gratuidade, definida pelo papa como “a capacidade de fazer algumas coisas, pelo simples fato de serem boas, sem olhar a êxitos nem esperar receber imediatamente algo em troca”⁸¹.

Nesse sentido, aponta Bergoglio que somente poderá ter futuro uma cultura sociopolítica que inclua o acolhimento gratuito, significando não viver a existência de comércio, isto é, práticas culturais, políticas e sociais que não meçam aquilo que é dado pelo que pode ser recebido em troca. Sobre esse ponto, este pesquisador chama a atenção para o fato de que o combate à existência do comércio significa, necessariamente, combater o modo de produção de mercadorias e seus desdobramentos e, portanto, não admitir qualquer expressão de mercado, o que implica não admitir, inclusive, o mercado de trabalho em si.

Assim, o ensino doutrinário do papa Francisco propõe a formação de nova sociedade baseada no serviço aos outros e na partilha, com a conservação de valores comunitários, cujas relações de proximidade sejam marcadas pela gratuidade, solidariedade e reciprocidade. No

⁸⁰ Vide também os discursos do Papa Francisco proferidos na Bolívia (2015) e no Panamá (2019).

⁸¹ *Ibidem*, p. 36.

modelo social alternativo, todos devem contribuir para a manutenção do projeto comum, assim como todos devem trabalhar objetivando o bem comum, e a emancipação espiritual do indivíduo, representando coletivos de pessoas implicadas na realização de todos os processos, não bastando mudanças nos quadros normativos e institucionais atuais

Para Francisco, a organização comunitária deve ser eficiente para resolver os problemas prementes de sua comunidade, na qual o sentido positivo do direito de propriedade⁸² deve significar o seguinte: “guardo e cultivo algo que possuo, a fim de que possa ser uma contribuição para o bem de todos”⁸³.

Por fim, destaca-se da doutrina papal franciscana que a desigualdade e a falta de desenvolvimento humano integral impedem que se gere a paz, razão pela qual, coloca-se necessária a viva manutenção da consciência coletiva, a fim de que a consciência humana se torne sempre mais forte contra os projetos de domínio e destruição.

⁸² Ao início da encíclica *Fratelli Tutti*, o papa Francisco não fala na expressão em si “propriedade privada”. Ao que parece, ideia de propriedade inserida no trecho acima citado faz referência à propriedade de uso pessoal ou propriedade de domínio coletivo, significando a ideia de possuir apenas algo, sem possuir tudo, sem acumular e não distribuir. No entanto, adiante no texto da carta encíclica, o pontífice torna à ideia da legitimação da propriedade privada, o que, na avaliação deste pesquisador pode significar uma contradição entre gratuidade *versus* propriedade privada. Reitero, ainda, a crítica à doutrina da propriedade privada destinada ao bem comum.

⁸³ *Ibidem*, p. 38.

4 OS CRITÉRIOS DA ALIENAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO POR KARL MARX

Neste capítulo serão abordadas em detalhes as perspectivas sobre a alienação do trabalho elaboradas pelo filósofo Karl Marx, definido como o primeiro referencial teórico desta pesquisa, uma vez que suas considerações sobre a temática fixada são congruentes com os fins a que se pretende esta dissertação: procurar na Vila Trabalho e Cuidado da Economia de Francisco e Clara os caracteres indicativos do trabalho emancipado da subordinação ao capital no contexto da construção de uma nova organização societária que se propõe substituir o modelo econômico capitalista vigente.

Assim, para a melhor execução dessa incumbência, a revisão de literatura em questão foi delimitada aos Manuscritos Filosóficos e Econômicos de 1844 e ao volume I de O Capital, uma vez que é nessas obras que Marx, buscando compreender os pressupostos estruturais e sociais da economia política, enfrenta pormenorizadamente os aspectos filosóficos e da técnica econômica liberal sobre a alienação do trabalho humano.

Interessa à presente pesquisa o objetivo marxiano assinalado nessas literaturas, a saber, desvelar a gênese social de conceitos econômicos. A importância desse exame reside na circunstância de que tais conceitos, quando tomados como fatos dados, pressupostos sem análise, mas que mediatizam as relações humanas da sociedade capitalista, acabam por emprestar uma aparente e enganadora naturalidade necessária a essa categoria de sociedade: a sociedade do lucro, da acumulação e da concorrência.

Essa estratégia faz embotar a percepção e a consciência dos sujeitos sobre os meandros do funcionamento da economia burguesa – sujeitos esses que, correspondendo à maior parcela da sociedade, não participam dos lucros nem da acumulação proporcionada por esse modelo de economia para a qual, inclusive, cooperam. Aliás, segundo Marx, os próprios economistas liberais deixam claro que, no modo capitalista de produção, a maioria das pessoas – aquelas que dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver – está condenada a uma vida miserável, ainda que o cenário das relações de mercado seja favorável à economia, por uma lógica bastante simples e clara: quanto mais o trabalhador produz, mais o trabalhador aumenta aquilo que o domina, o que significa tornar-se mais impotente e relativamente pobre no xadrez das relações capitalistas políticas e econômicas.

Por outro lado, num contexto de economia em decadência, as análises filosóficas críticas apontam que é também o trabalhador o primeiro sujeito social a sofrer as

consequências desse cenário, ficando submetido a salários de fome ou à miséria absoluta do desemprego. Desse modo, conquanto admitam que o trabalho seja a única fonte de riqueza e valor para a acumulação pelos capitalistas, os mesmos técnicos da economia também afirmam – a título de fato pressuposto, que resulta naturalmente da realidade – a superioridade dos proprietários em relação aos trabalhadores.

Para Karl Marx, essa naturalização da realidade só é possível porque a economia política burguesa parte da propriedade privada como fato dado, sem explicá-la, o que serve para relegar a aceitação – como inevitáveis – das consequências da manutenção da propriedade privada, razão pela qual a relação entre trabalho alienado e propriedade privada toma uma importância singular ao longo dos Manuscritos de 1844, o que oportunamente será registrado em linhas mais adiante deste capítulo de dissertação.

Aliás, é nos manuscritos que Karl Marx desenvolve a análise já mencionada nos parágrafos anteriores: que uma sociedade na qual a riqueza progrida é a única situação favorável ao trabalhador, pois que, nesses contextos, ocorrem as elevações de salário oriundas do aumento de procura por mão-de-obra provocado pela concorrência entre os capitalistas estimulados pela oportunidade de enriquecimento progressivo.

Em contrapartida, a favorável elevação do salário impele os trabalhadores ao sobretrabalho, haja vista que, na situação social de enriquecimento econômico, quanto mais os trabalhadores queiram ganhar, tanto mais devem sacrificar o seu tempo e executar mais horas de trabalho, o que Marx chama de “trabalho de escravos”, desfazendo-se, a serviço da avareza, de toda a liberdade que poderiam usufruir nas horas gastas fora do âmbito do trabalho vendido, encurtando, com isso, o seu tempo de vida.

As colocações marxianas fazem ressaltar o seguinte: que o cenário econômico de elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento – que é típica do capitalista – mas que, ao contrário desse capitalista, o trabalhador somente pode satisfazer a mera possibilidade do enriquecimento mediante o sacrifício de seu espírito e de seu corpo pelo exercício do trabalho vendido. Ademais, Marx também sublinha que o fato econômico de elevação do salário, ao fim e ao cabo, pressupõe senão o acúmulo de capital, e mais: conduz ao acúmulo de capital, o que, portanto, torna o produto do trabalho – o capital acumulado – sempre e cada vez mais estranho perante o trabalhador.

Explica Karl Marx que, ao tratar o pagamento dos salários do ponto de vista do economista liberal, pertence ao trabalhador – i. e., paga-se ao trabalhador – apenas a parte mínima e mais indispensável do produto – no caso, do capital acumulado. Para o cálculo dos salários, a regra econômica é a de que seja pago tão somente o quanto for necessário para o

indivíduo existir, não como ser humano, mas como trabalhador; não para que o sujeito continue reproduzindo a humanidade, as espécimes humanas socializadas, mas sim para que o indivíduo remunerado continue reproduzindo a classe dos trabalhadores, o que expressamente Marx toma como o sinônimo de classe de escravos.

Confeccionadas por liberais e consultadas por Marx para a elaboração de suas análises filosóficas sobre o sistema econômico capitalista, são as literaturas sobre economia política que afirmam: (1) que tudo é comprado com trabalho; (2) que o capital nada mais é do que trabalho acumulado; (3) que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade; (4) que o trabalho é o único meio pelo qual os sujeitos aumentam o valor dos produtos da natureza; (5) que o trabalho é a propriedade ativa da economia capitalista; (6) que o trabalho equivale unicamente ao preço constante das coisas.

Listadas essas premissas, a economia burguesa conclui que nada é mais acidental na dinâmica do mercado do que o preço do trabalho, ou seja, nada está exposto a maiores flutuações do que o salário pago à força de trabalho vendida.

É, então, a partir daí que Marx concebe que, embora a divisão do trabalho seja, por si só, um instrumento que serve para elevar a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento de uma sociedade, a divisão do trabalho moldada pelo sistema que acumula capitais serve como aparato que, ao final, empobrece o trabalhador até a condição de máquina. Em outras palavras, enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais e, com isso, acarreta a possibilidade de bem-estar progressivo da sociedade, a divisão burguesa do trabalho mantém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista.

Uma vez que o economista liberal conhece e divulga que o interesse do trabalhador nunca se contrapõe ao interesse da sociedade, conquanto a sociedade contraponha-se, sempre e necessariamente, ao interesse do trabalhador, Marx lança, de maneira incisiva aos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 a sua afirmação:

Afirmo, porém, que o trabalho – não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso, funesto. Isso decorre de seus próprios desenvolvimentos.⁸⁴

Todas essas questões até aqui colocadas, apesar da profundidade que revelam, são meros pontos introdutórios que levam Marx a elaborar duas perguntas, cujo desenvolvimento e respostas muito interessam aos fins desta pesquisa, a partir das quais o filósofo passa a alicerçar a inteireza das análises lançadas aos seus manuscritos: (1) Que significado tem, no desenvolvimento da humanidade, a redução da maior parte das pessoas ao trabalho abstrato?

⁸⁴ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29.

(2) Que erro cometem os reformadores que, ou desejam elevar o salário e por este meio melhorar a situação da classe trabalhadora, ou consideram a igualdade do salário como o objetivo da revolução social?

A partir dessas indagações, Karl Marx faz registrar, já de saída, um ponto relevante, muitas vezes negligenciado por aqueles que se ocupam do tema, que é a observação de que o trabalho aparece, na economia capitalista, apenas sob a forma de emprego. Isto significa dizer que o sistema capitalista interessa-se pela existência e manutenção somente do trabalho efetuado nas relações empregatícias, por ser a única forma de trabalho em que o produtor de valor e capital – designado empregado – está submetido ao controle direto do capitalista, na figura do empregador.

As demais formas de trabalhar – autônoma, informal, eventual – existem na sociedade como decorrência dos efeitos nocivos, e até mesmo contraditórios, da efetiva prática do modo capitalista de produzir. Dentre esses efeitos está a verificação de uma contínua massa de desempregados, que, conforme detalhará Marx, é necessária à manutenção do sistema de acumulação, a cumprir o seu fim primeiro: acumular sempre mais capitais.

Desse modo, a legião de desafortunados, que não pertencem aos quadros dos trabalhadores empregados, fica relegada a buscar maneiras alternativas de laborar a fim de conseguir manter sua sobrevivência física, o que, de maneira direta não interessa nem ameaça o sistema econômico vigente, mas, em alguma medida, somente de forma mediata, entram no cálculo dos custos sociais que não podem impedir a garantia dos capitalistas aos lucros.

Portanto, uma das ponderações iniciais de Karl Marx é que, desejando-se uma revolução social da humanidade a fim de afastar os males do sistema econômico burguês, não servem, por si sós, como meio de melhorar ou revolucionar a situação da classe trabalhadora as bandeiras que somente reivindicam o aumento do número de postos de emprego ou a elevação e igualdade de salários, já que a difusão da exploração capitalista tem lugar justamente a partir das relações empregatícias que oferecem trabalhos remunerados e assalariados.

Em continuidade às suas análises quanto ao trabalho alienado, Marx não deixa de considerar que um cenário econômico de aumento da riqueza social não afasta necessariamente a pobreza da maioria dos indivíduos, pois, conforme observa, justamente por se elevar a produção total da sociedade, na mesma medida, também podem aumentar para os trabalhadores as suas necessidades, apetites e exigências. Ademais, a economia burguesa conhece o trabalhador apenas como animal de trabalho – ou, como prefere Marx – uma besta

reduzida às mais estritas necessidades corporais. Portanto, num mesmo contexto econômico, pode a pobreza relativa aumentar, mas a absoluta reduzir-se.

Nesse sentido, as diretrizes marxianas para a efetiva emancipação do povo já prescrevem a não permanência dos trabalhadores na escravidão de suas necessidades corpóreas, bem como recomendam a obtenção de tempo livre para criação e fruição espirituais, a partir dos progressos tecnológicos existentes no organismo social do trabalho, os quais possibilitam a redução do tempo de trabalho empregado para a provisão das necessidades individuais e coletivas através de novas forças motrizes e maquinaria aperfeiçoada .

Calculou-se que, na França, do ponto de vista atual da produção, um tempo de trabalho médio de cinco horas diárias para cada [ser humano] apto ao trabalho seria suficiente para a satisfação de todos os interesses materiais da sociedade. Não obstante a economia de tempo por intermédio do aperfeiçoamento da maquinaria, para uma numerosa população a duração do trabalho escravo nas fábricas apenas aumentou.⁸⁵

As observações de Marx seguem sinalizando que a economia capitalista considera o trabalho abstratamente como uma coisa, mais especificamente, como uma mercadoria, de tal modo que, nessa condição, o trabalho deve seguir a mesma lógica de preços em relação à demanda e oferta, a saber, é alto o preço das mercadorias que são muito procuradas e baixo o das mercadorias muito oferecidas. Como a força de trabalho é oferecida diariamente pela maior parte da população mundial em troca de meios que lhe garantam a subsistência, então, o trabalho-mercadoria deve sempre mais baixar de preço na esfera comercial, aproximando as relações laborais modernas de uma servidão feudal disfarçada.

A esse ponto dos estudos, as considerações marxianas já revelam, portanto, que o trabalhador não se defronta àquele que o emprega na posição de um livre vendedor de sua única mercadoria: a força de trabalho. Em que pese o capitalista seja sempre livre para empregar o trabalho de que necessita para fazer acumular seu capital, o trabalhador, a seu turno, é sempre forçado a vender o seu trabalho, já que não dispõe de outra mercadoria para negociar na arena do comércio em troca de sua subsistência, nem detém a propriedade dos instrumentos e recursos necessários para satisfazer por sua própria conta as necessidades vitais mais básicas reclamadas pela vida orgânica. Karl Marx resume esse dado nos seguintes termos: Para a classe trabalhadora, “o trabalho é a vida, e se a vida não se permutar todos os

⁸⁵ *Ibidem*, p. 32.

dias por alimentos, [o trabalhador] sofre e, em seguida, perece. Para que a vida do homem seja uma mercadoria é preciso, portanto, admitir a escravidão.”⁸⁶

Segundo Marx, o regime econômico atual, ao mesmo tempo em que baixa o preço das mercadorias que produz, também diminui a remuneração do trabalho, promovendo o aperfeiçoamento do trabalhador pela melhoria das técnicas de trabalho, mas degradando o homem que trabalha, aprisionado à execução de um trabalho forçado em troca do mínimo para a sobrevivência.

Conceitualmente, o capital é compreendido na filosofia marxiana como a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio e, portanto, trabalho armazenado. Em outras palavras, capital como poder de governo sobre o trabalho alheio e seus produtos. Por essa razão, a economia liberal parte da ideia de propriedade privada como fato dado e acabado, a fim de ocultar todo o processo material, histórico e político de formação da propriedade privada por meio de fórmulas econômicas gerais e abstratas, que passam a valer como leis rígidas, imutáveis, austeras para a regência dos atos de mercado. Esse expediente promove, assim, o apagamento na consciência da classe dominada da real natureza destas leis, velando aos sujeitos o fato de que a integralidade das regras fiscais e de economia têm origem na essência artificial da propriedade privada.

Marx destaca que os esclarecimentos elaborados pelo pensamento liberal, sobretudo acerca de temas conflituosos – tais como desigualdade de classes e de distribuição de riquezas, escassez de recursos, desemprego, propriedades, crescimento econômico, lucro e progresso – apenas deslocam o debate para um estado primitivo imaginário que nada explica, e simplesmente empurram as questões para uma região nebulosa, cinzenta do domínio dos pressupostos com valores axiomáticos insuperáveis, dos chavões e do senso comum.

Dos diagnósticos de Karl Marx nota-se que o raciocínio liberal supõe na forma do fato, do acontecimento, aquilo que deve deduzir, principalmente a relação necessária entre duas categorias, p. ex., entre divisão do trabalho e troca, valendo-se do mesmo método utilizado pelo teólogo que explica a origem do mal pelo pecado original, supondo o que deveria explicar como fato dado e acabado na história.

Na sequência, por meio dos conceitos de objetivação, estranhamento e alienação, Marx desvenda que o trabalho não produz somente mercadorias e que, ademais, produz a si mesmo – o trabalho – e ao trabalhador como mercadorias.

O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o

⁸⁶ *Ibidem*, p. 36.

trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação.⁸⁷

Resumidamente e em conformidade com Marx, os três conceitos podem ser encadeados numa sequência lógica de eventos referentes ao processo capitalista de produção de objetos-mercadoria. Define-se, primeiro, a objetivação como a fixação do trabalho efetivado no objeto produzido e também como a apropriação desse objeto pelo capitalista. Ato contínuo, para o trabalhador, a mesma apropriação aparece como a perda do objeto resultado do labor empreendido, definindo-se assim a alienação como a expropriação dos produtos de seu trabalho. Logo, ao objetivar o trabalho e aliená-lo do trabalhador através de sua produção, surge a figura do estranhamento, pois que o trabalho objetivado e apartado aparece ao trabalhador como estranho na dinâmica do mercado, dotado de poderes independentes de si.

Ora, uma vez que o próprio trabalho se torna um objeto à frente e fora do trabalhador, suscetível de apropriação, o estranhamento se confirma quando se verifica que ao obreiro só é possível apossar-se com esforços e interrupções daquilo que ele mesmo produziu, porquanto no circuito da produção capitalista, o sujeito que trabalha não apenas é despojado dos objetos do seu trabalho como, antes disso, precisa ser despojado dos objetos mais necessários à vida – para que não lhe reste outra opção de sobrevivência senão o trabalho alienado – e, assim, não lhe sobra outra saída além da de direcionar quase toda a ínfima contrapartida que recebe por trabalhar para a satisfação dessas necessidades mais prementes.

Sob esse ponto de vista, a apropriação do objeto como objetivação aparece na filosofia marxiana também como alienação e estranhamento, o que faz esses conceitos representarem faces distintas de uma mesma moeda, e, assim, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuí-los e tanto mais fica sob o domínio do capital, que é o seu produto.

Seguindo essa mesma linha de reflexões, Karl Marx expande um pouco mais suas considerações, traçando novos desdobramentos filosóficos mais sofisticados dos conceitos de estranhamento e alienação como perda do objeto do trabalho. Nesse sentido, Marx coloca que não somente o trabalho, mas o próprio trabalhador também é objeto do trabalho, de ver que no objeto produzido estão incorporadas as energias vitais do operário, desprendidas pelo exercício da força de trabalho no ato de produzir, o que nos leva à compreensão de que também o trabalhador é apropriado pelo capital e, desse modo, o ser que se submete ao

⁸⁷ *Ibidem*, p. 80.

modelo de trabalho subordinado e assalariado torna-se estranhado e alienado de si mesmo, ou melhor, de sua essência humana, já que, em alguma medida, é tornado objeto.

Dito de outro modo, quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso e alheio se torna o mundo objetivo – mundo das coisas e das mercadorias – que o trabalhador cria diante de si, de forma que, daí, tanto mais empobrecidos se tornam o próprio trabalhador e o seu mundo interior e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio. Em suma, quanto maior o produto do trabalho, tanto menor é trabalhador humanizado.

Para Marx, esses fenômenos de alienação e estranhamento representam a servidão dos tempos modernos que atinge o seu auge quando se estabelece de tal maneira no meio social e passa a permitir aos indivíduos se manterem como sujeitos físicos somente na condição de trabalhador, ao mesmo tempo em que permite que um indivíduo seja trabalhador somente como sujeito físico, ou seja, o sujeito que necessita de assegurar a sua sobrevivência.

Acompanhando o pensamento marxiano, não é possível deixar de registrar que a economia liberal oculta a alienação e o estranhamento na essência do trabalho humano por não considerar a relação imediata entre o trabalho-trabalhador e a produção, não considerando, inclusive, que a relação imediata do trabalho com os seus produtos se expressa como a relação do trabalhador com os objetos da sua produção.

Por outro lado, importa também consignar que o estranhamento e a exteriorização do trabalhador, nos moldes em que são compreendidos por Marx, ocorrem não apenas sob o aspecto da relação que o obreiro mantém com os produtos do seu trabalho nos resultados finais do ciclo produtivo, ocorrendo, principalmente, no próprio ato da produção, isto é, dentro da própria atividade produtiva.

De qualquer modo, independente da ocasião em que ocorra, a exteriorização do trabalho – que reúne as figuras da alienação e estranhamento ao mesmo tempo – tem sua definição trazida pela filosofia marxiana como o trabalho não pertencente ao ser do trabalhador, i. e., a atividade laborativa que não pertence ao espírito humano do obreiro. Em outros termos, o paradigma do trabalho subordinado não afirma e nem agrega a humanidade do trabalhador, o qual se infelicit, não se sentindo bem no exercício de suas funções, já que a atividade forçada pela sobrevivência não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre daquele que trabalha, ao contrário, mortifica seu corpo físico e arruína o seu espírito.

Por conseguinte, o trabalhador só se sente junto a si, livre e desvolto, quando se encontra fora do trabalho, ao passo que se sente fora de si, sobrecarregado e coagido, quando está no trabalho, dado que o labor executado em troca de subsistência não é voluntário, nem serve para a satisfação de alguma suposta carência de trabalhar, mas serve – a título de

autossacrifício e não de autoatividade – somente como meio para satisfazer as necessidades humanas do obreiro que existem fora e antes do trabalho.

Consoante as considerações de Marx, o trabalho alienado – estranhado e externo – resulta em que o indivíduo que trabalha só se sente humanamente ativo em suas funções animais mais básicas, quais sejam, comer, beber e procriar, não havendo sequer garantia à habitação e adornos como funções a serem proporcionadas pelo trabalho alienado senão eventualmente, haja vista que nem todos os trabalhadores alcançam, no contexto de uma sociedade capitalista, a retribuição monetária suficiente para prover as necessidades de moradia e vestimenta.

Isso significa dizer que a determinação do trabalho estranhado e alienado, efetuado para ser apropriado pelo capital, faz com que os indivíduos divorciem-se, sobretudo, da sua qualidade de ser genérico, de sua característica de gêneros vivos que integram a natureza, com a qual se relacionam, uma vez que, sob o arbítrio do capital, o domínio da natureza ocorre fracionado apenas como um meio da vida individual, tornando a vida genérica capturada como um meio unicamente para a satisfação de algumas carências referentes à necessidade de manutenção da existência física do trabalhador.

Sob a perspectiva do ser genérico, Marx expõe que a vida genérica humana é, então, a vida produtiva, referindo-se, no entanto, à produção engendradora de vida que é caracterizada pela atividade consciente e livre. Segundo Marx, essa forma de produção espelha a atividade vital como objeto da vontade e da consciência do indivíduo que trabalha, pois, conforme coloca, enquanto o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, o homem, por sua vez, produz ainda que livre da carência física, ou, melhor dizendo, o ser humano, em verdade, somente produz de forma criativa e emancipada na condição de liberdade das carências que lhe constroem o espírito.

Essa relação condicionada entre a produção e a liberdade de carências é invertida pelo trabalho alienado e estranhado, que faz da atividade vital – essência do sujeito humano, que é um ser consciente – apenas um meio para manutenção da existência do indivíduo, tornando objetivada a vida genérica do humano que passa a contemplar-se em um mundo por si mesmo criado, o qual, entretanto, lhe é estranho, independente e, sobretudo, hostil.

O trabalho em alienação arranca do indivíduo humano a sua livre determinação para dominar a natureza – que é conceituada na literatura marxiana como corpo inorgânico dos sujeitos – transformando em desvantagem o que antes era marcado como vantagem da espécie humana em relação à espécie animal, tendo em vista que, sob alienação e estranhamento, o ser humano sequer produz segundo a exata medida e as carências de sua espécie como o fazem os

animais, para os quais resultado do que produzem passa a pertencer de maneira imediata e incondicional aos seus corpos físicos, suprimindo suficientemente suas carências e mantendo com eficiência a manutenção de sua existência orgânica.

Ademais, as ponderações de Marx informam que o trabalho alienado e estranhado, ao reduzir a autoatividade humana, promove a alteração da consciência dos sujeitos acerca do gênero a que pertencem e dos demais indivíduos que também compõem esse gênero humano. Marx anota que, estranhar a criatura do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico implica o estranhamento do homem pelo próprio homem.

Em outras palavras, no campo do labor pautado pela produção capitalista, o sujeito que trabalha sob alienação elabora relações com a sua atividade e consigo mesmo que são correspondentes à alienação e ao estranhamento; relações tais que serão replicadas por esse trabalhador em suas relações sociais com outros sujeitos e com o trabalho destes. Em resumo, a partir das relações de trabalho a que se vincula, cada indivíduo considera o outro e o trabalho do outro senão segundo o critério e a relação na qual cada sujeito mesmo se encontra como trabalhador. Desse modo, no cenário da produção capitalista, as relações entre homens e entre os trabalhos desses homens são necessariamente pautadas pelo estranhamento.

Outrossim, a questão da alteridade pautada pelos caracteres do trabalho alienado e estranhado possui, de acordo com Marx, uma sua segunda perspectiva de análise, a qual observa a relação do trabalhador alienado com o agente de sua alienação e estranhamento. Concebe-se que, não pertencendo ao indivíduo o produto do trabalho, deve, portanto, pertencer a outro homem – fora do trabalhador – o poder estranho que se apresenta ao obreiro para lhe subtrair a efetivação de sua atividade, significando, por conseguinte, que, se a execução do trabalho alienado é um martírio para o sujeito que labora, então, essa mesma atividade deve, necessariamente, representar a fruição e a alegria de viver para esse outro, detentor do poder de expropriação dos objetos do trabalho dos sujeitos.

Desse modo, qualquer que seja o prisma pelo qual observemos a alienação e o estranhamento das relações de trabalho, o certo é que o indivíduo que se relaciona com a sua própria atividade como uma atividade não-livre, também se relaciona com o seu trabalho como atividade a serviço de e sob o domínio da violência e o jugo de um outro sujeito, engendrando relações com o ato de trabalhar em uma conjuntura específica que estabelece conexões entre humanos como estranhos e inimigos.

A esse ponto das reflexões, Marx apresenta qual seja o papel desempenhado pela propriedade privada no espaço das relações capitalistas de produção. Conforme analisa o filósofo, sendo a alienação e o estranhamento os parâmetros que definem o sinal da

apropriação para caracterizar a relação do capitalista com o trabalho alheio, então, a propriedade privada surge nesse cenário como o resultado do trabalho alienado, isto é, a propriedade privada evidencia-se como a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

Por esses parâmetros analíticos, a propriedade privada não somente é apresentada como o resultado do próprio conceito de trabalho exteriorizado, alienado e estranhado, como também se afigura o meio pelo qual ocorrem a exteriorização e a alienação do trabalho humano. Em suma, o trabalho é alienado e exteriorizado através do instituto da propriedade privada, ao passo que a propriedade privada surge (ou ressurgue) assim que são finalizados e consumados os processos de alienação, estranhamento e exteriorização do trabalho dos indivíduos.

Marx ressalta que, por esses motivos, reconhece salário e a propriedade privada como institutos idênticos, pois, conforme explica, o salário – sendo produto e objeto do trabalho que paga o próprio trabalho – é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, sobretudo porque, no pagamento do salário, o trabalho pago não aparece como fim em si, ou seja, o trabalho assalariado não aparece como atividade autodeterminada, livre, voltada para satisfação de necessidades humanas vitais. No âmbito do assalariamento, o trabalho realizado a ser pago é mero servidor do salário, já que, no contexto da alienação, trabalha-se para receber o salário, que é a expressão do meio para alcançar a sobrevivência.

O exame marxiano segue evidenciando que, na realidade das relações promovidas pelo modo de produção capitalista, a situação econômica que encaminha a uma elevação de salário nada mais seria “além de um melhor assalariamento do escravo e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas”⁸⁸.

Por conseguinte, da compreensão de toda a fundamentação filosófica de Marx sobre o salário como consequência imediata do trabalho alienado e estranhado que, por sua vez, é causa imediata da propriedade privada, demonstrando ser a forma salário o meio adequado de manter o modelo social baseado na propriedade privada, decorre a concepção de que a emancipação da sociedade da propriedade privada e da servidão dos sujeitos necessariamente se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, no sentido de que nesta emancipação das relações de trabalho está encerrada a própria emancipação humana universal, haja vista que a opressão humana inteira está envolvida senão na relação do trabalhador com a produção social, de tal sorte que, conforme verifica Karl Marx, todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências das relações de trabalho.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 88.

Enfim, o que a literatura marxiana coloca é que, basta partir dos dois fatores – trabalho alienado-estranhado e propriedade privada – para que os conceitos de todas as demais categorias econômicas – tais como, concorrência, capital, salário, juros, dinheiro, jornada de trabalho e lucro – possam ser fundamentados e desenvolvidos. Isso leva Marx a formular duas questões – para as quais pretende buscar soluções – que sendo primordiais para a completude das suas análises sobre os temas da alienação e emancipação, também são sumamente relevantes para os fins desta pesquisa.

Indaga Marx: (1) Como a propriedade privada, partindo do trabalhado alienado e estranhado, alcança o *status* de essência universal em desfavor da propriedade social e coletiva que é o modo verdadeiramente humano de propriedade? (2) Como o indivíduo alcança o ápice de exteriorizar o seu trabalho até fundar a alienação e estranhamento na sua essência do desenvolvimento humano, a ponto de acreditar que a propriedade privada está fora da esfera humana e que não guarda nenhuma relação com o trabalho.

Essas questões são delimitadas por Marx a partir do meio social burguês que considera as formas de apropriação e estranhamento como a verdadeira aquisição de valores civis. Sobre o meio burguês, destaca-se que o sujeito humano – na condição de trabalhador – produz o capital, de modo que as propriedades humanas dos sujeitos devem, portanto, servir ao capital, destacando-se também daí que a economia liberal não conhece o trabalhador desocupado, assim entendido como o sujeito que trabalha fora das relações de emprego, i. e, fora das relações de trabalho submetidas ao capital.

Aduz Marx que as categorias de indivíduos que exemplificam aqueles que estão fora das relações empregatícias – o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso – são figuras que não existem para a economia capitalista por atuarem no meio social como fantasmas, situados fora do domínio do capitalista e do capital que integram um modelo econômico para o qual as carências humanas correspondem apenas à necessidade de conservar o sistema do capital, e, portanto, as carências humanas que interessam ao regime econômico capitalista são as do trabalhador porque essas correspondem apenas à necessidade do sistema de conservar o empregado durante o trabalho, a fim de que a raça dos trabalhadores não desapareça.

É no centro dessa análise sobre as necessidades do capital que surge a figura do salário exatamente com o mencionado significado de conservação e manutenção de um instrumento produtivo – qual seja, o trabalhador – do mesmo modo que o sistema de produção atuaria para conservar qualquer outro instrumento da sua cadeia produtiva – p. ex., as máquinas – a fim de assegurar ao capital a possibilidade de se reproduzir com juros. Nessa esteira de raciocínios,

compreende-se que o salário, ao contrário do que supõe o senso comum, não pertence ao trabalhador, mas pertence aos custos obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação.

Dos exames traçados por Karl Marx detecta-se que o indivíduo humano – vendedor necessário da força de trabalho – ocupa a posição de mercadoria no complexo da produção capitalista, o que, portanto, desumaniza o ser tanto na perspectiva espiritual quanto corporal, dadas algumas questões como, por exemplo, a imoralidade de processos decisórios no traquejo da economia, a deformação física e o embrutecimento cultural de trabalhadores.

Desse modo, a leitura marxiana conduz senão a uma outra desconstrução do conhecimento vulgar que pensa a ocupação de postos de trabalhos na economia capitalista como expediente burguês benéfico para sustentar os membros da sociedade. Esclarece Karl Marx que a preocupação de um capital não é a de sustentar algum número de trabalhadores, mas que a efetiva finalidade de um modelo produtivo que é favorável à acumulação de capitais é conhecer, controlar e determinar quantos juros podem render os trabalhadores empregados na dinâmica da produção. Em poucas linhas: o trabalho não é princípio da economia liberal; os princípios da economia capitalista são o lucro, os juros e os rendimentos.

A relação da propriedade privada com os elementos indispensáveis para o controle e a disposição da produção contém latente em si a relação da propriedade privada com trabalho, que também integra o conjunto dos meios de produção, o que torna a atividade humana de trabalhar uma ação estranhada consciente desse estranhamento, relegando o sujeito humano a uma existência abstrata, como um puro homem que trabalha somente em troca de participar de uma ínfima parte da propriedade privada do capitalista – o salário – e que precipita-se diariamente em sua efetiva não-existência.

Sobre os efeitos de se vincular a atividade humana do trabalho à lógica do mercado, a análise econômica marxiana revela de plano que, levando em conta todos os atores envolvidos no funcionamento da economia burguesa, a separação entre capital, propriedade privada da terra e trabalho é uma separação pernicioso – inclusive, classificada por Marx como separação mortal – somente para o trabalhador.

Isso porque, à medida em que a procura por sujeitos ao trabalho acaba necessariamente por regular a produção dos indivíduos da mesma forma que o capital controla a produção e a disponibilidade de qualquer outra mercadoria, então, a existência do trabalhador é baixada da condição humana para a condição de existência de qualquer outra mercadoria em um mundo no qual vige a lógica do mercado, mais, especificamente, o mercado de trabalho.

Não é possível elaborar outra análise diferente desse entendimento quando evitar, antes de mais nada, o prejuízo do capitalista é a premissa mais básica – e não contestada – para a condução do capitalismo sistêmico, que estrutura a regulação de toda a sociedade.

Assim, nos trâmites operacionais da economia liberal, o prejuízo cabe unicamente ao trabalhador desde o início de sua relação de subalternidade com o capitalista. Nesse sentido, ao destrinchar o momento da celebração de um contrato de trabalho entre capitalista e vendedor da força laboral, Karl Marx evidencia: o trabalhador é obrigado a sujeitar-se a todas as exigências do capitalista, dentre as quais está a estipulação do valor do salário a receber, que deve ser compatível com o valor médio dos preços praticados pelo burguês na venda de mercadorias – a fim de evitar o prejuízo de seus negócios – ou, do contrário, o contrato empregatício sequer será efetivado, restando ao trabalhador, nesse caso, a fome.

Por outro lado, Marx – extraindo as informações das literaturas dos próprios economistas liberais – evidencia também que a celebração do contrato de emprego, aceitando-se o salário estipulado pelo capitalista, ainda não é um cenário favorável ao trabalhador. Nessas circunstâncias, a remuneração pela força de trabalho comprada é estabelecida pelo capitalista à razão da taxa mais baixa possível e unicamente necessária para a subsistência do trabalhador durante o trabalho e da família do operário, já que essa medida garante ao sistema do capital a captura de novos trabalhadores no futuro.

Assim, o salário habitual pago não somente é o mais baixo que seja compatível com a simples humanidade de uma existência animal do operário, bem como deve impreterivelmente sujeitar-se às oscilações acidentais e súbitas dos preços de mercado praticados na venda de bens e prestação de serviços da seara burguesa, a fim de que, desse modo, os lucros não sejam atingidos por tais flutuações econômicas.

Isso significa dizer que o trabalhador embora não precise necessariamente ganhar quando o cenário econômico é favorável ao capitalista permitindo-lhe angariar seu ganhos, o trabalhador deve inevitavelmente perder quando perde o capitalista alguma fração de seu lucro – mesmo que isso não importe em prejuízo propriamente dito, bastando a obtenção de lucro em patamar menor do que o esperado para que as perdas sejam repassadas ao obreiro.

Ainda tratando sobre a questão dos salários, Marx é oportuno ao não deixar escapar a pontuação sobre a relação inversa entre o preço das remunerações dos trabalhadores e os preços dos artigos que correspondem aos meios de vida – alimentação, vestimenta, moradia – para os quais devem servir o salário. Analisa Karl Marx que os preços do trabalho são muito mais constantes do que os preços dos meios de vida, o que provoca, então, a miséria de uma quantidade de sujeitos, ainda que empregados na produção de capitais.

Averiguando as conjunturas correlatas a uma sociedade que se encontra em crescente prosperidade até atingir o último estágio possível de sua riqueza, as análises marxianas – que são elaboradas a partir das condições e das premissas liberais – demonstram que a economia de cunho capitalista jamais pode favorecer a classe dos trabalhadores.

Em tal cenário, salário e juro do capital, ambos, devem ser muito baixos, dado que no último estágio de produção de riquezas, não há mais o que produzir e, por conseguinte, nada mais o que acumular, implicando, assim, em redução dos salários até o estritamente suficiente para a manutenção do mesmo número de trabalhadores empregados, que deve ser permanecido sempre fixo a fim de manter para a sociedade o mesmo nível máximo de riqueza e mercadorias geradas.

Destarte, uma das consequências promovidas por esse panorama é que, não mais podendo aumentar o número de postos de emprego em uma sociedade cujo território já está suficientemente povoado em virtude do seu máximo nível de riqueza, o excedente de trabalhadores deve de morrer ou arrefecer a condição de constante abundância social.

Assim, os apontamentos de Marx revelam que, nos contextos de sociedades capitalistas em crescente prosperidade, apenas os mais ricos entre todos os burgueses é que podem viver dos juros sobre o dinheiro e capitais acumulados pelo sistema econômico, ao passo que uma parte da classe trabalhadora deve necessariamente cair na classe dos miseráveis, a outra parte deve ser exterminada pela fome, tanto quanto parte dos capitalistas médios devem decair para a condição social de classe trabalhadora.

Em suma, o exame filosófico marxiano serve para esclarecer que, dentro de um mecanismo de produção social que esteja orientado pelas coordenadas de cunho capitalista, não existe qualquer situação ideal para a integralidade dos sujeitos trabalhadores, ainda que remota. De um sistema econômico capitalista, as consequências necessárias para os trabalhadores são enumeradas por Marx: sobretrabalho, morte prematura por fome, condição humana reduzida à condição de máquina, novas espécies de concorrência entre indivíduos e mendicidade de uma parte dos trabalhadores. A sociedade em situação plena de progresso resulta miséria estacionária, mas condicionada ao extermínio de parte da massa trabalhadora.

Até aqui, dois pontos devem, portanto, ser considerados, quais sejam: (1) que a situação mais rica da sociedade conduz ao sofrimento necessário da maioria; (2) que é o modelo de economia capitalista liberal – orientada para o estabelecimento de uma sociedade do interesse privado – que conduz à situação mais rica de progresso. São dessas considerações que Karl Marx corrobora a sua premissa que afirma a infelicidade da sociedade como a finalidade do paradigma capitalista de economia.

São profundas as críticas lançadas por Marx ao sistema social dominado pelos capitalistas. O capital é definido, nesse contexto, – conforme já colocado nas linhas acima – como a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio, como uma quantidade de trabalho armazenada e reservada para os interesses do capitalista. O capital representa, portanto, poder de governo sobre o trabalho e sobre os produtos do trabalho. E, assim, o capitalista não tem nenhum interesse em empregar o trabalhador se não tiver as garantias de reembolsar os recursos – em quantidade acima daqueles que foram necessários – adiantados no pagamento de salários.

As constatações apuradas pela filosofia marxiana é a de que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos e a de baixa do trabalhador à condição da mercadoria mais miserável, decompondo a sociedade, no final das contas, em duas classes: a dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade. Em síntese, a propriedade privada encerra a interconexão essencial entre categorias, dentre as quais Karl Marx cita: ganância, a separação entre trabalho, capital e propriedade da terra, sistema de troca, concorrência, de valor e desvalorização humana, monopólio, sistema do dinheiro, alienação e estranhamento.

Sobre a propriedade privada, considerada desde seu surgimento no período histórico do feudalismo e mercantilismo como instrumento substancial para o exercício do pleno domínio do homem sobre o homem numa forma universal de poder histórico-social, Karl Marx aduz que o trabalho humano, quando alienado, configura-se como essência subjetiva desse modelo de propriedade, por excluir plenamente o trabalhador do acesso à propriedade, posse e domínio dos meios de produzir as necessidades vitais da sociedade.

Assim, propriedade e capital são expressões da propriedade privada reveladoras das contradições estruturais entre capital e trabalho, o que significa dizer que o capital é a forma de existência da propriedade privada e, então, a supressão do capital e de seu sistema de acumulação pressupõe a supressão da própria forma social de propriedade privada.

E, ademais, sendo o modo de trabalho alienado – trabalho humano parcelado e não livre – apreendido como a fonte da nocividade da propriedade privada e do estranhamento humano, a superação do modelo capitalista perpassa, portanto, pela emancipação da forma de trabalhar, produzir e distribuir socialmente a propriedade, a posse e o domínio das riquezas.

A essa altura das ponderações, Marx adverte expressamente que a contraposição imediata à sociedade do capital e da propriedade privada não é a mera expressão da propriedade privada universal, entendida como a reforma da utilização da propriedade – ainda

privada – voltada ao interesse coletivo universal, pois o modelo da propriedade privada constitui a essência da concorrência, sendo expressão da negação da personalidade humana.

A filosofia marxiana adverte ainda que a antítese do capitalismo e do seu paradigma de propriedade privada também não é o retorno de todos – inclusive, dos mais ricos – à simplicidade não natural do ser humano pobre e sem carências pautado pelo desejo de nivelamento das desigualdades sociais e econômicas a partir da representação de um mínimo, porque isso, segundo Marx, pouco corresponderia a um expediente que levaria à efetiva apropriação da propriedade pela coletividade, mas transformaria a comunidade em mera coletividade do trabalho e da igualdade de salários, pagos pelo capital comunitário, ainda mantendo a relação de exploração do trabalhador para o fortalecimento do capital, mesmo que a figura do capitalista – de cunho agora universal – seja representada pela comunidade.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado. Embora a propriedade privada apreenda da própria posse todas estas efetivações imediatas como meios de vida que é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização.⁸⁹

Seguindo, portanto, o sentido dos diagnósticos traçados por Marx, a supressão da propriedade privada precisa levar à apropriação sensível da essência e da vida humanas e à promoção do ser humano objetivo cuja atividade se exerce para e pelos sujeitos humanos. A modificação da propriedade privada não deve significar apenas uma reforma que promova tão só a fruição imediata e unilateral da posse e do ter pelos membros da comunidade. Segundo Marx, o ser humano deve apropriar-se da sua essência omnilateral de uma maneira igualmente omnilateral, a fim de garantir a emancipação que leva ao homem total.

Dito de outro modo, superar a propriedade privada para a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos significa tornar humanos todos os sentidos e propriedades dos seres genéricos, transformando o objeto do sentido humano em objeto social, no sentido de que a carência, a fruição e o domínio da natureza devem perder a natureza egoísta da mera utilidade que promove vantagens, e se converter em utilidade humana, universal e coletiva. Assim, o modo da apropriação da vida humana, isto é, a externalização da vida individual, deve passar a ser a atividade em imediata sociedade com outros.

O sentido individual dado a um objeto deve corresponder ao sentido dado pelos outros membros da sociedade ao mesmo objeto. Todas as fruições humanas se tornam sentidos que

⁸⁹ *Ibidem*, p. 108.

se confirmam como forças essenciais humanas. Aliás, Marx destaca ainda que a fruição humana levada a efeito no cenário de um modelo de sociedade oriundo da superação capitalista não se limita apenas aos cinco sentidos corporais – sentidos que são constringidos à carência prática que guarda significação tacaña. Para Marx, a fruição humana num contexto de emancipação inclui também o que ele chama de sentidos espirituais ou os sentidos práticos, apresentando como exemplos a vontade e o amor, o que contribuirá para a humanização da natureza.

No entendimento de Marx, tal conjuntura representa o momento efetivo da emancipação humana que terá lugar na forma de uma organização social nomeada de comunismo, a qual equivale a um cenário de indivíduos conscientes e de vida efetiva não mais mediada por qualquer modalidade de propriedade privada. Ademais, Marx ressalva que a organização social comunista é tão somente uma figura necessária, um princípio enérgico para o futuro próximo das coletividades, não significando necessariamente o termo do desenvolvimento humano, ou melhor dizendo, não correspondendo ao último estágio da sociedade humana.

É possível, por fim, condensar toda a construção filosófica de Karl Marx exposta em minúcias neste capítulo acerca do trabalho alienado e da emancipação da sociedade capitalista. De partida, deve-se compreender que a riqueza das sociedades nas quais está estabelecido o modo de produção capitalista é indicada pelo maior acervo possível de mercadorias na forma elementar de mercadorias individuais.

No contexto capitalista de uma economia liberal, o valor das mercadorias é estabelecido pelo trabalho humano objetivado em cada artigo produzido, afirmando Marx que “como valores, as mercadorias não são mais do que geleias de trabalho humano”⁹⁰. Essa característica específica do trabalho como criador de valor fica evidenciada quando duas ou mais mercadorias de tipos diferentes são confrontadas pela equivalência, ou seja, quando mercadorias distintas são consideradas equivalentes entre si no processo de troca. Segundo Marx, essa equivalência faz apagar a existência da multiplicidade de atividades – isto é, trabalhos – contidas nos artefatos produzidos, reduzindo-as a trabalho humano em geral.

Partindo daí, as considerações marxianas registram que tal característica da forma de equivalente das mercadorias somente é percebida pelo economista político quando a equivalência já se apresenta pronta na forma-dinheiro, que é a forma de equivalente universal desejado na sociedade. Assim, o enaltecimento da coleção quase infinita de mercadorias produzidas para a troca serve ao capitalista primeiramente como instrumento para camuflar

⁹⁰ MARX, Karl. **O Capital. Livro I. Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 158.

esse caráter místico exercido pelo dinheiro nas massas populares. Como objetivo preliminar, o economista político deve substituir o interesse dos indivíduos por acúmulo de dinheiro e assim o faz ao conduzir adequadamente a sociedade a desejar o acúmulo desenfreado de mercadorias menos ofuscantes que o ouro ou a prata. Com essa medida o capitalista garante, então, tanto o fluxo constante do mercado de troca quanto garante o acúmulo de riquezas e dividendos em poucas mãos.

Por conseguinte, Marx ressalta que a identificação de que a expressão do valor das mercadorias seja dada pela igualdade e equivalência indistinta de todos os trabalhos existentes nos objetos como trabalho humano em geral somente pode ser captado em um meio social no qual o conceito de igualdade humana já possua a firmeza de um preceito popular. Esclarece que para uma sociedade que esteja baseada, por exemplo, no trabalho escravo, a tônica naturalizada como expressão da base social é a desigualdade entre os homens e a desigualdade entre as forças de trabalho humana, o que representa uma concepção diametralmente oposta ao conceito de valor e equivalência das mercadorias.

Dessa forma, a regra de igualdade humana somente será possível em sociedades nas quais a forma-mercadoria seja a forma universal de expressão do trabalho humano, bem como a relação social dominante deve ser a relação entre indivíduos alçados à condição de possuidores de mercadorias.

O que Karl Marx faz desvendar até aqui é que o produto do trabalho – em qualquer modelo social – é sempre objeto de uso, mas não necessariamente será considerado uma mercadoria. Somente em uma época historicamente determinada de desenvolvimento é que os produtos dos trabalhos são transformados em mercadorias. Exige-se que a sociedade considere o trabalho humano em geral, despendido na produção do objeto a ser utilizado, como o parâmetro objetivo para aferir a qualidade da coisa produzida. Quando isso ocorre, os objetos passam a atuar na sociedade como mercadorias e o caráter humano universal do trabalho passa a constituir o caráter especificamente social desse modelo de comunidade.

A produção de mercadorias é, portanto, um modo social de produção historicamente determinado o qual apresenta formas específicas de relações entre os sujeitos sociais – e entre estes com as mercadorias fabricadas – que são efetuadas em razão desse modelo de produção. Essas formas constituem o que Marx chama de categorias da economia burguesa, dentre as quais destaca o fetichismo ou misticismo.

Por fetichismo, Marx define a forma das relações entre as mercadorias bem como entre as mercadorias e os trabalhadores. No interior do sistema de economia capitalista, as mercadorias – que são produtos da mão humana – parecem dotadas de vida própria que

estabelecem relações de forma autônoma, espontânea, natural entre outras mercadorias e sujeitos. Em verdade, essas relações aparentemente espontâneas são apenas o reflexo das relações sociais travadas entre os homens a partir dos seus trabalhos, isto é, a partir dos tipos de atividades executam para produzir essas mercadorias.

A característica fetichista – ou mística – do mundo das mercadorias surge do caráter social atribuído ao trabalho que é peculiar à economia capitalista burguesa. Sob o véu de uma fictícia vida própria dos artefatos, o misticismo anuvia os traços de trabalho humano existentes nas mercadorias. Apagando-se a presença material de trabalho humano nos objetos produzidos, em última instância, apaga-se a identificação das relações sociais travadas entre trabalhadores privados que foram indispensáveis para alcançar o efetivo cumprimento da produção daquele objeto que está sendo negociado, adquirido e consumido.

Nesse sentido, Marx identifica que a forma-dinheiro, apresentada na fixação de preços – expressão monetária dos objetos – é justamente a forma mais alta do fetichismo do mundo das mercadorias, pois que esconde de maneira eficaz o caráter social dos trabalhos humanos no âmbito de uma sociedade capitalista voltada para o consumo não consciente.

Em outras palavras, a forma-dinheiro é o instrumento adequado para a manutenção das ilusões do sistema monetário, no qual o dinheiro não expressa uma relação social de produção, mas atua na forma de coisa natural dotada de estranhas propriedades sociais, a tal ponto que não é possível perceber pelo dinheiro o que foi nele transformado, já que tudo na sociedade capitalista se transforma em dinheiro. Por essa razão, Marx examina que no modelo de economia vigente, tudo se torna vendável e comprável e, assim, a circulação de mercadorias apresenta-se no meio social como uma via na qual tudo pode ser lançado em sua forma originária para sair cristalizado na forma-dinheiro.

Ora, uma vez que no dinheiro todas diferenças qualitativas entre as mercadorias são apagadas, então, não é sem razão que o dinheiro também sirva para apagar artificialmente todas as diferenças sociais, atuando como nivelador radical das classes. Ademais, o exame marxiano faz assinalar que, por ser uma mercadoria igual a todas as outras – isto é, uma coisa externa – o dinheiro também pode se tornar a propriedade privada de qualquer um e, dessa forma, a potência social relativa a um modelo capitalista de economia passa a ser a expressão da potência privada da pessoa privada. Em suma, para a sociedade moderna pautada sobre valores burgueses, o dinheiro – a encarnação social de todo trabalho humano – é o seu princípio vital mais próprio.

Logo, é possível perceber que capital é o resultado dos processos a que são submetidos a mercadoria e dinheiro no âmbito de uma sociedade orientada por uma economia

marcadamente privada e individualista. Desse modo, qualquer capital surge no mercado primeiramente como dinheiro, que por sua vez, será transformado em capital mediante um determinado encadeamento de procedimentos que servem, ao final, para estabelecer e manter a continuidade da organização social de cunho capitalista.

É nesse ponto das reflexões que Marx apresenta aos seus estudiosos a chave para perceber o processo utilizado pelo capitalista que faz efetuar a transformação de dinheiro em capital. Nesse sentido, o filósofo apresenta o quadro de um possuidor de dinheiro que, para poder criar valor ao seu dinheiro a partir do consumo de uma mercadoria, deve descobrir no interior da esfera da circulação do mercado uma mercadoria que, quando consumida – isto é, quando utilizada, posta em uso – possua a característica peculiar de ser fonte de valor, ou seja, uma mercadoria que produza outras mercadorias, que produza outros objetos com valor, sobretudo a mercadoria-dinheiro.

E essa mercadoria específica é senão a capacidade de trabalho humano, ou melhor, a força de trabalho⁹¹ já que, em conformidade com as análises marxianas anteriormente desenvolvidas o valor de um objeto é parametrizado pela quantidade de trabalho humano empreendida pelo trabalhador para produzi-lo, o que, por conseguinte, implica na determinação de preços de venda das mercadorias.

No entanto, para que a transformação dinheiro em capital seja eficiente aos interesses do capitalista, o possuidor de dinheiro tem de encontrar dentre as mercadorias do mercado a figura do trabalhador efetivamente livre. A liberdade do trabalhador que interessa à economia burguesa apresenta dois sentidos: (1) que o operário seja uma pessoa livre para dispor de sua força de trabalho como uma mercadoria; (2) ao mesmo tempo em que o trabalhador deve ser livre de qualquer outra mercadoria para vender no mercado capitalista, devendo, inclusive, carecer absolutamente de todas os instrumentos necessários para realização de sua força de trabalho por sua conta própria.

Diante dessa questão, Karl Marx coloca como clara a ideia de que a natureza não produz a separação entre os possuidores de dinheiro e de mercadorias e os simples possuidores de suas próprias forças de trabalho que, ao contrário, essa é uma relação histórico-social e artificial, articulada a partir de uma série de formas anteriores de produção social. Dito de outra forma, somente sobre a base de um modo de produção específico, qual seja, o modo de produção capitalista, a totalidade dos produtos assumem a forma da

⁹¹ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (*Ibidem*, p. 270.)

mercadoria, inclusive a força humana de trabalho, tendo o dinheiro como estágio definido da troca de mercadorias.

Isso equivale a dizer que as condições históricas de existência do capital não estão dadas com a mera circulação de mercadorias e de dinheiro. A existência do capital – isto é, o surgimento do capital – exige ainda a condição social representada pela existência da figura do possuidor de meios de produção e de subsistência que encontra no mercado a figura do trabalhador livre como vendedor exclusivo de sua força de trabalho.

Das análises marxianas, o que caracteriza, portanto, a época capitalista é o fato de a força de trabalho assumir para o próprio trabalhador a forma da única mercadoria que lhe pertence, razão pela qual o trabalho humano assume, na economia capitalista, a forma do trabalho assalariado como instrumento que serve para a universalização da forma-mercadoria dos produtos do trabalho.

Desse modo, como o interesse do capitalista está na ideia de que a transformação do dinheiro em capital seja contínua, via de consequência, é preciso que a aparição do proprietário da força de trabalho no mercado de trabalho seja igualmente contínua, o que faz evidenciar o interesse do capitalista pela perpetuação da classe que vende a força de trabalho, que deve ser dar pelos expedientes da procriação e da manutenção da família de trabalhadores, bem como pela reposição diária das forças físicas gastas pelo operário na execução do trabalho realizado para o burguês.

Daí surge no complexo econômico capitalista a figura do trabalho assalariado, ou melhor dizendo, a figura do salário que deve corresponder à mercadoria força de trabalho como a quantidade dos meios de subsistência necessários para a produção diária da força de trabalho do obreiro sem excluir a subsistência também de seus filhos na condição de futuros substitutos dos operários.

Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho se revela, então, por meio de dois fenômenos característicos: (1) o trabalho pertencente a e está sob o controle do capitalista; (2) o produto do trabalho como propriedade do capitalista, não do produtor direto da mercadoria, o trabalhador; e se realiza através da conjugação entre os itens necessários à produção comprados e pertencidos ao capitalista – força de trabalho, propriedade privada de terra, imóveis e bens – e a apropriação final dos produtos realizados pelo trabalho do operário. Em resumo, a apropriação é o princípio fundamental e lei rigorosa do tipo específico de processo de trabalho condizente ao sistema econômico capitalista.

Essa lógica estrutural depõe contra o modelo do trabalho assalariado, de ver que, quando os trabalhadores exercem suas atividades em troca de salários, o capitalista – que já se eleva à condição de proprietário privado não apenas da parte do capital que representa os meios de produção, também se apropria – unicamente para o bem dos seus interesses – do trabalho humano, que passa a integrar o capital.

Nesse sentido, Marx classifica por absurda a tese que advoga a separação entre capital e trabalho, quando, em essência, o processo capitalista de produção da mercadoria é senão o processo pautado no consumo e apropriação necessários da força de trabalho, sob pena de inviabilizar o objetivo essencial do sistema econômico burguês, já que, do contrário, não haveria a transformação do dinheiro em capital e de capital em mais capital.

Ademais, deve-se também escapar à falácia de uma outra ideia: a de que o capital não pode ser considerado separado ou oposto ao trabalho e que, por essa razão, não há que se falar em qualquer oposição correspondente entre classes sociais, sobretudo entre a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores.

Para evitar esse equívoco, é necessário não perder de vista o conjunto da construção marxiana de sentidos e conceitos que, passo-a-passo, tece explicações tanto técnicas do ponto de vista das dinâmicas econômicas, quanto histórico-filosóficas e, então, torna patente que o capital tem um único impulso vital, qual seja: o impulso de se autovalorizar, entendido assim como o impulso de criar mais-valor, de absorver a maior quantidade possível de mais-trabalho, de tal maneira que a efetiva consecução desse impulso determina a própria tarefa do capitalista – da qual esse não pode se afastar no exercício da exploração da atividade econômica a que se propõe – que é obter, com o capital gasto para produzir – aqui incluem-se os salários pagos – a maior quantidade possível de trabalho para ser explorada pela maior quantidade de tempo possível.

Retomando esse sentido, Marx alude ao fato econômico que mais-valor resulta de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, de tal modo que, caso o sujeito não trabalhasse para o capitalista, mas para si mesmo, o trabalhador dedicaria diariamente apenas a quantidade média de horas de sua existência à produção dos meios necessários à sua subsistência e manutenção contínua.

Em outros termos, Marx evidencia que sem mais-trabalho, o modo de produção social continuará sendo um modelo de produção de mercadorias – no entanto, um modelo comum – com a presença da forma-social, mas, imperiosamente, deixará de ser modo capitalista específico de produção de mercadorias, porque, nessas condições, não existiria no contexto social nem a produção de lucro, nem excedente, nem mais-valor ao dinheiro.

Valendo-nos do efeito didático que as imagens causam na aparelhagem intelectual de todos, facilitando a compreensão das ideias, conceitos e objetos, seguem, tal qual foram compilados por Karl Marx, os termos de um manifesto de trabalhadores contra a mecânica capitalista de alienação, apropriação e exploração a partir do trabalho humano:

Mas eis que, de repente, ergue-se a voz do trabalhador, que estava calada no frenesi do processo de produção: A mercadoria que eu te vendi distingue-se da massa das outras mercadorias pelo fato de seu uso criar valor e, mais do que isso, um valor maior do que aquele que ela mesma custou. Foi por isso que a compraste. O que do teu lado aparece como valorização do capital, do meu lado aparece como dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria pertence não ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. A ti pertence, por isso, o uso de minha força de trabalho diária. Mas por meio do preço que a vendo diariamente eu tenho de reproduzi-la a cada dia, pois só assim posso vendê-la novamente. Desconsiderando o desgaste natural pela idade etc., tenho de ser capaz de trabalhar amanhã com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje. (...) Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstando-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável. Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. (...) Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é um valor diário correspondente ao valor total de 30 anos. Mas se a consumes em 10 anos, pagando-me diariamente pelo valor total de 30 anos, pagas-me, portanto, apenas 1/3 de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente, 2/3 do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. (...) Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência. Podes muito bem ser um cidadão exemplar, até mesmo membro da Sociedade para a Abolição dos Maus-Tratos aos Animais, e viver em odor de santidade, mas o que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate um coração. O que ali parece ecoar é o batimento de meu próprio coração. Exijo a jornada de trabalho normal porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor de minha mercadoria.⁹²

Portanto, no contexto social atual, uma saída para escapar ao capitalismo deve perpassar pela regulamentação da jornada de trabalho— tal como também se verificou na história da produção do modelo econômico burguês — que estabeleça limites da jornada de trabalho restritos ao tempo de trabalho necessário, a representar, assim, uma luta a ser travada entre o conjunto dos capitalistas e o conjunto dos trabalhadores.

Não obstante, amainada em alguma medida a luta pelos limites da jornada do trabalho, para que o sistema do capital continue em processo de extinção a fim de que deixe de existir a dinâmica de dinheiro valorizar dinheiro, então, em um segundo momento da luta pela

⁹² O Capital, pp. 334-5.

emancipação da humanidade através da emancipação da classe trabalhadora, é necessário que a força de trabalho deixe de existir como mercadoria, extinguindo-se o cenário amplamente conhecido por mercado de trabalho.

Em conformidade com as considerações marxianas, a força humana de trabalho só é mercadoria em um cenário no qual o trabalhador não disponha de nenhuma outra mercadoria para atuar como vendedor no mercado, o que pressupõe a completa exclusão da propriedade dos recursos necessários à consecução autônoma dos bens e produtos que atendam às suas necessidades mais básicas e vitais para o sustento diário de suas forças orgânicas, mantendo-lhe a própria existência. É somente nessa conjuntura que os indivíduos ficam integralmente condicionados ou à morte física ou à realização obrigatória de trabalho subordinado e assalariado, que é o expediente pertinente à conservação do sistema capitalista.

O objetivo da produção capitalista não é extrair dos trabalhadores uma delimitada quantidade de produtos úteis para o consumo local, da comunidade local, sobretudo num panorama social mais amplo no qual se verifica que os povos são arrastados para esse modelo acumulativo de produção. Instauram-se, assim, as figuras do mercado mundial e da exportação, tornando a venda lucrativa de produtos no exterior a grande medida do interesse do capitalista, e permite-se coroar a escravidão e a servidão modernas do sobretrabalho como a forma civilizada de expressão do trabalho humano e do trabalhador obediente.

Para Karl Marx, é crucial que ocorra aquilo que chama de revolução nas condições de produção de trabalho, revolucionando o modo de produção e o próprio processo de trabalho, promovendo alteração na dinâmica de trabalhar a partir da redução do próprio tempo de trabalho socialmente necessário para a produção consciente das mercadorias que não favoreça a capitalistas e interesses individualistas, mas beneficie a comunhão, o coletivismo.

O controle e a regulação social conscientes – pelos trabalhadores – do processo social de produção representam a contraposição mais eficaz à mecânica pautada na propriedade privada, razão pela qual, conforme registrado por Marx, ao menor sinal de controle consciente do trabalho pelos próprios trabalhadores, emergem os protestos da burguesia alegando ataque aos invioláveis direitos de propriedade, à liberdade e à genialidade autodeterminante do capitalista individual e seu sistema de empresas privadas.

A divisão do trabalho no modo de produção capitalista não somente aleija o trabalhador e promove artificialmente a habilidade individual do trabalhador por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, como retira do sujeitos a compreensão e o conhecimento de todo o processo de produção, incapacitando o operário, também por essa perspectiva, de produzir de maneira autônoma algo em seu favor.

Nesse sentido, até mesmo as potências intelectuais do processo material de produção passam a figurar aos trabalhadores como propriedade alheia e como poder que os domina – mais uma expressão da propriedade privada do capitalista. Em outras palavras, no modo de produção capitalista, inclusive a ciência – como meio de acesso ao conhecimento – é separada do trabalho e, por conseguinte, do trabalhador, interditando à classe trabalhadora a ciência como potência autônoma da produção que, por sua vez, fica obrigada a servir ao capital.

Em apertada síntese, para que ocorra enriquecimento do capital mediante o aumento da força produtiva social, a economia política burguesa deve condicionar o empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais, vedando-lhe os conhecimentos científicos, o exercício da inteligência e o emprego da criatividade. A divisão do trabalho se revela, enfim, como inequívoca fonte das desigualdades sociais, quando algum atrofiamento espiritual e corporal do trabalhador é inseparável do modelo de divisão do trabalho em geral nas sociedades de cunho capitalista.

Como modo de evitar a degeneração completa da massa do povo decorrente da divisão do trabalho, A. Smith recomendava o ensino popular, a cargo do Estado, embora em doses cautelosamente homeopáticas. Quem polemizou de modo consistente contra essa ideia foi seu tradutor e comentador francês, G. Garnier, que, no Primeiro Império francês, metamorfoseou-se em senador. O ensino popular contraria as leis primeiras da divisão do trabalho; com ele, “nosso sistema social inteiro seria proscrito”.⁹³

A divisão do trabalho, melhor dizendo, a divisão social do trabalho, como expressão peculiar do sistema de economia capitalista representa o método particular de produzir mais-valor, ou seja, aumentar a autovalorização do capital, que no vocabulário burguês é chamada de riqueza social, no entanto, alcançada a expensas dos trabalhadores, meio para a exploração civilizada e refinada do homem pelo homem.

Por outro lado, Karl Marx enumera os caracteres da organização social do trabalho alternativa e contrária ao modelo capitalista, a saber, uma organização social do trabalho planejada cujas bases são: (1) posse comum da terra; (2) conexão direta entre agricultura e artesanato; (3) divisão fixa do trabalho a servir de plano e esquema geral para o estabelecimento de novas comunidades.

Segundo Marx, aumentando a população da organização social, uma nova unidade da comunidade deve ser assentada em terras não cultivadas, em exata conformidade com os caracteres do modelo da comunidade anterior. Esse paradigma de organização da sociedade representa um mecanismo comunal que opera mediante uma divisão planejada do trabalho e

⁹³ O Capital, p. 452.

impossibilita a divisão manufatureira, por entender que o mercado é um campo limitado de produção e circulação de mercadorias.

Nesse modelo social, a pontuação marxiana indica que a maior parte dos produtos deve ser destinada à subsistência imediata da comunidade, o que implica não designar os produtos do trabalho para serem praticados como mercadoria. Dito de outra forma, a organização social planejada não faz a produção depender, única e exclusivamente da troca de mercadorias. Ressalva Karl Marx que somente o excedente dos produtos deva ser transformado em mercadoria, a fim de que uma parte delas sejam diretamente entregues ao Estado como forma de renda natural estatal.

No modelo social de supressão da forma capitalista de produção, o planejamento coletivo consciente permite restringir a jornada de trabalho humano ao tempo trabalho necessário, de tal modo que a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material deverá ser tanto mais curta – o que implica uma mais longa parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos – quanto mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e, por consequência, quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada.

Em suma, o limite absoluto para a redução da jornada de trabalho na nova organização deve ser, conforme apontado por Marx, a generalização do trabalho, contrastando diametralmente ao contexto de numa sociedade capitalista, na qual a classe dominante tem o seu tempo livre produzido a partir da transformação de todo o tempo de vida das massas dominadas em tempo de trabalho – expressão conjuntural de um específico modelo de sociedade que só pode ser explicado pelo fenômeno histórico chamado acumulação primitiva.

A acumulação primitiva, que revela como pode haver pessoas que não têm qualquer necessidade de “comer seu pão com o suor de seu rosto”⁹⁴ é o ponto de partida – e não o resultado – do modo de produção capitalista que se caracteriza pelo movimento num círculo vicioso de acumulação de capital a partir de capital.

Do mesmo modo, a acumulação primitiva de riquezas pela elite social de uma época é, portanto, o ponto de partida da pobreza da grande massa, que ainda na época social de hoje, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, apesar de todo seu trabalho, ao mesmo tempo em que ainda cresce continuamente a riqueza dos poucos, que, entretanto, tenham deixado de trabalhar há muitos séculos.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 781.

Em uma palavra, Marx define o surgimento da apologia da propriedade na acumulação primitiva, a partir da qual tornou-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da acumulação, como único meio de enriquecimento, marcando a polarização do mercado de conflito e separação entre proprietários e trabalhadores como condição fundamental da produção capitalista.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde, revelando que a estrutura econômica da sociedade capitalista surge da estrutura econômica da sociedade feudal que, dissolvida, libera os elementos da estrutura econômica da sociedade de acumulação de capitais.

Fica evidenciado que o setor amplamente conhecido como mercado de trabalho não é uma ocorrência social espontânea-natural, isto é, não corresponde a qualquer organização social de indivíduos, mas é uma situação artificialmente engendrada de tal forma que o trabalhador somente se encontrou desprovido da possibilidade de granjear sua subsistência e de realização de autoatividade e somente assim pôde dispor de sua pessoa para o trabalho subordinado depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção e as garantias de sua existência em atos de expropriação súbita e violenta.

Assim, o ponto de partida histórico do desenvolvimento que dá origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista é a subjugação do trabalhador na época feudal. No entanto, não é a abolição da servidão que estabelece nova estrutura social capitalista em formação, mas a abolição da propriedade do camponês à terra que o converte em proletário e, mais precisamente, no contexto do séculos XV e XVI, em pobre.

Aos atos de acumulação primitiva, base dos atuais domínios suntuosos das oligarquias do liberalismo, Karl Marx também inclui a prática em escala colossal de roubo de domínios estatais, isto é, apropriação fraudulenta do patrimônio do Estado.

A imperturbabilidade estoica com que o economista político encara as violações mais inescrupulosas do “sagrado direito de propriedade” e os atos de violência mais grosseiros contra as pessoas, sempre que estes sejam necessários para produzir as bases do modo de produção capitalista (...) apresenta certa tendência *tory* [conservadora]. Toda a série de pilhagens, horrores e opressão que acompanha a expropriação violenta do povo, do último terço do século XV até o fim do século XVIII, induz (...) [o economista político] apenas a (...) [uma] “confortável” reflexão.⁹⁵

Assinala Marx que tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um

⁹⁵ *Ibidem*, p. 793.

proletariado inteiramente livre, mas não conseguiram, de imediato, ajustar os proletários originários à disciplina da nova situação social que, não se vendendo no recém criado mercado de trabalho, converteram-se massivamente, por força daquelas novas circunstâncias em mendigos, assaltantes e vagabundos.

Extrai-se daí que, para a evolução da produção capitalista, é também indispensável desenvolver uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconheça as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. Em outras palavras, a organização do processo capitalista de produção, para se desenvolver e manter-se desenvolvido, deve atuar para quebrar toda a resistência dos trabalhadores ao sistema social, sendo, portanto, essa a função primordial das legislações sobre o trabalho assalariado elaboradas no bojo do poderio da classe capitalista. A lei trabalhista, desde sua origem, ainda que impulsionada por movimentos organizados reivindicatórios dos trabalhadores, é, em alguma medida, sempre hostil e cunhada para a exploração do trabalhador, haja vista que as legislações que visam regular as diferenças entre os empregados e empregadores, sempre terão os patrões como conselheiros dos legisladores já que o espírito do conjunto das leis liberais é a propriedade privada.

Portanto, a propriedade privada, como antítese da propriedade social e coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertençam a pessoas privadas. Entretanto, conforme as proprietários – as pessoas privadas – sejam os trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada também passa a assumir caracteres distintos.

Dessa compreensão, nota-se que a acumulação primitiva como fenômeno constituinte da pré-história do capital destrói o regime de propriedade privada do trabalhador feudal – com propriedades de terra de pequenas extensões e meios de produção individuais dispersos entre os sujeitos – e instaura o regime de propriedade privada capitalista – cujos meios de produção passam a ser socialmente concentrados em mãos de poucos sujeitos para a exploração privada de gigantescas propriedades de terra.

Revela-se, portanto, qual deva ser o sistema social de propriedade que corresponda à antítese do capitalismo: socialização do trabalho; transformação da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, isto é, meios de produção coletivos; e expropriação dos proprietários privados.

Em conformidade com as análises de Karl Marx, no próximo modelo de organização social que substituirá o modelo capitalista, a expropriação continuará tendo lugar na organização da sociedade. No entanto, o alvo expropriado deixa de ser o trabalhador, que

passará à autoatividade do trabalho para si próprio, e alcança o capitalista que, atualmente, explora muitos trabalhadores.

Por fim, para os fins didáticos desta pesquisa que visa a clara compreensão da leitura da dissertação elaborada, vale enumerar, pontualmente, os traços do contexto que representa a emancipação social pela emancipação do trabalho alienado. Para Marx, a expropriação da burguesia dominante se consumará por meio do jogo das leis imanentes de sua própria produção capitalista, porque, segundo o filósofo, paralelamente à centralização de capitais e capitalistas, também se desenvolvem: (1) a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior; (2) a aplicação técnica consciente da ciência; (3) a exploração planejada da terra; (4) a transformação dos meios de trabalho em meios sociais que só podem ser utilizados coletivamente; (5) o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial. Ou seja, a classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, passará sempre mais a ser instruída sobre sua liberdade pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.

Segundo Karl Marx, aumentando a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração provocada pelo regime capitalista, aumentam também as condições da classe trabalhadora de melhor de se unir e organizar a partir dos avanços técnicos e tecnológicos alcançados no período da exploração capitalista.

5 OS CRITÉRIOS DA ALIENAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO POR HERBERT MARCUSE

No capítulo presente, a análise dos elementos constitutivos da alienação do trabalho humano e de sua respectiva emancipação está amparada no pensamento do filósofo integrante da primeira geração da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, a representar assim o segundo referencial teórico adotado nesta dissertação.

A discussão aqui trazida, embora esteja estribada no conjunto dos textos do filósofo frankfurtiano, tem como seu principal ponto de apoio a obra “Eros e Civilização”, publicada originalmente no ano de 1955, por se tratar do livro que, perpassando pelo debate acerca das relações de poder e dos arranjos sociais históricos de dominação e controle, estabelece, ao sentir deste pesquisador, a crítica mais radical ao trabalho alienado, apresentando tanto os significados simbólicos e psicológicos da exploração e da condição humana em sociedades capitalistas quanto a sinalização de novas formas de resistência e meios de superação do sistema mantenedor do *status quo* civilizatório hodierno.

Inicialmente, importa anotar que o fundamento lógico marcusiano para a emancipação social através da emancipação do trabalho é que as próprias realizações da sociedade industrial avançada devem habilitar o ser humano a inverter o rumo da espécie de progresso que conhecemos, cuja marca distintiva é aquilo que o filósofo chama de união fatal entre produtividade e destruição. Na concepção marcusiana, a emancipação terá lugar mediante o aprendizado de como usar a riqueza social para moldar o mundo do homem de acordo com suas necessidades vitais.

Dito de outro modo, porque a carência e a necessidade de labuta são perpetuadas apenas artificialmente no interesse de preservar o sistema de dominação vigente, então, formas cada vez mais eficientes de controle social são elaboradas para manter a contínua aceitação pelos indivíduos da sua repressão, deslocando, portanto, a imagem da liberdade humana. Contudo, para o frankfurtiano, assim que o desenvolvimento científico e tecnológico tornar obsoleta a luta da sociedade pela manutenção de sua existência, então o estabelecimento de um novo ponto de partida social será uma premissa necessária que deverá reconstruir o sistema produtivo sem a base mental para a dominação e a exploração.

A ideia de Marcuse é a de que os povos – notadamente os povos atrasados – sejam forçados a renunciar ao uso da parcela agressiva e supérflua da ciência e da tecnologia, a fim de manterem o mecanismo de produção de bens e mercadorias à medida do homem, sob o seu controle, para a satisfação e desenvolvimento das necessidades vitais humanas, tanto as

individuais como as coletivas, o que, para o filósofo, seria equivalente à abolição das condições em que o trabalho do homem se perpetua como um poder autopropulsor, eliminando, assim, a subordinação humana à engrenagem produtiva e, com ela, às formas obsoletas de luta pela existência.

Decorre dessa ideia que a interrupção da produção de bens supérfluos e destrutivos implica um estágio civilizatório que significaria o fim do capitalismo, em todas as suas formas, e a eliminação da alienação infligida ao homem por essa produção. A reconfiguração do meio social e natural, a transformação da natureza tornar-se-ão, segundo Marcuse, mais impulsionadas pelas necessidades vitais do que reprimidas, sujeitando a agressão humana à medida da sua indispensabilidade tão somente para alcançar essas exigências vitais, quaisquer que sejam, individuais ou coletivas.

Assim, o debate marcusiano é colocado numa ordem de compreensão para a qual a relação empregatícia, no quadro da prosperidade capitalista, depende da contínua defesa do sistema social estabelecido – sistema esse que se consolida, de acordo com o frankfurtiano, sobre uma obra de destruição, desperdício e poluição. Marcuse compreende ainda que, em virtude do progresso técnico já alcançado pelo presente estágio civilizatório, a necessidade de trabalho humano em tempo integral afigura-se cada vez mais obsoleta e serve tão somente para manter sob controle a parcela da população que sobrevive do trabalho alienado.

Em alguma medida, a organização social do trabalho sobre a qual o sistema de sociedade capitalista está edificado mostra-se, portanto, na visão de Herbert Marcuse, antagônica ao próprio progresso técnico, o qual é tomado em si mesmo como uma necessidade para a manutenção da sociedade estabelecida e desenvolve nos indivíduos exigências que transcendem a economia de mercado com a qual podem até ser incompatíveis.

Para o filósofo da Teoria Crítica, a verdadeira necessidade social de mão-de-obra produtiva declina inevitavelmente, de modo que, o sistema do capital, a fim de evitar sua ruína, deverá preencher esse vácuo através das atividades improdutivas, provendo à criação de ocupações sem trabalho⁹⁶, bem como deverá tomar para si, mas à sua maneira, i.e., sob um falso timbre, os anseios da comunidade por um meio e uma existência não repressivos, administrando em seu favor atividades culturais patrocinadas pelo poder público e grandes empresas a penetrar a alma das massas, escamoteando a alienação das relações sociais.

Em outras palavras, Marcuse chama a atenção para o fato de que a transformação socioeconômica de um meio e uma existência repressivos não pode ocorrer dentro do quadro

⁹⁶ MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 6. ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975, p. 21.

estrutural do comércio e do lucro sem um conflito irreconciliável com os requisitos da economia de mercado.

O conflito aqui colocado é a incompatibilidade entre o necessário desenvolvimento das necessidades não-econômicas – que validaria a ideia da abolição do trabalho alienado e estranhado e tomaria a vida como um fim em si mesma – e a conveniência em manter a necessidade de ganhar a vida para sobreviver, atendendo às necessidades individuais mais básicas, escorando a defesa do *status quo*. Nesse ponto, a compreensão marcusiana indica que o conflito em questão encontra suas raízes nas perspectivas de mudanças na base da sociedade industrial avançada, mudanças que levem ao desmoronamento da empresa capitalista, atualmente em processo de automação.

O caminho para a oposição ao trabalhismo que produz a mão de obra sindicalizada útil à defesa do *status quo* é, segundo Marcuse, a divulgação de conhecimentos livres de censura e manipulação, formação da consciência coletiva e, sobretudo, a recusa organizada em continuar trabalhando com os instrumentos materiais e intelectuais que estão sendo agora usados contra o homem para a defesa da liberdade e prosperidade daqueles que dominam o resto da humanidade, tornando, assim, aptidões e capacidades intelectuais em fatores sociais e econômicos, destacando, conseqüentemente, a responsabilidade política subentendida na posição e na função do intelectual na sociedade industrial contemporânea.

Apoiado nas teorias da metapsicologia freudiana, Herbert Marcuse identifica que o conceito de homem é a mais irrefutável acusação ao modelo de civilização ocidental, avaliando que a história da humanidade confunde-se com a história da própria repressão humana, tendo em vista a coação perpetrada pela cultura tanto à existência humana biológica quanto à sua existência social, como condição do progresso técnico, intelectual e material.

Considerando, então, que os impulsos animais convertem-se em instintos humanos sob a influência da realidade externa, de tal maneira que o marco que estabelece o começo da civilização seja o momento em que é abandonado o objetivo animal primário de satisfação integral de suas necessidades, Marcuse não deixa de registrar que a realidade que modela os instintos às necessidades humanas e sua satisfação é um mundo sócio-histórico.

Em outros termos, a conversão do homem animal em ser humano ocorre mediante uma transformação fundamental da sua natureza que é artificial e não biológica, afetando não só os anseios instintivos, mas modificando também os valores que regem esses instintos, instaurando outros princípios que governam a consecução dos anseios do gênero humano.

Tal transformação no sistema dominante de valores – que converte o júbilo da atividade lúdica para esforço do trabalho e a receptividade em produtividade – é descrita pela

teoria freudiana empregada por Marcuse como a transformação do princípio de prazer em outro princípio – o princípio de realidade – cujo estabelecimento comunica ao ser humano a necessidade de esforçar-se por obter o que é útil e o que pode ser obtido sem prejuízo para si próprio e para o seu meio vital. É ainda por meio do princípio de realidade que, nos indivíduos, é desenvolvida a espécie de razão através da qual a realidade passa a ser examinada em categorias dicotômicas de bom e mau, verdadeiro e falso, útil e prejudicial⁹⁷.

No bojo dessa sequência de ideias, extrai-se da concepção marcusiana, primeiramente, que o progresso técnico que tem sido alcançado pela humanidade representa tanto um incomensurável aumento da instrumentalidade para alcançar a gratificação dos desejos humanos, quanto capacita os indivíduos a alterarem a realidade conscientemente, de acordo com o que seja útil sem prejuízos, removendo gradualmente as barreiras estranhas ao prazer.

Em segundo lugar, depreende-se que, a despeito das possibilidades reveladas pelo progresso material e em vista do princípio de realidade hodierno, os desejos humanos e a alteração da realidade deixam de pertencer ao próprio sujeito e passam a ser regulados pela sociedade, cuja organização implica em repressão e transubstanciação das necessidades instintivas originais humanas mediante o estabelecimento e manutenção de um sistema de instituições através do qual o princípio de realidade materializa-se e dentro do qual o indivíduo cresce, aprendendo os seus requisitos da lei e da ordem e transmitindo-os à geração seguinte, em um processo contínuo de reprodução da submissão ao sistema vigente.

Em suma, não há como se afastar da constatação de que a repressão é um fenômeno histórico, isto é, que a subjugação efetiva dos instintos humanos dada por controles repressivos não é imposta pela natureza, mas pelo próprio homem, haja vista que a repressão externamente impelida apresenta-se sempre apoiada pela repressão interna, pois que o indivíduo escravizado, devidamente disciplinado pelas instituições, introjeta a essência de seus senhores e suas ordens no próprio aparelho mental, fazendo a luta contra a liberdade reproduzir-se na *psique* humana, como expressão da autorrepressão do indivíduo reprimido.

Assim, o valor identificado pela Escola da Teoria Social Crítica que motiva a imposição de modificação repressiva da estrutura instintiva humana pelo sistema de dominação vigente é o valor econômico, cuja premissa é a inexistência de meios suficientes para sustentar a vida de todos os membros da sociedade sem trabalho por parte deles, razão pela qual os homens são ensinados que não podem gratificar livremente seus desejos e, em não podendo viver sob o princípio de prazer, devem desviar as suas energias das atividades

⁹⁷ *Ibidem*, p. 35.

agradáveis para o trabalho, fornecendo, assim, a mais efetiva racionalização para a repressão que representa a concepção da tradição predominante no pensamento ocidental.

O princípio de realidade, segundo explanado por Marcuse, é afirmado através de uma contração da consciência individual, uma vez que as restrições externas são introjetadas no aparelho mental do indivíduo, primeiro, pelos pais e, mais tarde, pelas demais entidades sociais, convertendo a consciência dos membros da sociedade quase que em definitivo e impregnando a vida mental dos sujeitos pelo sentimento de culpabilidade seguido da necessidade de punição, sempre gerada pelas transgressões ou tão somente pelo desejo de transgredir as restrições impostas, tornando desde cedo inconscientes e quase automáticos a repressão e o sentimento de culpa. Assim, a adesão a um *status quo* implantada na estrutura psicológica humana torna o indivíduo instintivamente reacionário, tanto no sentido literal da expressão como no figurativo, exercendo, inconscientemente, severidade contra si próprio.

Por outro lado, Marcuse nota que, em virtude do fato de o princípio de realidade ter de ser continuamente restabelecido no desenvolvimento do homem indica que o triunfo da realidade repressora sobre o princípio de prazer jamais é completo e seguro e que, portanto, o estado natural de reclamação do princípio de prazer continua existindo mesmo na manutenção da civilização marcadamente castradora.

Ademais, diante das noções e proposições da teoria de Freud que analisam o desenvolvimento do gênero humano, o exame marcusiano extrapola as categorias e os termos da metapsicanálise que não diferenciam adequadamente entre as modificações biológicas e as histórico-sociais dos instintos, aplicando conceitos correspondentes aos freudianos mas que assinalam o componente histórico-social específico das formas de restrições a estudar.

Assim, são apresentados por Herbert Marcuse, primeiro, o conceito de Mais-Repressão referindo-se às restrições requeridas pela dominação social e distinguindo-se da repressão básica que impõe modificações dos instintos necessárias à perpetuação da raça humana em civilização e, segundo, o conceito de Princípio de Desempenho, tomado como a forma histórica atual, específica e predominante do princípio de realidade, sempre considerando que os vários modos de dominação do homem e da natureza resultam em várias formas históricas do princípio de realidade comunicado às relações sociais.

Disso decorre, então, que a carência de bens e recursos para a manutenção de todos os seres humanos – colocada como fato fundamental que impõe o atual princípio de realidade, ou seja, princípio de desempenho – é, senão, a consequência de uma organização específica de carência e de uma igualmente específica atitude existencial, imposta por esta organização

singular, revelando, portanto, a falácia do argumento econômico acima mencionado que serve de apoio a toda estrutura de dominação que conhecemos focada na divisão social do trabalho.

A essa altura das reflexões traçadas nesta dissertação, vale registrar – ainda que brevemente – a observação concebida por Herbert Marcuse acerca da divisão de trabalho em uma sociedade. Nesse sentido, Marcuse explana que a divisão do trabalho não é prejudicial por si só, mas a divisão mantida pela dominação exercida por um determinado grupo ou indivíduo, a fim de se manter e consolidar numa posição privilegiada. Segundo o frankfurtiano, de qualquer divisão do trabalho decorre o exercício racional da autoridade que se limita à administração de funções e arranjos necessários ao progresso do todo social e que não se confunde, de plano, com a dominação.

Desse modo, compreende-se que a escassez não é causa da divisão social do trabalho, mas a sua consequência, uma vez que a proclamada insuficiência de recursos apresenta-se devidamente estruturada através das civilizações, quando a obtenção de bens para a satisfação das carências não tem sido organizada com o objetivo de melhor satisfazer às crescentes necessidades de todos indivíduos, mas as de um determinado grupo de indivíduos que exercem a dominação por uma utilização mais racional do poder.

Por outro lado, o filósofo frankfurtiano indica a possibilidade de uma outra organização social em que haja pluralidade de formas e conceitos de trabalho quando compreende que a repressão deve necessariamente ser distinta em grau e escopo conforme a orientação da produção social ao consumo individual ou ao lucro, também segundo a espécie de economia que prepondere no meio social – entre uma economia de mercado ou uma economia planejada – bem como de acordo com a natureza da propriedade constituída no arranjo da comunidade, se privada ou coletiva.

Assim, uma sociedade em que a totalidade de seus membros trabalhem sob condições suficientes para a manutenção da vida individual e do grupo deve requerer distintos modos de repressão daqueles referentes a um corpo social em que o trabalho é o terreno exclusivo de um determinado grupo, i.e., a classe dos trabalhadores.

Para tanto, seguindo a linha das reflexões marcusianas, a existência de uma organização social nos moldes acima descritos implica em modificação do próprio conteúdo do princípio de realidade, significando, via de consequência, modificar todo o sistema de instituições e relações sociais, leis e valores a viger neste novo modelo social organizado pois que estes elementos representam senão a materialização do princípio de realidade a que correspondem, responsáveis por transmitir e impor a modificação psicológica em seus membros, necessária para a manutenção do sistema societário correspondente.

É a essa altura das análises que Herbert Marcuse extrai a sua compreensão daquilo que chama de Mais-Repressão, analisando que as instituições históricas específicas do princípio de realidade das eras moderna e pós-moderna e os interesses específicos de dominação introduzem controles adicionais acima e além dos indispensáveis à associação civilizada humana, a promover, desse modo, canalizações de energia instintiva necessárias para a instituição e a manutenção da divisão hierárquica do trabalho, mediante a dessexualização de zonas do corpo humano e dos impulsos para a gratificação e felicidade dos indivíduos, a fim de que se ajustarem aos requisitos desta organização social específica da existência humana.

Segundo Marcuse, a dessexualização do organismo é exigida para a utilização social dos corpos humanos como instrumentos de trabalho e dá-se através da intensificação da coação instintiva imposta, primeiramente, pela limitação natural de bens e recursos e, em seguida, levada a efeito por coações impostas por uma distribuição artificial e hierárquica da escassez e sua respectiva distribuição do trabalho, significando dizer que o interesse de dominação adiciona mais-repressão à organização dos instintos, sob o princípio de realidade. Em síntese, Marcuse focaliza o exame da alienação do trabalho nas instituições e relações que constituem o que chama de corpo social do princípio de desempenho.

Assim, a sociedade, sob o domínio do referido princípio de desempenho, é estratificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes dos seus membros. Todavia, vale também salientar mais uma vez que Marcuse considera que o princípio de desempenho não é o único princípio histórico de realidade recente, já que outros modos de organização social predominaram não apenas nas culturas primitivas, mas sobreviveram também no período moderno. Isso porque o princípio de desempenho é especificamente o distintivo de uma sociedade aquisitiva e antagônica em processo de constante expansão e que pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação seja crescentemente racionalizada pelo controle sobre o trabalho social e que, desse modo, reproduz a sociedade em uma escala ampliada e sob condições progressivas.

Aqui, o teórico crítico identifica as características que informam a alienação do trabalho e o estranhamento do trabalhador no contexto contemporâneo da organização social do trabalho. De acordo com Marcuse, em que pese os interesses de dominação e os interesses do todo dominado coincidirem durante uma considerável parte da evolução desse modelo social – já que a utilização lucrativa do sistema produtivo inicialmente satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos porque para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação podem ser determinados pelo seu próprio trabalho – o certo é que o trabalho é tão só um item para uma engrenagem produtiva maior que a população não

controla, a tal ponto que o trabalho passa a funcionar como um poder independente a que os indivíduos têm de se submeter se querem sobreviver, tornando-se o trabalho tanto mais estranho à essência humana quanto mais especializada se torna a divisão do trabalho, levando os indivíduos a não viverem suas próprias vidas enquanto trabalham, mas a desempenharem tão-só funções preestabelecidas. Dito de outro modo, enquanto trabalham, os indivíduos não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em alienação.

Para Marcuse, a alienação é definida pelo afastamento do prazer em relação ao ato de trabalhar. Desse modo, o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa, no modo de compreensão marcusiano, a ausência de gratificação, negação do princípio de prazer.

A libido dos indivíduos, ou melhor, a energia vital do prazer, em um contexto social do desempenho e da mais repressão, via de regra é desviada para desempenhos socialmente úteis, nos quais o ser humano trabalha para si mesmo somente na medida em que trabalha para o sistema, empenhado em atividades que, na grande maioria dos casos, não coincidem com suas próprias faculdades e desejos.

A partir dessa perspectiva, não é sem razão que as restrições impostas à libido pareçam tanto mais racionais quanto mais universais se tornam, ou seja, quanto mais impregnam a sociedade como um todo. Ou, dito de outra forma, a Mais-Repressão, materializada nas restrições à energia do prazer, atuam sobre o indivíduo como leis objetivas externas e como uma força internalizada, significando, assim, que a autoridade social é absorvida tanto no consciente quanto no inconsciente de cada indivíduo, operando como se a restrição fosse seu próprio desejo, sua moralidade e satisfação.

A alienação segundo o ponto de vista frankfurtiano revela-se quando o indivíduo deseja o que se supõe que ele deve desejar, de modo que suas gratificações são lucrativas para si e para os outros, produzindo sujeitos, muitas vezes, razoável e exuberantemente felizes.

Contudo, Marcuse observa que a felicidade desejada pelo ser alienado ocorre fracionalmente, durante as poucas horas de lazer entre os dias ou noites de trabalho, e somente algumas vezes ocorre também durante o próprio período de trabalho, sendo essa condição suficiente para habilitar o indivíduo a prosseguir espontaneamente em seu desempenho, perpetuando, dessa forma, o seu trabalho, o trabalho dos outros e todo o sistema habilmente engendrado para o controle da dominação social.

Assim, seguindo as reflexões marcusianas, é possível inferir que a repressão e a expressão da alienação são apagadas na esplêndida ordem objetiva de coisas, considerando que o sistema de produção recompensa mais ou menos adequadamente os indivíduos

cumpridores e obedientes, e que, ao fazê-lo, reproduz de modo mais ou menos adequado a sociedade como um todo, isto é, que, sob o domínio do princípio de desempenho, o corpo e a mente humanas passam a ser, camufladamente, instrumentos de trabalho alienado e, dessa forma, só podem funcionar como tais instrumentos se renunciam à liberdade para a felicidade e o prazer do sujeito-objeto da libido que o organismo humano primariamente é e deseja.

Essas análises conduzem à percepção de que, no contexto da alienação humana, a distribuição de tempo dos integrantes da sociedade desempenha um papel fundamental no arcabouço do sistema de dominação, haja vista que o indivíduo existe só em uma parcela de seu tempo vida, ou seja, durante os dias de trabalho o sujeito existe senão como um instrumento de desempenho alienado, ficando livre para si próprio somente no resto do tempo.

Se o dia médio de trabalho, incluindo os preparativos e a viagem de ida e volta ao local de trabalho, somar dez horas, e se as necessidades biológicas de sono e alimentação exigirem outras dez horas, o tempo livre será de quatro horas em cada vinte e quatro, durante a maior parte da vida do indivíduo. Esse tempo livre estaria potencialmente disponível para o prazer.⁹⁸

Em outros termos, uma sociedade governada pelo princípio de desempenho – como expressão do princípio de realidade de sua época – deve necessariamente impor tal distribuição desproporcional do tempo de vida do indivíduo que trabalha, visto que o organismo tem de ser treinado para a aceitação de sua alienação nas raízes de sua *psique*, qual seja: o ego humano programado para o prazer.

A esse ponto do presente estudo acadêmico, é válido reproduzir a ressalva elaborada pelo frankfurtiano no sentido de que toda e qualquer forma de sociedade e civilização tem de impor uma fração do tempo de trabalho de seus indivíduos para a satisfação das necessidades vitais de sobrevivência individuais e coletivas, contudo, sem significar que todas as espécies e modos de trabalho sejam essencialmente irreconciliáveis com o princípio de prazer.

Para Marcuse, as relações humanas associadas ao trabalho podem propiciar uma descarga muito considerável de componentes dos impulsos libidinais, pois que o conflito irreconciliável não é entre o trabalho⁹⁹ e o princípio de prazer, mas, necessariamente, entre o prazer e o trabalho alienado expressão do princípio de desempenho, abrindo espaço, portanto, para uma noção de trabalho libidinal, não-alienado.

Ainda sobre a questão da administração e controle do tempo do indivíduo submetido ao trabalho no contexto do princípio de realidade identificado pelos característicos de Mais-

⁹⁸ MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 6. ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975, p. 59.

⁹⁹ Trabalho é aqui entendido como categoria do princípio de realidade distinto do desempenho e da Mais Repressão.

Repressão e do Princípio de Desempenho, Marcuse observa também que a partir do dia de trabalho, a alienação e a arregimentação se alastram para o tempo livre, implicando no controle básico do tempo de ócio do ser que labora, de tal modo que o controle não precisa ser imposto de fora do âmbito laboral por nenhuma das agências da sociedade, mas realizado pela própria duração do tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado.

Por este ângulo, o cotidiano do trabalho cansativo importa em autocontrole das próprias horas de tempo livre, uma vez que a dinâmica da produtividade social requer que o tempo de lazer seja empregado em atividades de relaxamento passivo e de recuperação de energias para uma próxima repetição das atividades laborais, do que deriva, consoante as análises marcusianas, a indústria de entretenimentos mantida diretamente pelo Estado e que controla imediatamente o tempo de lazer do indivíduo alienado.

Não se pode deixar o indivíduo sozinho, entregue a si próprio. Pois se tal acontecesse, com o apoio de uma inteligência livre e consciente das potencialidades de libertação da realidade da repressão, a energia libidinal do indivíduo, gerada pelo id [inconsciente], lançar-se-ia contra as suas cada vez mais extrínsecas limitações e esforçar-se-ia por abranger uma cada vez mais vasta área de relações existenciais, assim arrasando o ego da realidade e seus desempenhos repressivos.¹⁰⁰

Na sequência do pensamento marcusiano, compreende-se que a organização social das características básicas do princípio de desempenho é refletida na organização da sexualidade humana através de processos de unificação e centralização dos objetos da energia vital de prazer, fazendo concentrar parte da carga energética produzida em somente uma parte do corpo humano, a saber, a região genital – a fim de servir à função procriadora – deixando todo o restante da porção de energia vital livre para ser usado como instrumento de trabalho, ocasionando o que Marcuse chama de dessexualização socialmente necessária do corpo.

Em outras palavras, a sexualidade que é polimórfica, isto é, que possui múltiplas formas de manifestação e funções, passa a ser empregada em uma ordem repressiva como um meio para um fim útil, pois que, do contrário, qualquer tentativa de equacionar os impasses entre o normal, o socialmente útil e o bom estabeleceria relações libidinais que a sociedade reprimida deve lançar ao ostracismo, sob pena de inverter o processo de civilização que fez do organismo humano – tanto individual quanto social – um instrumento de trabalho.

Desse modo, apoiado pelas categorias psicológicas extraídas da análise da metapsicologia de Freud, Herbert Marcuse ultrapassa o véu ideológico e dissolve a noção de indivíduo autônomo ao explicitar que a consciência humana, sendo a mais querida agência moral do indivíduo civilizado, surge impregnada de repressão interna e externa e, por isso, de

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 60.

energia de destruição dirigida contra as manifestações integrais e naturais da personalidade humana que ocorram em si ou no outro.

Melhor dizendo, a autoconsciência, a razão e a moral humana não são categorias naturais congênitas, mas são produtos construídos, desde a infância, a partir das demonstrações da repressão geral da humanidade, as quais são resultados finais de prolongados processos históricos cristalizados na rede de entidades humanas e institucionais que compõem a sociedade, definindo as personalidades individuais e suas relações coletivas.

Isso implica dizer que, as agências sociais que reproduzem a ideologia da dominação e a autorrepressão nos indivíduos desde a infância são, consoante Marcuse, a família, a escola, a oficina e o escritório, o Estado, a Lei, a filosofia e a moral predominantes, as quais tornam o indivíduo um membro amadurecido e comedido da sua sociedade.

É a essa altura das reflexões que o filósofo de Frankfurt faz perceber que a instituição da propriedade privada transmissível por herança e a universalização do trabalho dão ao indivíduo desde o seu nascimento uma justificada expectativa do seu próprio prazer sancionado e fracionado, de acordo com o seu desempenho socialmente útil, dentro de uma estrutura de leis e instituições objetivas.

No contexto dessa estrutura social, torna-se, então, desnecessária qualquer intervenção de monopólio despótico de controle dos indivíduos. Para tanto, é suficiente a administração de uma comedita autoridade educacional e econômica direcionada à satisfação ordeira das necessidades humanas de cada um, ainda que o preço do progresso equivalente a esse modelo de civilização seja pago com a perda da felicidade integral¹⁰¹ dos sujeitos ante ciclos de trabalho forçado e miséria, tendo por contrapartida os elevados níveis de riqueza crescente, acumulada e não distribuída, apropriada por mínima parcela da população planetária.

Diante dessa concepção filosófica acerca das características da civilização atual e também apoiado nos estudos da metapsicologia freudiana que refuta a existência de qualquer instinto de execução ou instinto de proficiência naturais que impulsionem a espécie humana a laborar satisfatoriamente mesmo em meio a condições hostis de existência, então, Marcuse conclui que o trabalho, conforme a civilização atual, realiza-se, normalmente, sem qualquer satisfação em si mesmo, afigurando-se desagradável e penoso, mesmo que o trabalho seja o meio para o agenciamento e ampliação das necessidades da vida coletiva e individual.

¹⁰¹ Marcuse identifica a perda da felicidade a partir do cenário comum da civilização contemporânea: grandes doenças e descontentamentos cada vez mais generalizado dos indivíduos, ciclo ampliado de guerras, perseguições ubíquas, antissemitismo, genocídio, intolerância e a imposição de “ilusões”, dentre as quais está a imposição de trabalho forçado como a única possibilidade de existência humana.

Em outras palavras, no contexto das sociedades capitalistas, o par de categorias trabalho-infelicidade representa uma dupla de características de causa e efeito. Isto é, o trabalho realizado na conjuntura das sociedades contemporâneas dirigidas pelo princípio de desempenho como espécie do princípio de realidade implica necessariamente a infelicidade do indivíduo que trabalha.

O trabalho básico alienado, na civilização, é classificado por Marcuse como não-libidinal, ou ainda, labuta e esforço, por ser desagradável e, por isso, tem que ser imposto. Assim, se não existe um instinto de trabalho original e natural, a análise marcusiana faz perceber que, então, a energia requerida para o trabalho desagradável deve ser retirada dos instintos primários direcionados ao prazer e à felicidade.

Logo, nos moldes da filosofia do crítico social, a civilização é, acima de tudo, a retirada de libido, obtendo grande parte da energia mental de que necessita para o trabalho por subtração dessa carga energética à sexualidade, de tal modo que os instintos são reformulados e passam a ser formatados à categoria de instintos sociais, assim entendidos como os instintos que regulam as relações afetivas entre os indivíduos em um dado modelo de sociedade.

Ademais, Marcuse relaciona, por aproximação, esses instintos sociais ao conceito de sublimação. O filósofo anota que os instintos dessa categoria não anulam a obtenção de satisfação pelo sujeito, mas direcionam os indivíduos a aproximações de satisfação, fazendo, desse modo, a principal esfera da civilização industrial – a econômica e produtiva na qual se insere a organização social do trabalho – aparecer como uma esfera de sublimação envolvendo dessexualização.

Contudo, vale ainda registrar que Marcuse também identifica que nem todo trabalho envolve a dessexualização, isto é, nem todo trabalho é desagradável, nem representa renúncia, significando dizer, portanto, que a teoria dos instintos não está sob orientação exclusiva pelo princípio de desempenho e da mais-repressão, razão pela qual os contornos de uma civilização não-repressiva podem ser considerados e examinados quanto à sua substância.

Outrossim, é igualmente válido mencionar que, não obstante toda a filosofia marcusiana acerca da alienação humana na sociedade do trabalho esteja pautada pelos estudos psicanalíticos freudianos, Marcuse não deixa de expor a negligência de algumas áreas da teoria psicanalítica acerca dos recursos de trabalho e suas fontes psíquicas. Setores como as escolas neofreudianas fazem a Psicanálise, segundo as constatações de Marcuse, sucumbir à ideologia do desempenho e produtividade ditosos, impregnando todo o conteúdo filosófico daquilo que o frankfurtiano chama de moralidade do trabalho, deixando de focalizar o exame no trabalho criador de possibilidades para a emancipação humana.

Dessas considerações, Marcuse reitera a existência de um modo de trabalho que oferece um elevado grau de satisfação libidinal, cuja execução é agradável, identificando este modo de trabalhar no trabalho artístico, considerado sempre genuíno e oriundo de uma constelação instintiva não-repressiva, visando finalidades não-repressivas, a ponto de requerer considerável modificação da aplicação do conceito de sublimação a esse gênero de trabalho.

Ademais, considerando que a maior parte das relações de trabalho sobre as quais a civilização capitalista repousa seja de um gênero diametralmente diferente em relação ao gênero de trabalho de satisfação libidinal, de execução agradável, as análises marcusianas também seguem uma linha de pensamento a rechaçar a ideia de ganhar a vida¹⁰² mediante a execução repetitiva do trabalho cotidiano, supostamente escolhido por livre opção, do qual decorre a satisfação particular dos sujeitos.

Contudo, Marcuse denuncia que, se “livre opção” significa mais do que uma seleção limitada entre necessidades preestabelecidas, e se as inclinações e impulsos usados no trabalho são diferentes dos prefigurados por um princípio repressivo de realidade, então a satisfação no trabalho cotidiano constitui apenas um raro privilégio, sobretudo porque o trabalho que criou e ampliou a base material da civilização foi principalmente labuta, trabalho alienado, penoso e desagradável – e ainda o é.

Ora, conforme percebe Marcuse, o desempenho do trabalho relacionado à labuta dificilmente gratifica as necessidades e inclinações individuais, haja vista que o trabalho alienado é imposto ao homem por necessidade e por força. Desse modo, o desenvolvimento de técnicas e da racionalidade tecnológica absorve em grande parte os instintos humanos que já se apresentam modificados, de tal maneira que são essas técnicas que proveem as próprias bases do progresso, possibilitando que a racionalidade tecnológica estabeleça o padrão mental e comportamental para o desempenho produtivo, e que o poder do homem sobre a natureza torne-se praticamente idêntico ao poder do homem sobre o homem na civilização.

Isso faz Marcuse considerar que a diferença entre a repressão e a mais-repressão fornece os critérios para medir o grau de repressão instintiva num determinado estágio da civilização. Assim, na estrutura total da personalidade reprimida, a mais-repressão é o que constitui o resultado de condições sociais específicas, mantida no interesse específico da dominação, ao passo que a necessidade de repressão e, por conseguinte, a necessidade do sofrimento dela derivado, varia com a maturidade da civilização e com a extensão do domínio racional obtido sobre a natureza e a sociedade.

¹⁰² Aqui, a expressão “ganhar a vida” alude à satisfação das necessidades mais básicas do indivíduo humano: alimentação, vestuário, moradia, lazer, saúde e educação.

Em outras palavras, têm-se que a mesma arregimentação instintiva de uma era primitiva – ou até em amplitude mais reduzida – constituiria um grau mais elevado de repressão no contexto de um estágio maduro da civilização, quando a necessidade de renúncia e labuta é grandemente reduzida pelo progresso material e intelectual e quando, portanto, a civilização pode, efetivamente, consentir uma considerável descarga de energia instintiva, consumida na dominação e na labuta. Assim, as análises marcusianas indicam senão que a amplitude e a intensidade da repressão instintiva nos sujeitos sociais somente obtêm sua plena significação em relação aos limites historicamente possíveis da liberdade.

Decorre daí que, atualmente, sob o domínio do princípio de desempenho plenamente desenvolvido, a subordinação apresenta-se como que efetivada através da divisão social do próprio trabalho, muito embora a força física e pessoal continue sendo uma instrumentalidade indispensável para a realização de tarefas.

A repressiva divisão social do trabalho faz a sociedade emergir como um sistema duradouro e em expansão de desempenhos úteis, ao passo que a hierarquia de funções e relações adquire a forma de razão objetiva, identificando a lei e a ordem com a própria vida da sociedade e, sob esse esquema, os instintos do indivíduo preparado pela paterfamília são controlados através da utilização social da sua capacidade de trabalho.

Essa repressividade do modelo de divisão social do trabalho revela-se para Marcuse no tocante ao tempo e à correspondente energia exigidos pelo labor que não se limita às oito ou doze horas das atividades produtivas, exigindo também do indivíduo um comportamento em conformidade com os padrões e a moral do princípio de desempenho durante as horas restantes de inatividade, nas quais o sujeito não está no exercício das funções de seu emprego. Contudo, para as considerações marcusianas o desenvolvimento de um tal sistema hierárquico de trabalho social não apenas racionaliza a dominação, mas contém também os elementos que podem constituir a rebelião contra a dominação.

O filósofo da Teoria Crítica nota não somente que a incorporação econômica e política dos indivíduos nesse sistema hierárquico do trabalho é acompanhada de um processo instintivo em que os objetos humanos de dominação reproduzem sua própria opressão mas que, dentro dessa estrutura, retendo os indivíduos como instrumentos de trabalho e forçando-os à renúncia e à labuta, a dominação já não está apenas, ou primordialmente, defendendo privilégios específicos, mas também sustentando a sociedade como um todo numa escala contínua de expansão, dominação e subordinação.

Por outro lado, quanto à possibilidade de emancipação do sistema repressivo, Marcuse não deixa de considerar em suas reflexões que a dominação ressurgiu muito mais poderosa ao

se mostrar como uma administração que tem como objetivo a preservação da vida da própria sociedade e das leis que salvaguardam essa administração.

Por esse viés, não parece, então, haver inicialmente um horizonte de libertação possível em face de tal modelo administrativo e de suas leis exaltados à imagem de garantidores supremos da liberdade. Pelas mesmas razões, o surgimento da mais remota ideia de revolta contrária ao sistema e de insurgência à dominação seja propagandeada, na sociedade atual, como um crime absoluto contra a comunidade humana e contra uma ordem sábia de coisas que assegura os bens e serviços para satisfação ininterrupta das necessidades dos indivíduos.

Entretanto, Herbert Marcuse não deixa de reforçar que o próprio progresso da civilização seja o vetor que tenderá a tornar espúria a racionalidade da dominação e da distribuição hierárquica da escassez porque, em seu entendimento, as liberdades e gratificações existentes sob o princípio de desempenho estão necessariamente vinculadas aos requisitos de dominação e, por si só, se convertem em instrumentos da repressão, de tal modo que, à parcela dominada da sociedade, não serão concedidos acréscimos de liberdade e gratificação que o crescente desenvolvimento tecnológico seja capaz de possibilitar.

Marcuse considera que a desculpa da escassez, colocada como justificativa para a repressão institucionalizada desde o seu início da civilização moderna, enfraquece à medida que o conhecimento e controle do homem sobre a natureza promovem, em sentido contrário, os meios de satisfação das necessidades humanas com um mínimo de esforço.

Dito de outra forma, para Marcuse, o empobrecimento ainda dominante em vastas regiões do mundo deixa de ser devido, principalmente, à pobreza dos recursos humanos e naturais, restando flagrantemente descoberto que a necessidade de trabalhar sob alienação e subordinação decorre, sobretudo, da maneira como os bens e as riquezas são distribuídos e utilizados por uma mínima parcela de homens ao redor do planeta.

Compreendendo o pensamento marcusiano, é possível notar que a viabilidade de emancipação do atual sistema repressivo parte da ideia de tornar irracional uma teoria de civilização que faz derivar a necessidade de repressão a partir de uma desproporção falsamente natural e perpétua entre os desejos humanos e o meio em que eles devem ser satisfeitos. Ou seja, colocar as flagrantes desigualdades sociais como naturais, e não como resultados de certas instituições políticas e sociais fará fenecer o motivo lógico estabelecido como suporte para a repressão, a dominação e a mais-repressão.

Ao contrário, a existência e a disponibilidade de recursos materiais facilitam a transformação qualitativa das necessidades humanas e, portanto, a racionalização e a

mecanização do trabalho tendem a reduzir a quantidade de energia instintiva canalizada para a labuta – isto é, para o trabalho alienado¹⁰³ – libertando, então, energia suficiente para a consecução de objetivos fixados pelo livre jogo das faculdades individuais.

As colocações de Marcuse são postas no sentido de que a tecnologia atua inevitavelmente contra a utilização repressiva da energia humana, na medida em que reduz ao mínimo o tempo necessário para a produção das necessidades da vida, poupando portanto tempo para o desenvolvimento de outras demandas – individuais e coletivas – situadas além do domínio da necessidade e do supérfluo necessário, que, desse modo, se encarregariam de promover a emancipação do espírito humano.

De maneira oposta, as colocações marcusianas também apontam que, caso a sociedade não possa utilizar a sua crescente produtividade para reduzir a repressão subvertendo a hierarquia do *status quo*, então a produtividade haverá de ser voltada contra todos os seres viventes sem exceção, tornando-se um instrumento de controle universal.

Com isso, concebe-se que a defesa do *status quo* consiste, acima de tudo, no fortalecimento dos controles sobre a consciência e não tanto no controle sobre os instintos, haja vista que, caso seja permitido que a consciência fique livre, a massa de trabalhadores controlados poderá reconhecer o trabalho de repressão e alienação mesmo nas maiores e melhores satisfações de suas necessidades.

Marcuse propõe, então, que a manipulação da consciência que tem ocorrido em toda a órbita da civilização industrial deve ser descrita como a coordenação entre as existências privada e pública dos integrantes da sociedade, coordenando-se reações espontâneas e solicitadas, tanto por meio da promoção de atividades ociosas que não exigem empenho mental quanto pelo triunfo das ideologias anti-intelectuais, garantindo-se que, nos centros de civilização industrial, o homem seja mantido em estado de empobrecimento cultural e físico.

Entretanto, em suas análises, o frankfurtiano não deixa de considerar que, se no mundo de alienação, a libertação da consciência atuaria, necessariamente, como uma força destruidora e fatal da realidade repressiva, agindo como a total negação do princípio que governa esse modelo social, por outro lado, as mudanças dos avanços e inovações da técnica tendem para um estado de coisas no qual o mundo completamente alienado, empregando todo o seu poder, passaria a preparar o material para um novo princípio de realidade.

¹⁰³ Em um cenário de superação do princípio de desempenho, Marcuse identifica o trabalho alienado como o trabalho socialmente útil, assim entendido como a menor quantidade de trabalho, suficiente apenas para a produção de bens à satisfação das necessidades vitais da coletividade.

Marcuse identifica ainda que a configuração que contribui para efetivar o entorpecimento da consciência humana é senão o próprio sistema de administração que, ao se apresentar objetivo, captura a dominação – isto é, a dominação assume a forma de administração – contribuindo para que as imagens que orientam o desenvolvimento dos sujeitos tornem-se despersonalizadas e que, desse modo, a concentração do poder econômico pareça converter-se em anonimato, provocando em todos a sensação de impotência ante os movimentos e leis da própria engrenagem.

Por outro lado, Marcuse também coloca que a mecanização e a padronização não são regressivas da consciência por si sós. O que regride a consciência acerca do funcionamento da totalidade de uma sistema é a contenção e o controle da mecanização e padronização. De igual maneira, a coordenação universal de atividades e funções somente embota a consciência dos trabalhadores quando é encoberta sob falsas liberdades, opções e individualidades.

A rigor, a captura da percepção dos sujeitos se verifica quando a expectativa da vida materialmente melhor é contrabalanceada pelo controle total, ou seja, os indivíduos vendem o seu trabalho e também seu tempo livre em troca de artigos que enriquecem suas vidas.

As pessoas ressudem em concentrações habitacionais – e possuem automóveis particulares, com os quais já não podem escapar para um mundo diferente. Têm gigantescas geladeiras repletas de alimentos congelados. Têm dúzias de jornais e revistas que esposam os mesmos ideais. Dispõem de inúmeras opções e inúmeros inventos que são todos da mesma espécie, que as mantêm ocupadas e distraem sua atenção do verdadeiro problema – que é a consciência de que poderiam trabalhar menos e determinar suas próprias necessidades e satisfações.” (p. 99)

Em suma, a produção e o consumo que reproduzem e justificam a dominação revelam para Herbert Marcuse o caráter ideológico da mais-repressão hodierna, que possui na coesão social e no poder administrativo fortes os elementos necessários para proteger todo o conjunto de indivíduos contemplados pelas benesses reais de um sistema que, ao mesmo tempo, encoraja a alienação do trabalho e a agressividade voltada contra aqueles que não pertencem a esse todo, cuja existência é a negação do próprio sistema, dentre os quais estão os excluídos, os marginalizados, os pobres e os que esposam ideologias contrárias à dominação.

Assim, consoante as análises marcusianas, a alienação do trabalho se verifica quando a mecânica da linha de montagem, a rotina do escritório ou o ritual da compra e venda são afastados de qualquer relação com as potencialidades humanas. Dito de outra forma, o auge da dominação e da alienação do trabalho ocorre quando o indivíduo e a humanidade não consideram o que poderiam fazer ou o que poderiam ser se não estivessem inseridos na mecânica da linha de montagem das fábricas ou na rotina do escritório ou, ainda, como fariam aquisição de bens e serviços sem o ritual da compra e venda.

No rastro desses raciocínios, Marcuse analisa que grande parte das relações de trabalho convertem-se em relações entre pessoas como objetos permutáveis da administração científica e dos especialistas em eficiência. Analisa também que o processo de obliterar no indivíduo a noção consciente da repressão dominante pela restrição manipulada de sua consciência altera o próprio conteúdo de felicidade. Para o filósofo, a felicidade não está no mero sentimento de satisfação das necessidades como sugere o sistema de dominação, mas está na realidade concreta de efetiva liberdade e efetiva satisfação.

Em suma, a teoria da alienação proposta por Marcuse demonstra senão o fato de que o indivíduo não se realiza em seu trabalho, considerando que a sua vida se torna um instrumento para o trabalho que desempenha ao mesmo tempo que o seu trabalho e os respectivos produtos dele assumem uma forma e um poder independentes do próprio indivíduo como sujeito, embora as energias humanas que sustentam o princípio de desempenho tornem-se cada vez mais dispensáveis em vista do avanço tecnológico presente.

Vale consignar, a teoria marcusiana registra ainda que a emancipação do mencionado estado de instrumentalização do indivíduo pelo trabalho não requer inicialmente que se impeça a alienação. Para Marcuse, em um primeiro momento rumo à emancipação humana e do trabalho, basta impedir que a alienação se aperfeiçoe.

Isso significa dizer que a teoria da emancipação não propõe a reativação da personalidade humana reprimida e produtiva com a respectiva abolição do modelo de trabalho alienado, mas estabelece que, de pronto, sejam eliminadas as potencialidades humanas do mundo do trabalho alienado, ou melhor, que os indivíduos possam estimular e desenvolver seus talentos, aptidões e desejos fora da esfera da labuta alienante.

De acordo com o filósofo frankfurtiano, o ato de, em primeiro lugar, apartar as potencialidades do ser humano da dinâmica alienante do trabalho – sem ainda aniquilar esse modelo de trabalho – cria as precondições para a eliminação do próprio trabalho alienado em estágio civilizatório seguinte do progresso tecnológico e material da sociedade.

Esse raciocínio se apoia no fato de a dominação e o aumento do poder e da produtividade prosseguirem, através da destruição, para além da necessidade racional de bens e serviços indispensáveis à manutenção da sociedade. Logo, segundo Marcuse, a produção de bens, a oferta de serviços, a busca por conforto nas civilizações humanas e o conhecimento técnico continuamente incrementado, quando limitados às necessidades reais da sociedade, apenas procuram substituir as insuficiências da civilização, caracterizando-se, por si só, como um movimento contra o predomínio da labuta sobre o prazer, isto é, contra o predomínio do desempenho sobre a gratificação.

Ademais disso, estribadas nas teorias de Freud, as análises marcusianas encontram igualmente uma tendência recôndita no organismo físico e biológico que não somente pejeja contra o princípio de desempenho que tem governado a realidade da civilização contemporânea, bem como persiste em manter o indivíduo afastado da alienação.

Para Marcuse, a ocorrência de manifestações individuais ou coletivas nesse sentido visam o combate à ideia de desempenho estabelecida pelo princípio de realidade presente, que determina aos sujeitos normas de conduta de não-ser, mas não somente isso. A teoria marcusiana-freudiana aponta que a concretização de ações contrárias à ordem vigente revela, sobretudo, a possibilidade de um outro modo de ser e existir, denunciando, assim, o caráter histórico do princípio de realidade, os limites de sua validade e necessidade.

A escola de Herbert Marcuse compreende que a razão moderna – de característica ordenadora, classificadora e dominadora – tem por finalidade garantir, através de uma transformação e exploração cada vez mais efetivas da natureza, a realização das potencialidades humanas. No entanto, a crítica recai sobre o processo de dominação da natureza, uma vez que a finalidade de elevar o espírito humano parece recuar diante dos meios adotados pela ocidentalidade, dentre os quais está o trabalho alienado.

A concepção frankfurtiana assinala que o tempo dedicado ao trabalho alienado não somente absorve o tempo que seria canalizado para as necessidades individuais do trabalhador, bem como define – artificialmente – as próprias necessidades dos seres que integram a “classe-que-vive-do-trabalho”¹⁰⁴.

Desse modo, o Logos – o modelo de razão da modernidade – é destacado pela teoria crítica como a lógica da dominação, que tanto converte o pensamento dos sujeitos em técnicas de cálculo e manipulação, quanto converte, em última instância, a atitude humana naturalmente agressiva em relação ao mundo-objeto de dominação da natureza para a dominação do homem pelo homem, resultando as relações de senhor e servo, de dominação e servidão, empregado e empregador, patrão e funcionário.

No entanto, Marcuse também observa que o conjunto da filosofia ocidental – considerando a produção que vai de Aristóteles a Hegel –, ao passo que resume a estrutura da razão como a citada estrutura de dominação na relação antagônica entre sujeito e objeto, também retém a imagem da reconciliação e a superação da estrutura de dominação, mesmo notando que os filósofos do Ocidente admitam tal estado de superação da dominação somente

¹⁰⁴ A expressão “classe-que-vive-do-trabalho” foi formulada pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes no livro “Adeus ao trabalho?”. O termo, apesar de não guardar qualquer relação direta com os estudiosos da Escola de Frankfurt, ao ser utilizado nesta seção de dissertação, não modifica nem deturpa o conjunto das ideias do filósofo Herbert Marcuse, escolhido como referencial teórico para a presente pesquisa.

no estado do pensamento puro, deslocando e confinando a situação de efetiva libertação humana para o campo da ideia e do ideal.

Assim, por criticar e rejeitar as limitações da filosofia ocidental, Marcuse busca elementos de reflexão na filosofia de Nietzsche, da qual anota, em primeiro lugar, que a lógica repressiva da dominação encontra apoio na teologia e moralidade ocidental. Em seguida, Marcuse identifica em Nietzsche a análise de um outro princípio de realidade fundamentalmente antagônico ao princípio de desempenho regente da civilização ocidental que estabelece a luta contra o tempo como meta para a conquista da transcendência teológica.

É importante consignar que a luta contra o tempo, adotada pela teoria marcusiana como elemento importante à elaboração de uma nova organização societal, não significa propriamente a anulação do tempo, mas consiste em eliminar da conduta humana toda forma de expectativa do futuro – a exemplo de metas, projetos e conquistas –, eliminando assim o devir, entendido como o processo que molda o comportamento dos indivíduos em vista de uma expectativa futura de recompensa.

Ao contrário, a luta contra o tempo, assinalada por Marcuse a partir de Nietzsche, consiste senão na conduta de passar uma vida focada no presente e no ser, em contraposição à conduta do vir a ser, preconizada pela moralidade e pela teologia ocidentais, de tal modo que as benesses da eternidade são reivindicadas para o presente e para a Terra justa.

Vale também consignar que, consoante as análises marcusianas, a luta contra o tempo considera, inclusive, o sofrimento como meio para uma maior gratificação atual, uma vez que, em um contexto no qual o poder humano de realizar suas vocações seja efetivo – as situações de sofrimento fazem ressaltar a imprescindibilidade da alegria e do prazer e, assim, a dor, como estímulo para afirmações, torna-se um elo na cadeia de prazer.

Nota-se que Marcuse encontra, não somente na teoria psicológica freudiana mas no pensamento filosófico nietzschiano também, os elementos necessários que contêm a afirmação da imagem de um novo princípio de realidade, a representar a quebra do contexto repressivo e preconizar a emancipação daquilo que Freud chama de herança arcaica, isto é, emancipação dos fatores que são psicologicamente inatos aos seres humanos.

Essa forma de organização das ideias lança luzes sobre pontos nodais no desenvolvimento da filosofia ocidental, fazendo revelar as limitações teóricas do sistema da razão moderna, que, portanto, deve ser ultrapassado. Em outras palavras, a ontologia tradicional é contestada por Marcuse através da ideia da emancipação humana pelo trabalho, contrariando e rejeitando a concepção do ser em termos de razão e lógica, mas erguendo ao

mesmo tempo outra concepção em termos alógicos – o ser em função da vontade e do prazer – propondo uma contratendência que formula sua própria lógica: a lógica da gratificação.

Sob essa lógica, portanto, “ser” significa, essencialmente, lutar pelo prazer. E essa essência do ser – lutar pelo prazer – é nomeada por Freud como “Eros”¹⁰⁵ que se converte no anseio instintivo da existência humana, significando dizer que o impulso erótico constitui senão a fonte instintiva de toda a civilização.

Assim, o impulso para preservar e enriquecer a vida mediante o domínio da natureza, de acordo com as crescentes necessidades vitais – individuais e coletivas – é originalmente um impulso erótico, promovido por uma categoria de instintos, chamados por Freud de instintos de vida, que buscam prazer, não segurança, de modo que as necessidades vitais experimentadas na existência humana funcionam como barreira contra a satisfação desses instintos, fazendo despertar o sujeito à luta pela existência, que se traduz na luta pelo prazer.

Sob essa perspectiva, a cultura deixa de ser concebida como instrumento de sublimação repressiva, e passa a ser instrumento e expressão do livre autodesenvolvimento de Eros¹⁰⁶. Portanto, se o processo histórico for dirigido para tornar obsoletas as instituições¹⁰⁷ do princípio de desempenho, então, por via de consequência, também a organização mais-repressora dos instintos tornar-se-á obsoleta, libertando os impulsos orgânicos das restrições e desvios requeridos pelo princípio de realidade compatível com o sistema capitalista.

Esse movimento, revelando que existe substância histórica na ideia de uma civilização não-repressiva, implica a possibilidade real de eliminação gradual da alienação humana pelo trabalho, ainda que o princípio de desempenho aparente estar ossificado nas estruturas das sociedades ocidentais, pois que, como expressão da realidade em que vigora, somente aparenta ser imutável e irreversível em razão de algumas condições históricas criadas pelo próprio princípio.

Isso significa que cada modelo de organização dos instintos cria uma divisão do trabalho específica, uma categoria de progresso própria e uma estrutura de lei e ordem compatível com a espécie de organização a ser estabelecida sobre as energias vitais dos sujeitos. Desse modo, se a divisão social do trabalho, a lei e a ordem e o progresso não são prejudiciais por si só, importa, então, encontrar os elementos materiais que viabilizam a implantação de um modelo social com vistas à emancipação humana total, ainda que gradual.

¹⁰⁵ Desse modo, onde se lê na literatura da metapsicologia freudiana a expressão “impulso erótico”, deve ser entendido o impulso instintivo do ser humano para a luta pelo prazer e gratificação.

¹⁰⁶ Leia-se: livre autodesenvolvimento da essência do ser, da luta pelo prazer.

¹⁰⁷ Conforme anotado nas páginas anteriores, as agências sociais que reproduzem a ideologia da dominação e a autorrepressão nos indivíduos desde a infância são: família, escola, oficina e escritório, Estado, Lei, filosofia e moral predominante.

No caso do presente estágio, a conquista das carências está facultada senão pelo desenvolvimento técnico, tecnológico e científico, que paulatinamente torna irracional o comportamento social de lutar pela sobrevivência, isto é, fará apartar o modelo de trabalho desempenhado unicamente para subsistência, mesmo que, no conjunto, as condições históricas e externas ainda sejam as mesmas, na medida em que a luta pela existência continua se desenrolar dentro do falso quadro de escassez e dominação.

Em conformidade com as análises de Marcuse, certo é que a natureza dos instintos é historicamente adquirida e está sujeita a mudanças. Logo, se se modificam as condições fundamentais que formam a causa de os instintos adquirirem os seus traços distintivos, então, tais características também terão mudado.

Herbert Marcuse considera que a hipótese de uma civilização não-repressiva deve ser, primeiro, teoricamente validada, demonstrando-se a possibilidade de um desenvolvimento não-repressivo da libido nas condições de uma civilização amadurecida para, em seguida, direcionar o desenvolvimento teórico por meio de um modo de pensamento que se conserve essencialmente livre do princípio de realidade e transmita essa liberdade ao mundo de consciência avançada.

Nesse sentido, o ato de elaboração da fantasia é indicado como um modo de atividade do pensamento livre do critério de realidade mais-repressivo e subordinado exclusivamente ao princípio de prazer. Ou seja, a fantasia – por meio da imaginação – é um processo mental que sustenta a reivindicação do indivíduo total, o ser integral, indivíduo que, não estando subordinado pelo que Marcuse chama de princípio da individualização, não vive em conflito com o seu gênero, assim entendido o coletivo, as gerações, ou o grupo comunitário.

Não é sem razão, portanto, que, segundo analisa o frankfurtiano, a fantasia seja abandonada pela organização social do princípio da desempenho, que faz prevalecer a razão da dominação, classificando-a por desagradável, mas útil e correta, ao passo que relega a fantasia – rotulada como agradável, mas inútil, inverídica – mero jogo e divagação.

Enquanto a imaginação visiona a reconciliação do indivíduo com o todo – o coletivo – e a harmonia do desejo com a realização, da felicidade com a razão, o princípio de realidade do sistema de dominação vigente remove essas conjugações para o campo da utopia, a despeito de a fantasia manifestar que deve e pode tornar-se real, uma vez que o conhecimento está presente, subentendido, nas formas mentais da ilusão.

Em suma, de toda a análise filosófica elaborada por Herbert Marcuse sobre a alienação do trabalho humano e sua respectiva emancipação, importa, em última instância, para os fins a que se destina esta pesquisa acadêmica, identificar no pensamento marcusiano quais sejam as

características do trabalho alienado e os elementos essenciais que constituem o cenário para a correspondente emancipação dos sujeitos através do trabalho.

Portanto, em conclusão, as características da alienação do trabalho e do estranhamento do trabalhador podem ser assim resumidas: (a) o trabalho apenas como um item para uma engrenagem produtiva maior; (b) o conjunto de trabalhadores não detém o controle a engrenagem produtiva; (c) o trabalho funciona como um poder independente do trabalhador; (d) os indivíduos se submetem ao trabalho que não controla para sobreviver; (e) trabalho tanto mais estranho à essência humana quanto mais especializada se torna a divisão do trabalho; (f) os indivíduos não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades enquanto trabalham em alienação, mas desempenham somente funções preestabelecidas; (g) no trabalho alienado há o afastamento do prazer em relação ao ato de trabalhar; (h) o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo; (i) alienação do tempo livre do trabalhador, por meio do autocontrole das horas de tempo livre e de ócio pelo indivíduo que labora, empregando seu tempo de lazer em atividades de relaxamento passivo e de recuperação de energias para a próxima repetição das atividades laborais; (j) dessexualização do corpo do trabalhador, concentrando a utilização da energia vital pelos indivíduos apenas para a função procriadora e canalizando todo o restante da porção de energia vital livre para ser usado como instrumento de trabalho.

A seu turno, os caracteres que constituem o cenário propício para emancipação do trabalho humano apontados por Marcuse podem ser enumerados nos seguintes tópicos: (a) racionalização e mecanização do trabalho reduzem a quantidade de energia instintiva canalizada para o trabalho alienado; (b) a parcela dominada da sociedade não tem acesso imediato aos acréscimos de liberdade e gratificação concedidos pelo desenvolvimento tecnológico crescente; (c) o conhecimento e controle do homem sobre a natureza pelo incremento da tecnologia e ciência enfraquecem o valor econômico da escassez de bens e recursos; (d) os signos do progresso tornam flagrante que a necessidade de trabalhar sob alienação e subordinação decorre da maneira como os bens e as riquezas são distribuídos e utilizados entre uma mínima parcela de indivíduos ao redor do planeta.

Assim, a emancipação no mundo de alienação, de acordo com a filosofia frankfurtiana crítica, requer: (a) libertação da consciência coletiva dos trabalhadores para a total negação dos princípios e valores que governam o modelo social vigente, providenciando que a massa de trabalhadores controlados possam reconhecer no exercício do trabalho a repressão e alienação mesmo nas maiores e melhores satisfações de suas necessidades; (b) redução da jornada diária e semanal de trabalho para a menor quantidade de tempo trabalho, suficiente

apenas para a produção de bens à satisfação das necessidades vitais da coletividade, mediante o aproveitamento das mudanças promovidas pelos avanços e inovações da técnica, da ciência e da tecnologia; (c) eliminar da conduta humana toda forma de expectativa do futuro (metas, projetos, prazos e conquistas); (d) eliminar todos processos que moldam o comportamento dos indivíduos para uma expectativa futura de recompensa; (e) estimular condutas de passar uma vida focada no presente e no ser; (f) promover a consciência e compreensão de que o sofrimento é meio para uma maior gratificação atual e não somente futura; (d) promover no cotidiano local algumas práticas coletivas de produção e fabricação, de rotinas de escritório e de aquisição de bens e serviços sem o ritual da compra e venda, isto é, sem a presença do dinheiro e sem a lógica do mercado e da mercadoria, criando no presente as precondições para a eliminação integral do trabalho alienado em estágio civilizatório seguinte do progresso tecnológico e material da sociedade, compreendendo que no primeiro momento rumo à emancipação humana e do trabalho não se exige a imediata abolição do modelo de trabalho alienado, bastando impedir que o estranhamento se aperfeiçoe, o que ocorrerá pelas formas de limitação da produção de bens, oferta de serviços, busca por conforto e incremento do conhecimento técnico às necessidades reais da sociedade.

Por fim, notando que a análise marcusiana sobre alienação e emancipação do trabalho detalhada nesta seção da dissertação apresenta, em alguma medida, pontos de contato com as análises da teoria marxiana esmiuçadas no capítulo anterior, afigura-se válido para a completude desta investigação acadêmica encerrar este quarto capítulo transcrevendo brevemente os comentários formulados pelo filósofo da Escola de Frankfurt¹⁰⁸ acerca do exame elaborado sobre os mesmos temas pelo primeiro referencial teórico adotado na pesquisa em curso, Karl Marx, na obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844.

Para Marcuse, a fundamentação marxiana esboçada nos manuscritos em relação à alienação do trabalho humano apresenta uma base filosófica, porém de sentido e objetivo não puramente filosóficos, mas de característica prático-revolucionária voltada para orientação de comandos à derrubada da sociedade capitalista pelo proletariado em luta econômica e política.

Marcuse considera que a política e a economia, fundamentadas em uma interpretação filosófica bem determinada da essência humana e de sua concretização histórica – tal como o faz Karl Marx nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 – se transformam necessariamente em base político-econômica para uma teoria da revolução, entendendo por

¹⁰⁸ MARCUSE, Herbert. **Ideias Sobre Uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

revolução toda modificação acima e além da transformação econômica, que alcança a integralidade da história do homem e da determinação de sua essência.

Nesse sentido, a compreensão marcusiana aponta para um direcionamento de ideias que afirmam a Economia Política como uma ciência que não pode ser desconsiderada, uma vez que representa a expressão científica de uma problemática que apreende toda a essência humana. Pondera Marcuse que a Economia Política, tomada como objeto de análise, permite investigar a justificção ou ocultamento da alienação e desvalorização totais da realidade humana ocorridas no âmbito da sociedade capitalista, visto ser uma ciência cujo objeto é senão o ser humano como não-ser, compelido para uma existência totalmente determinada pela separação entre capital, trabalho e terra, pela organização e divisão inumanas do trabalho, pela concorrência, pela propriedade privada.

Aliás, Marcuse intitula a ciência Economia Política de Economia Política do Capital, por traduzir-se como a sanção científica da distorção do universo histórico-social humano em um universo do dinheiro e da mercadoria estranha e hostil aos sujeitos. Acerca dessas questões, as ponderações marcusianas também seguem as marxianas ao ressaltar que no mencionado universo do dinheiro e das mercadorias – único universo em que o mercado de trabalho se insere – a maioria da humanidade existe apenas como trabalhador abstrato, isto é, isolado da realidade da existência humana, apartado do objeto de seu trabalho, visto ser forçado a vender sua força de trabalho – representação de si mesmo – como mercadoria, sob pena de sucumbir, sem quaisquer meios ou expectativa de prover sua existência física.

A partir desta “alienação” do trabalhador e do trabalho, a realização de todas as “forças essenciais” do homem se transforma em total “desrealização”; o mundo objetivo não mais é “verdadeira propriedade humana”, apreendida em “atividade livre”, e campo da ação e afirmação livres de toda a natureza humana, e sim um mundo de coisas apropriadas, úteis e intercambiáveis em propriedade privada, a cujas leis aparentemente inalteráveis o próprio homem está submetido; em poucas palavras: um “domínio universal da matéria morta sobre os homens”. Este contexto, frequentemente referido sob os títulos “alienação”, “exteriorização”, “coisificação”, é reconhecidamente parte integrante da teoria marxista.¹⁰⁹

Algumas das características enumeradas nesta pesquisa em capítulo anterior que, organizadas pela filosofia marxiana, identificam a forma de trabalho e a forma de existência do trabalhador existentes na sociedade capitalista também foram constatadas e listadas por Marcuse, quais sejam: (a) a completa separação do ser humano em relação aos meios de produção e ao produto do trabalho transformado em mercadoria; (b) a oscilação do salário do trabalho em torno do mínimo físico de subsistência; (c) e a desconexão entre a realidade

¹⁰⁹ *Ibidem*, pp. 12-3.

humana do trabalhador e o trabalho – realizado a serviço do capitalista como trabalho forçado, do qual a relação de emprego e o trabalho subordinado são expressões.

Ademais Marcuse salienta ainda que, quando examinada mais detidamente a caracterização do trabalho exteriorizado pelas análises de Karl Marx, percebe-se que a alienação do trabalho não salienta apenas uma situação econômica, e sim uma alienação do próprio homem, significada pela desvalorização da vida humana mediante distorção e perda da realidade humana. Em outras palavras, Herbert Marcuse compreende que a alienação do trabalho, nos termos em que é colocada por Marx, evidencia uma situação concernente ao ser humano como humano, e não apenas como trabalhador ou sujeito econômico, sendo, assim, uma marca da história humana e de sua realidade.

Outro ponto relevante levantado pelo filósofo da teoria crítica é que a existência objetiva da indústria, conforme as colocações de Marx, pode ser comparada a um livro aberto das forças essenciais humanas, significando dizer que a produção industrial por si só não é considerada nem positiva nem negativa para a existência humana sem levar em conta os valores e as condições materiais em que se desenvolvem a dinâmica da atividade produtiva. Na base dessa concepção, somente quando um fato econômico puro aparece como a distorção da essência dos sujeitos, tal qual a perda da realidade humana, é que um outro fato econômico correspondente se torna capaz de servir como o fundamento – filosófico e prático – de uma revolução capaz de transformar a essência e o universo humanos.

É por esse ângulo que Marcuse constata que a análise de Marx circunscreve, então, o trabalho e a propriedade privada em uma mesma conceituação filosófica, procurando mostrar que o trabalho exteriorizado somente ocorre no contexto em que a propriedade privada exista e que, assim, ambos são conceitos relativos a um acontecimento decisivo na história humana e representam a verdadeira apropriação da realidade dos indivíduos. Desse modo, concordam os filósofos que a efetiva superação do trabalho alienado como revolução de toda a história da humanidade requer, necessariamente, a respectiva superação positiva da propriedade privada.

A Economia Política, já inicialmente nomeada por Marcuse como Economia Política do Capital, é, a esse altura, identificada pelo frankfurtiano como a economia burguesa, como o modelo de economia que não tem em mente a essência do homem e sua história, e que, portanto, não é uma ciência do homem mas uma ciência de não-homens, de um universo inumano de coisas e mercadorias, de ver que, na dinâmica das sociedades capitalistas, o trabalho produz não somente as mercadorias, ou seja, os bens livremente alienáveis no mercado, como também produz a si mesmo e aos trabalhadores como mercadorias que

igualmente aos referidos bens alienáveis, também ingressarão no mercado – o mercado de trabalho – para serem alienadas seguindo a lógica do lucro e da acumulação de capital.

Assim, Marcuse corrobora as deduções marxianas que compreendem que o trabalhador e sua força de trabalho se tornam mercadorias tanto mais baratas quanto mais mercadorias produzem. E reforça, à propósito, que essa ideia não trata apenas da perda pelo trabalhador do produto realizado seu próprio trabalho ao criar objetos alheios para pessoas estranhas a ele nem trata somente da progressiva divisão do trabalho e sua tecnização.

A infâmia do fato econômico de a força do trabalho equivaler a mercadoria consiste, segundo Marx e Marcuse, na circunstância de o trabalhador ser espiritual e fisicamente rebaixado a máquina, transformado de humano em uma atividade abstrata e em um estômago, pois que, no contexto capitalista, o trabalhador deve vender continuamente até mesmo a si e sua humanidade como meio de poder existir como sujeito físico, transformando, assim, o trabalho de uma manifestação autêntica de todo o indivíduo humano em exteriorização, ou seja, em vez de plena e livre realização dos sujeitos, o trabalho se transforma em total desrealização do ser que labora, o qual fica sujeito a desrealizar-se até o estado de inanição.

Em resumo, as análises dos pensadores escolhidos como referenciais teóricos para o embasamento das reflexões construídas nesta pesquisa são convergentes e atestam expressamente que o fato sobre o qual se funda o modelo econômico de cunho burguês e capitalista é o trabalho exteriorizado e que, via de consequência, a situação econômica do trabalho é referida à existência do homem que trabalha.

Para Marx e Marcuse, a exteriorização e a alienação do trabalho, além da esfera das relações econômicas, atingem também a essência e a realidade do próprio ser humano como sujeito, o que torna muito importante e significativo o debate sobre a perda do objeto do trabalho, que deve, portanto, compreender a objetivação do trabalho como o fato de o produto do trabalho ser o próprio trabalho fixado no objeto produzido, o trabalho se torna coisa.

Lecionam esses filósofos que, se é na relação de cada sujeito – na qualidade de trabalhador – com o objeto de seu trabalho que se funda o fato da alienação e coisificação, então a coisificação¹¹⁰ certamente caracteriza a situação geral da realidade humana no universo capitalista do dinheiro e das mercadorias. A alienação e a coisificação são a expressão clássica do atual sistema econômico. Enfim, é o conjunto de todas essas pontuações

¹¹⁰ Marcuse reforça, inclusive, que coisificação e objetivação não se confundem e, por isso, devem ser rigorosamente distinguidas. A coisificação é, conforme explica, uma forma determinada – alienada e falsa – da objetivação. Por sua vez, a exteriorização do trabalhador em seu produto tem dois significados: (1) tornar seu trabalho em objeto, de existência externa; (2) e que o trabalho, existindo fora e independente do trabalhador, se transforma em uma força autônoma em relação ao sujeito que trabalha, i. e., a vida que o trabalhador emprestou ao objeto se defronta com ele como algo estranho e hostil.

marcusianas e marxianas, complementares entre si, que será levado no capítulo seguinte para avaliar os possíveis acertos e desacertos do tratamento dispensado pelo programa da Vila Trabalho e Cuidado à categoria trabalho humano quando considerado no contexto do objetivo mais amplo proposto pelo movimento da Economia de Francisco, qual seja: a superação do modelo de economia capitalista vigente.

6 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHOS PROPOSTAS PELA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

Este sexto e último capítulo analítico passaria a investigar os detalhes do programa elaborado para a prática da Economia de Francisco e Clara. Mais especificamente, o objeto desta pesquisa seria o texto final, entregue ao comitê central da EoF, que descreveria o roteiro esquematizado pela Vila Trabalho e Cuidado contendo as novas formas de trabalho a serem levadas globalmente à prática em realidades locais a fim de contribuir para a construção do contexto material de uma organização social que levaria o mundo um novo modelo econômico distinto do modelo de produção capitalista.

Contudo, como o movimento articulado a partir do convite do papa Francisco é ainda recente, cujo primeiro encontro data do mês de novembro de 2020, então, nem todas as vilas temáticas concluíram por enquanto os seus programas até este ano de 2023, uma delas, a Vila Trabalho e Cuidado, que é senão o foco desta produção acadêmica.

Desse modo, outras fontes documentais foram utilizadas nesta pesquisa e, assim, a elaboração das análises críticas pretendidas inicialmente recaíram sobre as concepções de trabalho humano que foram angariadas pela Vila Trabalho e Cuidado no curso de seu processo preliminar de realização de encontros, voltados para debates e partilhas, que objetivaram a escolha das ideias práticas e dos fundamentos teóricos que deverão ser empregados na construção do seu projeto final a ser entregue ao comitê central em Assis.

Assim, toda e qualquer fonte de informação sobre a Economia de Francisco ou sobre a própria Vila Trabalho e Cuidado foi considerada para os fins desta dissertação com o intuito de obter a reunião mais vasta possível dos elementos formadores da concepção adotada pela vila temática sobre o trabalho humano na conjuntura de um paradigma econômico novo, distinto do regime capitalista, segundo a intenção original do projeto articulado Economia de Francisco e Clara, anunciada pelo seu idealizador – o Santo Padre – a partir das marcas distintivas do conjunto doutrinário primitivo de São Francisco de Assis, personalidade que inspira todo o programa papal e que, em muitas medidas, destoa frontalmente da doutrina oficial conservadora da instituição chamada Igreja Católica.

Uma dessas fontes foi a página oficial do movimento, mantida pelo Comitê Central na plataforma social do Instagram com a identificação virtual *@francesco_economy* e o título *The Economy of Francesco*, responsável por trazer com frequência informações amplas sobre a gradual construção do movimento Economia de Francisco.

Figura 2 – Declaração final da Vila Trabalho e Cuidado



Fonte: https://www.instagram.com/p/CLIX-yN5u0-q/?img_index=7

Assim, a partir da declaração final acima, oficialmente publicada nos canais de comunicação do movimento, alguns pontos elementares da concepção da Vila Trabalho e Cuidado já são revelados: cultura nova de trabalho, prioridade à dignidade dos trabalhadores, compartilhamento da produção do trabalho e erradicação da pobreza dos trabalhadores.

Outra fonte também adotada para esta dissertação que se relaciona à vila aqui pesquisada é o livro *A Graça de Trabalhar: o Tema do Trabalho na Esperança Franciscana*, que foi escrito no ano de 2021 por Andrea Ricatti, justamente com o objetivo de contribuir para instrução da Vila Trabalho e Cuidado sobre a temática do trabalho.

Pensando em um finalidade didática, este acadêmico escolheu a forma de enumeração para apresentar os pontos mais relevantes que destacou da obra mencionada, que são úteis para esta pesquisa porque revelam ou princípios norteadores ou traços conceituais de alguma concepção específica de trabalho humano ou porque revelam ainda elementos constituintes do trabalho envolvido em uma dinâmica social produtiva.

Portanto, constam da obra de Andrea Ricatti as seguintes considerações: (a) não bastam meros ajustes ou simples reformulações do pensamento que diz respeito à questão do trabalho; (b) os princípios fundadores da concepção franciscana sobre economia já são suficientes para tirar a sociedade da depressão atual; transformar o modelo de economia de mercado por dentro; (c) necessidade de tornar a ordem de mercado uma instituição econômica tendencialmente inclusiva; (d) trabalho segundo uma dimensão aquisitiva, isto é, trabalhar para obtenção de renda, para satisfazer as necessidades da própria vida e da família, também chamada de dimensão do trabalho justo: trabalhar por um justo salário; (e) dimensão aquisitiva do trabalho baseada no pensamento da *Rerum Novarum*; (f) segunda dimensão do trabalho: a dimensão expressiva, trabalhar para também realizar o florescimento humano; (g)

dimensão expressiva chamada de dimensão do trabalho decente; (h) o trabalhador só está interessado na remuneração que consegue obter; (i) a felicidade do trabalhador está relacionada apenas com a esfera do consumo, isto é, com os bens que consegue obter e consumir a partir da renda justa auferida pelo trabalho; (j) propõe a estratégia transformacional da economia capitalista, em lugar das estratégias revolucionária ou reformista, significando transformar blocos inteiros do sistema econômico e financeiro capitalista para servir o bem comum; (k) assevera que a Economia de Francisco defende, em sintonia com o Magistério do Papa Francisco, a estratégia transformacional; (l) assevera que São Francisco de Assis – figura de referência para o programa da EoF – também oferece um ideal de programa de ação transformacional das estruturas sociais; (m) sob a bandeira da doutrina franciscana primitiva, afirma dois critérios a serem aplicados às novas formas de trabalho: evitar ociosidade e dar o necessário para o sustento corporal do trabalhador.

A pesquisa em curso também catalogou que, em nome da doutrina franciscana, são admitidos nas discussões e planejamentos da Vila Trabalho e Cuidado os seguintes aspectos sobre economia e trabalho: (a) venda dos produtos resultantes do trabalho; (b) definição de preços para os objetos da produção social; (c) aumento unilateral do valor econômico – i. é. preços – das mercadorias; (d) uso da forma-dinheiro, sob a análise de um discurso vulgar e abstrato que afirma uma administração correta do dinheiro a depender da finalidade para o qual seja dirigido e da figura daquele que o detenha; (e) avaliação do trabalho humano pela perspectiva do empresário privado; (f) o empresário deve exigir do operário apenas o trabalho que lhe pertence; (g) o empresário não deve praticar contratos de trabalho e pagamentos de salário sob o ânimo egoísta e individualista; (h) Estado é considerado com menor capacidade empresarial e profissional do que o empresário privado, de modo que a prática empresarial pelo Estado significa maior risco à sociedade; (i) a figura do comerciante e do empresário é virtuosa se gera lucro para a sociedade; (j) distribuição da riqueza do empresário ocorre com o pagamento de salários decentes; (k) o capital deve estar em função dos sujeitos individualmente considerados e da comunidade; (l) elaboração de uma ética empresarial: defende o trabalho honesto do empresário; (m) aceitação do trabalho como mercadoria livremente comprada e vendida no mercado; (n) solução para a luta de classes buscada na doutrina de Leão XIII, *Rerum Novarum*: harmonia entre as várias classes pela regulação do preço dos salários; (o) os sujeitos não devem trabalhar apenas para a obtenção de lucro, mas porque sentem vontade de se doar; (p) afirmação do trabalho subordinado não como dominação do outro, mas como serviço e solidariedade dispensados ao trabalhador; (q) considera que a concepção do trabalho visto como um fator de produção com a única

finalidade de gerar lucro, prevalecendo o capital prevalece sobre o trabalho-mercadoria, seja um pensamento engendrado a partir dos dias atuais; (r) assevera ser utópica a existência de uma economia organizada exclusivamente com base no mecanismo de mercado; (s) propõe modelo de Polanyi¹¹¹ para integração da economia e da sociedade; (t) propõe a promover de uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial, isto é, favorecimento de novas formas empresariais de exploração de uma atividade econômica; (u) propõe o aumento do número de empregos; (v) trabalho afirmado como necessidade básica dos indivíduos; (w) definição do objetivo de um sistema econômico de permitir vida digna aos pobres do trabalho; (x) não refletir sobre o trabalho e os trabalhadores, mas refletir sobre quem oferece trabalho às pessoas: os empresários; (y) reflexões sobre: o papel do comerciante honesto, empresários que não visam apenas o próprio lucro, escolha de empresas ou empresários responsáveis perante a sociedade, traçar o perfil do bom empresário; (z) “quando a economia é habitada por bons empresários, as empresas são amigas do povo e também dos pobres, de forma que especuladores devam ser temidos, não os empresários”.

Uma terceira fonte documental utilizada para a elaboração desta pesquisa foram os arquivos elaborados pelos próprios membros integrantes da Vila Trabalho e Cuidado, tanto os membros que integram a vila temática junto ao Comitê Central em Assis quanto os que integram a vila a partir de sua seção brasileira, organizada no interior da Associação Brasileira da Economia de Francisco e Clara (ABEFC).

Esses arquivos foram disponibilizados a este pesquisador para acesso remoto através de 3 drives eletrônicos¹¹² e referem-se aos relatórios produzidos nas reuniões de debates da Vila Trabalho e que fornecem a visão geral da vila temática sobre assuntos relativos ao sistema trabalhista. Tratam-se de relatórios iniciais e intermediários que, por enquanto, apresentam a delimitação das questões sobre o trabalho humano em um formato de revisão de literatura ainda sem sinalização de soluções políticas específicas.

As considerações mais relevantes para os fins desta pesquisa serão apresentadas em subdivisões, diferenciando as análises articuladas pela seção da Vila Trabalho e Cuidado ligada ao Comitê Central da EoF, dos diagnósticos entabulados pela seção brasileira da vila.

¹¹¹ Referência a Karl Polanyi, cujo cerne do pensamento afirmava que trabalho, terra e dinheiro são os três maiores espaços da economia liberal e capitalista e devem ser mercadorias fictícias. A sua proposta é manter o mercado capitalista livre para as demais mercadorias, chamadas de mercadorias reais, mas não aplicar o modelo liberal de mercado para aquelas três mercadorias fictícias. De acordo com Polanyi, os três modos de troca econômica reciprocidade, redistribuição e a troca de mercado podem coexistir. Vide POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000, pp. 89-98.

¹¹² Drive 1: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1u-EsdBtDuY4RcpLAWWZQVVBpm-5HYIUG>;
 Drive 2: <https://docs.google.com/document/d/1mKFOMBpSgX5IQGkG5bE3f64krPMMr5Z0cgizgsy3sHU/edit>;
 Drive 3: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1vKffmvMwC5p0m9J9nbEtXyDPTJuYdd-b>

A composição da Vila Trabalho e Cuidado vinculada ao Comitê Central do movimento Economia de Francisco começa estabelecendo em seus documentos a definição dos objetivos da aldeia: explorar a complementariedade das categorias trabalho e cuidado; articular possibilidade de trabalho e cuidado se desenvolverem juntos, no contexto atual de transformação tecnológica, social e regulatória.

Entre as palavras-chave definidas pela Vila que representam as orientações para o programa que deve elaborar estão, entre outras: formação para os empregos do futuro, economia do desempenho, proteção normativo dos padrões laborais, inclusão no mercado de trabalho.

A estratégia da Vila definida é a construção de propostas de solução regional e internacional aos problemas que afetam as pessoas no trabalho. Desse modo, a Vila enumera suas demandas para alcançar o objetivo fixado e o cumprimento da estratégia traçada: (a) reconhecer e organizar sistematicamente problemas específicos ou gerais a respeito do trabalho humano; (b) elaborar estratégias de política e intervenção essenciais para enfrentar os problemas identificados, analisando a relação de cada agente econômico – Estado, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos – com o trabalho, para estabelecer o que cada um desses agentes pode fazer para responder aos problemas mapeados; (c) identificar canais de transmissão que possam ser funcionais para gerar processos de articulação na intervenção, visando a construção de ação coletiva a fim da materialização das políticas ou ações previamente propostas.

Por conseguinte, os tópicos priorizados pela Vila Trabalho e Cuidado na esfera do Comitê Central foram: trabalho sustentável; dignidade do trabalho ou trabalho digno; gestão empresarial humanística; jornada de trabalho de meio período para todos; e automação.

Nos documentos analisados, a Vila Trabalho e Cuidado apresenta a sua concepção de trabalho a ser desenvolvida no movimento da Economia de Francisco e Clara, chamada de concepção de holística do trabalho com dupla finalidade, a saber, trabalhar para ser produtivo e lucrativo dentro da sociedade; e trabalhar para a realização e sucesso individual do obreiro.

Estabelece-se como questão chave para a noção holística do trabalho a mensurabilidade das dimensões interpessoais e imateriais da produtividade e da criação de valor, significando a necessidade de instrumentos capazes de medir adequadamente o desempenho humano em várias dimensões que, assim, serviriam como requisito fundamental para remunerar adequadamente a produtividade humana.

A reflexão desenvolvida pela seção da Vila Trabalho e Cuidado vinculada ao Comitê Central entende que o trabalho deve ser enquadrado no perímetro das experiências marcada

pela escassez de recursos. Entendem membros da Vila que os sistemas econômicos devem se estruturar sobre uma escassez de recursos presumida. Dentre os recursos apontados como escassos estão o tempo e o dinheiro. Concebe-se também a não aplicação ao movimento EoF das teorias econômicas dos séculos passados, julgadas pela Vila como ultrapassadas que ninguém mais sequer pressupõe.

Nos documentos analisados da Vila Central registrou-se a possibilidade de responder ao apelo de tornar o trabalho emancipado por meio do expediente que chamaram de economia de mercado responsável, que guarda a expectativa de que as corporações de trabalho e o mercado de trabalho permitirão que os sujeitos cumpram seu significado humano quando da realização de suas atividades laborativas.

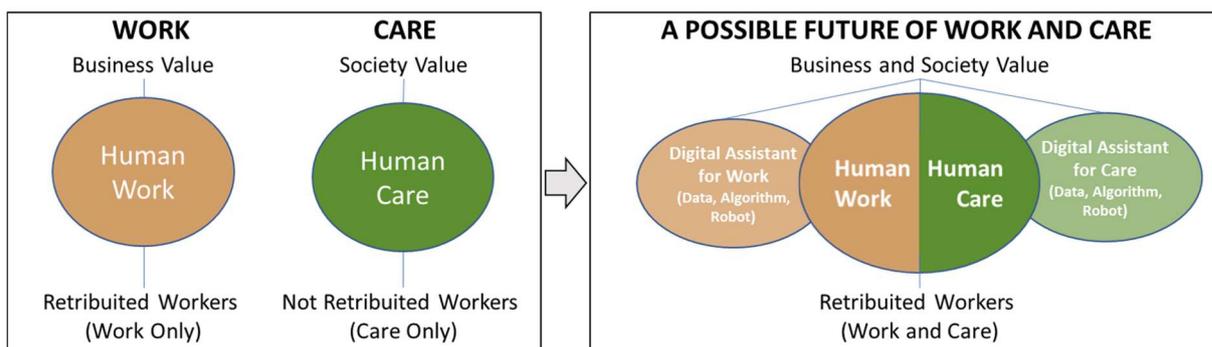
Para a vila temática do comitê central, a ideia de trabalho decente que promove a liberdade e emancipação do espírito humano limita-se ao trabalho na modalidade de emprego ou ao trabalho autônomo que labora para o próprio sustento. Nesse sentido, ao defender a bandeira do trabalho decente, a Vila restringe-se a 4 características: (a) emprego pleno e produtivo; (b) direitos no trabalho; (c) proteção social; (d) e a promoção do diálogo social. Por outro lado, sobre o trabalho em rede, a Vila pontua acerca das modalidades de trabalho em cooperação que a cooperação é indispensável porque garante a eficiência e a acumulação de capital por conta própria.

A outro giro, acerca das utilização direta das tecnologias no âmbito da realização do trabalho humano e os efeitos indiretos daí decorrentes, quatro sugestões são apontadas pela Vila Trabalho e Cuidado do comitê central para o futuro do trabalho a serem desenvolvidas durante a Economia de Francisco. (1) Melhorar a administração do tempo livre do trabalhador e resultados no trabalho, que permita prática do que chamaram de *workation*, isto é, trabalhar em férias ou estar em férias mas trabalhando. (2) Considerar o trabalho humano em cinco aspectos: técnico, fisiológico, moral, social e econômico. (3) Remunerar as atividades de cuidado, p. ex., atividades domésticas e cuidado de pessoas. (4) Destinar o tempo não trabalhado para o autocuidado. Extraiu-se da análise dos documentos da Vila que as quatro sugestões estão elaboradas a partir do pressuposto de que o trabalho tradicionalmente realizado – ou melhor, o trabalho humano – é considerado eficiente quando otimiza tempo e recursos; quando é facilmente mensurável, quantificável e automatizado; e quando gera valor econômico e resultados de forma clara.

No tocante à terceira sugestão acima, a Vila Trabalho e Cuidado apresenta em seus documentos uma representação gráfica ilustrativa da necessidade de remunerar as atividades relacionadas ao cuidado como um efeito do advento dos recursos tecnológicos e de automação

no circuito do trabalho ordinário de produção de mercadorias e prestação de serviços que, devendo provocar a extinção de algumas formas de trabalho, ofícios e profissões, relegará uma quantidade de trabalhadores à inatividade que, por sua vez, poderiam passar a se dedicar às atividades remuneradas de cuidado.

Figura 3 – Esquema sobre as categorias trabalho e cuidado

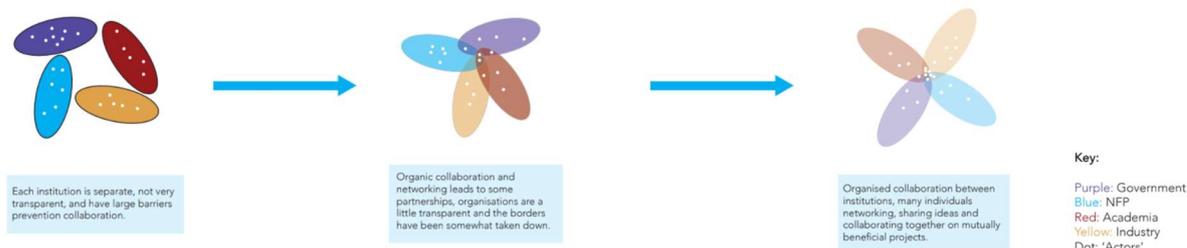


Fonte: Documento de proposta preliminar de pesquisa da Vila Trabalho e Cuidado da Economia de Francisco

Os documentos analisados da Vila também sugerem, a partir da descrição de um modelo de uma economia do conhecimento conhecido como sistema de Tripla Hélice, incluir um quarto pilar nesse regime tríplice. O modelo representa as fontes que detêm o controle da produção de conhecimento científico e técnico: governo, indústria e academia. A proposta da vila temática do Trabalho e Cuidado sugere a inclusão das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) com o objetivo de permitir uma maior transferência de conhecimento e desenvolvimento entre os setores, voltado para a organização das necessidades da sociedade.

Nos termos dessa proposta, as OSFL atuariam como a fonte comunitária da produção e domínio do conhecimento científico e das tecnologias. A sugestão também está representada por um esquema gráfico que segue adiante.

Figura 4 – Esquema gráfico do sistema de Quatro Hélices



Fonte: Documento de proposta preliminar de pesquisa da Vila Trabalho e Cuidado da Economia de Francisco

A seu turno, a Vila Trabalho e Cuidado do Brasil elabora os seguintes pontos de compreensões e consideração sobre o tema trabalho que passam a ser destacados: (a) A lógica da acumulação se reflete no conflito entre o capital/trabalho. Imprescindível utilizar as categorias marxistas para analisar o antagonismo social entre o capitalista e o trabalhador. O Capital é uma ferramenta que aos poucos é fundida e confundida com o trabalho. A lógica da acumulação tem impactos complexos e transversais: tocam o trabalhador – dignidade, falta de oportunidades, substituição de sua força de trabalho, precarização, trabalho escravo, desemprego – e tocam também a natureza, a exploração ambiental. A perversidade da lógica da acumulação exacerbada pelo capitalismo neoliberal é a mesma que destrói, desrespeita e mata a criação como um todo, as pessoas e a natureza. A crise social é uma expressão das crises ecológica, econômica, política e ética. A natureza social da questão do trabalho é dada pela submissão do trabalho à lógica baseada no cálculo de custos que busca sempre a mão de obra mais barata, o que contribui para a permanência da questão do conflito entre capital e trabalho; (b) A dimensão teológica da expressão “dominar” para a questão do trabalho como domínio da natureza significa resgatar a importância da responsabilidade social da humanidade. “Dominar” no sentido de cuidar, co-criar, acompanhar, cuidado para todas as criaturas. A categoria cuidado como parte da vocação humana significa a capacidade de responsabilizar-se pelo que produz, como produz. Cuidado estabelece a dimensão social do trabalho: a solidariedade. (c) Organização dos trabalhadores em grupos de base. Os trabalhadores precisam tomar consciência cidadã de sua própria condição. Conceber estratégias para articular jovens e trabalhadores de diversos setores para desenvolver a consciência de classe necessária à transformação social. Observar, para tanto, a mudança do perfil da subordinação dos trabalhadores pelo capital, que se distingue do modelo operário das décadas de 50 a 80. Identificar quais novos meios – atuais e contemporâneos – podem ser

utilizados como ferramenta para alcançar a consciência das vítimas de relações opressoras de trabalho. (d) Avaliar como as novas tecnologias (inteligência artificial, computação quântica e outras) podem contribuir para a extinção de alguns modelos de empregos, e quais profissões poderão advir desses recursos aplicados no âmbito da produção e do trabalho. Considerando que, no cenário atual, a classe trabalhadora que não acessa os benefícios da automação de processos, três questões devem ser enfrentadas: a que custo dá-se a implementação da digitalização do trabalho, a quem favorece e quem subsidia a automação. (e) Em virtude da inserção das novas tecnologias no processo de produção, uma questão a se colocar é acerca da jornada de trabalho a ser reduzida e o salário mínimo ser aumentado. Entendimento de que a redução da média das jornadas de trabalho pode ocorrer de forma completamente desigual nas diferentes classes sociais, em razão de que grande parte classe trabalhadora ainda não acessa os benefícios da automação de processos. (f) Revisar o papel do Estado diante das relações de trabalho e sua função de subsidiar, controlar e amparar os trabalhadores. (g) Repensar a função da empresa na sociedade. (h) Entender que, no contexto capitalista, o trabalho surge como um ponto essencial na construção das classes sociais e como elemento permissor de acesso aos direitos sociais básicos, no sentido de que, sem trabalho – associado à forma empregatícia – a satisfação de moradia, saúde adequada, educação e lazer é posta à prova. (i) Compreensão da multidimensionalidade do trabalho. Percepção do trabalho por meio de três vertentes: social, ambiental e científico. (i.1) Social: introdução da variável “cuidado” no conceito de trabalho. O trabalho passa a ser compreendido como uma ação para além da lógica capitalista, tanto em propósito quanto em sua posição na história da humanidade; (i.2) Ambiental: a ação transformadora e atitude criadora inerente ao trabalho está imbuída de uma responsabilidade para com o meio ambiente. Natureza como um simples recurso e estoque de matérias-primas e terrenos *versus* natureza como condição *sine qua non* para a vida. Correlação entre pobreza e a natureza degradada resultante da lógica de acumulação; (i.3) Científico: compreensão de que a ciência da técnica do trabalho possui a capacidade de mover o trabalho da fronteira da composição orgânica do capital – mecanização – e suprir as necessidades do trabalhador. Compreensão de que a técnica é imbuída de intenção. A tecnologia pode ser dotada de viés que contribua para eliminar ou potencializar a vida humana. A intencionalidade da técnica revela a natureza da ação política sobre a ciência. Compreensão sobre a tecnocracia como resultado da apropriação dos meios de informação e de inovação tecnológica pelo grande capital. O desenvolvimento tecnológico atual trouxe soluções para as questões sociais em termos produtivos, mas não trouxe solução distributiva. (i) Execução do projeto da Vila Trabalho e Cuidado no nível comunitário com auxílio da

tecnologia e da informação, considerando o atual contexto de revolução tecnológica da comunicação. (j) Traçar possíveis de soluções logísticas para a execução do trabalho não subordinado ao capital e de redução da carga geral de trabalho. (k) Ressalvas à política pública da renda universal, na medida em que reproduz a lógica do dinheiro em detrimento da lógica de acesso concreto à saúde, educação, lazer. (l) Diferenciar entre a responsabilidade moral (culpa) e a responsabilidade política (dever) pela modificação e superação do sistema capitalista. Responsabilidade moral pela superação do sistema capitalista atribuída a quem usufrui da lógica de acumulação das riquezas concentradas em favor de 1 a 10% da população global. Responsabilidade pela transformação política do sistema capitalista atribuída a todos os grupos sociais lesados. Compreensão de que os detentores do poder e riquezas acumulados jamais agirão contra o sistema que os beneficia. (m) Considerações sobre elementos do contexto atual: produção histórica máxima riqueza; necessidade de alcançar a equidade econômica a todos; necessidade de oposição ao avanço do acúmulo de capitais; necessidade de organização dos trabalhadores através dos movimentos sociais, das comunidades de base e dos sindicatos; formação de unidade política operária; necessidade de promoção de propostas concretas também dentro da estrutura legal, no sentido de promover proteção a todas as formas de relação de trabalho, não apenas à forma empregatícia do trabalho. (n) Concepção que compreende a impossibilidade de uma empresa privada que não seja voltada para a obtenção do lucro. Compreensão que rechaça o modelo de empresa cidadã, cujos valores de se justapõem às dinâmicas do lucro, da divisão entre lucros e salários e da competição entre empresas e estabelecem conflitos que mantêm as desigualdades sociais. O modelo de empresa cidadã também considera o trabalhador como recurso bem como também propaga a falsa ideia de escassez de recursos e da economia como gestão da escassez.

Por conseguinte, passando à revisão dos elementos que informam a alienação do trabalho de acordo com os referenciais teóricos apresentados nos terceiro e quarto capítulos, identificamos, segundo Herbert Marcuse: (a) trabalho como item da engrenagem produtiva; (b) ausência de controle da produção pelo trabalhador; (c) submissão do trabalhador ao trabalho em troca de salário; (d) salário destinado à sobrevivência do trabalhador; (e) divisão especializada do trabalho; (f) afastamento do prazer em relação ao ato de trabalhar; (g) tempo de trabalho ocupa a maior parte do tempo de vida do trabalhador.

Assim, em Marcuse, os horizontes para a libertação e emancipação humana pelo trabalho e que viabilizam a superação do sistema capitalista devem conter esses elementos: (a) superação da desculpa da escassez; (b) conhecimento e controle pelos trabalhadores acerca do domínio da natureza para promover os meios de satisfação das necessidades humanas com um

mínimo de esforço; (c) menor quantidade de trabalho, suficiente apenas para a produção de bens à satisfação das necessidades vitais da coletividade; (d) superação dos sistemas de controle sobre a consciência dos trabalhadores; (e) aquisição de bens e serviços sem o ritual da compra e venda, i. e., sem a presença do dinheiro e sem a lógica do mercado e mercadorias; (f) luta contra o tempo: eliminar da conduta humana toda forma de expectativa do futuro, como metas, projetos e conquistas, ou seja, eliminação dos processos de devir que moldam o comportamento dos indivíduos em vista de uma expectativa de recompensa futura, substituindo-os por condutas de passar uma vida focada no presente e no ser.

Já em Karl Marx, os signos indicativos da alienação são: (a) expropriação ao trabalhador dos produtos do seu trabalho; (b) Trabalho assalariado, ou seja, presença da forma-salário; (c) manutenção do sistema de propriedade privada dos meios de subsistência e dos meios de produção; (d) produção social voltada para a confecção de mercadorias e não de produtos; (e) relações de trabalho pautadas pela forma-dinheiro; (f) trabalho voltado para a implementação de capital, excedente, lucro, juros ou rendimentos; (g) manutenção do regime de sobrejornada ou sobretrabalho; (h) cooptação da consciência do trabalhador.

Em contrapartida, para Marx, os elementos da respectiva emancipação perpassam por: (a) aplicação consciente de técnicas e dos recursos tecnológicos e científicos para promover tempo livre ao trabalhador; (b) não submeter a satisfação das necessidades corpóreas dos sujeitos ao trabalho, ou seja, não trabalhar somente para sobreviver nem sobreviver apenas pelo trabalho; (c) redução das jornadas de trabalho ao tempo mínimo indispensável à produção que atenda as necessidades coletivas; (d) forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior; (e) a exploração planejada da terra; (f) a transformação dos meios de trabalho em meios sociais que só podem ser utilizados coletivamente; (g) o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial; (h) posse comum da terra; (i) conexão direta entre agricultura e artesanato; (j) divisão fixa do trabalho a servir de plano e esquema geral para o estabelecimento de novas comunidades.

Assim, conclui-se nesta pesquisa que nenhuma das concepções e propostas formuladas pelo setor da Vila Trabalho e Cuidado vinculado ao comitê central do movimento Economia de Francisco são condizentes com arcabouço teórico de Karl Marx e Herbert Marcuse, significando dizer que os membros dessa vila não consideram o problema da alienação do trabalho no âmbito das dinâmicas próprias do modo de produção capitalista, de modo que nenhuma das propostas concebidas pelo setor central da vila servem para enfrentar os problemas estruturais da organização econômica e social vigente.

As conclusões desta pesquisa apontam que os membros da Vila Trabalho e Cuidado, relativizam própria crítica franciscana ao mercado e ao dinheiro, trazendo, por exemplo, para o programa da EoFC propostas em que a gratuidade possa coexistir com as figuras do dinheiro e do lucro, inclusive, afirmando em sentido positivo que a doutrina de Francisco de Assis, em alguma medida, contribui para a afirmação da ideia de economia de mercado.

Afirmando que o trabalho seja uma necessidade básica do ser humano, a Vila Trabalho e Cuidado segue na contramão dos exames realizados por Marcuse que, apoiado nos estudos de Freud, revela não existir na organização humana fisiológica e psíquica qualquer instinto do trabalho, que impulse a uma necessidade abstrata de trabalhar.

Por outro lado, esta pesquisa também concluiu que as propostas levantadas pelo setor brasileiro da Vila Trabalho e Cuidado são integralmente consonantes com as pontuações marxianas e marcusianas. Ou seja, as discussões concebidas pela Vila Trabalho e Cuidado vinculada à Associação Brasileira da Economia de Francisco e Clara (ABEFC) percebem a alienação do trabalho como constituinte do regime capitalista de produção e de organização da sociedade e, desse modo, elaboram reflexões e proposições que, direta e indiretamente, contribuem para a emancipação humana geral a partir da emancipação da classe trabalhadora.

Em suma, este trabalho acadêmico encerra suas conclusões pontuando que, em conformidade com os elementos teóricos estudados em Marx e Marcuse, somente as medidas estabelecidas pela Vila Trabalho e Cuidado do Brasil respondem às doutrinas do santo Francisco de Assis e são adequadas aos objetivos a que se propõe o projeto da Economia de Francisco e Clara articulado pelo papa Francisco.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou as questões do trabalho alienado e da emancipação humana no contexto do movimento chamado Economia de Francisco e Clara, considerando os objetivos estabelecidos pela própria organização. O primeiro capítulo desta dissertação descreveu muito brevemente a articulação formada para a Economia de Francisco, a partir do convite elaborado pelo papa Francisco às juventudes e estudiosos de economia de todo o globo – independentemente da orientação religiosa esposada – para que, reunidos, em conjunto, construíssem o programa que viria a corresponder às práticas do referido projeto Economia de Francisco a partir de sua meta mais ampla: a de realmar a economia global, no sentido de promover a modificação do modelo econômico atual – capitalista –, desfazendo-lhe as estruturas, para a implantação de algum outro modelo a ser arquitetado sobre bases estruturais de características necessariamente contrárias às do paradigma a ser modificado.

Também no capítulo primeiro, foram relacionados os princípios mais básicos que deveriam orientar os processos de definição e prática do modelo econômico a ser construído sob o título Economia de Francisco. Ademais, foram apresentadas a Associação Brasileira da Economia de Francisco e Clara como segmento representante no Brasil do movimento globalmente articulado pelo papa Francisco e a divisão do comitê central – localizado na Itália, na cidade de Assis – em 12 frentes, chamadas de Vilas, representando a subdivisão das categorias que inter-relacionadas compõem a totalidade de um projeto econômico.

Dentre as Vilas em questão, está a Vila Trabalho e Cuidado que corresponde ao objeto desta pesquisa, sobre a qual recaíram as análises contidas na presente dissertação. Ressaltou-se que todas as Vilas integrantes da Economia de Francisco e Clara deveriam elaborar propostas de programas, descritivos e propositivos, referentes às categorias econômicas de sua alçada para serem levados à aplicação a nível local em todas as partes do globo. Dessa forma, esta pesquisa cuidou de investigar os contornos do programa proposto pela Vila Trabalho e Cuidado, para avaliar se o padrão de trabalho alienado estaria presente no novo modelo econômico em construção, contrário ao modelo capitalista e liberal.

No segundo capítulo foram estudadas as bases doutrinárias das quais surge o movimento Economia de Francisco uma vez que parte do representante máximo da instituição católica a proposta para a reformulação global do modelo econômico vigente. Entendeu este pesquisador que, muito embora o projeto Economia de Francisco não incumba oficialmente à Igreja Católica, os princípios e valores – de viés católico – que formam o pensamento do papa Francisco poderiam instruir, em alguma medida, as bases do programa econômico em curso.

Nesse sentido, o capítulo segundo reúne não somente as pesquisas sobre o perfil do magistério doutrinário do pontífice Francisco, mas aborda também uma revisão dos traços da doutrina social da Igreja Católica anteriores ao papado de Jorge Mario Bergoglio, desde os ensinamentos bíblicos referentes às épocas humanas mais remotas, passando pelo magistério dos primeiros bispos, até alcançar o período doutrinário das encíclicas papais – dentre as quais foram destacadas as cartas *Rerum Novarum* e *Laborem Exercens* – bem como o próprio Compêndio da Doutrina Social da Igreja.

As pretensões desse capítulo eram, primeiro, a de averiguar o tratamento dispensado pelo ensino católico acerca do trabalho humano e outras categorias sociais e, segundo, a de verificar eventuais modificações do pensamento institucional a respeito desses conteúdos até chegar ao pensamento doutrinário mais recente afirmado pelo papa em exercício, o idealizador da articulação estudada nesta pesquisa. Outro pensamento cujas características também foram consideradas no segundo capítulo é a doutrina do santo Francisco de Assis, por se tratar da personalidade tomada como inspiração para o movimento Economia de Francisco. Valia, portanto, para os fins a que se propunha esta pesquisa saber se os elementos característicos do pensamento do santo de Assis estão presentes ou não nos programas elaborados para a nova economia, ou melhor, saber se esses elementos aparecem, mais especificamente, no programa delineado pela Vila Trabalho e Cuidado.

Em seguida, o terceiro e o quarto capítulos foram destinados aos estudos sobre a alienação do trabalho e a emancipação humana desenvolvidos pelos teóricos adotados como referenciais para esta pesquisa, quais sejam, Karl Marx e Herbert Marcuse, respectivamente. As análises marxianas e marcusianas sobre os aspectos da realização do trabalho humano no cerne das sociedades capitalistas são congruentes entre si e, além do mais, cuidam de estabelecer proposições acerca do modelo de organização de trabalho emancipado que entendem adequadas para um cenário histórico de superação das estruturas do modo capitalista de economia.

Nesses capítulos estão, inclusive, enumeradas as características que foram textualmente citadas pelos teóricos em suas obras que permitem identificar quais sejam os aspectos da realização de um trabalho em alienação bem como possibilitam reconhecer os requisitos indispensáveis à emancipação humana através do trabalho para estabelecer uma nova organização social fora dos domínios capitalista.

Notou-se aí que o perfil da doutrina do santo Francisco de Assis corresponde integralmente ao modelo social anticapitalista formulado pelos teóricos críticos da economia política. Todas as categorias sociais abrangidas por São Francisco no curso de seu ensino

doutrinário, notadamente as categorias dinheiro, coletividade, trabalho humano, propriedade, desigualdades, riquezas, comunidade, liberdade – dentre outras – são condizentes com os aspectos levantados nas análises filosóficas de Karl Marx e Herbert Marcuse.

Por outro lado, sobre a doutrina do papa Francisco é possível dizer que o conjunto de seu pensamento acerca das questões sociais, tais como o trabalho, apenas tende para as concepções marxianas e marcusianas, uma vez que o papa argentino sustenta a legitimação da propriedade privada, mesmo no contexto desejado de superação das estruturas capitalistas.

Seguindo as bases estabelecidas pelas filosofias de Marx e Marcuse, representa equívoco metodológico não considerar a socialização das propriedades como expediente programático imperativo para instituir uma ordem social nova na qual deva ser interdita a alienação das formas humanas de trabalho para, por conseguinte, promover a emancipação não somente da classe trabalhadora mas de todo sujeito humano. Uma vez que a propriedade privada é índice para a instauração e reprodução do modelo social capitalista por permitir a mercadorização de tudo, inclusive das relações entre sujeitos, conclui-se não ser adequado manter o regime das propriedades em seu aspecto privado, ainda que sob as bandeiras da função social, da destinação ao bem comum ou do usufruto, na pendência de um projeto cuja divisa máxima é a superação de todas as estruturas do sistema capitalista.

Por essas razões, também observou-se nesta pesquisa que a doutrina do Papa Francisco não segue integralmente a doutrina primitiva do santo Francisco de Assis, muito embora o franciscano beatificado tenha sido alçado a cânone do conjunto de bases e princípios que devem informar o movimento Economia de Francisco e Clara.

Por outro lado, esta pesquisa permite concluir ainda que o magistério do papa Francisco diverge substancialmente dos magistérios que lhe antecederam e que também compõem o acervo da Doutrina Social da Igreja Católica.

Melhor dizendo, identificou-se nesta pesquisa que a DSI anterior a Francisco é abertamente conservadora e, desde sua origem, com raras exceções, levanta-se como porta-voz do sistema capitalista, defendendo-lhe cada elemento formador de sua essência, tais como, produção, exploração do trabalho como mercadoria, transformação de dinheiro em mais dinheiro, atuação limitada do Estado, sistema jurídico compatível com a manutenção das estruturas capitalistas, indução das escolhas dos indivíduos a estilos de vida aparentemente inovadores mas ineficazes porque não servem para abalar ou sequer arranhar as estruturas fundantes do sistema social vigente pautado em capital, em acumulação de riquezas e em sua correspondente má distribuição de recursos.

No quinto e último capítulo, as mencionadas características da alienação e emancipação, enumeradas nas seções anteriores desta dissertação relativas aos referenciais teóricos adotados, foram passadas em revista diante das propostas engendradas pela Vila Trabalho e Cuidado no âmbito do movimento articulado a partir do papa Francisco e, assim, averiguou-se o perfil de trabalho humano desenhado para o programa da Economia de Francisco e Clara, tanto pela vila temática radicada ao comitê central italiano, quanto pela vila temática do Brasil vinculada à Associação Brasileira de Economia de Francisco e Clara.

Assim, este trabalho acadêmico encerrou suas conclusões apontando que, em conformidade com os elementos teóricos estudados em Marx e Marcuse, somente as medidas estabelecidas pela Vila Trabalho e Cuidado do Brasil respondem às doutrinas do santo Francisco de Assis e adequam-se aos objetivos da proposta engendrada pelo projeto da Economia de Francisco e Clara articulado pelo papa Francisco.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Fischer de. A alienação como processo de des-naturalização do indivíduo e sua nova existência social em Jean-Jacques Rousseau. **Revista de Filosofia**, Amargosa/BA, v.15, n.1, p.60-74, junho, 2017. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/751/466>. Acesso em 07 out. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIGO, Pierre. **A Doutrina Social da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 1969.

BRASILEIRO, Eduardo (Org.). **Realmar a economia: a economia de Francisco e Clara**. São Paulo: Paulus, 2023.

BUTLER, Judith. O corpo inorgânico no jovem Marx: um conceito-limite de antropocentrismo. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 16, p. 1–18, 2021. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.16.17270.012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/17270>. Acesso em 21 nov. 2022.

DA LUZ, Ricardo Santos. **Trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

DA SILVA, Josué Pereira. Marcuse e o conceito de trabalho. **Ideias**, Campinas/SP, v.8, n.1, p.21-42, jan/jun, 2017.

FRANCISCO. **Carta encíclica *Fratelli Tutti***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/it/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em 13 jan. 2021.

_____. **Carta encíclica *Laudato Si***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/it/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 13 jan. 2021.

_____. **Exortação evangélica *Evangelii Gaudium***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/it/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em 13 jan. 2021.

_____. **Vamos sonhar juntos: o caminho para um futuro melhor**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

FRANCISCO. O Santo. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 238. ed., p.1-23, outubro, 2007. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/238>. Acesso em 10 jan. 2021.

GONZAGA JR, Luiz. É. *In*: GONZAGUINHA. **Corações Marginais**. Rio de Janeiro: WEA Discos LTDA, 1988. Faixa A4 (3min26). Disco de vinil.

GOULART, Fábio. Marx e Marcuse: acerca da alienação do homem e seu trabalho. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v.5, n.1, p.218-31, julho, 2014.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. Boitempo. São Paulo, 2021.

HOWELL, James C. **Conversando com São Francisco**. São Paulo: Pensamento, 2009.

JAEGGI, Rhael. **Alienation**. New York: Columbia University Press, 2014.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica *Laborem Exercens***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acesso em 13 jan. 2021.

LEÃO XIII. **Carta encíclica *Rerum Novarum***. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 13 jan. 2021.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2011.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Ideias Sobre Uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital. Livro I. Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NEDELSKY, Jennifer. *What Will it Take to Revalue Care?* **Western Political Science Association Annual Meeting**. São Francisco, março, 2018. Disponível em: <http://www.wpsanet.org/papers/docs/nedelsky2018.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021.

PAULO NETO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEIXOTO, Maria Angélica. Para entender a alienação: Marx, Fromm e Marcuse. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá/PR, ano X, n.110, p.32-40, julho, 2010.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em 10 jan. 2021.

RICATTI, Andrea. *La grazia di Lavorare: Il tema del lavoro nell'esperienza francescana*. Assisi: Village Work and Care (EoF), 2021.

SABATIER, Paul. **Vida de São Francisco**. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Palabras clave: Um vocabulário de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A escola de Frankfurt em nove lições: Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin**. Curitiba/PR: Editora Collaborativa, 2020.

ANEXO A – CARTA DO PAPA FRANCISCO PARA O EVENTO “ECONOMY OF FRANCESCO”

[ASSIS, 26-28 DE MARÇO DE 2020]

Aos jovens economistas empresários e empresárias do mundo inteiro

Estimados amigos!

Escrevo-vos a fim de vos convidar para uma iniciativa que desejei muito: um evento que me permita encontrar-me com quantos estão a formar-se e começam a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta. Um acontecimento que nos ajude a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã.

Sim, é necessário “re-animar” a economia! E qual cidade é mais idónea para isto do que Assis, que desde há séculos é símbolo e mensagem de um humanismo da fraternidade? Se São João Paulo II a escolheu como ícone de uma cultura de paz, para mim parece ser também um lugar inspirador de uma nova economia. Com efeito, ali Francisco despojou-se de toda a mundanidade para escolher Deus como Estrela polar da sua vida, fazendo-se pobre com os pobres, irmão universal. Da sua escolha de pobreza brotou também uma visão da economia que permanece extremamente atual. Ela pode dar esperança ao nosso amanhã, não apenas em benefício dos mais pobres, mas da humanidade inteira. Aliás, ela é necessária para o destino de todo o planeta, a nossa casa comum, «a nossa irmã Terra Mãe», como Francisco a chama no seu Cântico do Irmão Sol.

Na Carta Encíclica *Laudato si'* ressaltai que hoje, mais do que nunca, tudo está intimamente ligado e a salvaguarda do meio ambiente não pode ser separada da justiça em relação aos pobres, nem da solução dos problemas estruturais da economia mundial. Por conseguinte, é preciso corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito pelo meio ambiente, o acolhimento da vida, o cuidado da família, e equidade social, a dignidade dos trabalhadores e os direitos das gerações vindouras. Infelizmente, ainda não foi ouvido o apelo a tomar consciência acerca da gravidade dos problemas e sobretudo a pôr em prática um

modelo económico novo, fruto de uma cultura da comunhão, baseado na fraternidade e na equidade.

Francisco de Assis é o exemplo por excelência da atenção aos frágeis e a uma ecologia integral. Vêm-me à mente as palavras que lhe foram dirigidas pelo Crucificado, na igreja de São Damião: «Francisco, vai e repara a minha casa que, como vês, está em ruínas». Aquela casa a reparar diz respeito a todos nós. Refere-se à Igreja, à sociedade, ao coração de cada um de nós. Diz respeito cada vez mais também ao meio ambiente, que tem urgente necessidade de uma economia saudável e de um desenvolvimento sustentável que cure as suas feridas e lhe garanta um futuro digno.

Perante esta urgência, todos, absolutamente todos nós somos chamados a rever os nossos esquemas mentais e morais, para que estejam mais em conformidade com os mandamentos de Deus e com as exigências do bem comum. Mas pensei em convidar de modo especial a vós jovens porque, com o vosso desejo de um porvir bom e jubiloso, já sois a profecia de uma economia atenta à pessoa e ao meio ambiente.

Caríssimos jovens, bem sei que sois capazes de ouvir com o coração os brados cada vez mais angustiantes da terra e dos seus pobres em busca de ajuda e de responsabilidade, ou seja, de alguém que “responda” e não olhe para o outro lado. Se ouvirdes o vosso coração, sentir-vos-eis portadores de uma cultura corajosa e não tereis medo de arriscar, nem de vos comprometer na construção de uma sociedade renovada. Jesus Ressuscitado é a nossa força! Como eu vos disse no Panamá e escrevi na Exortação Apostólica pós-sinodal *Christus vivit*: «Por favor, não deixeis para outros o ser protagonista da mudança! Vós sois aqueles que detêm o futuro! Através de vós, entra o futuro no mundo. Também a vós, eu peço para serdes protagonistas desta mudança. [...] Peço-vos para serdes construtores do futuro, trabalhai por um mundo melhor» (n. 174).

As vossas universidades, as vossas empresas, as vossas organizações são canteiros de esperança para construir outras modalidades de entender a economia e o progresso, para combater a cultura do descarte, para dar voz a quantos não a têm, para propor novos estilos de vida. Enquanto o nosso sistema económico-social ainda produzir uma só vítima, e enquanto houver uma só pessoa descartada, não poderá haver a festa da fraternidade universal.

É por isso que desejo encontrar-me convosco em Assis: para promover juntos, através de um “pacto” comum, um processo de mudança global que veja em comunhão de intenções não apenas quantos têm o dom da fé, mas todos os homens de boa vontade, para além das diferenças de credo e de nacionalidade, unidos por um ideal de fraternidade atento acima de tudo aos pobres e aos excluídos. Convido cada um de vós a ser protagonista deste pacto, assumindo um compromisso individual e coletivo para cultivarmos juntos o sinal de um novo humanismo que corresponda às expectativas do homem e ao desígnio de Deus.

O título deste evento — “Economy of Francesco” — refere-se claramente ao Santo de Assis e ao Evangelho que ele viveu em total coerência, inclusive nos planos económico e social. Ele oferece-nos um ideal e, de certa maneira, um programa. Para mim, que escolhi o seu nome, é contínua fonte de inspiração.

Juntamente convosco, e através de vós, apelarei a alguns dos melhores estudiosos e estudiosas da ciência da economia, assim como a empresários e empresárias que hoje já se encontram engajados a nível mundial, em prol de uma economia coerente com este cenário ideal. Estou confiante de que eles hão de responder. E confio sobretudo em vós, jovens, que sois capazes de sonhar e estais prontos para construir, com a ajuda de Deus, um mundo mais justo e melhor.

O encontro está marcado para os dias 26-28 de março de 2020. Juntamente com o Bispo de Assis, cujo predecessor Guido, há oito séculos, recebeu na sua casa o jovem Francisco no gesto profético do seu despojamento, também eu espero receber-vos. Espero por vós e desde já saúdo-vos e abençoo-vos. E, por favor, não vos esqueçais de rezar por mim!

Vaticano, 1 de maio de 2019

Memória de São José Operário.

ANEXO B – PACTO PELA ECONOMIA

Nós, jovens economistas, empreendedores e agentes de mudança, chamados aqui a Assis de todas as partes do mundo, conscientes da responsabilidade que recai sobre nossa geração, nos comprometemos hoje, individual e coletivamente a gastar nossas vidas para que a economia de hoje e de amanhã se torne uma economia do Evangelho e, portanto:

uma economia de paz e não de guerra;

uma economia que se oponha à proliferação de armas, especialmente as mais destrutivas, uma economia que cuide da criação e não a use mal;

uma economia ao serviço da pessoa humana, da família e da vida, respeitosa de cada mulher, homem e criança, dos idosos e especialmente dos mais frágeis e vulneráveis;

uma economia onde o cuidado substitui a rejeição e a indiferença;

uma economia que não deixa ninguém para trás, para construir uma sociedade em que as pedras rejeitadas pela mentalidade dominante se tornem pedras angulares;

uma economia que reconheça e proteja o trabalho seguro e digno para todos;

uma economia onde as finanças sejam amigas e aliadas da economia real e do trabalho e não contra eles;

uma economia que valorize e proteja as culturas e tradições dos povos, todos os seres vivos e os recursos naturais da Terra;

uma economia que combate a pobreza em todas as suas formas, reduz a desigualdade e sabe dizer com Jesus e Francisco: “Bem-aventurados os pobres”;

uma economia guiada por uma ética da pessoa humana e aberta à transcendência;

uma economia que crie riqueza para todos, que gere alegria e não apenas riqueza, porque a felicidade que não é compartilhada é incompleta.

Acreditamos nesta economia. Não é uma utopia, porque já estamos construindo. E alguns de nós, em manhãs particularmente claras, já vislumbramos o início da terra prometida.

Assis, 24 de setembro de 2022

Os economistas, empresários, agentes de mudança, estudantes e trabalhadores

ANEXO C – ABEFC: CARTA DE CLARA E FRANCISCO - DIRETO DO BRASIL PARA O ENCONTRO MUNDIAL EM ASSIS

Um ponto de partida.

Uma ponte, como as pontes que Santa Clara de Assis desejava construir.

Direto do Brasil, em Encontro Nacional, escrevemos nossa Carta iniciando pelo significado da Sagrada Feminilidade para a mudança de paradigma na economia global. A Economia, substantivo feminino. Todas as mulheres que nos habitam, a menina que há em mim, a mulher que há em mim, a mulher que é minha mãe, a mulher que é minha avó; a menina que é minha irmã e minha filha, a mulher que é minha companheira, a mulher que é minha mãe, a mulher que é minha avó. A todas essas mulheres, reconhecemos e pedimos perdão. Agradecemos, amamos e honramos os saberes ancestrais transmitidos por elas, pelo feminino que traz a vida em seu ventre.

Nossa proposta de uma economia baseada no feminino, no cíclico, na acolhida, no cuidado e no afeto, pressupõe uma transição radical nos modos e nas formas de produção linear, masculinizada, que impôs uma visão de progresso baseada na extração. Assumimos uma compreensão circular dos processos produtivos. Também expressa um profundo compromisso ético com as gerações que estão por vir.

Escutando a silenciosa linguagem de Clara de Assis, nós nos fazemos ponte a ligar “os que têm de sobra com aqueles que sentem falta de tanta coisa”. Para as novas economias no século XXI, masculino e feminino tem que caminhar lado a lado, ombreados, nem à frente nem atrás, mas de mãos dadas, como o “Irmão Sol” e a “Irmã Lua”. Economia de Francisco e Clara é o que pretendemos praticar e honrar.

Inspirados em Clara e Francisco, manifestamos nosso desejo por uma profunda mudança no enfoque até hoje estabelecido nas relações econômicas. A começar pela divisão sexual do trabalho, valorizando os saberes tradicionais das mulheres e suas formas de cuidado e respeito à natureza cíclica de nossa casa comum, o planeta Terra. O patriarcado reduziu a economia unicamente à dimensão material e produtivista. Essa concepção distorceu o sentido do bem-estar social, produzindo iniquidade e infelicidade. No caminhar junto, feminino e masculino buscam novos paradigmas: da competição para a colaboração; do egoísmo para a generosidade; da exploração para a sustentabilidade; da acumulação para a distribuição; do desequilíbrio nas relações entre pessoas e países para o equilíbrio, com comércio justo e solidário; do consumo desenfreado ao consumo responsável; da ganância ao altruísmo.

A caminho de Assis nos comprometemos com o chamado do Papa Francisco para “realmar a economia”. Uma “economia com alma” comunga as pessoas com todos os seres viventes na Terra, nossos irmãos, filhos da mesma Mãe. Medo, frustração e sofrimento, têm sido as imposições de uma economia sem alma, praticada sob o capitalismo, sobretudo em sua fase neoliberal. Individualismo, consumismo, desprezo ao próximo, egoísmo, vulgaridade, superficialidade e descarte levarão o mundo à ruína e à destruição. Timóteo, entre os primitivos cristãos, já apontava: “o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males”. Pensamos e pretendemos a economia a partir do Comum, a partir da escala da vida. Não mais a vida servindo ao sistema econômico, mas a economia à serviço da vida.

Uma Economia a serviço da vida precisa levar em conta a espiritualidade como uma dimensão do Ser. Distinta de religiosidade, a espiritualidade não é algo circunscrito às religiões e vem sendo gradativamente estudada nas ciências médicas, já reconhecida como categoria clínica há três décadas pela Organização Mundial de Saúde, assim como nas ciências sociais. Tanto sob a perspectiva religiosa como científica, a espiritualidade deve ser contemplada na Economia de Francisco e Clara a partir do exemplo iniciado pelo jovem de Assis, que se despojou de bens materiais para se enriquecer espiritualmente.

A Economia com alma não subestima a importância dos bens materiais, mas rejeita o culto à materialidade, baseada na ideologia do consumismo. Tal é a loucura do capitalismo e sua apologia ao consumismo que ao invés de fazermos utensílios são os utensílios que nos fazem. Edificamos a casa e a casa nos edifica. Entre as grandes cidades do mundo já proliferam imensos edifícios urbanos com a única finalidade de servirem à guarda de coisas não usadas, a despeito dos limites ambientais do planeta. Edifícios-depósito, verdadeiros monumentos ao descarte e à acumulação.

Um desenvolvimento na escala humana deve resultar em novo paradigma socioeconômico para o mundo, que leve em conta a espiritualidade, a interreligiosidade e o cultivo do Ser. Rompe com a cultura do descarte e vulgaridade e se atenta a outros fatores essenciais para a vida, aspirando abundância em afeto, solidariedade, vida digna para todos, entendimento, proteção, sororidade, convivência, identidade, diversidade, alteridade, solidariedade, empatia, companheirismo, ócio, criatividade, fantasia e imaginação.

Afeto e solidariedade por um mundo humano. Rejeitamos a “natureza não natural”, a “cultura não cultural”, o “humano não humano”. Não queremos ser comandados por algoritmos a maximizarem o lucro, transformando subjetividades em mercadoria. Rejeitamos a vida pós-biológica e a realidade virtual embaralhando a realidade real. Rechaçamos a imposição de um mundo da pós-verdade e do “transumanismo”. Não somos Coisa! Nem

permitiremos que nos transformem em máquinas para produzir e consumir, meras coisas desprovidas de sentido, sob o controle de gananciosos sem limites.

Conforme alerta Francisco, o Papa: “As gerações futuras vão herdar um mundo grandemente deteriorado. Nossos filhos e netos não têm de pagar o preço da irresponsabilidade de nossa geração e das gerações que nos antecederam”. Vivemos em uma época de profundas transformações. A começar pelas mudanças climáticas. E o tempo para reverter essas mudanças está se esgotando.

Não há mais tempo a perder!

Se a economia mundial continuar baseada no uso intensivo do carbono, caminharemos para o suicídio ecológico. “Há que mudar essa atitude perversa” de negacionismo sobre os efeitos das mudanças climáticas na vida do planeta, como bem aponta o Papa Francisco. Pelos jovens, pelas crianças, pelo futuro dos animais, das plantas, e de todos os seres que habitam o planeta, a Economia de Francisco e Clara só terá sentido se incorporar firmemente a decisão de manter os combustíveis fósseis no subsolo, reduzindo sua extração, até serem plenamente substituídos. A natureza levou milhões de anos para transformar formas vivas em petróleo ou carvão mineral, capturando carbono e colocando-o no fundo da terra. É ilógico, e criminoso com o planeta, expelir esse carbono em um período de menos de duzentos anos, quase que de uma só vez em termos de tempo geológico. Essa desfaçatez está afetando irremediavelmente o equilíbrio do planeta. Resta apenas uma década para contermos o aquecimento global, aponta relatório da ONU, avalizado por toda a comunidade científica. Se ultrapassarmos o limite de 1,5 grau centígrado no aquecimento global, os efeitos serão catastróficos.

Já estão sendo!

Doenças adormecidas ressurgem a cada dia.

As secas, as enchentes, as tormentas e os tornados. A tenebrosa tarde que se fez noite na cidade de São Paulo, encoberta pela fuligem dos incêndios na floresta amazônica.

O óleo betuminoso a tomar conta de nossas praias; da costa do Maranhão à foz do rio Doce, no norte do Espírito Santo. Óleo que encarde praias, que mata peixes, tartarugas e mariscos. Óleo que impregna arrecifes e manguezais.

Rio Doce, o rio assassinado com a lama da ganância das mineradoras.

Será que não basta para darmos um basta?

Que tormentas mais estamos a esperar?

Quantos rios mais precisaremos matar?

Quantas novas barragens a interromper o fluxo da vida?

Água encardida não traz vida.

Quanto mais água fétida, mais cólera e febre amarela.

Quanto mais fuligem a adentrar em nossas narinas, mais asma e bronquite.

E quando os rios secarem e as matas virarem deserto?

E quando o ar que entrar por nossas narinas começar a arder?

O que diremos aos nossos netos?

O que os nossos netos dirão sobre nós?

Nossa feminina Economia de Clara e Francisco aponta para um novo padrão energético, com produção distribuída de energias limpas e renováveis. A energia do sol, a energia dos ventos, e todas as energias boas que se descobrem a partir da boa ciência. Energias produzidas de nova forma, descentralizada, distribuindo conhecimento e permitindo que todos acessem os avanços tecnológicos. Placas solares ou cataventos desenvolvidos nas comunidades, pelas comunidades, unindo saber local com conhecimento científico. Iluminando e aquecendo casas, ruas, escolas e parques. E indústrias. Novas indústrias, ecológicas e sustentáveis, orientadas por princípios da economia circular, com produção descentralizada, sem resíduos, em cadeias produtivas curtas, aproximando produção de consumo. Uma economia integrada, a perpassar todas as dimensões do cuidado com a casa. Oikos, casa, lar, ambiente; Nomein, gerenciar, administrar, cuidar; do grego antigo Oikos/Nomein, economia. A produção na escala da vida, com justiça e equilíbrio, que democratize os ganhos de produtividade, que não podem destinar-se apenas aos donos do capital, mas sobretudo ao trabalho humano.

Produzir na escala da vida também significa preservar a vida dos demais seres, reconhecendo-os como Sujeitos de Direitos. Os animais têm direitos, as plantas, as águas, as flores, as montanhas, todos têm direito à dignidade que preserva o sentido de suas vidas, de sua existência. Essa é a lógica do Teko Porã, o “modo bom de viver na Casa”, dos povos Guaraní. Os povos originários deste continente, que veio a ser chamado América, nos ensinam que é preciso cuidar de nossa morada e de nossa mãe, a Mãe Terra, nossa dádiva, nossa Casa Comum. Cabe a cada geração legar um mundo melhor para as gerações seguintes. Essa sabedoria se traduz por Bem Viver, Sumak Kawsay em Quéchuá, Suma Qamaña em Aimara, Kúme Mongen, em Mapuche. Promover o encontro entre Economia de Francisco e Clara e o Bem Viver significa o reencontro com e entre sabedorias ancestrais, reestabelecendo o fluxo para uma vida em abundância e harmonia. Colocando em questão a própria ideia de Des-Envolvimento, pois para “desenvolver” não é preciso separar. Essa compreensão ocidental de desenvolvimento gera uma falsa ideia de progresso, baseada no individualismo e

no interesse privado, desprezando os direitos coletivos. É chegado o momento para uma nova noção de desenvolvimento com a Declaração dos Direitos da Natureza.

O contraponto é pensar uma Economia do Suficiente, do justo e do bom, que atenda a todas e todos com equidade, gerando o Bem Viver. Uma economia que fortaleça laços comunitários a construírem o desenvolvimento coletivo, tendo por foco as comunidades como autogestoras de seus processos de vida. O urbanismo colaborativo, as ecovilas, a agroecologia. A produção de alimentos saudáveis, sem veneno, colhidos pela agricultura familiar ou em hortas urbanas. Moradia digna, trabalho como direito. A livre circulação nas cidades, e entre cidades, e entre países. O convívio com o diverso, a cultura, o lazer. A educação e a saúde como bens comuns, jamais como mercadoria. Que as pessoas vivam bem, e que a boa vida de cada um não resulte em opressão e exploração sobre os demais.

Essa forma generosa de economia remete a formas colaborativas de produção, quando a tecnologia deve ser um vetor de inclusão, jamais de exclusão. Uma tecnologia a favor do humano, em que trabalho autônomo não pode ser sinônimo de precarização do trabalho. A aparente objetividade proporcionada pela técnica leva o mundo a horrores, porque desprovida de sentimento, esfriando e debilitando o próprio sentido da vida. Uma forma dadivosa de economia remete à generosidade intelectual, com o fomento a conhecimentos livres e transferência de conhecimentos e tecnologias para as comunidades, como no caso do software livre, energias renováveis e agricultura sintrópica, integrando, organizando, equilibrando e preservando sistemas energéticos e de produção.

Economias no plural. Economias solidárias e populares, criativas, colaborativas. A economia circular e ecológica. As economias da dádiva, a festa comunitária, a comunhão. A economia feminista, das mulheres. As economias camponesas e tradicionais. A economia do cuidado, a economia doméstica. As economias digitais e do software livre. A economia da cultura. O mundo do trabalho, enfim. As economias vivas.

Do coletivo, do comum. Daquilo que é de todos e que tem que ser repartido entre todos. Na Economia de Francisco e Clara não há lugar para o egoísmo, nem para a ambição desmedida, nem para a acumulação infinita. Nem para bilionários. Sim, um mundo sem bilionários e sem megafortunas. A concentração de riqueza, tal qual se apresenta nos tempos atuais, é infame. Não se pode tolerar uma economia em que, para acumular bilhões (de dinheiros) é necessário deixar outros bilhões (de vidas) sem nada. A era do capital improdutivo tem que acabar. De uma forma ou de outra. E começamos conclamando aqueles que, por diversas circunstâncias, estiverem na condição de detentores de megafortunas, que

comecem a repartir, por iniciativa própria, por consciência, assim como fizeram São Francisco, Santa Clara e tantos jovens de Assis.

O mundo não pode esperar mais. É preciso instituir uma taxação internacional sobre fluxo de capitais e movimentações financeiras em Paraísos Fiscais. Lucros e dividendos, grandes Fortunas, artigos de luxo, supérfluos ou que fazem mal à saúde, precisam de taxação específica. Não é possível que aqueles que têm tanto sigam com tantos privilégios, recebendo isenções e subsídios, enquanto bens e artigos essenciais são taxados em razão inversa. Onera-se o trabalho e libera-se o capital. Esse é um mundo ao revés, que cobra muito daqueles que têm tão pouco e cobra tão pouco daqueles que têm muito. A acumulação capitalista se fez a partir da superexploração dos recursos naturais e humanos; o subsídio a tanta ganância foi pago com a vida de gerações inteiras; também as montanhas pagaram seu tributo, os bosques e florestas, repletos de plantas úteis e medicinais, os cursos d'água, os oceanos; sistemas de vida foram alterados, quando não destruídos por completo. Chegou o momento para uma tributação social e ecológica que resgate as dívidas social e ambiental. Bem como a rediscussão do Sistema de Dívida, que escraviza países e pessoas.

O Sistema Financeiro, controlando um emaranhado de empresas que assolam o mundo, está acumulando tamanha concentração de poder e riqueza que transforma pessoas e países em “escravos da dívida”. Dívida para ter uma casa, dívida para ter um carro, dívida para ter um diploma de nível superior, dívida pelo consumismo. Dívida de Estados a manter países no subdesenvolvimento. Dívida para sujar o nome das pessoas. Dívida para controlar nações. Um mundo de servidão imposto por um Sistema sem controle. Um Sistema que controla Estados, Organismos Internacionais e Corporações Econômicas. Que concentra riqueza e poder com o objetivo de mastigar vidas. Na forma que existe, o Sistema Financeiro precisa acabar. Se quisermos viver a vida tal qual nos foi ofertada, como dádiva e milagre, será preciso reinventar esse Sistema.

Pensar um mundo menos desigual é o principal desafio para a Economia de Francisco e Clara. O modelo econômico capitalista e produtivista, tal qual se apresenta em nossos tempos, se contrapõe ao cuidado da Casa Comum. As dimensões do Planeta Terra, nossa Casa, são finitas, e os recursos esgotáveis. É ilógica a prevalência de um modelo econômico que prega a acumulação sem limites e a exploração infinita. É inaceitável um modelo econômico que pretende transformar a última gota de água limpa em líquido pútrido, transfazendo o humano em coisa. A ideologia de mercado, agravada pelo neoliberalismo, está levando a humanidade ao suicídio.

A produção da cidade é um grande negócio: promove luxo e riqueza para alguns, sob a forma de lucros, juros e rendas provenientes de aluguéis ou da valorização especulativa de imóveis. E ao mesmo tempo promove a exclusão, a segregação, a predação ambiental, o exílio de jovens em bairros precários e violentos. A localização na cidade- ou o direito à cidade- tem um preço e esse preço varia com as características de cada bairro. Varia também com os investimentos públicos e privados. Em São Paulo 20 anos separam a expectativa de vida dos bairros ricos em relação aos bairros periféricos. A falta de mobilidade, o transporte precário, a falta de acesso à moradia, as enchentes e desmoronamentos (que atingem principalmente os pobres), a poluição de rios, lagos, praias, ar, são resultados desse processo. Para mudar essa realidade é preciso aplicar a função social da terra prevista na legislação brasileira. É preciso regular a propriedade imobiliária. A cidade é uma produção coletiva. É nossa casa comum. Não deve ser objeto de especulação e enriquecimento.

O mesmo acontece na zona rural. Apesar da abundância de terras no Brasil o acesso à terra é negado aos pequenos agricultores. A demarcação de terras, embora sendo lei, é negada a indígenas e quilombolas. Enquanto uma tradição de grilagem de terra marca a história do país a ocupação de terras para a pequena produção agrícola é criminalizada. Os pobres do campo e da cidade não tem acesso à terra que é tomada como um ativo financeiro.

Para que a Economia de Francisco e Clara floresça é necessário assumir essa visão com clareza, sem meias palavras. Nosso método de ação é fraterno, é de paz. Mas sabemos de que lado estar. Nossa opção preferencial é pelos pobres, pelos excluídos, pelos desvalidos. Pelo pão, pelo trabalho, pelo teto e pela terra, pelo planeta. Pelo que é justo. Não nos restringiremos a ações paliativas ou pontuais. Vamos também a elas, ao propor o Mutualismo, a exemplo das Associações de Auxílio Mútuo, criadas pelos movimentos operários ao final do século XIX e início do XX, para mitigar o desamparo a que famílias de trabalhadores eram abandonadas. Em nome da acumulação primitiva do capital, um mundo sem leis e sem direitos se impunha sob a bandeira do liberalismo econômico. Com o neoliberalismo essa regressão e desamparo voltou. Não nos furtaremos a enfrentá-la. Seja lutando pela preservação de direitos trabalhistas e sociais, seja estando lado a lado dos desamparados, aliviando suas necessidades imediatas. Mas também iremos pôr em questão e discutir a macroeconomia e o poder que a impõe.

Enfrentar o debate macroeconômico pressupõe firmeza em reconhecer que, no tempo histórico atual, não há como prescindir do Estado como estrutura para promoção do equilíbrio entre igualdade na diversidade, e liberdade no individual e no coletivo. A desigualdade se agravou a níveis nunca vistos na exata proporção em que os Estados foram enfraquecidos, até

serem plenamente capturados pelo poder absoluto do dinheiro, degradando o sentido da democracia e do bem comum. Cabe reverter esse quadro. Os benefícios gerados pela Economia Nacional e Global não podem continuar sendo apropriados por uma minoria que controla o poder nos Estados e Organismos Internacionais. A vida deve ser boa e justa para todos.

Políticas públicas de qualidade, inventivas e universais, justas e bem executadas, também dizem respeito à Economia de Francisco e Clara. Assim como a ética na execução dessas políticas. Nós vamos disputar a formulação e implantação das políticas públicas, via Estado e via ações de natureza pública não estatal, na esfera do comum. Sempre com amplitude, em diálogo respeitoso e sem sectarismo, mas assertivo, com estudos aprofundados, experiências concretas e propostas. E traduzido esse debate em linguagem acessível, popular, que desmitifique o conhecimento, permitindo que todas as pessoas possam compreender, ao menos um pouco, o intrincado mundo da gestão do Estado, do Poder Público e das finanças. É preciso mudar a legislação tributária no Brasil e no mundo. Reforma da arquitetura financeira, com fomento a Bancos Públicos e Comunitários; regulação de fluxos de capital; reforma tributária, com desoneração do consumo popular e cobrança de impostos sobre propriedades, heranças e renda de capital; redução de subsídios a combustíveis fósseis e incentivo às energias renováveis.

Reunidos no Brasil, reafirmamos a importância e necessidade de consolidação de propostas e experiências iniciadas em nosso país. Propostas que precisam ser reapropriadas por nosso povo, bem como ofertadas para o mundo. Como já acontece com algumas políticas públicas idealizadas e experimentadas por aqui. A Renda Básica da Cidadania, iniciada como Bolsa Família, que permitiu retirar mais de 30 milhões de pessoas da condição de pobreza ou miséria; uma Renda Cidadã, caminhando para uma Renda Universal, a assegurar dignidade e meios de sobrevivência para todas as pessoas. Orçamento Participativo, em que os cidadãos possam decidir sobre a aplicação de recursos públicos em suas comunidades; essa experiência se espalhou por cidades brasileiras e de muitos países, cabe aprofundá-la, contemplando a origem das receitas públicas, não se atendo apenas às despesas, e ampliar para a efetividade em outras esferas de poder, não somente a local. Rede de Economia Solidária e Finanças Solidárias, estimulando a criação de moedas virtuais locais, com controle social e arranjos produtivos locais. Segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura camponesa e familiar, com incentivo à produção de alimentos saudáveis, livres de veneno, em transição agroecológica. Especialmente na merenda escolar, estimulando a educação alimentar e nutricional, a exemplo do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Programas como as Farmácias-vivas, que preparam remédios de baixo custo para distribuição gratuita, a partir das plantas medicinais.

Saberes e experiências, nascidos nas franjas, nas bordas do sistema hegemônico, não podem mais ser considerados ações periféricas. Vamos atuar para que passem ao centro do debate sobre economia e desenvolvimento. A economia de mercado tem colocado os povos a serviço da lógica dos mercados, exacerbando comportamentos individualistas, consumistas e irresponsáveis. Cabe jogar luz para outras formas de ser, pensar e agir. As linguagens do coração, da cabeça e das mãos, que brotam do Brasil escondido e até sufocado. Partimos das ações simples, do real, das experiências bem-sucedidas, idealizadas e construídas no seio das comunidades brasileiras, de norte a sul do país, de leste a oeste, das favelas aos pequenos municípios, do litoral ao sertão, das grandes metrópoles aos povos das florestas. Em meio à escassez brotam as saídas. E voltará a esperança.

As moedas sociais, locais, que incentivam as comunidades a aplicarem seus recursos em negócios gerados na própria comunidade, com bancos comunitários que amparem a fiança solidária. As relações econômicas surgidas na base da confiança nas relações interpessoais, as compras coletivas, os pequenos empreendimentos. A exitosa política com a instalação de um milhão de cisternas no semiárido brasileiro. Tal programa, fruto de ampla articulação de organizações comunitárias, vem melhorando a qualidade de vida das famílias que convivem com a seca naquelas regiões. A agricultura familiar e camponesa, em que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é o maior produtor de alimentos orgânicos na América Latina, com 14.000 toneladas de arroz orgânico, entre outros alimentos. A rede de Agroecologia e Agroflorestas, com mais de mil entidades. As cooperativas de produção, o cotrabalho, a revalorização dos ofícios e saberes tradicionais, atualizados nas formas contemporâneas possibilitadas pela cultura digital. Os Pontos de Cultura, fomentando a identidade e a diversidade cultural em 1.100 municípios, com mais de 3.500 Pontos, espalhados pelos rincões mais afastados, de favelas a aldeias indígenas. Os coletivos de artistas, de jovens, de mulheres, de negras e negros, dos LGBT. As redes dos povos quilombolas, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais.

O quadro acima sistematiza o que já está sendo feito e que pretendemos potencializar. Também apresentamos propostas novas, como a educação dos jovens para a ação solidária e cidadã, com os Agentes Jovens da Comunidade. Uma política pública que ainda não teve escala necessária, mas que já foi experimentada com bons resultados, em uma primeira edição, com 5.500 jovens na cidade de São Paulo, e outra com 11.000 em todo o país. Um aprendizado-serviço junto a organizações comunitárias. O oposto do serviço militar, um

serviço civil, que valoriza organizações comunitárias a serem transformadas em potentes espaços de acolhida, aprendizado e experimentação, para os jovens da Economia de Francisco e Clara.

Toda essa vitalidade, presente no solo brasileiro, ensaia novos modelos de política e autogestão. É esse caldo de cultura colaborativa que nos faz ter esperança no Brasil, mesmo em meio a um ambiente de regressão econômica, social, política, e até mesmo civilizatória. Enfrentaremos o horror, os preconceitos e violências, com a Cultura da Paz ativa. A Economia de Francisco e Clara chega para ficar e começa fazendo o necessário; depois, o que é possível; até que estaremos fazendo o impossível. Como São Francisco de Assis, pretendemos realizar o impossível a partir das coisas simples.

Vimos para escutar e para falar. Falamos de democracia porque queremos evitar a barbárie e desenvolver a civilização. Com democracia real, substantiva, para além das aparências, do simples votar. Não somente a democracia representativa, mas participativa (referendos, plebiscitos), tendo a democracia econômica como condição para a democracia social e política. Uma democracia para um mundo diverso, plural, poliédrico, não esférico e uniforme. A beleza do mundo está em conviver com as muitas formas e cores.

Nossa beleza reside no fato de que somos iguais e diferentes ao mesmo tempo. Uma democracia verdadeira pressupõe que os povos se apropriem dos meios de governança e autodeterminem-se, com Estados e sociedades democráticas, e que os recursos do Estado sejam colocados a serviço da vida, não dos mercados. Para tanto é preciso ir além dos Estados, fortalecendo a Sociedade Civil e Processos Democráticos a partir da Base, autogestionários, comunitários, com conselhos e ouvidorias, com direito à cidade e democratização dos meios de comunicação.

Democratizar os processos de controle cidadão sobre os Estados e a Economia demanda novas leis. A começar por mecanismos que possibilitem uma maior participação de mulheres, negros e indígenas nos parlamentos, como espelhos mais reais da diversidade refletida pela sociedade. Tudo isso demanda legislação e regulação, repensando modelos de financiamento de campanhas eleitorais e governança democrática. Democracia é também acesso à Justiça, com casa familiar inviolável, redes de proteção contra casos de injustiça, abuso de autoridade, perseguição (*lawfare*), genocídio e crimes de ódio. Há que ter controle social sobre o Judiciário, Ministério Público e as Polícias, fortalecendo as Defensorias Públicas e o exercício da advocacia, justiça restaurativa, ações civis públicas, mandados de segurança e participação comunitária em processos judiciais de interesse coletivo público, via *amicus curiae*.

Do local e comunitário à governança planetária, com a reformulação e democratização dos Organismos Internacionais. Vivemos todos em uma mesma Casa. É chegado o momento para se abrir espaço para uma Cidadania Planetária. Neste mundo ao revés, imposto pela ideologia neoliberal, as mercadorias e as coisas podem circular livremente entre países, menos as pessoas. Somos todos cidadãos de um mesmo planeta, queremos um mundo com menos muros e mais pontes.

Tratar de democracia é tratar sobre a democratização das cidades, a ocupação dos espaços públicos e os Bens Comuns. Bens Comuns, os bens que são de todos e que não podem ser aprisionados pela ganância. A água, o ar, a saúde, a educação, a cultura e o lazer, o ir e vir. O Teto e o direito à moradia digna. O trabalho como direito. Não é ético um país subutilizar dezenas de milhões em sua força de trabalho. No Brasil são sessenta milhões de pessoas entre desempregados, subempregados e precarizados. É muita energia humana descartada, ainda mais em um país em que há tanto por fazer. Democracia real é debater o mundo do trabalho, a democratização dos ganhos de produtividade e as transformações em curso, a redução da jornada de trabalho. Terra, trabalho, teto e liberdade para que todos possam viver uma vida justa e em paz.

A caminho de Assis nos somamos ao Pacto Educativo Global, também lançado pelo Papa Francisco. Concordamos que é “fundamental trabalhar a partir da educação em sistemas alternativos que não tenham como premissa a ideia de idolatrar o dinheiro. Temos que buscar desenvolver programas e estudos em torno do conceito da economia circular, que contribuam para uma educação consciente da sustentabilidade ambiental, que requer devolver ao meio ambiente o que lhe é retirado”, conforme pronunciamento do Nobel de Economia, Joseph Stiglitz em encontro no Vaticano, com o programa *Scholas Occurrentes*.

Unidos ao Pacto Educativo Global, propugnamos por mudanças nos currículos dos cursos de economia. Também pela mudança nos currículos de todos os cursos. Da educação infantil ao ensino superior, passando pela educação do trabalho. Buscamos alcançar uma educação integral para uma ecologia integral. Defendemos a valorização dos professores e sua formação para orientarem seus alunos na redescoberta do sentido do Bem Comum. Também valorizando os saberes tradicionais e comunitários como parte integrante dos currículos. Abraçamos uma educação sobre nossos direitos e deveres, sobre a ética da responsabilidade e da reciprocidade, em que a educação econômica aconteça desde a educação básica.

Nessa caminhada afirmamos nosso compromisso por uma Transformação Global, tendo por base cinco palavras, que, em português, são iniciadas pela letra E:

Ética;

Economia;

Ecologia;

Educação;

Estética.

Com essa base lutaremos para o surgimento de um novo modelo civilizatório. Nesse modelo, não mais será “um ou outro” e sim “um E outro”. Um mundo em que caibam outros mundos. Que a beleza e a partilha do sensível sejam uma constante em nossas ações, harmonizando forma e conteúdo. Em que a educação seja transformadora, emancipadora, fazendo com que nos reencontremos com a ecologia, nos reconhecendo como uma espécie que não pode viver “à parte” do planeta, e sim como “parte” do planeta. Somos filhos de uma mesma mãe e um mesmo pai. Nossa ação econômica será orientada para novos modos de obtenção e utilização dos recursos necessários ao bem comum, com respeito ao próximo. E que a ética jamais se afaste de nós.

Beleza e alegria, arte e cultura, justiça e felicidade, são os nossos votos para Realmar a Economia. Para tanto propomos trocar os números frios para medição do Produto Interno Bruto dos países, pelos indicadores quentes da Felicidade Interna Bruta. “A alegria é a prova dos nove!”, disse o poeta modernista Oswald de Andrade. A Economia de Francisco e Clara, para dar certo, deverá ter como principal indicador a alegria que irá proporcionar aos viventes desta abençoada província do universo. Quando isso acontecer, saberemos que Clara e Francisco também estarão alegres.

A Economia de Francisco e Clara, inspirada no Cântico das Criaturas, está chegando e nos unimos a ela!

Bela e radiante,

Louvada sejas, com todas as suas criaturas.

A Economia do irmão Sol e da irmã Lua com as estrelas

Louvada sejas, pelo irmão vento, pelo ar ou nublado.

Serena, às tuas criaturas dará sustento.

Útil e humilde, saciará nossa sede.

Os frutos diversos, as coloridas flores e ervas,

Todos somos filhos de nossa mãe Terra.

Louvai e bendizei a meu Senhor,

E dai-lhe graças!

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA PELA ECONOMIA DE FRANCISCO

São Paulo, 19 de novembro de 2019

- I Encontro Nacional, realizado no Teatro de Arena -Tucarena- da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP.
- Carta revista e ampliada a partir do encontro de planejamento com os jovens rumo a Assis, em 18 de janeiro de 2020, na Escola DIEESE de Ciências do Trabalho– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

ANEXO D – ABEFC: 10 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

Nos 10 princípios da Economia de Francisco e Clara nós apresentamos os valores da economia que acreditamos e que lutamos diariamente para construir nas nossas comunidades.

Princípio 1 – Cremos na Ecologia Integral

(Palavra-Chave: Ecologia Integral)

Cremos em uma ecologia integral, que reconheça as relações humanas, sociais, ambientais, políticas e econômicas, que esteja respaldada nos valores franciscanos e clarianos, que garantam a vida em sua dignidade, e que não seja nociva aos demais seres. Que parta do fundamento de que tudo aquilo que existe e vive deve ser respeitado.

Princípio 2 – Cremos no Desenvolvimento Integral

(Palavra-chave: o desenvolvimento integral)

Cremos que só é possível pensar em desenvolvimento aliado ao cuidado da criação, com a participação dos empobrecidos nos processos de construção das políticas sociais e econômicas. Cremos, assim, no desenvolvimento humano integral como princípio fundamental das mudanças estruturais necessárias, o qual pressupõe a soberania dos povos e a luta nos territórios, e sugere uma economia solidária, fraterna, ecológica e democrática (Fratelli Tutti, 169).

Princípio 3 – Cremos em alternativas anticapitalistas

(Palavras-chaves: anticapitalismo e bem viver)

Cremos no Bem Viver porque o capitalismo é um sistema econômico cujas leis próprias geram exclusão e desigualdade (Evangeli Gaudium, 53), pelo que se faz um sistema insuportável, e que precisa ser superado, juntamente do colonialismo e do patriarcado. Cremos que um suposto “capitalismo inclusivo” é contraditório com a opção pelo respeito à criação e por uma ecologia integral e não é a resposta para a crise que vivemos. Cremos, portanto, que o bem viver é a filosofia prática que nos faz caminhar na direção da nova economia construída sob o paradigma da igualdade, da sustentabilidade e da cidadania.

Princípio 4 – Cremos nos Bens Comuns

(Palavras-Chaves: Bens Comuns e papel do Estado)

Cremos nos Bens Comuns porque o neoliberalismo, versão contemporânea do capitalismo, acentuou as características de uma economia que mata, com a idolatria ao capital e ao mercado; cremos se tratar de um pensamento limitado, que recorre à mágica teoria do “gotejamento” como única via para resolver os problemas sociais, a qual, por sua vez, não funciona, pois o mercado não regula tudo (Fratelli tutti, 168); pelo contrário, torna a política refém de uma economia tecnocrática (Laudato si, 189), e prejudica o necessário papel do Estado na garantia dos direitos sociais inalienáveis, pois privatiza direitos e estatiza prejuízos.

Princípio 5 – Cremos que ‘Tudo está interligado’

(Palavra-chave: Crise Ecosocial)

Cremos que a superação da crise se dá por caminhos onde tudo está interligado, inclusive as soluções diante da crise socioambiental que possuem implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas, políticas e que afetam principalmente os empobrecidos (Laudato si, 25), os povos originários e tradicionais.

Princípio 6 – Cremos na potência das periferias vivas

(Palavra-chave: as periferias como ponto de partida)

Cremos que o caminho de reconstrução de novas economias passe pelas “sementes de esperança semeadas pacientemente nas periferias esquecidas do planeta, destes rebentos de ternura que lutam por subsistir na escuridão da exclusão” (Papa Francisco). Cremos que é nas periferias que germinam as experiências revolucionárias que brotam das lutas emancipatórias dos movimentos sociais, das comunidades de base, dos povos originários, das articulações populares, e de tantos outros afins.

Princípio 7 – Cremos na economia a serviço da vida

(Palavra-chave: realmar a economia)

Cremos na urgente necessidade de realmar a economia, colocando no centro das relações sociais a vida em sua diversidade e dignidade, na construção de uma nova sociedade mais igualitária, onde mulheres, crianças e adolescentes, negras e negros, povos originários, comunidades LGBTQIA+ e todos os demais grupos oprimidos tenham seus corpos respeitados e direitos garantidos, pautando-se pelos valores da sororidade/fraternidade universal, diversidade do sagrado, justiça social, paz e sustentabilidade.

Princípio 8 – Cremos nas Comunidades como Saída

(Palavra-chave: Território e práxis)

Creemos que a territorialidade, entendida como o espaço de vivência concreta no cotidiano, tem um papel crucial na construção de novas práticas econômicas. Creemos que é desde o chão da existência real e da práxis que se forja o ser político social, potencializando os saberes e fazeres por meio do protagonismo dos atores locais sendo parte da ação necessária à mudança macro-territorial. Creemos que a decolonização começa por uma reparação histórica, e deve se constituir na luta pelos direitos territoriais sagrados dos povos originários e quilombolas. Creemos na práxis de libertação que valorize efetivamente a pluralidade cultural contra toda a desterritorialização dos periféricos, dos camponeses, migrantes e outros marginalizados.

Princípio 9 – Creemos na Educação Integral

(Palavra-chave: Pacto Educativo Global)

Creemos numa educação pública, gratuita, inclusiva, inovadora, libertadora, ambiental e artística, que atenda às necessidades da sociedade, e que possibilite a aprendizagem de pessoas reflexivas e críticas. Creemos na educação popular como síntese da cultura do encontro. Creemos que o ensino, a pesquisa e a extensão devem estar sempre direcionadas à novas economias, e que a educação básica deve estar integrada na mesma perspectiva.

Princípio 10 – Creemos na solidariedade e no clamor dos povos

(Palavra-Chave: movimentos sociais)

Creemos numa economia sustentável, democrática e fraterna, que rompa com as desigualdades sociais, proporcione a emancipação humana e garanta o direito à terra, ao teto e ao trabalho, construindo mecanismos de geração de renda que fortaleçam a cooperação, a associação e a autogestão. Creemos numa economia pautada na justiça social, que reconheça as diversidades, e que crie redes entre os movimentos sociais a partir dos princípios da economia solidária e agroecológica.

ANEXO E – VILA TRABALHO E CUIDADO: INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA VILA NO COMITÊ CENTRAL



RECAP

This is an interactive document

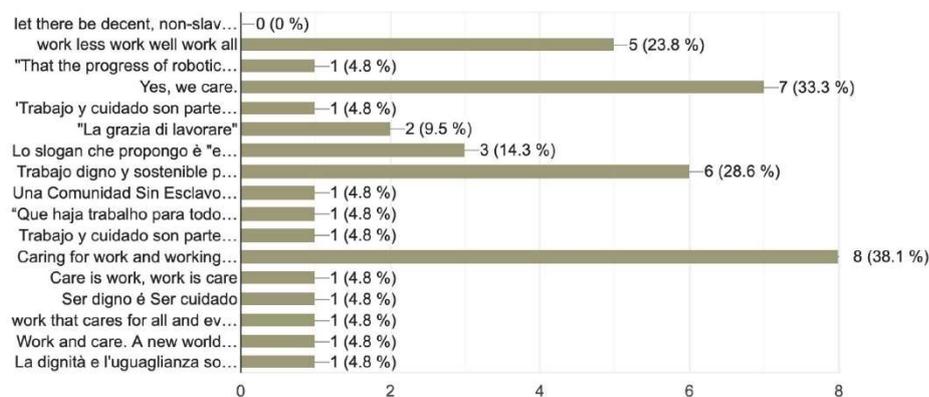
- 1) [Our Slogan 2022](#)
- 2) [Our village main topics](#)
- 3) [Working groups](#)
 - a) [Volunteers and referents of each group](#)
 - b) [What needs to be done? Group responsibilities](#)

SLOGAN 2022

Caring for Work and Working to Care

What slogan do you like?

21 respostas

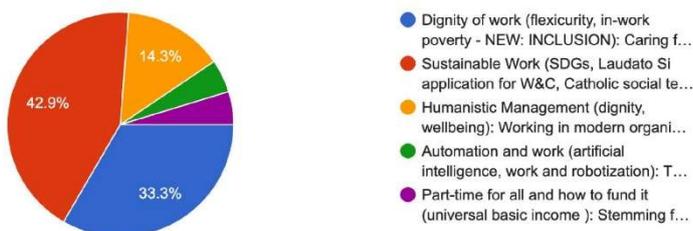




MAIN TOPICS WORK AND CARE VILLAGE

These topics are in order from the most voted to least voted. What is your preference?

21 respuestas



MAIN TOPICS DETAILED - as prioritized by all of us

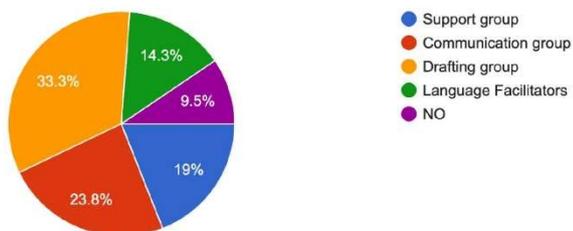
1. **Sustainable Work (SDGs, Laudato Si application for W&C, Catholic social teaching - CST):** Pope Francis in Laudato Si' stresses the interconnection that binds men and women to the environment in which they live, leading us to consider with extreme attention and importance the system of human relations affected by our work. How can work be brought back into a correct 'ecological' and 'anthropological' perspective, based on the centrality and dignity of the human person?
2. **Dignity of work (flexicurity, in-work poverty - NEW: INCLUSION):** Caring for work is caring for an essential dimension of human life. The labor market has been affected by dramatic transformations in the last decades. In-work poverty is an increasingly common issue in modern economies. How can the needs of flexibility of the labor market be reconciled with the non-negotiable aim for dignified work?
3. **Humanistic Management (dignity, wellbeing):** Working in modern organizations entails engaging in numerous relationships, dealing with a lot of different people. Are contemporary firms able to enhance the dignity of all employees, valuing all talents and skills and acknowledging all dimensions of human life, not just job-related skills?
4. **Part-time for all and how to fund it (universal basic income):** Stemming from the proposal of Jennifer Nedelski, we want to investigate whether part-time for all can be a viable way of re-organizing work in present and future societies. How do we think this proposal can be financially supported and integrated with other welfare provisions to alleviate poverty such as UBI?



- 5. **Automation and work (artificial intelligence, work and robotization):**
Technology is changing the way we live and work. Robotization and automation are increasingly common in the workplace: how is this going to transform and impact labor? What are the opportunities and threats that this transformation is carrying on?

WORKING GROUPS

do you want to be part of a team? If yes, which one?
21 respuestas



Volunteers and referents of each group

(for those who are in two groups, please be at peace! Choose where you'll find more fun!)

COMMUNICATIONS GROUP	
Elvira - REFERENT	elviraocchipinti@gmail.com
Benedetta - CO-REFERENT	benedetta.iofrida@gmail.com
Bléoué Jean Müller	jmboss@outlook.fr
Andrea	andrea.canteri@bee4.net
Anna	ankacujova@gmail.com
Rosalie	rosalieborchert@gmx.de
DRAFTING GROUP	
Carlos - REFERENT	carlos_mlemos@hotmail.com



Vanessa - CO-REFERENT	vanessa.hasson.adv@gmail.com
Valerio	martinellivalerio1993@gmail.com
Marion	marion.lugagne@gmail.com
Rita	rita.sacramento.monteiro@gmail.com
Agata	a.kalamucka@uw.edu.pl
Ignacio Daniel	alonsoalasinoincacio@gmail.com
LOGISTICAL AND METHODOLOGICAL SUPPORT GROUP	
Jose Oscar - REFERENT	johenaom@gmail.com
Federica - CO-REFERENT	puma.federica.2@gmail.com
Florencia	floriurquiola@gmail.com
Hanly Hilu	hilu.fera21@hotmail.com
Erick	erick@biofusioncr.com
LANGUAGE FACILITATORS	
Massimiliano - REFERENT	massimiliano.abri@live.it
Rita - CO-REFERENT	rita.sacramento.monteiro@gmail.com
Marion - CO-REFERENT	marion.lugagne@gmail.com
Marco	marco.secchia@gmail.com
Catalina	dacatalina14@gmail.com

What needs to be done? Group responsibilities

Communications - Our "press office"

- How would you like to organize?
- Which kind of content would you like to create?
- **Interviews.** Starting from Nicolas del Mastro (nicodelmastro@gmail.com), Michela Francesca Di Stefano (mfdiste@gmail.com), Augusto Martins <menor.augusto@gmail.com>, Andrea Ricatti (frandrearicatti@gmail.com), Regina Nkemajen (reginakercy@gmail.com), Colin Gilbert (cjgilbert10@gmail.com),



Drafting group

Please remember: during the event this group has the task of preparing the official document of our village compiling all the work done (specially on the 23rd). The final document can be in different languages, but the one to be delivered must be written in English.

- How to prepare for the writing of the document? Do you know any method to do it in an agile way?
- [Please consider our draft program](#)

Logistical and methodological support group

- Consider [the different methodological proposals](#), and taking into account the time we have to work in presence, which of them is the most agile?
- [Please consider our draft program](#)

Language Facilitators

Thank you for what you have previously prepared. Perhaps it is important to meet with the referents of the other working groups.

For any news contact Massimiliano.

ANEXO F – VILA TRABALHO E CUIDADO: PROPOSTAS DO COMITÊ CENTRAL PARA INTERVENÇÃO NA POBREZA DO TRABALHO



From the Event

Daniel - Brazil

Como a pobreza do trabalho afeta a vida das pessoas?

- Em todos os pilares, qualidade de saúde, educação, acesso a saneamento, lazer...
- Gera estagnação, ignorância, medo, intolerância....
- Falta de perspectiva, aprisionamento, abismo social, violência....
- Consumo de drogas, depressão e doenças mentais e emocionais...

Como podemos intervir?

Penso que questões técnicas, políticas, logísticas, financeiras, tecnológicas e etc são fundamentais e muitas já estão ocorrendo, mas acredito que o centro desse desafio se encontra na questão cultural e comportamental das sociedades e suas maneiras de ver e realizar as relações. Neste sentido entendo que as maneiras mais efetivas estão voltadas para ações que promovam mudanças culturais, comportamentais e auxiliem na expansão de consciência da sociedade (pessoas).

- Revisita e atualizações das leis trabalhistas a nível nacional e internacional...
- Programas e estímulo a qualidade de vida (esportes, lazer, cultura)...
- Programas de saúde mental e emocional...
- Remodelagem e estímulo do trabalho com o propósito e a transformação social...
- Linhas de fomento ao empreendedorismo social, negócios de impacto e iniciativas sociais...
- Propostas educacionais voltadas a vida, a liberdade e a desenvolvimento do ser integral...
- Investimento na base (crianças e jovens), pensando na transformação de uma cultura para a vida...
- Investimento massivo em ações culturais e de expansão de consciência...
- Alinhamento e auxílio das tecnologias a serviço da vida...
- Desenvolvimento de estratégias que permitam o intercâmbio de saberes entre os negócios e as ações de transformação sociais ou seja que auxiliem a levar o "empreendedorismo" para o "social" e o "social" para o "empreendedorismo"...

Proyecto "Red de los trabajadores de la Economía Popular internacional - Nahuel Sebastian Bruni



El proyecto se basa a partir de la fraternidad y el bien común los trabajadores del mundo empezamos a trabajar en conjunto entre todos los continentes para poder conocernos e intercambiar experiencias como la economía de Francisco es un proceso, la red también lo será de la periferia hacia el centro y de abajo para arriba ya se está armando ahora hay un total de 5 países bolivia, México, Brasil, Italia, cuba, taiwán y argentina. Apenas lleguemos a nuestros países. ya vamos a empezar a reunirnos y también a integrar a más países por qué la problemática de trabajo en espacios públicos como agricultura familiar, etc. Se tiene que construir y adquirir derechos a partir de un abrazo fraterno entre los países del mundo.

Objetivos

- No perder el tiempo y empezar a trabajar
- Conocer las diferentes idiosincrasias de cada país
- Ver las posibilidades en conjunto con académicos
- Marcar el horizonte con metas a corto, mediano y largo plazo.

Previous proposals

Carlos Lemos - Portugal

In recent years, artificial intelligence has advanced exponentially, as evidenced by its many applications in different fields, particularly those that involve mechanically repetitive tasks. Actually, the impact of automation on the workforce will be much more than jobs lost or gained— the work itself will change. Quoting Pope Francis, technological progress "can make a better world possible if it is joined to the common good and oriented towards respecting the dignity of the person and of Creation."

For this reason, I think we, as a village, should also find out in which way artificial intelligence and automation of work can help to take care of the global village we live in. Beyond the impact of automation in the future of work, artificial intelligence makes it possible to create more sustainable cities or improve access to healthcare, namely in

Work and Care Village
eofworkandcare@gmail.com



remote areas.

Given my academic background in Artificial Intelligence & Automation and my English Proficiency level in reading and writing skills, I offer to join the Drafting or Representation Groups, where we could elaborate on the following projects:

- a) to sum up several Applications of Artificial Intelligence and Automation at the service of work, humanity and creation;
- b) to propose a core set of Ethical Principles and Commitments for Artificial Intelligence and Automation of Work that can preserve human dignity and address socioeconomic inequalities.

Nicolas del Mastro - Argentina

Por el contacto global creo que el tema prioritario de la Aldea Debería ser Dignidad del Trabajo, allí podemos abarcar o referirnos al resto si la idea no es desarrollar. Pero la centralidad debe estar en la dignidad humana un lugar donde teorías, ambitos, sectores, etc etc une es decir es parte de la fraternidad humana.

Sobre el método, sugiero dividir el grupo en dos grandes ejes y que cada aldeano se sume al que pueda aportar mas. Y ahí Trabajar con el método ver juzgar y actuar. Es decir diagnóstico de la situación, aporte iluminacion marco teórico y jurídico desde la DSI, desde el magisterio de francisco desde distintas religiones y desde la filosofía etc. Y luego proponer acciones desde proyectos reales iniciativas buenas prácticas y propuestas de cambio estructural normativos de políticas públicas etc.

Y creo muy importante el espacios siempre para solicitar aportar con traducciones de miembros de la aldea es decir que tengamos siempre la consulta de personas que puedan ayudar colaborar a traducir los espacios las actividades los zoom los encuentro. También creo es muy importante trabajar el tema de las discapacidades. Sobre todo en el mundo del trabajo, ya que podríamos incluir a personas víctimas sobrevivientes de la explotación en el trabajo es decir personas que sufren en sus cuerpos mutilaciones consecuencias de la contaminación del trabajo forzoso es decir damnificados de las peores formas de trabajo. Y trabajar en la reparación de derechos y su reconstrucción

Work and Care Village
eofworkandcare@gmail.com



de horizonte de vida.

Michela Francesca Di Stefano - Italy

All the main topics on which we have been working are very interesting. I think we could concentrate on some of these, like the dignity of work, or on new ones on which we see there is a shared interest, like the one proposed during the call. Maybe, a pool could be launched to let people choose to be part of the group that is most interested in. It would, however, be necessary that in every group there is someone that knows two languages, like English and Spanish, in that way everyone could feel part of the discussion. I don't like the idea of dividing ourselves by language groups because we lose that great opportunity for comparison, since each person would tend to be with one's peers.

ANEXO G – VILA TRABALHO E CUIDADO (BRASIL): 1º ENCONTRO DE ESTUDOS E PARTILHAS



ENCONTRO DE ESTUDOS E PARTILHAS VILA TRABALHO E CUIDADO (Work and Care-BRASIL)

Após treze anos da canonização do primeiro santo brasileiro, Frei Galvão, no dia 11 de Maio, em São Paulo pelo Papa Bento XVI estamos nós aqui reunidos como irmãos e irmãs para conversarmos sobre outros dois papas e suas contribuições para os nossos dias, digo isso porque o tema em questão trará as contribuições de João Paulo II na *Laborem Exercens* e o Papa Francisco na *Laudato Si'*. Quem fará a exposição será nosso irmão Pedro Augusto Pinto, o tema de hoje é: *O trabalho humano, chave da questão socioeconômica: Contribuição da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo para a Economia de Francisco.*

Nossa proposta de trabalho é uma exposição de 20min pelo responsável de hoje e depois abriremos para as contribuições espontâneas aos demais presentes. Nossos encontros de estudo e reflexão buscam crescermos juntos como fraternidade desta Vila, Trabalho e Cuidado, portanto, sejam bem-vindas e bem-vindos vocês que hoje cordialmente se disponibilizaram para estarem aqui, sintam-se na CASA COMUM e bora trabalhar...

O expositor fez uma justaposição entre os dois documentos *Laborem Exercens* e *Laudato Si'*, respeitando as suas características temporais para não cair num anacronismo, destacou-se as relações sociais do trabalho em épocas diferentes. Deste encontro, o foco era observar o mundo do trabalho, direitos, greves, trabalho e capital e suas consequências frente a pessoa humana e toda criação.

João Paulo II resgata uma visão antropológica, teológica e social da humanidade frente a sua dimensão do trabalho, e ressaltando a necessidade de salvaguardar a dignidade humana.

Aproximando a LE e a LS podemos destacar, entre tantos, os seguintes pontos:

1) A lógica da acumulação se reflete no conflito entre o capital/trabalho: JP II usa categorias marxistas para analisar o antagonismo social entre o capitalista e o trabalhador. O Capital é uma ferramenta que aos poucos é fundida e confundida com o trabalho. A lógica da acumulação tem impactos complexos e transversais: ao mesmo tempo que toca a pele do trabalhador, atingindo-o no que diz respeito a sua dignidade,



falta de oportunidades, substituição de sua força de trabalho, precarização e/ou trabalho escravo, desemprego estes impactos que afetam e vulnerabilizam ainda mais os pobres, também tem impactos fortíssimos em toda natureza, a criação, pois, ‘Tudo está Interligado’, refrão da Laudato Sí’. E aqui, podemos estabelecer um primeiro paralelo entre as duas cartas papais. In resumo: A perversidade da lógica da acumulação exacerbada pelo capitalismo neoliberal é a mesma que destrói, desrespeita e mata a criação como um todo, as pessoas e a natureza. Crise Social é uma crise Ecológica, Econômica, Política, portanto, Ética.

2) As vítimas da Globalização da Indiferença são sempre os mais pobres, os vulneráveis, toda e qualquer fragilidade.

3) Dimensão teológica, JP II resgata a importância da responsabilidade social da humanidade. “Dominar” é Cuidar (vide LS 67). Co-criar, acompanhar, estar junto. Cuidado para com os irmãos, irmãs e todas as criaturas. São parte da Vocação do homem, isto é, chamado ao cuidado, capaz de responsabilizar-se pelo que produz, como produz, aqui se encontra a dimensão social do trabalho, a solidariedade. Aqui podemos refletir acerca dos direitos da Natureza.

4) Diante disso, como organizar os grupos de base? Os trabalhadores precisam tomar consciência cidadã de sua própria condição. Como nós podemos articular jovens e trabalhadores de diversos setores para atingir uma transformação social? Observar a mudança do ‘perfil’ dos trabalhadores, não dá mais pra trabalharmos no modelo operário da década de 50 a 80. Quais novos meios para atingir as vítimas de relações opressoras de trabalho?

A partir da Pandemia:

O que será do trabalho? O que será do trabalhador? Dignidade da Pessoa Integral. Digitalização e o Trabalho, como harmonizar? Cultura do Descartável. Trabalho e Desemprego, impactos e possibilidades.



COLOCAÇÕES:

Eu sou de exatas, e tenho acompanhado os avanços tecnológicos ao redor do mundo e as "corridas" por novas tecnologias (Inteligência Artificial, Computação Quântica e outras). Acredito sim que muitos empregos serão extintos, porém, muitas outras profissões que ainda não existem ou são pouco conhecidas irão crescer. No cenário atual o nível de desemprego não para de crescer. Vale destacar que muitas frentes de trabalho já estão sendo informatizadas e/ou robotizadas... e isso tende a ganhar força com o tempo. Uma questão a se colocar é acerca da jornada de trabalho a ser reduzida e o salário mínimo ser aumentado. Outra questão é rever o papel do Estado diante das relações de trabalho e sua função de subsidiar, controlar e amparar os trabalhadores e principalmente cuidar dos desempregados.

Eu queria fazer um comentário sobre o avanço da tecnologia e a pontuação pertinente do Ivan, sobre **a redução da média das jornadas de trabalho**, o que aparentemente seria natural (como já ocorre em alguns países desenvolvidos). Mas o que me chama atenção é que essa circunstância chegaria de forma completamente desigual nas diferentes classes sociais com o decorrer do tempo. Pois, como trouxe o Pedro, a intervenção humana nas máquinas e insumos ainda é importante, tendo necessidade ainda de uma classe trabalhadora que não acesse os benefícios da automação de processos. Ou seja, **repensar a função da empresa na sociedade**.

Precisamos, também, sair da querela igreja progressista contra conservadores. A colocação do Pedro favorece um olhar para o João Paulo II e verificar sua intelectualidade e sua opção de análise metodológica utilizando categorias marxistas ao olhar para as relações de trabalho. Precisamos tomar muito cuidado com alguns posicionamentos de sindicatos e ver se há efetividade de representação da classe operária. Outra questão a ser levantada é: a digitalização do trabalho a que custo? Para favorecer a quem? Quem Subsidiará?

Considerando o contexto capitalista, o **trabalho** surge como um ponto essencial na **construção das classes sociais** e como elemento permissor de ACESSO aos direitos sociais básicos, isto é, sem trabalho (sendo este muito associado ao emprego



em si), a procura e obtenção de moradia, saúde adequada, educação e lazer é posta à prova. Assim, dada sua **multidimensionalidade**, a percepção do trabalho pode ser obtida por meio de três estudos: **social, ambiental e científico**. Social pela causalidade acima apresentada e porque esta categoria possui a capacidade de introduzir a variável “**cuidado**” no conceito de trabalho. Introduzindo este elemento, o trabalho passa a ser compreendido como uma **ação para além** da lógica capitalista (tanto em propósito quanto em sua posição na história da humanidade); **ambiental**, pois, como apresentado pelo Pedro, a ação transformadora/atitude criadora inerente ao trabalho está imbuída de uma **responsabilidade** para com o meio ambiente/a criação (natureza como um simples recurso/estoque de matérias-primas e terrenos versus natureza como condição sine qua non para a vida). Ademais, a **educação ambiental** revela a forte correlação entre os pobres e a natureza degradada resultante da lógica de acumulação. Por fim, o trabalho dialoga com a técnica que se revela na tecnologia. Este último ponto deve ser abordado **ETICAMENTE pela educação científica** a qual possui a capacidade de mover a fronteira da composição orgânica do capital (mecanização) e suprir na outra ponta, as necessidades do precariado. Reparem que, conforme nosso querido geógrafo Milton Santos, **a técnica é imbuída de intenção**. Assim, a tecnologia possui viés e este pode expulsar ou potencializar a vida humana e não humana;

Com relação à **tecnologia**, acredito ser um ponto essencial o uso dessa lógica na detecção, análise, execução e monitoramento de políticas públicas voltadas aos direitos do trabalhador. A informação, que hoje se torna uma **revolução tecnológica** em si, se evidencia como um instrumento indispensável para a identificação e ação social na população em situação de vulnerabilidade social. Concordo quando Pedro fala sobre a execução do projeto no **nível comunitário**. A informação é essencial para a análise socioterritorial e o desvelamento da dinâmica global-local nas comunidades/municípios... Ainda neste tópico podemos entrar no debate sobre **renda básica universal**...

Ivan, embora concorde com as suas colocações sobre possibilidades de soluções logísticas e de redução da carga geral de trabalho, há alguns pontos que eu destacaria na sua colocação: a) O **perigo do mito tecnocrático** de que nos fala o Papa Francisco, de que o desenvolvimento tecnológico traz consigo as soluções para os seus



próprios problemas. Isso vale tanto para a questão ecológica quanto, a meu ver, para as questões sociais: é fato sabido que a questão alimentar, por exemplo, já foi resolvida em termos produtivos, mas segue longe de uma **solução distributiva**. b) A importância constante do trabalho, apesar dos ganhos de produtividade, vem se mantendo: sendo a lógica produtiva baseada num cálculo de custos, nós ainda vemos como a indústria ocidental se desloca para países com alta oferta de mão de obra barata, como agora o Vietnã e Laos, e os próprios países africanos, que têm recebido algumas indústrias chinesas que já estão também se relocando. Com isso, concordo com a colocação do João, sobre a **natureza largamente social da questão**, bem como sobre a permanência da **questão do conflito entre capital e trabalho** c) Li recentemente algumas críticas quanto a ideia tanto da "Quarta Revolução Industrial" generalizada ser mais uma ideologia do que propriamente um fato, embora eu não entenda o assunto em profundidade. Me refiro sobretudo a este artigo: <https://diplomatie.org.br/robos-os-culpados-ideais/>, que cita, por exemplo, o caso da Adidas, que percebeu que era mais caro produzir em uma planta altamente mecanizada do que em uma com métodos mais ou menos tradicionais. Do mesmo modo, há também um artigo interessante sobre os **custos ecológicos da digitalização**, mostrando que esse processo tido como irreversível também apresenta grandes 'poréns' do ponto de vista da casa comum: <https://diplomatie.org.br/a-industria-digital-e-movida-a-carvao/>

As **lógicas de solidariedade e luta** realmente mudaram, concordando com Augusto. Em um artigo recente não lembro de quem, criticava-se inclusive como o 1º de maio tornou-se uma comemoração dos direitos adquiridos, em vez de uma rememoração das lutas: isso implicou um descaso para com as pessoas não abrangidas por esses direitos, minando a solidariedade entre pessoas empregadas e **desempregadas**, detentoras e não detentoras de direitos. Uma grande prova disso foi o descaso quase geral com a Reforma da Previdência: para quê lutar contra a perda de um direito que nunca tivemos? Os **sindicatos, como os conhecemos no Brasil, definitivamente envelheceram**. Mas talvez isso não seja assim em todos os lugares (Tomas Manar pude hablar del sindicalismo argentino, tal vez?)

Por fim, tenho as minhas ressalvas, puramente intuitivas, contra a renda universal, na medida em que ela reproduz a lógica do dinheiro em detrimento da lógica



de direitos concretos à saúde, educação, lazer, etc., e pode degradingolar para um **social-liberalismo**. Mas realmente é apenas um palpite meu, que gostaria muito de **debater**.

Agradeço muito a todo mundo pelas colocações um prazer imenso partilhar com vocês, e uma alegria construir esses conhecimentos de maneira coletiva.

Retornando a questão **tecnologia e tecnocracia**: quando eu digo tecnocracia, eu não digo tecnologia. Tecnologia ('techné', habilidade, competência, e 'logos', discurso, conhecimento) são os conhecimentos, os saberes e as aplicações que você cita muito bem no seu opúsculo - trazem um potencial enorme, e negá-los seria uma ingenuidade estéril. Já a tecnocracia ('techné', 'kratos', força, poder) é um fenômeno político: se refere ao poder social dos técnicos e das técnicas, como se estes trouxessem por si mesmos as soluções para todos os problemas, independentemente de considerações éticas, sociais e políticas. É a isso que eu me oponho (e acredito que você também), seguindo as colocações do papa que se encontram sobretudo na **Laudato Si**, capítulo III, "A raiz humana da crise ecológica", sob a denominação de paradigma tecnocrático. Cito, por exemplo, o parágrafo **109**: *"O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política. A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano. A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, se aprende a lição do deterioramento ambiental. Nalguns círculos, defende-se que a economia actual e a tecnologia resolverão todos os problemas ambientais, do mesmo modo que se afirma, com linguagens não académicas, que os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado."*

Enfatizo outra vez: em momento algum, eu critiquei o desenvolvimento tecnológico - critico, sim, as relações de trabalho infames às quais ele se presta, e o discurso de poder que nele se fundamenta, como se não houvesse opções e lutas políticas a serem feitas, mas apenas especialistas a serem ouvidos e seguidos cegamente.



Então, nós estamos vivendo em um governo anticientífico, mas paradoxalmente tecnocrático (o que não necessariamente tem a ver com a verdadeira ciência): note os discursos do presidente sobre a sua escolha de ministros, e suas críticas contra o STF. Sempre que ele quer atacar alguém, ele qualifica essa pessoa de política (como a decisão do Alexandre de Moraes barrando a nomeação do diretor da PF), ao mesmo tempo em que qualifica seus ministros como técnicos - sobretudo o Paulo Guedes. Mas essa discussão vai longe, acho que podemos retomá-la em outro momento.

A intencionalidade da técnica revela como a “política trabalha através da ciência”

A pastoral operária diante do cenário atual parece que está se questionando diante das novas relações de trabalho e diante dos que sofrem - o precariado e não mais o proletariado.

Acho que Pedro tocou em itens importantes para pensar os novos desafios e poder trazer um novo pensamento sobre a transformação humana sobre a Natureza.

- 1- acumulação
- 2- dominação de poucos sem muitos
- 3- mesma lógica para a espoliação dos direitos do trabalho humano e para a destruição da Natureza
- 4- as vítimas são vítimas de ambas as crises
- 5- problema ético: respeito x finalidade da ação humana
- 6- trabalho é a maneira do ser humano se realizar sua condição simultaneamente divina.

Uma dúvida (em especial): na fala não está tão clara a responsabilidade sobre a obra e a criação, que é trazida como do homem em geral, como humanidade mandatária do divino, pois que no final da fala acaba recaindo indistintamente sobre trabalhador/explorador. Ou seja, a construção da narrativa foi muito boa, mas ao final acaba por não definir o verdadeiro ente responsável por uma outra forma de transformação do mundo. Digo isso, pois na análise da interface entre o discurso ambientalista internacional e a agenda da ONU ocorre também a responsabilização do problema ambiental / climático sobre o indivíduo e sobre cada um, sendo que quem explora e quem consome os resultados dessa exploração são os 1-10% da humanidade



(em poucas nações). Então, quando a Laudato Si' fala de crise única, que é também um ponto do discurso ambientalista, ele, diferentemente dos últimos aponta para essa discriminação entre vítima x “algor”, enquanto os ambientalistas não o fazem.

De mesmo, acho que nossas análises críticas devem discriminar não apenas no diagnóstico, mas na proposta de solução.

Sobre a tecnologia, eu penso que temos de também que tomar cuidado pra não jogar o bebê com a água do banho - a tecnologia e a ciência são positivas criações humanas; mas de novo a tecnocracia é resultado da apropriação dos meios de informação e de inovação tecnológica pelo grande capital - sabendo dessa nova transmutação do sistema, deveria ficar mais simples impedir que uma nova onda massacre o humano... acho que aí está a chave da nova reflexão sobre a consciência de dominação de poucos x muitos. Pedro tocou nesse ponto das empresas digitais que substituem as indústrias e acho esse ponto fundamental, pois estão “nascendo” e nós somos usuários a fomentar sua consolidação.

Ótimas colocações, Isabel! Sendo cirúrgico: 1) Eu não trabalhei uma distinção sistemática entre mundo e natureza. Poderíamos pensar a respeito; 2) Muito interessante a sua pontuação sobre responsabilização, é um ponto que eu de fato deixei em aberto. Mas posso colocar o seguinte: existe aqui uma diferença entre a **responsabilidade moral** (culpa) e a **responsabilidade política** (dever). A primeira, me parece, é indubitavelmente de quem usufrui da **lógica de acumulação e destruição** (os 1-10% concentrados em alguns países) e de seus representantes na política - é essa gente que detém a maior parte das riquezas e meios de transformação da sociedade, mas que segue agindo em benefício próprio. Mas justamente por isso é que eu acho que a responsabilidade pela transformação política é de todos os grupos sociais que se sabem lesados em seus direitos (para além de todas as pessoas de boa vontade, claro), porque os donos da vida (para usar a expressão de Mário de Andrade) em sua maioria nunca irão agir com a devida seriedade contra um sistema que os beneficia.

Em um contexto em que a produção de riqueza está em sua história máxima, alcançar a equidade econômica é um desafio para todos nós como sociedade, mas é muito difícil apresentar uma oposição ao avanço das capitais quando elas não têm uma entidade física, mas legal. É por isso que a organização dos trabalhadores através dos



movimentos sociais, das comunidades de base e dos sindicatos é fundamental para alcançar a unidade política de onde promover **propostas concretas dentro da estrutura legal**; caso contrário, os trabalhadores continuarão sendo forçados a trabalho (subsiste) dentro da economia informal, onde a única forma possível de reivindicação é o corpo e a violência.

A última contribuição foi a respeito da Ecologia Integral. O Trabalho e o Cuidado, o cuidado no trabalho e o trabalho para o cuidado. Os direitos da Natureza será um tema a ser trabalhado nesta nossa vila também, no que se refere: O trabalhador pertence e é Natureza, não podemos dissociá-lo. Como este tema específico será abordado com maior profundidade por enquanto vamos apenas acenar com este breve parágrafo.

Redação e compilação feita por Augusto Martins, agradecemos imensamente a cada um dos participantes da vila que deram suas contribuições. PAZ E BEM!

ANEXO H – VILA TRABALHO E CUIDADO (BRASIL): 2º ENCONTRO DE ESTUDOS E PARTILHAS



VILA TRABALHO E CUIDADO WORK AND CARE BRASIL

2º encontro de estudos e partilhas

Reflexões sobre o artigo “O Modo de Ser pelo Cuidado”, de André R. A. Liberali.

Em mais uma rodada de reflexões entre membros da Economia de Francisco, o companheiro André Liberali nos traz um artigo de sua autoria, elaborado em 2003, intitulado O Modo de Ser pelo Cuidado, onde ele apresenta o modo de ser pelo cuidado como alternativa à visão empresarial vigente.

Primeiramente o autor apresenta a ideia de que as empresas são geridas por pessoas, e essas possuem suas próprias premissas, crenças, que se originam em alguma ideologia que está na sua formação. Além disso, o conjunto atual de ideias que constituem o pensamento empresarial vem de encontro às transformações da sociedade contemporânea em vários aspectos, e contribuem pouco para a solução de seus novos problemas. O pensamento “comando-controle” e outros valores, teorias e práticas já não contribuem para o futuro dessas organizações

Dito isso, a proposta apresentada e ideia da empresa que atua perante seus stakeholders, não somente shareholders (acionistas). Para que melhor entendimento, define-se o stakeholder como qualquer público com o qual a empresa tenha contato, sejam acionistas, funcionários, governo, fornecedores, instituições, comunidades. É a partir da relação da empresa com seus stakeholders que é criada vantagem competitiva. Nesse processo, as competências individuais se tornam competências organizacionais através do aprendizado. Essa opção leva a constituição da empresa cidadã.

No decorrer do trabalho, traz-se a compreensão de que a vantagem competitiva da empresa nasce de seu posicionamento frente à sociedade e ao meio-ambiente, estabelecendo bases de confiança e cooperação mútuas com os stakeholders, cuja definição pode ser compreendida através de vários fundamentos ideológicos. Sem integrar a empresa nas condições sociais do mundo contemporâneo, torna-se impossível uma transformação em direção ao bem comum. O ponto de mudança está em entender a cidadania como condição legal e atividade desejável para a empresa. Esta favorece a dignidade para todos os envolvidos e contribui para a longevidade da organização.

Por isso é fundamental resgatar o modo de ser pelo cuidado, e através dele entender e realizar o trabalho. Aqui, com a mudança do sistema de ideias e valores, o cumprimento das regras não é mais por imposição, mas sim por convicção, já que a atividade realizada está orientada para o bem comum de forma abrangente. Além disso, é valorizada a capacidade de formar competências, fazendo o aprendizado coletivo coordenar as diversas habilidades para contribuir com a produção e integrar as várias correntes de tecnologia. Reconhece-se e valoriza-se as oportunidades de diferentes funcionários e a interdependência do grupo como um todo



Concluindo, numa época de aprimoramento tecnológico sempre crescente, essa mesma tecnologia é insuficiente para trazer respostas para os desafios que incluem a busca pela satisfação integral de todas as pessoas. É necessário um novo sistema de valores para as empresas, sobretudo igualitário. A sociedade se encontra ansiosa por novos caminhos, entre os quais o modo de ser pelo cuidado se apresenta como capaz de perpetuar essa mudança.

Contribuições de Pedro Augusto:

“ André, obrigado pela partilha, ouvi ela agora. Não tenho repertório para discutir em detalhes, mas gostaria que você falasse mais sobre alguns pontos em particular.

O primeiro diz respeito ao lucro: como pensar uma empresa privada que não seja voltada para a sua obtenção? Se eu entendi direito, os valores que você menciona se justapõem a ele; mas não haveria aí uma fonte de conflito? Pensando na dinâmica de competição entre empresas, me parece que uma empresa não-cidadã, que pague salários mais baixos e não arque com custos ambientais, por exemplo, poderia dominar um determinado mercado e eliminar suas concorrentes socialmente responsáveis; ou mesmo um empresário bem-intencionado, diante de uma crise ou de uma baixa, pode ser pressionado a sacrificar a responsabilidade social para manter a sua contabilidade em dia, ou ainda a simplesmente monetizar a responsabilidade social, de modo a transformá-la mais em marketing do ...

Um outro ponto é que, na medida em que segue havendo uma divisão entre lucros e salários, não permaneceria também aí, na lógica empresarial, um conflito capaz de manter as desigualdades sociais, sobretudo em tempos de mecanização da produção, quando o trabalho é cada vez menos valorizado e a renda das tecnologias é cada vez maior?

Por fim, como você reconhece que há pessoas (empresários, acionistas, etc.) interessadas na manutenção do atual modelo empresarial antiético, como você enxerga a tarefa de fazer frente a elas e instituir um modelo empresarial cidadão, sendo que não se trata meramente de pessoas desinformadas, mas sim de pessoas beneficiadas pelo modelo irresponsável e destrutivo? ”

André: Ótimas questões! Não sou contra o lucro, sou contrário que esse seja o único objetivo a ser buscado por uma empresa! Entendo que a gestão de uma empresa é um equilíbrio dinâmico constante para atender a todos os stakeholders - clientes, fornecedores, funcionários, governo, comunidade, sindicatos, natureza e demais públicos que a empresa interage. Caso foque apenas no lucro, a empresa provavelmente irá criar externalidades, isto é, problemas que não existiam e passam a existir aos outros públicos pelo movimento focado apenas no lucro de curto prazo. Ótima questão de práticas que visem apenas o lucro e que assim teriam custos menores e tirariam seus competidores mais éticos. Imagine trabalhar numa empresa que em que cada funcionário se sinta explorado, cada fornecedor não tenha recurso para investir, cada cliente se sinta sem saída de quem comprar versus uma outra empresa que tenha capacidade de gerir as suas relações de forma que todos ganhem? Imagine a quantidade de ações trabalhistas que a



primeira empresa teria, a pressão do Ministério Público, a quantidade de atividades de controle, por desconfiar de todos?

Diante de uma crise ou de uma baixa, quem está conectado com seus funcionários, há espaço para se pensar juntos e mais ideias aparecem que permitam, juntos, encontrar outras saídas. Gostei da questão de monetizar a responsabilidade social, só que crime ambiental é inafiançável, isto é, o gestor vai para a cadeia! Além do mais, quem "doura a pílula" com ações para enganar os seus públicos, cedo ou tarde vem à tona, possivelmente por denúncia de algum funcionário. Faz sentido no olhar do curto prazo que práticas ambientais inadequadas podem se sustentar, mas num olhar de médio prazo não se sustenta.

Sem sombra de dúvida que a mecanização sempre foi um alvo dos trabalhadores desde o surgimento das primeiras fábricas na Inglaterra. Contudo, por definição entendo que aquilo que uma máquina pode fazer, o homem pode passar para ela e buscar desenvolver atividades que as máquinas não tem condições de fazer. Avaliando de um ponto de vista financeiro, comprar máquinas para substituir mão-de-obra significa assumir que a sua produção será constante durante o período de depreciação da máquina e que esse valor trará melhor retorno do que a mão-de-obra e que, por exemplo, num cenário como o Brasil, não se justifica em muitos setores.

Historicamente o nível de desemprego é o principal inimigo dos salários, pois há excesso de um fator e pela lei da oferta e da procura, quanto maior oferta, menor o seu preço. Por isso para tirar direitos trabalhistas, é necessária que a economia não cresça para tirar a força dos trabalhadores para negociar o valor de seu trabalho.

A importância de ir para as universidades apresentar outro modelo de mundo faz toda a diferença para quem não tem uma visão clara de como o mundo funciona. E para alimentar esse modelo teórico é importante ser alicerçado por uma prática "walking the talk" e que a comunidade se posicione sobre que tipo de mundo busca, privilegiando conviver com práticas que estejam alinhadas com seus valores. Assim se traduziria no dia-a-dia com compras de produtos feitos com "reputação".

Contribuições de João Victor

“ Olá pessoal! Boa noite, @André. Tirei um tempinho depois do encontro de hoje para preparar uma reflexão sobre o que chamou atenção no seu trabalho

O modelo econômico mais comum ensinado nas graduações em economia nas faculdades brasileiras é o modelo neoclássico, baseado nos conceitos de competitividade, dinâmica entre oferta e demanda e otimização (minimização de custo e maximização do lucro). Entretanto, é visível que tal modelo oferece muito pouco para pensar em como combater os graves problemas de desigualdade que vivemos hoje. Por isso é interessante perceber como seu trabalho está em sintonia com ideias alternativas que contribuem para tal debate.

Primeiro, me chama a atenção que a competitividade no artigo não é excluída, mas ressignificada, pois uma ideia fundamental da ciência econômica é que os recursos são



escassos, fazendo com que os agentes precisem direcionar suas decisões para uma melhor utilização. No modelo atual, essa melhor decisão utilização se direciona unicamente para o lucro.

Porém, a centralidade dos Recursos Humanos, no seu conceito mais natural, é apresentada como a chave para reverter esse ideal. Como já abordado no grupo, o desafio desse pensamento é muito grande em uma sociedade cada vez automatizada. Questiono aqui até que ponto a empresa cidadã pode garantir o espaço do trabalhador nesse contexto, para que ele não seja descartado como um recurso ineficiente, mas como um ser humano com potencialidades de contribuir com a razão de ser da empresa. Afinal, conseguiremos que algum dia a razão de ser da empresa possa estar centrada nos trabalhadores que a compõem, e não naquilo que produz?

Complementando o ponto anterior, ainda vivemos em um contexto onde os padrões de consumo são muito relevantes, e praticamente são eles que orientam a produção. Penso que uma nova forma de pensar o consumo, fazendo os agentes se questionarem aonde estão colocando seu dinheiro, é fundamental para criar um ambiente sustentável para a empresa cidadã desempenhar seu papel em plenitude. ”

André: Ótimo, João Victor! É repensar a economia como gestão da escassez para pensar a economia como gestão de todos os moradores da casa comum!

É mais fácil pensar unidirecionalmente, buscando completar uma única tarefa do que desenvolver um pensamento de forma complexa, que nos leva a incluir na equação todos os públicos atendidos pela empresa.

Nessa reflexão há necessidade de se levar em conta tanto O QUE, PARA QUE e COMO. Começando pelo O QUE a empresa a empresa produz. Se o que foi gerado é necessário para a sociedade, se o produto foi pensado na sua forma de descarte e reaproveitamento, que potenciais problemas ele pode gerar para quem o usa; PARA QUE causas a empresa se propõe a trabalhar. Daí entra o conceito atualmente muito discutido sobre o propósito da empresa e sobre a gestão de todos os stakeholders. Passamos para o COMO a empresa gere seu processo produtivo e daí entra o modelo do CUIDADO, de se preocupar com cada um dos detalhes do seu processo produtivo, das suas relações com cada funcionário, se gente é considerada um recurso humano ou um ser humano integral, com vida fora da empresa.

Eu gosto muito do movimento minimalista que se propõe a viver com o mínimo necessário. Pois para o planeta continuar a existir, precisamos aprender a viver com menos e isso ser considerado muito bom! Como dizia Einstein, a simplicidade é o último grau de sofisticação.

A atitude de cuidado vem do coração a sua motivação e a ação é implementada pela mente. E não apenas motivação e ação vinda da mente como ocorre no modelo tradicional!

Grato pelo interesse em discuti-lo e pela qualidade da reflexão! Estamos juntos construindo um novo mundo possível e para isso precisamos viver os valores que acreditamos!



Contribuições de Vanessa Hasson

[A Casa Comum] que é abundante por sua própria natureza!

A Terra sobreviverá. A espécie em extinção será a humana se não entendermos essa sofisticação do simples que reside na própria abundância da Natureza

Questionar inclusive que tipo de política a empresa tem financiado. Atitudes éticas do cidadão consumidor

Tenho muita vontade de aprofundar o conhecimento sobre a economia solidária. Parece ser um caminho prático para a Economia de Francisco e Clara

Ontem [03/06/2020] na nossa live dos Direitos da Natureza falamos sobre a Nova Economia e uma das participantes trouxe o conceito de Economia de plataforma.

Outro tema dos seus comentários que me chamou a atenção também é a questão de considerar o trabalhador como recurso. Assim como na Natureza é distópico pensar seus entes como recursos. Somos Natureza. E o desenvolvimento integral do ser humano passa por reconhecer essa interdependência entre todos os seres que habitam a Casa Comum. Nenhum é, somos, recursos.

André: Faz todo o sentido colocarmos em prática ações que modifiquem o nosso dia-a-dia, questionando de onde vem cada coisa, como foi produzida, que tipos de externalidades foram geradas, como o produto foi feito. Algo ainda muito pouco comum nos dias atuais, mas que pode vir a fazer toda a diferença para o mundo.

Não precisamos de muito. Apenas um dos outros..

O Sleeping Giants vem questionando as empresas se elas sabem onde estão colocando seus recursos, pois as maiores empresas de publicidade do mundo - o Google e o Facebook - podem usar o dinheiro dos clientes para financiar empresas nem um pouco éticas!

[O conhecimento sobre Economia Solidária] é um dos caminhos, mas não o único.

Infelizmente a área da empresa responsável por gente é denominada RH-Recursos Humanos, considerando o ser humano como um recurso! Importante estarmos atentos, pois há uma ideologia em como nomeamos as coisas.